

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DAVID VICTOR DE MELO CHAVES

DE TANCREDO A TEMER: aplicação da análise de política externa ao executivo
brasileiro da nova república

RECIFE

2021

DAVID VICTOR DE MELO CHAVES

DE TANCREDO A TEMER: aplicação da análise de política externa ao executivo
brasileiro da nova república

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Relações
Internacionais

Linha de Pesquisa: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes
de Oliveira

RECIFE

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C512d Chaves, David Victor de Melo.
De Tancredo a Temer : aplicação da análise de política externa ao executivo brasileiro da nova república / David Victor de Melo Chaves. – 2021.
227 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Brasil – Política e governo. 3. Brasil – Relações exteriores.
4. Presidencialismo. I. Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-039)

DAVID VICTOR DE MELO CHAVES

DE TANCREDO A TEMER: aplicação da análise de política externa ao executivo
brasileiro da nova república

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 25/02/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Adriano Oliveira dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco
Universidade Estadual da Paraíba

Dedico à Camila Bezerra e a tudo que fomos, somos e seremos nós,
Dedico à Clotilde Alves, *In Memoriam*, “vó” querida,
Dedico à Jailma de Melo Chaves e José Chaves Filho, por tudo e por todos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Ciência, que faz o mundo evoluir e me inquieta como sujeito a descobrir o melhor de mim, potencializando minhas capacidades humanas. Aos amigos que estiveram do meu lado durante este período tão desafiador de minha vida, dividindo abraços, conversas, risadas, lágrimas e cervejas. À minha família, que me nutriu, cuidou e abrigou nas horas que dediquei ao curso. A mim mesmo, que teimei, ousei e me permitiu chegar até aqui, mesmo que por diversas vezes descreditado. Aos professores do Departamento de Ciência Política da UFPE, agradeço por mais dois anos de intensa construção de conhecimento e dedicação ao saber nesta cátedra que frequento desde 2015 quando iniciei minha graduação em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais. Em tom especial, estendo meus nobres agradecimentos ao Professor Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira, que pela segunda vez orienta meus caminhos acadêmicos. Agradeço também aos membros examinadores da minha banca de qualificação, professor Dr. Ricardo Borges Gama Neto e Professora Dra. Danielle Jacon Ayres Pinto, pelas horas dedicadas a meu projeto de dissertação e valiosas dicas que obtive como *feedback*. Estendo meus agradecimentos a banca examinadora desta dissertação, professor Dr. Adriano Oliveira dos Santos e Professora Dra. Cristina Carvalho Pacheco, obrigado pelas horas dedicadas a este trabalho e pelos aconselhamentos e orientações. Outrossim, agradeço ao financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), tornando essa pesquisa factível e viável.

*“I guess it would be nice to give my heart to a God
But which one, which one do I choose?
All the churches filled with losers, psycho or
confused
I just want to hold the divine in mine
And forget, all of the beauty's wasted”*

(KEVIN BARNES, 2007)

RESUMO

Como as características agenciais dos presidentes afetam o Executivo do Brasil? A literatura especializada em Análise de Política Externa centra seus esforços no entendimento de como os Estados agem e na compreensão dos matizes de sua Política Externa; galgando o mapeamento das circunstâncias internas e externas que condicionam à situação destes; sendo estas determinadas pelos atributos agenciais do tomador de decisão. A relevância dessa dissertação está demonstrada por dois fatores principais. De ordem teórica, abre-se espaço para o desenvolvimento de uma nova agenda de pesquisa para o Presidencialismo Brasileiro na qual o cenário internacional importa; De ordem Social, é apresentada à sociedade atualizações de sua realidade histórico-política de seu Sistema de Governo. Por se tratar de uma pesquisa exploratória utiliza-se do estudo Histórico-Descritivo, embasado nos critérios (GERRING, 2012), para caracterizar a evolução da Política Externa Brasileira atrelada às biografias dos presidentes analisados encontradas nos verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, disponíveis no repositório do CPDOC-FGV, compreendendo o período das legislaturas da Nova República (entre 1985- 2018). Como metodologia de pesquisa qualitativa, utiliza-se de um Estudo de Caso Múltiplo, em profundidade, das biografias presidenciais. Compondo assim, oito unidades de análise indo, respectivamente de Tancredo a Temer, classificando de acordo com (BARBER, 1972), a Visão de Mundo e o Estilo Presidencial destes. Como metodologia de pesquisa quantitativa, através da elaboração de um índice de Tomada de Decisão dos casos analisados, classificasse à luz de (BARBER, *Idem*) os Caracteres dos Presidentes da Nova República. Como considerações finais, aponta-se que é possível sustentar a hipótese exploratória de pesquisa de que H1 - As características agenciais, vislumbradas no processo de Tomada de Decisão, dos presidentes brasileiros afetam o Executivo Brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Presidencialismo. Política Externa Brasileira. Nova República

RESUMEN

¿ Cómo las características de la agencia presidencial afectan al Ejecutivo de Brasil? La literatura especializada en Análisis de Política Exterior centra sus esfuerzos en entender cómo actúan los Estados y en el conocimiento de los matices de su Política Exterior; intentando el mapeo de las circunstancias internas y externas que condicionan la situación de estos, están determinadas por los atributos de agencia de quien toma las decisiones. La relevancia de esta disertación se demuestra por dos factores principales. En la teoría, se abre espacio para el desarrollo de una nueva agenda de investigación para el Presidencialismo Brasileño en la que el escenario internacional importa; De carácter social, la sociedad se presenta con actualizaciones sobre su realidad histórico-política de su Sistema de Gobierno. Al tratarse de una investigación exploratoria, se utiliza el estudio Histórico-Descriptivo, con base en los criterios de (GERRING, 2012), para caracterizar la evolución de la Política Exterior Brasileña vinculada a las biografías de los presidentes analizados que se encuentran en los índices de entradas del Diccionario Histórico-Biográfico Brasileño, disponible en el repositorio CPDOC-FGV, que comprende el período de las legislaturas de la Nueva República (entre 1985-2018). Como metodología de investigación cualitativa es utilizado un Estudio de Caso múltiple, en profundidad, de las biografías presidenciales. Componiéndose así de ocho unidades de análisis que van desde Tancredo hasta Temer, respectivamente, clasificando según (BARBER, 1972), su Cosmovisión y su Estilo Presidencial. Como metodología de investigación cuantitativa, mediante la elaboración de un índice de Toma de Decisiones de los casos analizados se clasifica a la luz de (BARBER, *Idem*) los Caracteres de los Presidentes de la Nueva República. Como consideraciones finales, se señala que es posible sustentar la hipótesis de investigación exploratoria de que H1 - Las características de agencia, vislumbradas en el proceso de Toma de Decisiones, de los presidentes brasileños afectan al Ejecutivo Brasileño.

Palabras clave: Presidencialismo. Política Exterior Brasileña. Nueva República.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Categoria II. A taxonomia Barberiana: 04 Tipos de Caracteres Presidencial.	44
Figura 2 - Subdivisão Do Método Descritivo.....	45
Figura 3 - Estratégia de Particularização através do estudo Biográfico.....	46
Figura 4 - Estratégia de Generalização através da Taxonomia Barberiana.	47
Figura 5 - Desenho de Pesquisa Para o Estudo de Política Externa da Nova República.	49
Figura 6 - José Sarney: Visão de Mundo e Estilo Presidencial.....	87
Figura 7 - Fernando Collor: Visão de Mundo e Estilo Presidencial.....	107
Figura 8.-.Itamar Franco: Visão de Mundo e Estilo Presidencial.....	120
Figura 9 . Fernando Henrique Cardoso: Visão de Mundo e Estilo Presidencial.	147
Figura 10 - Luís Inácio Lula da Silva: Visão de Mundo e Estilo Presidencial.	178
Figura 11 - Dilma Rousseff : Visão de Mundo e Estilo Presidencial.....	198
Figura 12.-.Michel Temer : Visão de Mundo e Estilo Presidencial.....	214
Figura 13 - Caracteres Presidenciais ao longo da Nova República.....	218

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Casos [Presidentes] Analisados.....	40
Tabela 2 - Categoria II: Métricas da análise biográfica segundo Barber (1972).....	43
Tabela 3 - José Sarney: Métricas da Tomada de Decisões.....	86
Tabela 4 - Fernando Collor: Métricas da Tomada de Decisões.	106
Tabela 5 - Itamar Franco: Métricas da Tomada de Decisões.	119
Tabela 6 - Fernando Henrique Cardoso: Métricas da Tomada de Decisões	146
Tabela 7 - Luís Inácio Lula da Silva : Métricas da Tomada de Decisões.	177
Tabela 8 - Dilma Rousseff : Métricas da Tomada de Decisões.....	197
Tabela 9 - Michel Temer : Métricas da Tomada de Decisões.	213
Tabela 10 - Presidentes da Nova República e Suas Performances Agenciais.....	215
Tabela 11 – Índice: Presidentes da Nova República e suas Performances Agenciais no Estado Democrático de Direito Brasileiro.....	216
Tabela 12 - Características Valorativas dos Presidentes Analisados.	216
Tabela 13- Presidentes e Seus Respetivos Caracteres Presidenciais.	217
Tabela 14 - Presidentes Analisados e descrição de seu Caráter Presidencial.....	217

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Açominas	Aço Minas Gerais
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-5	Ato Institucional nº 5
AMB	Associação Médica Brasileira
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional de Petróleo
AP	Ação Popular
APE	Análise de Política Externa
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BB	Banco do Brasil
BC	Banco Central
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BTN	Bônus do Tesouro Nacional
CACB	Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CCEE	Comercialização de Energia Elétrica
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
Cebrap	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDES	<i>Centro de Estudios de Estado y Sociedad</i> ¹
CEDPEN	Centro Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
Cesit	Centro de Sociologia Industrial do Trabalho

¹Tradução Minha: Centro de Estudos do Estado e da Sociedade.

CFM	Conselho Federal de Medicina
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
<i>Cieplan</i>	<i>Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica</i> ²
<i>Clacso</i>	<i>Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales</i> ³
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Colina	Comando de Libertação Nacional
Conclat	Conselho das Classes Trabalhadoras
Contag	Confederação Nacional dos trabalhadores para o progresso da Ciência
Cosipa	Companhia Siderúrgica Paulista
CPDOC	Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPEM	Consultoria Para Empresas e Municípios
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSA	Centro Sportivo Alagoano
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DHHB	Dicionário Histórico-Biográfico Biográfico Brasileiro
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
Embrafilme	Empresa Brasileira de Filmes
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESG	Escola Superior de Guerra
FAF	Fundo de Aplicações Financeiras
Fenam	Federação Nacional dos Médicos
FFF	Fundo de Estabilização Fiscal
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso

² Tradução Minha: Corporação de Investigações Econômicas para a América Latina.

³ Tradução Minha: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

FIES	Financiamento Estudantil
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
FIPAD	<i>Fondation Internationale pour un Autre Développement</i> ⁴
Flacso	<i>Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales</i> ⁵
FSE	Fundo Social de Emergência
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> ⁶
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação e Serviços
ILPES	<i>Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social</i> ⁷
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INTER	Instituto Jurídico das Terras Rurais
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPEAC	Instituto de Pesquisas e Assessoria do Congresso
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPMF	Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira
ISA	<i>International Sociological Association</i> ⁸
JK	Juscelino Kubistchek
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Base
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MP	Medida Provisória
MPLA	Movimento para a Libertação de Angola
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NOS	Operador Nacional do Sistema Elétrico

⁴ Tradução Minha: Fundação Internacional para o Desenvolvimento de Outrem .

⁵ Tradução Minha: Faculdade latino-Americana de Ciências Sociais.

⁶ Tradução Minha: Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio.

⁷ Tradução Minha: Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social.

⁸ Tradução Minha: Associação Internacional de Sociologia.

OAB	Ordem dos advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirante
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAI	Plano de Ação Imediata
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCD	Partido da Consciência Democrática
PDB	Partido Democrático Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Política Externa
PEC	Política Externa Comparada
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PEDs	Países em Desenvolvimento
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Partido da Juventude
PL	Partido Liberal
PMB	Partido Municipalista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNM	Partido Nacionalista Mineiro
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
Polop	Organização Revolucionária Marxista e pela Política Operária
PP	Partido Popular
PP	Partido Progressista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional

Produban	Banco do Estado de Alagoas
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
ProUni	Programa Universidade Para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PSR	Plano de Sindicalização Rural
PT	Partido Dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RI	Relações Internacionais
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesi	Serviço Social da Indústria
STF	Superior Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TRD	Taxa Referencial Diária
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unb	Universidade de Brasília
Unctad	Conferência Das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNE	União Nacional do Estudantes
UPIS	União Pioneira de Integração Social

URV	Unidade Real de Valor
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	EVOLUÇÃO DA DISCIPLINA DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA	23
2.1	O Presidencialismo Nas Relações Internacionais.....	24
2.2	Análise De Política Externa: Primeira Geração	27
2.3	Análise de Política Externa: Segunda Geração	30
2.4	Política Externa Brasileira: Fases e Evoluções	37
3	CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO COMO PROBLEMATIZAÇÃO DESTA PESQUISA EXPLORATÓRIA, A TAXONOMIA BARBERIANA, O MÉTODO HISTÓRICO-DESCRITIVO DE GERRING E O DESENHO EXPLORATÓRIO PARA PESQUISAS CONCERNENTES AO NÍVEL DE SUBJETIVIDADE DOS TOMADORES DE DECISÃO.....	39
3.1	A Redemocratização.....	39
3.2	A Taxonomia Barberiana (1972).....	42
3.3	O Método Histórico-Descritivo de Gerring (2012)	44
3.4	Desenho Exploratório de Pesquisa	47
4	DE TANCREDO A TEMER: VISÃO DE MUNDO, ESTILO E CARÁTER PRESIDENCIAL	51
4.1	Tancredo Neves.....	51
4.2	José Sarney	66
4.3	Fernando Collor.....	88
4.4	Itamar Franco.....	108
4.5	Fernando Henrique Cardoso	121
4.6	Luís Inácio Lula Da Silva [Lula].....	148
4.7	Dilma Rousseff	179
4.8	Michel Temer	199
5	OS CARACTERES DOS PRESIDENTES DA NOVA REPÚBLICA. AVANÇO QUANTITATIVO DA CLASSIFICAÇÃO DE BARBER (1972).....	215
6	À GUIA DE CONCLUSÃO	219
	REFERÊNCIAS	222

1 INTRODUÇÃO

Como as características agenciais dos presidentes afetam o Executivo do Brasil? Partido da Hipótese exploratória de que *as características agenciais, vislumbradas no processo de Tomada de Decisão, dos presidentes brasileiros afetam o Executivo Brasileiro*, a seguinte dissertação visa responder esta importante questão.

Entender as características desse ator em específico é de grande valor acadêmico, tendo em vista que o Presidente é o líder com maior relevância no cenário internacional. Segundo Barber (1972, p.02, tradução minha) “*A Presidência é muito mais do que uma instituição*”, ele [o presidente] como ser humano é envolto em um conjunto de comportamentos e atitudes que fazem com que a Análise da Política Externa (APE) dos países nos quais governam, sejam entendidas a partir do processo de tomada de decisão desses atores. Assim, a realização de previsões, comparações e o entendimento do posicionamento internacional dos Estados são possibilitados.

Existe um vácuo na literatura presidencial brasileira de estudos bem formulados metodologicamente, que busquem catalogar os aspectos pessoais dos presidentes brasileiros. A literatura brasileira de Análise de Política Externa fora desenvolvida através de estudos paradigmáticos, focados na história da Política Externa Brasileira (PEB) (SPOSITO, 2011, p 01).

Situação distinta à norte-americana, onde o estudo biográfico dos presidentes é empostado por bases metodológicas bem constituídas, sendo uma vertente bastante explorada em suas cátedras. Nesse preâmbulo, abre-se, então, uma janela de oportunidade para o entendimento do presidencialismo brasileiro sob o prisma teórico das Relações Internacionais, possibilitando à sociedade o acesso a este conhecimento.

Por intermédio do conceito amplamente difundido de “Insulamento Burocrático” (NUNES, 1997), parte notória dos autores e diplomatas de carreira guiaram seus estudos na observação de variáveis institucionais do Itamaraty. A presença da burocratização excessiva do órgão e de uma estrutura hierárquica rígida adjetivaram o seu caráter organizacional, ao funcionamento de uma “Ilha”, na qual poucos atores têm acesso ao escopo decisório. Sendo essas características mantenedoras do Status-Quo de uma Política Externa rígida e invariável.

Outra gama de teóricos caracterizam a Política Externa latino-americana, assim como a brasileira, sendo uma variante a nível internacional das Políticas Públicas, de determinado governo. Neste sentido, a Política Interna vigente no país exerce grande influência na maneira como a Política Externa se projetará. (DE PIERI, 2016)

Deste modo, o entendimento pleno do ator que exerce influência direta na implementação da Política Interna, o Presidente, torna-se mote central para caracterizar a Política Externa do país. Outrossim, vislumbra-se a existência de uma simbiose no processo de tomada de decisão, na qual, as decisões acordadas a nível nacional, terão reverberações também no nível internacional. A chamada Política do Interméstico (DE PIERI, *Idem*)

A literatura presidencial brasileira, durante décadas de ensino e pesquisa, se preocupou em entender as variáveis institucionais que envolvem o jogo político entre Executivo e Legislativo. Neste sentido, o vislumbre das Regras do Jogo tem como principal mote a caracterização do Presidencialismo brasileiro de acordo com seu escopo estatal. Corrente essa denominada pelas Relações Internacionais de Teoria do Ator Estatal (HUDSON, 2005) e pela Ciência Política como Teorias Institucionalistas. Este trabalho, no entanto se enquadra dentro da classificação de (HUDSON, *Idem*) dentro da Teoria do Ator Específico, buscando as explicações de mudanças no Executivo, enquadrado no estudo massivo e profundidade dos atores políticos que tem a capacidade de alterar o *Status-Quo* do Sistema Presidencial.

Essencialmente da Ciência Política, a corrente institucionalista propiciou um conhecimento minucioso de temas centrais no arcabouço presidencial vigente, modulando o entendimento da própria instituição Presidência. Deste modo, a concepção de presidencialismo ficou reduzida ao entendimento de temas estatais, tais como: Burocratização, Relações Executivo-Legislativo, Freios e contrapesos, Presidencialismo de Coalizão, dentre outros. (SHUGART, *et al*, 1992), (BATISTA, 2016), (LINS, 1996), (CHAISTY, *et al*, 1994)

Nota-se a predileção da academia brasileira no contexto interno do funcionamento do executivo, é notório também o forte teor institucional com o qual o presidencialismo brasileiro fora entendido. Fatores estes que condicionaram explicações, análises e previsões do funcionamento do executivo brasileiro considerando apenas o eixo doméstico do jogo político.

Entretanto, recentes mudanças no Presidencialismo reforçam a insuficiência das explicações institucionais dada pela Ciência Política para caracterizar o pleno funcionamento do Sistema. Nota-se que o caráter decisório do presidente brasileiro, depreendido em seus

poderes presidenciais de agência, a capacidade de modificar o Status-Quo de sua Política Executiva a nível Interno e Externo. (SHUGART, *et al*, 1992),

De acordo com o conceito difundido no trabalho de Putnam (1988), de “Jogos de dois níveis” no qual a Política Interna influenciará na Política Externa do país, sustentando o caráter de continuidade das decisões a nível nacional ao sistema internacional, argumenta-se nesta dissertação que existem motivações teóricas suficientes para sustentar a seguinte hipótese exploratória de pesquisa. H1 – *as características agências, vislumbradas no processo de Tomada de Decisão, dos presidentes brasileiros afetam o Executivo Brasileiro*

Destarte, esta pesquisa situa-se no campo de estudos das Relações Internacionais (RI), uma vez que busca compreender a Política Externa brasileira após a redemocratização - a Nova República do Brasil. Embora versa a tratar de um fenômeno nitidamente da Ciência Política, o Presidencialismo.

Como problematização da referida dissertação, utiliza-se a Nova República brasileira, também chamada de Sexta República. Iniciada depois de um traumático processo de redemocratização, na qual forças da sociedade civil, do meio político e setores jurídicos firmaram o pacto constitucional que culminou no atual Estado Democrático de Direito brasileiro permitido através da incorporação da Constituinte de 1988.

A transição, teve seu ápice centrado na vitória da chapa Aliança Democrática, encabeçada por Tancredo/Sarney de forma indireta pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. De acordo com o resultado do pleito, Tancredo de Almeida Neves (PMDB-MG), sagrou-se vitorioso, derrotando o então candidato do PDS, Paulo Maluf.

Segundo Vieira, 2018, em seu livro “A Batalha dos Poderes” o momento histórico na qual fora convocada a Assembleia Constituinte de 1985 exerce importância significativa na maneira como o Poder Constituinte fora provocado. As demandas sociais, civis e políticas de uma sociedade no pós-redemocratização, suprimidas durante 21 anos de Regime Militar, ecoaram de forma significativa neste momento.

Destarte, existia a necessidade de projetar um arroubo minimamente democrático para justificar a convocação do Poder Constituinte. Optou-se pela convocação pela via democrática vigente, através do mecanismo de Emenda Constitucional . Coube ao Congresso Nacional, restabelecido pós ditadura, o poder de convocá-la. Neste sentido, o poder constituído de 1967 vigente fora responsável pela convocação do poder Constituinte de 1988. Criando assim o que a História intitula como a Nova República Brasileira. (VIEIRA, 2018)

Em seu primeiro capítulo, a referida dissertação tem como intuito demonstrar como a literatura de Análise de Política Externa evoluiu enquanto disciplina, demonstrando as especificidades dos autores que se debruçaram sobre o tema em suas gerações, empenhados em entender as modificações elaboradas no Sistema de Governo, através da Teoria do Ator Específico.

No seu segundo capítulo, é contextualizado o período de redemocratização brasileira, de acordo com a obra de Vieira (2018), em seguida são apresentadas as métricas utilizadas por Barber (1972), das quais esta dissertação se baseia para classificar os presidentes da Nova República, analisados enquanto aos seus respectivos Estilos Presidenciais, Visões de Mundo, e, através da criação de um índice Quantitativo elaborado pelo autor, os distintos Caráteres Presidenciais, dos casos analisados. Em sequência são apresentados os atributos de particularização e generalização para pesquisas exploratórias, contados em Gerring (2012) que endossam o teor qualitativo desta pesquisa, por fim é apresentado o desenho de pesquisa utilizado.

Em seu terceiro capítulo, através do método Histórico-Descritivo e das análises das biografias, encontrado nos verbetes dos presidentes, disponíveis no Dicionário Biográfico Brasileiro – FGV, é apresentado um Estudo de Caso Múltiplo, com oito categorias de análises, iniciados no governo de Tancredo Neves/José Sarney, em 1985, e encerradas no governo Michel Temer, em 2018, Isso porque, busca-se entender as especificidades da tomada de decisão desses atores introduzindo aspectos cognitivos na análise dos processos políticos, tais quais as elencadas por Barber. (1972), pertencentes a denominada Teoria do ator Específico. (HUDSON, 2005). Sendo assim mensurados, sua Visão de Mundo e Estilo Presidencial (*Categoria I*), salienta-se, que através da catalogação quantitativa, será possível tecer as métricas para a mensuração dos respectivos Caracteres Presidenciais, apresentados no quinto capítulo, mensurados por intermédio de variáveis binárias de acordo com as categorias elencadas por Barber (1972)

Em seu quarto capítulo são apresentados os Caracteres Presidenciais, (*Categoria II*) das unidades de análise mensuradas. Explicita-se, com fins de replicabilidade, como os dados foram mensurados, analisados e como o “*Índice: Presidentes da Nova República e suas Performances Agenciais no Estado Democrático de Direito Brasileiro.*”, fora constituído.

À Guisa de conclusão são apresentados os resultados finais desta dissertação, discutindo-se a relação entre as performances de cada presidente analisado e do seu personalismo com no Executivo brasileiro de acordo com a classificação dos caracteres presidenciais. Dois novos conceitos são apresentados pelo autor, revisitando Putman (1998), o

autor atualiza o conceito de “*Jogos de dois Níveis*” para uma nova conceituação, “*Jogo de Nível Único*”; Weber (2004), em sua obra “*Ciência e Política duas vocações*” também fora revisitado, em sua distinção clássica, o autor classifica que os líderes políticos podem *1 – Viver da Política, ou 2 – Para a política*, o autor desta dissertação sugere uma nova abordagem conceitual, “*Viver Na Política*”.

2 EVOLUÇÃO DA DISCIPLINA DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

O campo de Análise de Política Externa (APE) é notoriamente associado à academia Norte-Americana, entretanto serviu de fonte de inspiração para o desenvolvimento de trabalhos em outras conotações de poder pelo mundo, tais quais análises de países da União Europeia. (MENDES, 2014) (JAKOBSEN, 2016)

A principal lacuna entre a APE para com as Relações Internacionais (RI) está no modelo de divisão de estudos entre os níveis doméstico e Externo, sendo a APE especializada em destrinchar os acontecimentos de cunho político que se enquadram no âmbito interno e suas reverberações no cenário internacional. Enquanto, às RI enfocam seus esforços nitidamente na arena internacional. (SALOMÓN, PINHEIRO, 2013)

É necessário salientar que tal modelo representa um arcabouço de produção complexo, uma vez que, ao mesclar searas de Política Interna com externa tem-se diversos matizes teóricos nos quais os fenômenos poderão ser interpretados. Assim, o desenho de pesquisa, a formulação do método e as análises das teorias implementadas não se apresentam de forma linear, sendo cada pesquisa, a depreender de seu objeto de Estudo, necessárias particularidades metodológicas adaptáveis a cada formulação. (SPOSITO, 2011) (JAKOBSEN, 2016)

Os Processos estudados pela APE, podem ser traduzidos na definição de Putnam (1988) de Jogos de Dois Níveis. Nesses jogos, a política se dará numa conexão simultânea entre duas distintas arenas de poder que, correlatamente, interferem uma na outra. No interior dessas arenas encontraremos diferentes Instituições, Regras e Atores. As Instituições podem ser compreendidas como as estruturas estatais que organizam o jogo político proveniente de uma fonte de poder incontestável e legal; as Regras do jogo são os Processos gerados por essas Instituições para que os atores – podendo ser atores políticos e não políticos – participem dos jogos nas duas searas; por fim, os destacasse a tese de que os Atores são entes dotados de Agência, podendo estabelecer diferentes estratégias para lher dar com as instituições e regras (Estrutura e Processo) (JAKOBSEN, 2016)

Ao fim, essa tríade passa a configurar-se como uma díade, visto que os processos dos jogos podem ser simultaneamente alterados pelas Estruturas como pelos Agentes. Tornando-se uma dicotomia (Estrutura/Agente), dentro de uma outra, a dicotomia dos níveis do jogo (Interno/ Externo).

Para além do debate dicotômico, algumas outras variáveis foram empostadas na disciplina de Análise de Política Externa. Uma vez que, a evolução dos estudos no campo fora salientado que os atributos agenciais passaram a ser cada vez mais utilizados na tentativa de alterar os Status-Quo do poder, visto que, dentro do agir das estruturas, os atores perceberam vácuos informais de poder aos quais poderiam utilizar-se para modificar a seu bel prazer o arcabouço dessas estruturas. Abordagem defendida neste trabalho.

Assim, variáveis da subjetividade foram incorporadas nos processos de pesquisa, tais quais: Valores, Atitudes, Crenças, Interesses e Motivações daqueles que detêm o poder de modificação dentro do escopo decisório do jogo político. Na presente dissertação os atores que detêm essas prerrogativas são os Presidentes da Nova República, instaurada no Brasil em meados da década de 1980. O Principal argumento utilizado para que enquadrar esses atores no campo de estudo de Análise de Política Externa está contido no amplo poder de Agência destinado aos Presidentes Brasileiros na Constituição Federal de 1988, na qual tornou Presidente brasileiro um dos representantes de Governo com mais força, quando comparado ao demais Sistemas presidencialistas, no mundo, referente a seu poder de agenda e de veto. (SHUGART, *et al*, 1992)

Dito isto, é necessário salientar que o campo de Análise de Política Externa muito tem a contribuir no entendimento dos poderes internos do Presidentes brasileiros pós 88, incluindo suas reverberações no cenário internacional. Salienta-se também a complexidade de análise do campo, uma vez que, detêm múltiplas variáveis interagindo em diferentes níveis de análise. Envolvendo, múltiplos Atores, Processos e Estruturas.

2.1 O Presidencialismo Nas Relações Internacionais

O presidencialismo é o foco principal desta dissertação, entretanto o tema será abordado sob a ótica das correntes de estudos da Análise de Política Externa, disciplina do campo de Relações Internacionais com metodologia e teorias próprias. Como Sistema Político, ultrapassa-se a esfera institucional e busca-se o entendimento em sua esfera de Agência. (BARBER, 1972)

As Relações Internacionais, de acordo com Nogueira *et. al* (2005, p. 02) “Têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes

que moldam a política mundial”. Os fenômenos estudados pelas RI são múltiplos, levando em consideração tanto fatores de *Hard Power*⁹ - Economia, Direito, Política e Poderio Militar, quanto fenômenos de *Soft Power*¹⁰ - Povos, Cultura, Religião, Raça. Por conseguinte, o campo de atuação das RI envolve diversos níveis de análise e temas abrangentes. Para Smouts (1998) a função originária das Relações Internacionais é a de elaborar a compreensão dos objetos de estudo e de sistematizá-los como conhecimento organizado.

Embora haja uma definição clara sobre quais são os objetos de estudo, a formação intelectual das RI - agenda de pesquisa, configurações acadêmicas e currículos de estudos - encontra-se em constante debate, não havendo um consenso geral sobre sua formatação. Nogueira e seus colaboradores ao fazerem referência à riqueza e à vastidão das linhas de pesquisas da área afirmam que “*não existe apenas uma versão do realismo ou do liberalismo, nem o realismo e o liberalismo são as únicas possibilidades teóricas na disciplina de Relações internacionais*” (NOGUEIRA et. al., 2005, p. 09).

Igualmente, é comum ao campo a confusão na distinção teórica entre as Relações Internacionais e a Análise de Política Externa (APE), sendo a segunda uma subárea da primeira. Segundo Hudson (2005, p.01-05) a APE é caracterizada por sua ênfase no agente, uma vez que está lastreada no argumento de que “*tudo o que ocorre entre as nações e através delas está fundamentado nos tomadores de decisão humanos, agindo individualmente ou em grupo*” (DE FARIA, 2012, p. 102).

Nesta perspectiva, os Estados são vistos como abstrações e está em seus atores - Presidentes, Primeiros-Ministros, Chefes de Estado; o poder de Agência.

Uma boa Análise de Política Externa precisa elencar de forma contundente o que se entende por Agência. Tal discursão reverbera-se na diferenciação entre Estrutura, Processo e Agência.

Por Estrutura, entende-se como sendo um arquétipo maior que organiza todo o jogo político no qual os agentes se relacionarão através de Processos. A posição de cada ator dentro da estrutura é extremamente decisiva, uma vez que reverberam manutenção e/ou quebras de seu *Status-Quo*.

⁹ Tradução Minha: Poderes Fortes. Trata-se dos poderes constitucionais dos quais os Presidentes detêm no momento que assumem o posto presidencial.

¹⁰ Tradução minha: Podes Informais. Trata-se dos poderes informais que os presidentes apresentam em seus governos, através de espaços de informalidade da instituição Presidência, dos quais os presidentes se utilizam para destacar seus atributos presidenciais.

Por processo, entende-se o jogo, e/ou os diferentes jogos que os atores, individuais ou em grupo, disputarão dentro dessa estrutura.

Por agência, depreende-se o poder unitário dos atores que estão participando do jogo. Intrínseco a seus atributos pessoais no uso do poder informal. Sendo também definida como a capacidade, do ator, de alterar o Status-Quo político nos cenários nacional e internacional. Abordagem utilizada neste trabalho.

Segundo George (1988), os atores também definem a estrutura, uma vez que grande parte das regras e procedimentos burocráticos detêm um nível considerável de decisões informais, existindo então uma relação de causa e efeito com entre esses dois conceitos. (JAKOBSEN, 2016)

Assim, o processo de tomada de decisão e, por conseguinte, a definição da Política Externa do Estado, são influenciados por variáveis que dizem respeito aos indivíduos que participam do jogo político. Dessa forma, a APE pauta-se no estudo dos atores, levando em consideração questões psicológicas e fatores cognitivos no processo decisório, assim como no entendimento supracitado desenvolvido por Putnam (1988). Sendo o processo de tomada de decisão constituído em um ambiente multifatorial, multinível e multidisciplinar. (JAKOBSEN, 2016)

Tal fato pode ser percebido com mais clareza, com a evolução dos meios de comunicação de massa e o surgimento de novos canais de *accountability* vertical. (MIGUEL, 2005). As nuances do acompanhamento do governo e averiguação do mandato pelos cidadãos, foram extrapoladas. Nunca foi tão fácil saber das novidades do ocupante do cargo mais importante em democracias presidencialistas, basta segui-lo em sua conta pessoal do *twitter* e/ou assistir suas *lives* no *Instagram*. (VALENZUELA, 2013)

Muito antes do uso político das Redes Sociais, líderes presidenciais já tinham sua imagem pública projetada em televisões, revistas e jornais. Os temas abrangidos não estavam restritos somente a aspectos políticos – avaliação de seu governo e variações do cotidiano político no qual estão inseridos; sendo corriqueiras notícias de sua vida pessoal e familiar nestes veículos, trazendo status de celebridade a este ator político. (MALINI, et. al, 2017)

Entender o dinamismo desse novo fenômeno político-social parece ser uma tarefa desafiadora, uma vez que com o mundo globalizado e conectado por redes transmissoras de dados no qual vivemos, qualquer foto ou texto divulgado pelo presidente pode ter importantes reverberações no cenário internacional.

Indo Além da sistematização feita por Weber (2004) na qual os líderes políticos podem viver 1 - *da política* ou 2- *para a política*; referindo-se aos estilos de dominação pelas

lideranças, um terceiro tipo me parece oportuno para ilustrar essa intersecção entre a vida pública e privada do presidente: *viver na política*.

Outrossim, depreende-se que a conduta dos atores é essencial para a compreensão do “posicionamento internacional dos Estados” (DE FARIA, 2012, p. 111), o que permite que o Estado deixe de ser visto como uma caixa-preta. O estudo das características cognitivas dos presidentes atrelado à força institucional dos Estados representam variáveis importantes para a compreensão da Política Externa. Estudar o processo de tomada de decisão e a agência das lideranças políticas que o compõem é fundamental para o melhor entendimento da burocracia estatal destes mesmos Estados (SCHENONI & AZTIRIA, 2014, P. 115).

Em seu seminal artigo “*Foreign Policy Analysis: Yesterday, today and Tomorrow*” Hudson (1995) destrincha as principais conotações, perspectivas e a evolução da Análise de Política Externa (APE). Seu trabalho é considerado um divisor de águas na aplicação do método da APE, um modelo de resposta aos desafios atuais do cenário internacional e, mais do que isso, sua contribuição atualiza a própria disciplina de Relações Internacionais, perpassando pelas principais vertentes explicativas e desafios axiomáticos tidos pela cátedra ao longo de sua evolução histórica. (JAKOBSEN, 2016)

No que tange a essa dissertação, a burocracia estatal brasileira não será tratada como fator estático definidor de uma política rígida, outrossim servirá como *proxxy* para destrinchar o funcionamento do arcabouço estatal pelo presidente cuja agência refere-se aos presidentes da Nova República.

2.2 Análise De Política Externa: Primeira Geração

O campo de Análise de Política Externa (APE) tem seu surgimento nas cátedras Norte-Americana na década de 1960, no pós segunda Guerra Mundial com a preocupação de ensejar teorias e metodologias cientificamente mais críveis dando primazia a atuação dos líderes no cenário internacional. Existindo um câmbio nas teorias tradicionais (RYNNING e GUZZINI, 2001). Os interesses primordiais em entender as nuances do campo doméstico para o exterior. (JAKOBSEN, 2016)

Em sua gênese, duas ideias foram prioritárias para nortear os estudos e desenvolvimento do campo. Buscava-se entender a característica funcional dos Estados em primeiro instante,

como também trazer explicações sobre o funcionamento da Política Externa destes, a posteriori. (SPOSITO, 2011) (JAKOBSEN, 2016)

A busca por um tipo ideal de nação, assim como o comportamento organizacional destas acompanharam os anseios da primeira geração, denominada de “Política Externa Comparada” (PEC); uma vez que os meios da investigação se nortearam pela comparação das ações do Executivo Estadunidense com os demais países do Sistema Internacional. Buscava-se formular teorias gerais de longo alcance que permitissem elucidar o que prediria a performance no âmbito externo de distintos governos, ou até mesmo, antecipar o resultado de processos internos (SALOMÓN, PINHEIRO, 2013) (JAKOBSEN, 2016)

O livro “*Decision-Making as an approach to the study of international politics*” de Snyder e Bruck (1954) é considerado o primeiro grande trabalho da área, tornando a APE um campo de estudo situado. Nesta seminal obra, aponta-se a necessidade de olhar para abaixo do nível estatal nas análises de Política Externa, isso porque, os autores defendem uma preocupação maior com os tomadores de decisão e atores políticos relevantes. A importância da agência na tomada de decisão é evidenciada uma vez que vislumbra-se nos atores humanos mecanismos modificações das características dos Estados. Sendo, essa teoria fortemente marcada pela virada “Behaviorista” nos estudos da Ciência Política/Relações Internacionais do Pós-Guerra. (JAKOBSEN, 2016)

Os autores procuraram recriar a Visão de Mundo dos tomadores de decisão buscando entender como estes visualizavam a arena decisória na qual estão inseridos. Nesse contexto, buscou-se ir além da dicotomia de dois níveis decisórios e inseriu-se variáveis de cognição, subjetivas, em suas análises. Mostrando o efeito significativo enquanto ao poder de agência. Tanta preocupação com o Processo da Tomada de decisão fora denominado pela literatura como *Foreign Policy Decision Making*. Snyder, Bruck e Sapin (*idem*). (JAKOBSEN, 2016)

Com a evolução do debate, os críticos ao behaviorismo puro argumentaram que o trabalho supracitado estaria dando ênfase demais aos atores, desconsiderando a importância dos Estados como fonte principal de poder. Existia também a dúvida teórica, sobre se as decisões dos atores gerariam resultados, assim como o agir estatal. (JAKOBSEN, 2016)

Em “*Pre Theories and Theories of Foreign Policy*” de Rosenau (1966), aglutinou-se conhecimentos de outras esferas das Ciências Sociais ao Campo, buscando estimular o uso de teorias multiníveis. Sua obra fora fomentadora das críticas ao modelo inicial, no qual, quase se desprezara a importância do Estado dentro dos níveis de análises. (JAKOBSEN, 2016)

Entretanto James Rousenau também fomentou os estudos da PEC, em sua concepção o entendimento interseccional entre os campos domésticos e externos são notadamente marcados,

devendo a Política Externa ser baseada no prelúdio das duas interfaces. Visto que os acontecimentos de cunho político e sociais da arena doméstica trará reverberações significativas no contexto Externo. (JAKOBSEN, 2016)

De acordo com Gerner (1995) ao elencar a área de Política Externa como vislumbrada na Política Externa Comparada, e em seu modelo categórico das fontes decisórias de categorias distintas, Rosenau contribuiu na busca da implementação de mecanismo de Causa-Efeito nos trabalhos desenvolvidos em APE. Tornando o campo cientificamente mais crível. (JAKOBSEN, 2016)

Ainda situada na Primeira geração e dentro da levada Behaviorista, destaca-se o seminal trabalho de Alison (1971) Sobre o episódio da Crise dos Mísseis entre Estados Unidos e União Soviética em Cuba. Em “*Essence of decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*” mapeia-se três principais modelos de tomada de decisão, previsto no caso empírico histórico, elencados abaixo. (JAKOBSEN, 2016)

No modelo Estado ator racional a tomada de decisão é descrita como sendo um tentativa de maximizar os ganhos e diminuir as perdas por parte dos *players*.¹¹ O segundo modelo, de cunho institucional, aponta que dentro da arena de decisão existirão diversas outras microáreas decisórias, divididas em uma estrutura hierárquica bem definida, sendo a decisão final iniciada no escalão abaixo até chegar no principal tomador de decisão. Por fim, o terceiro modelo aponta a existência de uma zona de barganha burocrática na qual os atores podem negociar de forma a organizar os jogadores dentro de uma lógica própria com o fim de garantir os ganhos da disputa. (GERNER, 1995) (JAKOBSEN, 2016)

Sprout e Sprout (1956) se preocupam em entender o fenômeno do Psycho Milieu – Como o meio é percebido pelos atores e quais são suas reações. Tamanha preocupação se dá tanto quanto no entendimento dos atores individuais tanto para os atores coletivos, no momento ao qual estes efetuam a decisão. (JAKOBSEN, 2016)

Hudson e Vore (1995) elencam o trabalho de Rosenau (1966) como revolucionário no campo de Análise de Política Externa, também consideram “*Foreign Policy Decision-Making*” de Snyder, Bruck e Sapin (1954) e “Man-Milieu Relationship Hypothesis in Context of International Politics” de Harold e Sprout (1956) como obras basilares na construção identitária da disciplina. (JAKOBSEN, 2016)

As ferramentas e abordagens utilizadas pelas RI já foram bastante úteis para explicar os fenômenos sociais de âmbito externo (HUDSON, 2005). Em seu surgimento como disciplina

¹¹ Tradução Minha: Jogadores. Atores que participa do jogo político a nível Interno e Externo.

as explicações realistas, por exemplo, eram bastante convincentes se levarmos em consideração o contexto histórico da Guerra Fria na qual estavam inseridas. Entretanto, ainda de acordo com a autora, as explicações centradas no Estado não são mais capazes de responder aos novos desafios de um mundo globalizado. Logo, inicia-se com esse trabalho uma guinada conceitual no estudo das Relações Internacionais no Brasil, deixando de lado as Teorias do Ator Geral, as quais primam pelo entendimento do papel central do Estado, para dar primazia à Teoria do Ator Específico, preocupada com a agência dos atores estatais. (JAKOBSEN, 2016)

Em síntese, os objetivos da APE enquanto subárea das RI, em sua primeira geração são: I - Trazer explicações minuciosas das teorias estudadas, II - Dinamizar o campo teórico das RI, agregando-o com perspectivas distintas, III - Fazer conhecimento Multinível, indo do específico ao geral em suas explicações, IV - Endossar o-papel da Política Externa e V - Incluir a Política Interna nas análises, dado que é uma variável importante e que pode afetar o cenário internacional.

2.3 Análise de Política Externa: Segunda Geração

A década de 1970 representa uma nova virada no pensamento do campo, uma vez que, com a desvalorização do positivismo nas Ciências Sociais na década anterior, os pressupostos fundamentais do campo foram revisitados. Eis que é comum distinguir a geração pós-positivista como sendo a segunda geração de análise de Política Externa. (JAKOBSEN, 2016)

A segunda onda de trabalhos preocupou-se com a abrangência dos temas estudados e em fornecer uma abertura teórica a outras correntes de estudos das Relações Internacionais. Os autores estavam preocupados em diversificar a fonte de teorias das quais bebiam em seus escritos além de criar novas teorias empiricamente testáveis na tentativa de entender como se dava o funcionamento dos Estados. (SPOSITO, 2011) (JAKOBSEN, 2016)

Segundo Hudson (2008) a segunda Geração preocupou-se em observar o que acontece abaixo do nível dos Estados, na busca de informações específicas sobre o ator. Configurando a chamada Teoria do Ator Específico. (JAKOBSEN, 2016)

Hudson (2008) defendera a busca da construção de teorias de médio alcance nos trabalhos da área, assim como o caráter de dialogar com teorias gerais e complexas do mundo latente. Outra preocupação estava na tentativa de tornar mais científico o entorno empírico dos trabalhos, dando primazia a modelos multicausais abrangendo diversos níveis de análise.

Outrossim, em sua segunda geração, a Análise de Política Externa, passa a se preocupar ainda mais com questões metodológicas. A Quantificação e a Mensuração dos fenômenos foram inseridas através de manipulações matemáticas robustas, com as técnicas de correlação. Além disso, os trabalhos dessa segunda onda se preocupavam com sua relevância política, uma vez o conhecimento gerado começa a ser utilizado por tomadores de decisão. (MENDES, 2014) (JAKOBSEN, 2016)

Desse modo, a segunda geração preocupou-se em encontrar padrões nos processos burocráticos, de atores relevantes e/ou grupos de interesse que possam embasar múltiplos históricos; bem como de produzir indicadores que possam explicar e prever as escolhas de Política Externa. (JAKOBSEN, 2016)

Nesse âmbito, a complexidade de se tentar fazer uma teoria de longo alcance com respostas universais, vislumbrada pela Teoria do Ator Geral é abandonada, sendo cambiada pelos seguintes aspectos da Teoria do Ator Específico: I - a importância da atuação dos indivíduos na tomada de decisão de Política Externa; II - as teorias de médio alcance como explicação dos fenômenos; e, III - a integração entre os níveis micro e macro de análise. (HUDSON, 2005) (JAKOBSEN, 2016)

Em seu ápice os trabalhos da segunda geração ganharam características notadamente liberais, uma vez que, com o fim da Guerra Fria, buscou-se entender o posicionamento cognitivo dos presidentes norte-americanos e sua atuação em um mundo onde o capitalismo se consolidou como sistema em vigor. (MEERNIK, *et al*, 1998) (JAKOBSEN, 2016)

O esquema lógico de Putnam é revisitado, a ideia de Coalizões Minimamente Vencedoras, amplamente discutida pela Ciência Política (GAMSON, 1961) é traduzida no esquema lógico que o autor intitula de “Jogos de Dois Níveis”. Ao qual marca-se uma relação de dependência da Política Externa naquilo que ocorre a nível doméstico das nações. Nesse sentido. O argumento utilizado pela segunda geração respalda-se no entendimento de que o processo cognitivo será iniciado no eixo doméstico para auxiliar o logro de interesses externos. Assim, primordialmente, os presidentes buscarão afirmação de alianças políticas com seus atores mais próximos da seara doméstica (LIMONGI, 1988), na tentativa de elencar uma Coalização Vencedora que terá forte escopo decisório dentro do cenário internacional. (HUDSON, 2008)

No escopo do cenário doméstico existem estruturas de poder organizadas, sendo estas braços de poderes dos Estados: as Instituições. Através do jogo político, interagindo entre instituições, os presidentes negociam e maximizam seus interesses, na tentativa de barganhar e acumular o maior número de possível de atores com poder de veto ao seu favor. Nesse sentido,

existe a cooptação, por parte do principal ator decisório, de outros atores e de estruturas de poder relevantes para fortalecerem seu jogo. (HUDSON, *Idem*)

As regras do jogo são definidas pelas atribuições dispostas na Carta Magna de cada país (No caso brasileiro a Constituição de 1988). Entretanto o escopo decisório não se encontra tão somente vinculados na letra da Lei. É notório as características de espaços informais nos quais o chefe do executivo pode transitar livremente e fortalecer seus arquétipos de poder. (HELMKE, LEVITSKY, 2004)

Notoriamente, o Presidente brasileiro necessita dialogar constantemente com a bancada que lhe apoia no Legislativo (Câmara e Senado) e coordenar as pastas ministeriais as quais indicou aliados (LIMONGI, 1998). Destaca-se, em assuntos de Política Externa o diálogo constante como o Itamaraty e como o então Chanceler do Ministério das Relações Exteriores. (BARNABÉ, 2013) (PAIXÃO, 2012) (AURÉLIO PIMENTA DE FARIA, 2012)

De uma maneira bastante pragmática, os presidentes norteiam suas decisões no âmbito internacional de acordo com suas bases domésticas, a ideia é de que exista uma arena decisória doméstica preestabelecida na qual os líderes do Executivo detenham livre movimentação decisória, trazendo impactos significativos no cenário internacional, por sua vez o eixo internacional é pré-moldado de acordo com cenários da geopolítica existentes, cabendo ao líder encabeçar seu direcionamento político, construído no eixo interno, com um dos ramos disponíveis no jogo internacional. (HUDSON, 2008)

Com a eclosão da Guerra Fria, Hurrell (2010) em sua análise sobre a Política Externa Brasileira, aponta que após a década de 1980 o cenário internacional foi amplamente modificado pautando-se na questão hegemônica de um mundo capitalista, restando aos líderes se orientarem em uma das duas searas: pró, ou contra o capitalismo. (JAKOBSEN, 2016)

Destarte, depreende-se que a Política Externa sofre grande influência das decisões agenciais. Sendo necessário então entender na literatura as definições acerca deste objeto. A principal discussão gira na tentativa de entender se a Política Externa é uma política de Estado ou de Governo. O questionamento se a APE pode ou não ser caracterizada como uma política pública está contido no seguinte pergunta: qual ,ou quais, atores detêm o seu monopólio?. (PINHEIRO, 2004)

Em suas análises, a pesquisadora aponta que a Política Externa necessita prioritariamente, para ser executada, do suporte de um ator. Não necessariamente esse ator precisa ser o Estado, uma vez que o cenário de negociações internacionais favorece o esquema de barganhas entre atores unitários, representando Estados.

Diferentemente, no entendimento de Seitenfus (1994), o monopólio do exercício do poder interno e externo está contido única e exclusivamente na entidade Estatal, cabendo ao sistema de poder decidir como se dará as relações com os demais países. (JAKOBSEN, 2016)

Lafer (2009), caracteriza a Política Externa como sendo uma Política Pública de Estado, uma vez que aponta uma tendência de continuidade dos rumos alavancados por sucessivos governos. Entretanto, admite uma dimensão especial enquanto ao escopo decisório desta, argumentando que existem nuances de poder decisório onde os líderes poderão nortear micro decisões de acordo com seus aspectos de cognição e necessidades políticas. (JAKOBSEN, 2016)

Hill (2003) aponta que o resultado da Política Externa se dará através do consenso dos atores que nela podem influenciar, sendo estes na maioria das vezes estatais, entretanto admite o teor unitário das resoluções internacionais. Argumenta-se a existência de uma convenção com as quais as decisões unitárias se encaminham para rumos estabelecidos no cenário internacional. (JAKOBSEN, 2016)

De acordo com as definições supracitadas é notório a percepção de distintas unidades de análise que perpassam as definições de Política Externa, as definições basilares se distinguem quanto ao número de atores envolvidos, quanto o uso de instituições do corpo diplomático vigente e quanto às variáveis de caráter cognitivo que interagem no cenário decisório. (JAKOBSEN, 2016)

A organização do poder, em decisões de Política Externa, entretanto possui uma diferenciação enquanto a importância do tema tratado. Temas mais latentes, que demandam uma amplo debate nacional são usualmente decididos pelo alto escalão do executivo, com o aval do chefe do governo, uma vez que se busca o ganho político no âmbito interno e projeção de poder no âmbito externo. Temas menos relevantes e altamente situados são resolvidos no degrau a baixo ministerial, muitas vezes delegados para burocratas e agências governamentais responsáveis por essas minúcias. (LOTTA, 2014) (FERREIRA; MEDEIROS, 2016)

Assim, salienta-se, a existência de filtros organizacionais de divisão de demandas, enquanto estrutura dos governos, à temas relativos a Política Externa. Tal fato, demonstra que, em alguns casos o presidente apenas dará o aval da decisão estatal, não participando de fato do processo de tomada de decisão. Entretanto, em temas relevantes que gerem algum tipo de ganho político, os presidentes farão questão de participar de todo o jogo decisório. (CARDOSO, 2001) (JAKOBSEN, 2016)

De fato, para que exista uma diferenciação contundente entre os níveis decisórios e as camadas envolvidas no processo da escolha da decisão, é necessário entender o devido

aparelhamento do estado, que tem sua discussão marcadamente desenvolvida por Marx Weber (1978), para o teórico burocracia é entendida por suas funções técnico-administrativas, visualizadas na formação de profissionais altamente capacitados no que se refere a temas importantes da ossada estatal. Segundo o autor a seleção desses grupos, seria realizada por escolha com altos crivos, escolhendo-se assim os mais capacitados para gerir a Coisa Pública. (JAKOBSEN, 2016)

A noção defendida pelo autor, é a de que, com a implementação do sistema capitalista criou-se um instrumento de administração estatal análogo aos de grandes incorporações privadas. Nesse sentido, a criação de ilhas de burocracia, responsáveis apenas por pequenas parcelas do trabalho ganhou respaldo no modelo estatal moderno. Assim, a implementação das distintas Políticas Públicas, interagem com setores altamente burocratizados antes de sua promulgação. Analogamente a um produto, a política em questão, seja ela de Defesa, Saúde, Educação ou Externa, chega nas mãos do gestor público “empacotada” e pronta para ser utilizada. (JAKOBSEN, 2016)

No caso brasileiro, o papel dos burocratas em Política Externa está vislumbrado no processo de formação diplomática do Instituto Rio Branco, responsável por capacitar uma elite de diplomatas com um nível alto de erudição e técnicas burocráticas refinadas.

A literatura brasileira costumeiramente passou a chamar este fenômeno de “Insulamento Burocrático do Itamaraty”. Nas palavras de Nunes (1997), entende-se por insulamento:

Na linguagem da teoria organizacional contemporânea, o insulamento burocrático é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ao núcleo técnico é atribuída a realização de objetivos específicos. O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. (NUNES, 1997, p. 34, *APUD*, AURÉLIO PIMENTA DE FARIA, 2012 p. 315)

De acordo com Aurélio Pimenta de Faria, com a eclosão da Segunda Guerra mundial o Itamaraty como agência estatal obteve características de insulamento, visto que uma gama de funcionários altamente especializados detinha a expertise em assuntos internacionais, sendo a discussão altamente situada entre esse pequeno corpo de burocratas. (AURÉLIO PIMENTA DE FARIA, 2012)

Contudo, se levarmos em consideração o escopo hierárquico de organização do poder, visualizaremos que o Ministério das Relações Exteriores, está sob tutela do Executivo brasileiro. Por mais que se mantenha *praxe* de aceitação das decisões formais do Itamaraty, em seu corpo burocrático, o chefe do Executivo tem o poder de nomeação e de alterar livremente

a localização de diplomatas em torno de um ambiente internacional que lhe seja favorável. Nesse sentido, abre-se uma seara informal, legitimada pelo texto constitucional, na qual o presidente tem livre acesso para reformular conjecturas de poder no que julgar pertinente. (TESIBELIS, 2014)

Destarte, é notório o entendimento de que os Chefe de Estado, detêm prerrogativas importantes no teor organizacional da Política Externa. O grau de consensualidade dos Regimes também implicará no tamanho dessa influência. Em Regimes menos democráticos o poder de influência na PE (Política Externa) será monocrático, com poucas ressalvas as instituições reguladoras, em Regimes democráticos com um grau de consensualidade maior, observaremos maiores ressalvas as instituições democráticas estatais. Todavia, em ambos cenários, existirão espaços de livre trânsito entre os tomadores de decisão. (LIJPHART, 2003) (JAKOBSEN, 2016)

Outra variável que pode ser norteadora dos rumos da Política Externa de um país está no grau de interesse de seu governante no assunto. Isso porque, em sua agenda política poder-se-á ou não incluir temas internacionais com menor ou maior frequência. A chamada Agenda Diplomática Presidencial é o momento no qual o presidente representa seu país perante a comunidade internacional, mesmo que se tenha pouco interesse em temas de Política Externa é sua imagem humana que representará o país ao qual governa em cenários de disputas internacionais. (DANESE, 1999) (JAKOBSEN, 2016) (BARBER, 1972)

Nesse sentido seus atributos pessoais, inerentes às suas características físicas e psíquicas terão importância dentro do jogo político internacional. Assim, os aspectos cognitivos entram nas análises do poder do líder. Sendo estes, aspectos de *Soft Power*. (NYE JR, 2004)

Diversos autores, da segunda geração de análise de Política Externa, já desenvolvem em seus estudos a dimensão do aspecto das subjetividades dos líderes e de seus atributos de cognição. Mitz e DeRounen Jr. (2010) buscam mapear a personalidade do líder e compreender estilo de sua liderança nas decisões no escopo internacional. (JAKOBSEN, 2016)

Em seu expoente trabalho "*The presidential character*" James David Barber tece uma extensa contribuição acerca das características cognitivas e emocionais dos presidentes norte-americanos. Segundo Barber (1972), os cidadãos no ato da escolha presidencial depositam uma previsão emocional daquilo que julgam ser melhor para o país, essa situação incerta desperta nos votantes lembrança de votações presidenciais anteriores.

Embora seja alertada a celeuma da decisão do eleitor para o voto presidencial em seu trabalho, Barber argumenta que é possível sim estudar a Presidência e em particular o principal ator político que a representa. Basta levar em consideração que assim como os eleitores os

presidentes são cidadãos dotados de distintas características cognitivas, emocionais e culturais. Nesse sentido, deixa-se de lado a percepção de que a figura do presidente representa uma incorporação abstrata e prima-se pelo entendimento dele como agente humano tentando cumprir uma tarefa difícil e dotado de um Caráter que o representa. Limita-se por suas visões de mundo e por seu estilo político. Referindo-se ao Regime presidencial americano o autor retrata:

A Presidência é um escritório peculiar. Os pais fundadores deixaram-no extraordinariamente solto na definição, em parte porque confiavam que George Washington inventaria uma tradição à medida que prosseguisse. É uma instituição feita de uma só vez por homens sucessivos na Casa Branca. Jefferson estendeu a mão ao Congresso para reunir o início dos partidos políticos; A força dramática de Jackson estendeu o partidarismo eleitoral à sua base de massa; Lincoln expandiu vastamente o alcance administrativo do escritório presidencial, Wilson e os Roosevelts mostraram suas possibilidades retóricas - na verdade, a mente e o comportamento de cada presidente deixaram sua marca em uma herança ainda em desenvolvimento vivo. (BARBER, 1972, p. 90, TRADUÇÃO MINHA)

A ideia de que o cargo presidencial é muito mais do que uma instituição encontra respaldo no viés afetivo vislumbrado no mandato. Os sentimento e percepções sobre a política, por parte da população, são em geral discretos, superficiais e causais, o entendimento do eleitor médio sobre temas específicos do cotidiano político é muito pequeno. Segundo o autor, na Presidência essa tendência não é retratada, as pessoas depositam suas emoções mais intensas da vida política na figura do presidente, sendo este um líder simbólico e norteador dos acontecimentos políticos do país.

Outrossim, a retratação midiática deposita sobre a imagem do presidente uma série de características além das prerrogativas do cargo, nesse aspecto a composição familiar, emocional e de caráter do presidente, são expostas nos veículos de comunicação em massa. Seu estado emocional costuma ser discutido no dia-a-dia político, sua figura é facilmente encontrada em publicações jornalísticas ao longo do mandato; nas palavras do autor: "*O presidente recebe mais atenção nos livros escolares, na imprensa e na televisão do que qualquer outro político*" (BARBER, 1972, p.91, TRADUÇÃO MINHA)

Barber (*Idem*) condensa seus achados em 04 principais argumentos, que podem ser entendidos como camadas teóricas para o argumento de pesquisa deste trabalho. Sendo eles: I - A personalidade de um presidente é um importante modulador de seu comportamento presidencial em assuntos triviais; II - As personalidades dos presidentes podem ser padronizadas, o pacote de Caráter, Visão de Mundo e Estilo indicam um caminho específico nos quais os presidentes se encaixam enquanto atores políticos. III - A composição ministerial, respaldada pelos presidentes, gera expectativa sobre seu mandato e IV - A análise do Caráter

presidencial precisa levar em consideração aspectos biográficos da vida dos presidentes, tais como socialização na infância, amadurecimento na vida adulta e estilo presidencial adotado.

2.4 Política Externa Brasileira: Fases e Evoluções

Salómon & Pinheiro (2013), indicam que o funcionamento da Análise de Política Externa como campo curricular das Relações Internacionais se assemelha com a virada disciplinar tida com o Behaviorismo na Ciência Política. Outra importante contribuição exposta pelas autoras está na discussão feita sobre a utilização da Análise de Política Externa nos centros acadêmicos brasileiros. O diagnóstico elencado por ambas indica que se destacam no país trabalhos que buscam o entendimento de contextos específicos, procurando desmistificar recentes mudanças institucionais e a interação dos jogos de dois níveis, entre Política Interna e Externa.

As autoras alertam que embora haja um recente crescimento do número de trabalhos na produção do país dois obstáculos precisam ser superados; em primeiro lugar existe uma carência de estudos que incluam análises sobre Opinião Pública no processo de tomada de decisão, sendo ainda desconhecida a visão da população sobre os temas referentes à Política Externa. Em segundo lugar, as autoras apontam uma carência em estudos centrados nos líderes, nos aspectos psicológicos e ideológicos que afetam o processo político. Entretanto, segundo as autoras: "*A crescente visibilidade do Brasil na comunidade internacional aumentou o interesse por parte de pesquisadores sobre a Política Externa do País, além de expandir ainda mais o leque de temas a constituir a agenda da Política Externa brasileira.*" (SALÓMON & PINHEIRO, 2013, p.49).

Trabalhos que se debruçam sobre análise de Política Externa no Brasil situam os presidentes em intervalos históricos distintos. Na década de 40 destacava-se o projeto de desenvolvimento da indústria no Brasil, logo após segue-se o debate das oscilações e rupturas na Política Externa brasileira na Era Vargas. O alinhamento brasileiro na Guerra Fria no governo Dutra assim como a política exterior do nacional-populismo formam também parte da agenda de pesquisa brasileira. Segue-se, pela questão da Operação Pan-Americana assim como a Aliança para o Progresso no projeto modernizador de Juscelino Kubitschek (JK). Na década de 60 a característica de independência da política brasileira com a implementação do Regime Militar dá lugar ao Nacional-desenvolvimentismo. O último grande ciclo histórico, mapeado

pela literatura, diz respeito ao declínio do paradigma desenvolvimentista da década de 80 a partir da redemocratização.

Moura (1990) tece sua Análise de Política Externa desde o fim do Estado Novo até o governo Dutra, mostrando as características da Política Externa Brasileira (PEB) no pós Segunda Guerra Mundial. Hist (2003) discorre sobre a PEB no segundo governo Vargas e em Café Filho. Silva (1992) em seu recorte analisa a política e desenvolvimentismo do governo Juscelino. Vizontini (1994) dá conta do governos de Jânio a Jango, abarcando temas como a Guerra Fria e a Política Externa independente do Brasil. Martins (1975) e Almeida (2008) mapeiam a Política Externa dos governos Castello Branco, Costa e Silva, demonstrando como se deu o alinhamento com o Interamericanismo. Martins (1975) e Miyamoto (2013) dão conta do governo Médici e sua busca pela questão do Interesse Nacional. O impulso para o desenvolvimento firmado por Gaisel e a crise do modelo desenvolvimentista pós Figueiredo são temas abordados por Spektor (2002) e Ferreira (2006). A partir da Nova República destacam-se trabalhos como os de Vigevani (2005, 2007), De Oliveira (2017) e Cervo e Lessa (2014), relatando os temas ligados a redemocratização.

Em termos gerais, o estudo de Política Externa Brasileira é dotado por momentos históricos bem marcados na conjectura nacional, se atrela entretanto ao presidente que dispunha da legislatura ao momento, o manejo específico e norteador de tais fatos. Essa dissertação, se preocupara no entendimento nos aspectos cognitivos dos presidentes brasileiros pós democratização, tendo como marco histórico a elaboração da Constituinte de 1988 e o estudo biográfico dos Presidentes da Nova República, sendo estes as unidades de análise desta pesquisa.

3 CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO COMO PROBLEMATIZAÇÃO DESTA PESQUISA EXPLORATÓRIA, A TAXONOMIA BARBERIANA, O MÉTODO HISTÓRICO-DESCRIPTIVO DE GERRING E O DESENHO EXPLORATÓRIO PARA PESQUISAS CONCERNENTES AO NÍVEL DE SUBJETIVIDADE DOS TOMADORES DE DECISÃO

3.1 A Redemocratização

A Nova República brasileira, também chamada de Sexta República, fora iniciada depois de um traumático processo de redemocratização, na qual forças da sociedade civil, do meio político e setores jurídicos firmaram o pacto constitucional que culminou no atual Estado Democrático de Direito brasileiro permitido através da incorporação da Constituinte de 1988.

A eleição indireta dada pelo Colégio Eleitoral de 1985 rompeu com o Regime Militar que durante 21 anos ditava a ordem civil-política no país. Dando início ao processo de transição democrática que culminara com a volta das eleições diretas. Clamada pela população no movimento Diretas-Já.

A transição, teve seu ápice centrado na vitória da chapa Aliança Democrática, encabeçada por Tancredo/Sarney de forma indireta pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. De acordo com o resultado do pleito, Tancredo de Almeida Neves (PMDB-MG), sagrou-se vitorioso, derrotando o então candidato do PDS, Paulo Maluf.

Entretanto, um fato atípico marcou a concretização do início de sua legislatura, às vésperas de assumir a Presidência, em 14 de março, Tancredo fora internado em estado grave no Hospital Base de Brasília. Dias depois, em 21 de abril de 1985, após ser submetido 07 procedimentos cirúrgicos, o então vencedor da chapa morreria vítima de câncer.

A bem da verdade, Tancredo Neves já tinha ciência de seu estado de saúde, durante a disputa política no Congresso Nacional, 15 dias antes do pleito sentira diversas dores abdominais e seus médicos o alertavam sobre a necessidade de intervenções cirúrgicas. Porém, decidiu-se por continuar com a disputa, uma vez que existia pelo candidato o receio da transição democrática não vigorar, dado que os militares, na figura do então presidente autoritário João Figueiredo, não permitissem à posse presidencial, haja vista que, a quebra da chapa poderia ser usada de argumento para uma ruptura no processo do Colégio Eleitoral.

Com a morte de Tancredo Neves, a Presidência é assumida pelo seu vice de chapa, José Sarney, em 14 de março de 1985. Após um longo debate sobre se a vacância da posse seria preenchida pelo vice da chapa de Tancredo, ou pelo presidente da Câmara dos Deputados, naquele momento, o também Pemedebista Ulysses Guimarães. O núcleo duro do partido, em decisão respaldada na Constituição, ainda em processo de conclusão, formou consenso para empossar José Sarney.

Outrossim, usa-se nessa dissertação a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral como marco da eclosão da Nova República, por mais que, de fato, não tenha assumido o posto de presidente, sua figura política, assim como seu poder de encabeçar um consenso democrático no Colégio Eleitoral, fazem com que este ator político seja entreposto nas seguintes análises sobre sua biografia enquadrando-o como um caso dos presidentes da Nova República. Destarte, justifica-se o rótulo deste trabalho para designar seu recorte, indo de Tancredo e culminando na legislatura Michel Temer

Tabela 1- Casos [Presidentes] Analisados

PRESIDENTE	MANDATO	PARTIDO
Tancredo Neves	Morte antes da Posse	PMDB (Atual MDB)
José Sarney	15 de março de 1985 até 15 de março de 1990 (5 anos)	PMDB (Atual MDB)
Fernando Collor	15 de março de 1990 até 29 de dezembro de 1992 (2 anos e 289 dias)	PRN (Atual PTC)
Itamar Franco	29 de dezembro de 1992 até 1º de janeiro de 1995 (2 anos e 3 dias)	PMDB (Atual MDB)
Fernando Henrique Cardoso	1º de janeiro de 1995 até 1º de janeiro de 2003 (8 anos)	PSDB
Luiz Inácio Lula da Silva	1º de janeiro de 2003 até 1º de janeiro de 2011 (8 anos)	PT
Dilma Rousseff	1º de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016 (5 anos e 243 dias)	PT
Michel Temer	31 de agosto de 2016 até 1º de janeiro de 2019 (2 anos e 123 dias)	PMD (Atual MDB)

Fonte: Elaboração própria de acordo com o site do planalto.

Segundo Vieira, 2018, em seu livro “*A Batalha dos Poderes*” o momento histórico na qual fora convocada a Assembleia Constituinte de 1985 exerce importância significativa na

maneira como o Poder Constituinte fora provocado. As demandas sociais, civis e políticas de uma sociedade no pós-redemocratização, suprimidas durante 21 anos de Regime Militar, ecoaram de forma significativa neste momento.

Destarte, existia a necessidade de projetar um arroubo minimamente democrático para justificar a convocação do Poder Constituinte. Optou-se pela convocação pela via democrática vigente, através do mecanismo de Emenda Constitucional. Coube ao Congresso Nacional, restabelecido pós ditadura, o poder de convocá-la. Neste sentido, o poder constituído de 1967 vigente fora responsável pela convocação do poder Constituinte de 1988. Criando assim o que a História intitula como a Nova República Brasileira. (VIEIRA, 2018)

A alternância para o *status* de um Estado Democrático de Direito, tendo o Judiciário como regulador do jogo político, ocorreu a duras penas. Setores da sociedade civil, juntamente com os atores com poder de alterar o então *status-quo* se uniram em busca da derrocada do Regime de exceção; a deprender elenca-se a “Carta aos Brasileiros” escrita pelo jurista Goffredo da Silva, lida na tribuna catedrática da São Francisco em 1977 e o Movimento Diretas Já 1983-84, como expoentes da labuta. Culminando na convocação do Colégio Eleitoral em 1985 e na vitória da chapa Tancredo-Sarney pelo Colegiado - eleição indireta. (VIEIRA, *Idem*)

Com a Morte de Tancredo e a posse de Sarney, a promessa anterior ao pacto da Aliança Democrática, chapa vencedora, fora cumprida. Sendo a Assembleia Constituinte provocada pela Emenda Constitucional N^o. 26 de 27 de novembro de 1985. Embora convocada pelo poder constituído, a Constituição de 1988, como Poder Constituinte legítimo e originário exercia prerrogativas de não limitação e incondicionalidade da legislação anterior – A Constituição de 1967 do Regime Militar, podendo alterá-la em quaisquer requisitos sendo eles políticos e/ou jurídicos. No que concerne a mudança do Sistema Político optou-se pela continuação do presidencialismo instaurando a Nova República (1985 – Atual). (VIEIRA, *Idem*)

A justificativa de não mudança do sistema ocorreu pela parcimônia do Constituintes para com as demandas da sociedade civil, buscando a maximização de demandas embutidas dentro da Letra da Lei, a depender do resultado do Referendo de 1967, onde a maioria de votantes optou pela derrocada do Parlamentarismo de João Goulart. Muito embora o Poder Constituinte originário não precisaria se submeter, dentro do esboço jurídico, a qualquer entidade, classe ou corpo de poder preexiste. (VIEIRA, *Idem*)

Em Regimes democráticos a Constituição é o principal código que regula o jogo entre poderes, lá estão contidos os compromissos dos entes políticos, jurídicos e diversos setores da sociedade civil através do firmamento de um contrato onde vigora o pacto constitucional. Na

Constituição estão pautadas as principais “*Rule of Law*”¹² que norteiam o cotidiano de um país em um Estado Democrático de Direito. (VIEIRA, *Idem*)

3.2 A Taxonomia Barberiana (1972)

O quarto capítulo desta dissertação, trará um mapeamento dos aspectos subjetivos, agenciais e individuais dos presidentes estudados através das análises biográfica da vida desses atores, disponíveis no repositório de verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) elaborado pelo Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), busca-se encontrar a Visão de Mundo, seu Estilo e Caráter Presidenciais, assim como realizado por Barber (1972).

Nesse sentido, diferentemente do que a literatura de Política Externa costumeiramente vinculou a tratar, esta dissertação se concentra em um Estudo de Caso múltiplo, por conter em um desenho exploratório de pesquisa, em profundidade, contendo oito unidades de análises – qualitativos Barber (1972) sob a égide dos aspectos de Visão de Mundo e Estilo Presidencial dos presidentes analisados. A posteriori nesse trabalho, através da coleta de dados quantitativos, elabora-se nesta dissertação um índice que mensura de maneira quantitativa os caracteres dos Presidentes da Nova República, apresentada no quinto capítulo.

A catalogação dos arquivos e coleta dos dados se dará através dos critérios elencados por Barber (*Idem*) em seu estudo “*The presidential character: predicting performance in the White House.*” Em sua análise dos presidentes americanos como atores específicos são consideradas duas categorias. A primeira delas refere-se aos pontos importantes na tomada de decisão (Visão de Mundo e Estilo Presidencial) - Categoria I (qualitativa nesta dissertação). A segunda diz respeito ao tipo presidente encontrado (Caráter dos presidencial) - Categoria II, quantitativa.

No que diz respeito aos pontos que diferem entres os presidentes no processo de tomada de decisão, Categoria II, vislumbrada na tabela 02, o autor elenca 07 importantes métricas para a mensuração dos Caracteres Presidenciais, que neste trabalho servirão de base, por meio da

¹² Tradução: Regras do Jogo.

mensuração de variáveis Numéricas Discretas do tipo *Dummy*¹³ – Quantitativo, classificadas pelo Autor. Sendo elas: Tipo de Regime; Interesse em Política Externa; Atitude tomada pelo líder em momento de Crise; Capacidade de Liderança, Capacidade do Líder de se Impor ao seu Gabinete; Capacidade do líder de Seguir Recomendações de sua equipe e a Capacidade de Delegar Tarefas. Utiliza-se, nesta dissertação, através do estudo Histórico-Descritivo, vislumbrado por Gerring, (2012) e nas biografias presidenciais do arquivo DHBB-FGV, a criação de um índice qualitativo para mensurar o Caráter dos Presidentes analisados.

Para a criação do índice, o autor deste trabalho utiliza-se dos seguintes critérios: A classificação dos valores se dá de acordo com a frequência dos acontecimentos dispostos em sua biografia, atribui-se 0 a ausência total da variável pesquisada, 0,25 à pouca presença da variável, 0,5 como presença parcial, 0,75 a quase totalidade da variável analisada e 1 para sua totalidade.

Tabela 2 - Categoria II: Métricas da análise biográfica segundo Barber (1972)

TIPO	VALOR	FONTE
Tipo de Regime	Numérica Discreta (0 a 1)	Barber (1972)
Interesse em Política Externa	Numérica Discreta (0 a 1)	Barber (1972)
Atitude Tomada em crises	Numérica Discreta (0 a 1)	Barber (1972)
Capacidade de Liderança	Numérica Discreta (0 a 1)	Barber (1972)
Capacidade se impor ao Gabinete	Numérica Discreta (0 a 1)	Barber (1972)
Capacidade em Seguir Recomendações	Numérica Discreta (0 a 1)	Barber (1972)
Capacidade de delegar tarefas.	Numérica Discreta (0 a 1)	Barber (1972)

Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972).

¹³ Variáveis do tipo *Dummy*, são variáveis binárias (0 ou 1) criadas para representar uma variável com duas ou mais categorias.

Figura 1 - Categoria II. A taxonomia Barberiana: 04 Tipos de Caracteres Presidencial.

	Positivo	Negativo
Ativo	<p>Adaptativo:</p> <p>Autoconfiante; flexível, cria oportunidades de ação; goza do exercício do poder, não se leva muito a sério, otimista; enfatiza o "domínio racional" de seu ambiente; O poder é usado como meio para obter resultados benéficos.</p>	<p>Compulsivo:</p> <p>Poder como meio de autorrealização; gasta grande energia ao realizar tarefas do mandato, mas obtém pouca alegria: preocupado com o fato de fracassar ou ser bem-sucedido; baixa autoestima, inclinada à rigidez e ao pessimismo; altamente dirigível.</p>
Passivo	<p>Complacente:</p> <p>Procura ser amado; facilmente manipulável, a baixa autoestima é superada por sua personalidade cativante, reage mais do que toma iniciativa; otimista superficialmente.</p>	<p>Retraído:</p> <p>Responde a um senso de dever; evita centralização e excesso de poder; Baixa autoestima compensada pelo serviço prestado a terceiros; Se antecipa aos questionamentos; Evita conflitos e incertezas; enfatiza seus princípios e procedimentos; apresenta aversão à politicagem.</p>

Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972).

3.3 O Método Histórico-Descritivo de Gerring (2012)

Um importante pilar na busca de uma narrativa científica crível é a descrição das variáveis que cercam dado problema de pesquisa a ser analisado pelo pesquisador que se propõe a entender um fenômeno específico do mundo social. Entretanto, na busca de se fazer das Ciências Sociais a imagem e semelhança das Ciências Naturais, costumou-se traçar estratégias empíricas que busquem encontrar causalidade entre a variável dependente e suas múltiplas variáveis independentes, subvalorizando a descrição como, também, um mecanismo válido na busca de exercer a cientificidade.

Entretanto, para que o método Histórico-Descritivo seja de fato coerente, concernente a uma estratégia de pesquisa descritiva, torna-se imprescindível a utilização de padrões rígidos em sua aplicação. Diferenciando-o de mera exposição de acontecimentos difusos ao decorrer de dado momento histórico, que em nada contribui no teor científico do objeto estudado. Espera-se assim uma síntese convincente do fato analisado.

Gerring (2012), em seu seminal artigo "*Mere Description*" norteia os principais aspectos para a consolidação de uma estratégia de pesquisa descritiva robusta. Seu principal

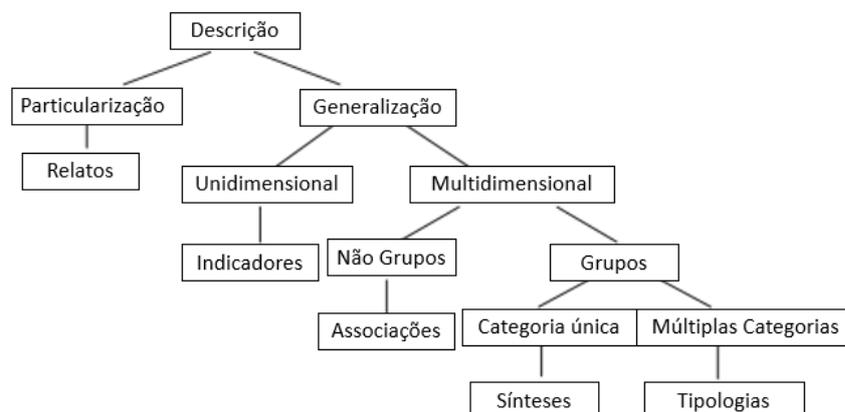
argumento centra-se na tese de que a noção descritiva pode ser integrada ao método científico social, de forma sistemática, rigorosa e empírica, diferentemente do que fora compreendido pela Ciência Política positivista.

No que se refere a definição da descrição, o autor argumenta que a causalidade e a descrição estão intimamente relacionadas, não sendo possível a existência em separado dos dois termos. Ambas searas são definidas como tipos de argumentos de pesquisa – Afirmações, Modelos, Proposições, Declarações e/ou teorias sobre o mundo social.

Ainda de acordo com o autor, o argumento descritivo, de fato, tece uma descrição de aspectos importantes, visando responder perguntas sobre um fenômeno ou um conjunto de fenômenos, buscando responder questionamentos tais quais: *O Que?*, *Quando?*, *Quem?*, *Como?*, *De Quê?* e *De Que Maneira?*. Diferentemente, os argumentos causais primam por trazer predições e contrafactuais destas perguntas, sendo responsáveis por identificar se um ou mais fatores geram mudanças em algum resultado e principalmente, calcular a mudança de dado resultado particular.

Em sua taxonomia sobre os argumentos descritivos, Gerring (*idem*) diferencia as dinastias estruturas e critérios metodológicos dos modelos descritivos. Através de sua taxonomia, o autor lista 05 arquétipos dos argumentos descritivos, elencados em uma estrutura de árvore da subdivisão do método descritivo. (Relatos, Indicadores, Associações, Sínteses e tipologias). Apresentados na figura abaixo:

Figura 2 - Subdivisão Do Método Descritivo.



Fonte: Gerring (2012), Tradução do autor.

A principal diferenciação entre os 05 tipos está na ruptura entre a particularização e generalização. Uma estratégia descritiva que busque particularizar fará relatos sobre unidades

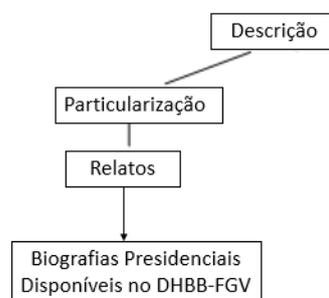
de pesquisas independentes entre si. Descrições que optem por generalizações serão distinguidas por 03 importantes métricas.

Generalizações podem se diferenciar pelas dimensões que busquem conter. Destarte, a existência de uma generalização unidimensional abarcará na produção de indicadores de dado fenômeno específico. Entretanto as generalizações multidimensionais se distinguirão de acordo com a existência ou não de grupos categóricos.

Outrossim, generalizações que não estiverem contidas em grupos culminarão em associações. Quando for possível agrupar as generalizações teremos que diferenciá-las em relação a existência ou não de categorias de cada subgrupo. Grupos com uma única categoria terão como principais argumentos descritivos a síntese de cada categoria e por fim, grupos com múltiplas categorias trarão generalizações por meio de tipologias. (GARRING, 2012, p.725).

Diante do exposto, na referida dissertação adota-se duas principais estratégias descritivas em seu desenho de pesquisa. Primeiramente, cada presidente será abordado por um argumento descritivo particularizado, os relatos são obtidos através da análise biográfica de cada caso analisado de acordo como os dados disponíveis no Dicionário-Histórico Biográfico Brasileiro, desenvolvido pelo CPDOC-FGV a partir de 1974 com atualizações constantes durante o período atual da Nova República. Trata-se de um compilado de fontes primárias, arquivos pessoais, coleções de jornais e de anuários e anais oficiais das principais figuras biografias da história política brasileira, das quais será possível, neste trabalho classificar a Visão de Mundo e o Estilo Barber (1972) Presidencial dos presidentes analisadas. A primeira estratégia descritiva seguirá os padrões da seguinte árvore:

Figura 3 - Estratégia de Particularização através do estudo Biográfico.

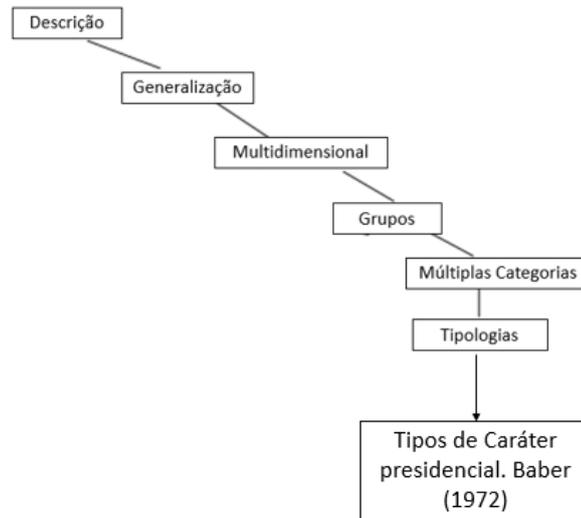


Fonte: Elaboração do autor baseado em Gerring (2012).

A Segunda estratégia descritiva do trabalho está na generalização desses relatos presidenciais, sua característica multidimensional de grupos com múltiplas categorias. Para

tanto, utiliza-se da Taxonomia de Barber (1972) para classificar os 04 tipos de caracteres presidenciais por presidente – Ativo-Positivo, Passivo-Positivo, Ativo-Negativo e Passivo-Negativo.

Figura 4 - Estratégia de Generalização através da Taxonomia Barberiana.



Fonte: Elaboração do autor baseado em Gerring (2012).

Elencados os mecanismos de pesquisa exploratória e definidas as mensurações entre as duas estratégias descritivas selecionadas, teremos o desenho de pesquisa utilizado neste trabalho..

3.4 Desenho Exploratório de Pesquisa

Embora, tratando-se de uma pesquisa exploratória, sem a realização de teste de hipóteses, antecipo neste capítulo o modelo de pesquisa condizente para corroborar e mensurar, de maneira crível como o presidencialismo brasileiro, ao longo da Nova República, cada vez mais, apresenta o caráter de personificação, com as escolhas de seus presidentes, decidindo o contorno nos quais a Política Externa Brasileira se desenrolará ao longo do mandato. Tal argumento, respalda-se na eminente mudança de direção na PEB com as mudanças dos

governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), cujo vínculo direcionava-se a um alinhamento mais globalizado situando-se como parceiro do Estados Unidos e sua transição para os governos Luís Inácio Lula da Silva, cuja Política Externa se direcionava a um recanto mais regionalista mantendo *status* de independência com a Política Externa estadunidense.

Outro argumento possível de utilização, reverberando que o personalismo presidencial importa na Política Externa, está na atuação Político-ideológica do atual Presidente eleito do Brasil, Jair Messias Bolsonaro; não incluso nas análises por não ter terminado seu mandato. São nítidos seu alinhamento entre Política Interna e Externa como sendo pertencentes a uma única construção. Seu discurso ideológico respalda-se interna e externamente, fazendo dos jogos de dois mencionado por Putnam (1988), na qual distingue-se a Política Interna como sendo o escopo primário para os acontecimentos da Política Externa, a mais verdadeira tradução do que acontece em solos brasileiros. A bem da verdade, se propõe nessa dissertação, que a Política Interna e Externa Brasileiras, caminham para um jogo plano de um *Jogo de Nível Único*. Sendo esse novo conceito pautado por ideologias globalizantes, com a junção de grupos identitários, e de correntes ideológicas globais pelas Redes Sociais, cuja comunicação em massa gera a evocação de novas clivagens políticas e do aproveitamento de um líder que ajusta sua política doméstica às tendências mundiais em voga, deste modo a Política Interna e Externa, são executadas no mesmo nível.

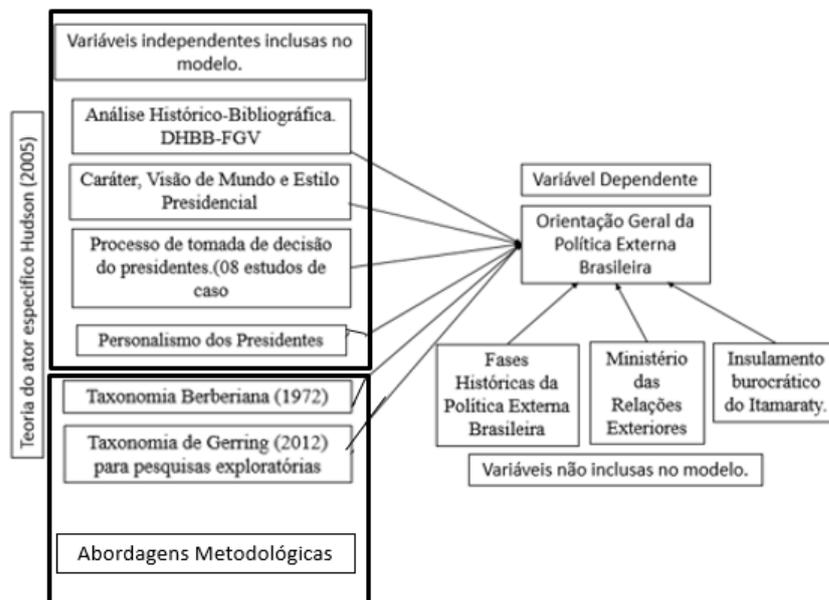
Em sua seminal obra “*Ciência e Política duas vocações*” Weber (2011), discute os rumos da Ciência em seu Estudo de Caso sobre a Alemanha de sua época, o conceito de Racionalidade é tido como a capacidade de Transformação Social, na qual elenca a Ciência tendo a função de uma estrutura política de funcionamento do Estado Moderno. A Ciência como Vocação é refletida sob dois critérios: I – Especialização constante do conhecimento e II - Paixão do pesquisador pelo que se faz. Para o critério I o autor argumenta que dentro do esquema científico é necessário que haja Intelectualização e Racionalização, complementarmente no critério II é salientado que se necessita, por parte dos pesquisadores, a intuição científica, através do trabalho árduo e pela paixão dos investigadores de Ciências Sociais. Assim, a Ciência permite o domínio da Técnica pelo Conhecimento, que se dá através do trabalho contínuo do pesquisador, sendo ela sem fronteiras, com explicações múltiplas. Deste modo, o cientista necessita apresentar padrões Morais e Éticos rígidos, diferenciando-se de demagogos e profetas.

No que se refere à Política como vocação, Weber (*Idem*), classifica a política como sendo a direção do agrupamento humano que hoje chamamos de Estado, por Estado o autor denomina: Comunidade humana que dentro de um território detém o uso legítimo da força.

Conquanto o Estado é legitimado pelo Poder, através das dominações Carismáticas, Legalistas e Tradicionais. Tendo os atores políticos optarem por *I – Viver da Política*, ou *II – Viver para a Política*, diferenciando-as em termos éticos. Quando se Vive da Política os políticos a adotam como profissão e meio de vida, quando se escolhe Viver para a Política os políticos apresentam a paixão em realizar seu trabalho cotidiano, exercendo a função com Ética e Moral. Atualizando o modelo de, Weber (*Idem*), o autor sugere uma terceira tipificação, *III – Viver na Política*. Trata-se de um fenômeno global, com a eclosão da Internet e meios de comunicações em massa através das Redes Sociais, na qual os políticos estendem sua vida pessoal para o ambiente de trabalho, fazendo de sua vida, ideologias, subjetividades e valores, uma continuação de suas atividades no escopo político.

Outrossim, se propõe o seguinte modelo de pesquisa, para que se estude a Política Externa Brasileira de forma mais condizente com a realidade demonstrada pela Nova República, os estudos que focam no sistema diplomático do Itamaraty, assim como as relações históricas de imparcialidade e cordialidade do Brasil enquanto ator Político Externo, encontram-se majoritariamente ultrapassados, servindo como decorações de estantes empoeiradas de um passado antigo, dos quais os louros já não nos servem. Destarte, segue-se o modelo:

Figura 5 - Desenho de Pesquisa Para o Estudo de Política Externa da Nova República.



Fonte: Elaboração do autor.

No capítulo posterior será apresentada uma extensa análise em profundidade das biografias dos presidentes, vislumbrada em um Estudo de Caso múltiplo, através do desenho

exploratório de pesquisa, categorizando-os de acordo com os verbetes de cada categoria de análise, através do Dicionário-Histórico Bibliográfico Brasileiro, desenvolvido pelo CPDOC-FGV, realizadas a partir de 1974 com atualizações constantes sobre os principais figurões da história republicana brasileira, com ênfase maior aos líderes do Executivo. Trata-se de um compilado de informações obtidos através de fontes primárias: Discursos, arquivos históricos, atas presidências, pronunciamentos públicos e matéria jornalísticas das quais serviram como fonte de classificação à luz do que fez Barber (1972) sobre a hedge dos presidentes americanos, filtrado através dos critérios de particularização e de generalização de Gerring (2012). Destarte o capítulo vindouro atrelará o trabalho qualitativo em profundidade para capturar os aspectos cognitivos de cada presidente, tais quais Visão de Mundo e Estilo Presidencial, gerando também um índice, quantitativo, vislumbrado no quinto capítulo, capaz de mesurar o Caráter Presidencial dos presidentes analisados.

4 DE TANCREDO A TEMER: VISÃO DE MUNDO, ESTILO E CARÁTER PRESIDENCIAL

4.1 Tancredo Neves

Nascido em 4 de março de 1910, em São João del Rei, Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves fora o quinto de 12 filhos de Francisco de Paula Neves e Antonina de Almeida Neves. Descendera, por parte de pai, de José Antônio das Neves, importante comendador português que chegara ao Brasil pouco antes da Independência, sendo a família Neves, importante na vida política do município. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, [S.I.]

José Juvêncio das Neves, avô de Tancredo fora um importante comerciante mineiro e defensor ávido da causa republicana. Em sua vida escolar, Tancredo foi aluno do grupo escolar João dos Santos entre os anos de 1917 e 1920. Após o período mudou seus estudos para o colégio católico Santo Antônio, formando-se em Humanidades no ano de 1927. Ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1928, fato que culminara em suas primeiras atividades políticas e seu contato com a Aliança Liberal. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 1932, Tancredo termina sua formação e retorna para a cidade onde nasceu, criou ali um escritório de advocacia. No mesmo ano, fora nomeado como promotor da comarca local, cargo que abandonou em 1933 para regressar a sua carreira como advogado. No mesmo ano, se filiou ao Partido Progressista (PP), cogitando disputar o pleito de deputado estadual, no período de eclosão da Constituinte mineira. Por questões burocráticas e internas do partido, optou por não disputar o cargo. Entretanto em junho de 1935 fora eleito vereador de sua cidade natal com votação expressiva, o que projetou seu nome para o cargo da Presidência do Legislativo municipal. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 1936, Tancredo com 26 anos de idade, fora orador oficial, representando todas autarquias municipais mineiras de reunião convocada pelo então governador Benedito Valadares com o intuito de testar a fidelidade de suas bases do interior, fato que ocorreu em Belo Horizonte em 4 de outubro. Com a extinção do PP no mesmo ano, Tancredo filiou-se ao Partido Nacionalista Mineiro (PNM), sendo o principal nome da nova agremiação em São João del Rei, até que fora impedido de exercer suas atividades políticas com a implementação do

Estado Novo.¹⁴ Com a impossibilidade de participar na vida política, regressou à advocacia e se arriscou como empresário nas empresas de tecelagem que fundara, *Matozinhos S.A. e São João Ltda.* (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com o fim do Estado Novo, em 1945, constatou-se uma alta demanda popular pelo processo de redemocratização do país, o processo de reforma política criada pelo próprio Vargas, que convocara uma assembleia Constituinte e a reorganização política dos partidos. Em 8 de abril de 1945, a reorganização partidária mineira se deu com a criação do Partido Social Democrático, (PSD), agremiação escolhida por Neves para dar apoio a campanha do general Eurico Dutra para a Presidência. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 1947, ainda filiado ao PSD, Tancredo Neves foi eleito Deputado Estadual com 5.266 votos. Em seu mandato Tancredo fora designado como relator da Comissão especial para elaborar o texto constitucional que fora promulgado em 14 de julho do mesmo ano. Participou avidamente das articulações que levou à Constituinte mineira, tornando-se vice-líder da oposição na legislatura vindoura. Com a criação da ala liberal do PSD mineiro, Tancredo teve seu poder de articulação diminuído uma vez que o partido fora dividido em blocos dentro da casa legislativa. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Embora dividido, o PSD se consagrou vitorioso das eleições municipais de 1947, encabeçando uma campanha para conquistar o governo mineiro em 1950, com isto costurou-se uma reconciliação das alas oposicionistas do bloco. Neste momento, Tancredo Neves teve participação discreta. Em 03 de outubro de 1950, Juscelino Kubitschek consolidou a vitória para o cargo de governador com cerca de 714.644 votos, por sua vez, Neves fora eleito deputado federal com mais de 11.515 votos, tomando posse em 1º de fevereiro de 1951. Em seus trabalhos legislativos, ocupou assento nas Comissões de transportes, comunicação e obras pública, sendo líder da bancada mineira do PDS na Câmara federal, obteve com sua circulação política notoriedade nacional, sendo convidado a assumir o Ministério da Justiça em 25 de junho de 1953, cargo antes ocupado por Francisco Negrão de Lima. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

A posse de Tancredo no Ministério ocorreu após a reforma ministerial do Presidente Vargas, no início de sua gestão enfrentou o desafio da CPI, instaurada por opositores do governo, que investigou o chamado “Esquema Etelvino”¹⁵. Em seu comando, a pasta ministerial

¹⁴ Governo implementado, de forma ditatorial, pelo presidente Getúlio Vargas, sob a justificativa de conter a ameaça de um golpe comunista no país. Indo de 1937 a 1945.

¹⁵ Esquema liderado pelo então governador de (PSB -PE) com a finalidade de juntar forças dos governadores da Bahia e de São Paulo, com a simpatia dos governos de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, todos do PSB, para coordenar as forças democráticas para o restabelecimento da república, pós Estado Novo.

fora enxugada, desapropriou-se bens da Companhia Indústria e Viação de Pirapora e da Empresa Fluvial Limitada para a criação de uma companhia de economia mista de transportes pelo rio São Francisco. Houve também a ampliação e modernização da rede de Serviços de Assistência ao Menor (SAM). (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com a reforma ministerial elaborada pouco antes o governo teve um período de estabilização política, entretanto com a crise instaurada em 5 de agosto de 1954, com o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, que provocara a morte do major-aviador Rubens Valentim Vaz, principal segurança do então Presidente Vargas gerou uma nova turbulência no governo. Tancredo Neves foi um dos principais atores políticos para solucionar o atentado de 1954, com o cargo de ministro ajudou a amenizar os desafios gerados com o episódio no governo Vargas. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Neste preâmbulo, a figura de Neves serviu de estopim para reformar os aspectos organizacionais das forças de segurança que cercavam o Presidente, ganhando respaldo e visibilidade pelo presidente. Com o suicídio de Getúlio Vargas, em primeiro momento, Tancredo não abdicou de seu cargo de ministro da Justiça. Posteriormente passou seu posto para um oficial-de-gabinete. Presenciou o sepultamento de Vargas em São Borja (RS), onde realizou um ácido discurso contra o novo governo Café Filho. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 30 de agosto, Tancredo reassumiu seu mandato na Câmara dos Deputados, dedicando-se principalmente às articulações de Juscelino Kubistchek à Presidência. Como não se desincompatibilizara a tempo não pode concorrer nas eleições de 1954, saindo de seu mandato em 1955. Com a homologação da candidatura de Juscelino, pelo PSD, Neves assumiu a direção do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Com a vitória de JK sem amplo consenso nacional, houve uma contestação do movimento militar acerca da validação e transferência do cargo, entretanto em 31 de janeiro de 1956 Juscelino assume de fato a presidência e passa e convoca Tancredo Neves para ser seu conselheiro político em momentos de crise e importantes decisões nacionais. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em abril de 1956, Neves deixou o cargo no Banco de Crédito Real de Minas Gerais para assumir a direção de uma das Secretarias do Banco do Brasil (BB), que germinaria futuramente na criação do Banco Central (BC). Uma nova movimentação militar no mesmo ano voltou a gerar preocupação no novo governo, existia um proselitismo dentro dos quartéis com o intuito de reforçar a permanência do General Lott no Ministério da Guerra. Enquanto a outra ala, das Forças Armadas defendiam a posição de Juscelino. Neves teve papel importante na dissolução

deste conflito, garantindo um consenso entre as duas searas militares. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com a saída da diretoria do Banco do Brasil em 1958, Tancredo assumiu a Secretaria de Finanças do governo de Minas Gerais sob a governança de Bias Fortes, optando por não disputar as eleições legislativas de 1958. Tal decisão fora respaldada como sendo de cunho estratégico de Tancredo, uma vez que seu intuito era de aproximar o governo mineiro com o alto escalão do Governo Federal e ainda assim se tornar o sucessor natural de Bias Fortes na disputa do Executivo estadual. Após esse episódio o PSD mais uma vez teve um racha em seu núcleo e Tancredo Neves, com seu caráter conciliador, viajou para o Rio de Janeiro com o intuito de apaziguar os entraves dos líderes partidários e restabelecer relações entre o partido e o Presidente. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em meados de 1960, Neves abdica de sua função na Secretaria de Finanças com o intuito de pleitear o cargo de governador de Minas Gerais. Houve uma disputa interna entre Tancredo e o então deputado estadual José Ribeiro para obter a nomeação do partido. A Chapa Tancredo Neves/Clovis Salgado, então participara da eleição sem a unanimidade pessedista. No fim de seu mandato presidencial, Juscelino nomeou Tancredo para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), outrora o nome de Tancredo fora cogitado para chefiar a embaixada brasileira na Bolívia, entretanto não obteve o apoio do partido para tanto. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com a renúncia de Jânio Quadros e a eclosão de uma crise Político-Militar, o nome de Tancredo voltou a ser reverberado no cenário nacional, João Goulart, substituto legal à Presidência encontrava-se em visita oficial à China quando fora informado da crise. Em sua volta para o Brasil em conjunto com três ministros militares decidiu por vetar sua posse sob o argumento que o então vice de Jânio Quadros tinha ligação com o núcleo duro comunista e exercia atividades classificadas como subversivas. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com o veto, um núcleo político reuniu-se com o intuito de resolver tais impasses, composto por Ernâni Amaral Peixoto, Ulisses Guimarães, Nélon Carneiro, José Maria Alkmin, José Martins Rodrigues e Tancredo Neves, buscou-se a conciliação com o núcleo militar e a não quebra da ordem constitucional. A crise se agravou com a decisão das tropas do III Exército ao movimento pela legalidade liderado pelo governador gaúcho Leonel Brizola, o III Exército chegou a deslocar-se para o Sul com o objetivo de bloquear o avanço das tropas legalistas. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

A decisão para o término do conflito fora realizada pelo viés político, através da Emenda Constitucional que trocara o Sistema Presidencialista para o Parlamentarista, decisão que

agradou o núcleo militar. Com a emenda aprovada pelo Congresso, Goulart assumiu a Presidência em sete de setembro de 1961. No dia seguinte à posse, o então presidente enviou mensagem ao Congresso Nacional indicando Tancredo Neves com Primeiro-Ministro, decisão que fora referendada pelo Congresso. Em sua atuação no cargo Neves foi responsável por construir uma base governista ampla e capaz de reconstruir o diálogo entre os setores opositores e os partidos de base governista. Como principais êxitos, o gabinete parlamentarista conseguiu diminuir as rivalidades dentro das principais correntes políticas do país, ao passo que a insatisfação da sociedade civil crescia, devido a um período econômico difícil de altas inflações e falta de reajustes salariais. Sucessivas greves deram o tom das insatisfações devido à falta de consenso sobre os sindicatos e o núcleo político. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Nas palavras de Neves, a experiência parlamentarista tivera como pauta a reforma agrária como sendo “*Prioridade absoluta na agenda do governo*”, com as controvérsias geradas pelas crises camponesas, Tancredo de forma crítica classificou o movimento como sendo “*Uma estrutura rural arcaica*” e propôs medidas, como Plano de Sindicalização Rural (PSR), para agrupar 16 milhões de trabalhadores agrícolas na tentativa de conciliando-o com a agenda do governo. Entretanto, aprofundavam-se a crise economia, a radicalização política dos defensores das reformas de bases e grupos conservadores, gerando agitação social. Dessa forma, existiu a desconfiança entre os conservadores colocarem em xeque a legitimidade do governo fazendo com que houvesse a dissolução do gabinete de Tancredo Neves. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 1962, após as eleições de outubro, Tancredo se elegeu como o segundo deputado federal mais votado a bancada mineira do PDS. Antes do início da legislatura o Sistema Presidencialista fora reinstaurado através de um plebiscito convocado pelo Congresso Nacional, devolvendo a Goulart os poderes presidenciais definidos na Constituição de 1946. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Após um afastamento de oito anos do Legislativo, Neves retornou seu mandato de deputado federal em fevereiro de 1963, exercendo o cargo de líder da maioria formada pelo PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seu mandato fora marcado por grandes convulsões sociais e políticas, o movimento sindical se afirmara como importante variável nas decisões administrativas do governo, como a nomeação de cargos no segundo escalão. Tal característica gerou revolta dos setores conservadores, do empresariado e de partidos liberais, fazendo com que a chefia militar começasse o plano de depor pela força o governo federal. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com seu perfil conciliatório Tancredo procurava amenizar os entraves do governo Goulart, em 30 de março de 1964 aconselhou o presidente a não comparecer ao ato realizado pelos Sargentos do Automóvel Clube, fato que não que não logrou resultado, uma vez que a presença de Goulart aumentou a animosidade entre os militares e no dia posterior deflagrou-se o movimento político-militar que afastar João Goulart da Presidência levando o general Castelo Branco ao posto de presidente de forma ditatorial. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com instauração do Ato Institucional nº 1 (AI-1)¹⁶ (BRASIL, 1964), que impôs a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos parlamentares, Tancredo manteve-se em posição de reserva, se distanciando dos acontecimentos políticos, como membro do PSD, apoiou em 1965 a candidatura vitoriosa de Israel Pinheiro no governo de Minas, fato que fora dissolvido com a instalação do (AI-2)¹⁷ (BRASIL, 1965), pelo Regime Militar, em 27 de outubro. Decidiu então não acompanhar seus correligionários mineiros que fundaram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) situacionista, optando por ingressar no bloco oposicionista do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Destarte, situado na nova legenda, foi reeleito como deputado federal com a segunda maior votação da ala oposicionista mineira, embora fosse cogitado para o encargo de líder da minoria, optou no por não aceitar o posto. Representou a Câmara na XXIII Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova Iorque. Nas eleições de 1970, reconduziu seu mandato, desta vez com a maior votação do partido, tendo com principais atividades a representação como conselheiro das delegações brasileiras às conferências interparlamentares de Caracas (1971), Paris (1971), Abidjan (1973), Genebra (1973) e Bucareste (1974). (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em meados de 1973, sob o lema “*Navegar é Preciso*” auxiliou a candidatura de Ulisses Guimarães na eleição do Colégio Eleitoral contra Emílio Médici. Embora derrotado, levou ao país o caráter de resistência ao Regime de exceção projetando o MDB à conquista de 16 das 22 cadeiras em disputa do Senado. Obtendo também, seu terceiro mandato legislativo com ampla votação. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

No que concerne a Política Externa, em 22 de dezembro de 1967, Tancredo Neves discursou ferrenhamente após divulgar uma correspondência entre o Estado de Governo Norte-

¹⁶ Determinou que o governo militar poderia cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por 10 anos e afastar do serviço público todo sujeito que, em tese, poderia ameaçar a segurança nacional. Convocou também as eleições para presidente com a extensão do cargo até o ano de 1966.

¹⁷ Determinou a substituição uma extensa reforma na Constituição vigente de 1946, com a inserção de 33 novos artigos, reabrindo processos de cassação e extinção de agremiações políticas, além de garantir intervenções do poder Executivo no poder Judiciário.

Americano com a Embaixada Brasileira durante o governo de Lyndon Johnson. O documento incluía mensagens trocadas durante a crise que derrotou o governo de Goulart e demonstrava o alinhamento de setores políticos brasileiros com o governo norte-americano. Evidenciou-se que a esquadra norte-americana do canal do Panamá fora colocada sob aviso em seguida da deflagração da Ditadura Militar em março de 1964. Desta maneira, Neves se posicionou veemente contra a interferência do serviço secreto americano no contexto político tupiniquim, classificando-a como irresponsável. Ainda na mesma legislatura fora também conselheiro das delegações brasileiras nas conferências interparlamentares de Bogotá (1975), Londres (1975), Madri (1976) e Sófia (1977). (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Embora opositorista, Neves sempre fora adepto do diálogo entre a ala mais moderada do MDB com os situacionistas. Colocando-se como interlocutor da transição “*Lenta, gradual e Segura*” do presidente Geisel. Em 1977, se posicionou a favor da convocação da assembleia Constituinte nacional, sendo eleito líder da bancada emedebista na Câmara. Criticou a visão política dos governantes que se opunham à volta de um Estado Democrático de Direito. Em 1978 lançou candidatura à Câmara alta¹⁸, defendendo a volta de eleições diretas e anistia aos presos políticos pelo Regime Militar. Reconciliou-se com o empresariado brasileiro, embora argumentara a necessidade da criação de multinacionais para setores estratégicos do país. Eleito senador, em novembro de 1978 reforçou sua autoridade como interlocutor no projeto de transição pacífica, “*sem revanchismos e sem radicalismos*”. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Crítico do bipartidarismo, Tancredo participou ativamente na fundação do “partido independente”, chamado inicialmente de Partido Democrático Brasileiro (PDB), outrora fora renomeado como Partido Popular (PP). Nas palavras do supracitado: (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

“teria de ser um PSD de centro-esquerda, um partido sintonizado com as realidades sociais, com conotação social-democrata mais acentuada, em busca da justiça social, sem radicalismo e sem compromissos ideológicos, se desinteressa do governo e critica o Regime, a ordem social [...] Faço uma política de oposição que visa o governo”. (NEVES, TANCREDO, 1978, APUD, RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com o manifesto lançado pelo PP, questões importantes para o retorno do Estado Democrático Brasileiro foram respaldadas, tais quais o retorno do voto livre, geral e direto para todos os cargos políticos, a defesa de uma reforma constitucional vislumbrando o Congresso Nacional na posição de Casa iniciante das Leis, afirmando a soberania nacional em sua plenitude, o restabelecimento do Sistema Federativo de governo conciliando as demandas

¹⁸ Câmara alta ou câmara superior, muitas vezes chamada de Senado, é uma das instituições legisladoras de um parlamento de sistema bicameral.

setoriais de cada região, além das defesas da liberdade de imprensa e de expressão. Embora reafirmadas tais posições, o PP fora taxado como “*Partido dos Banqueiros*” e de “*Partido do Petrônio*” devido a formação elitizada de sua cúpula. Embora, Tancredo defendera a postura de um partido de centro e não oposicionista, sendo uma agremiação auxiliar do PSB. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 10 de Janeiro de 1980, em sua sessão inaugural no Congresso em Brasília, com a Presidência de Tancredo Neves, o PP participou de sua primeira sessão legislativa. Na ocasião fora criada uma Comissão provisória com o intuito da convocação de uma Assembleia Constituinte, reafirmando o compromisso com as eleições diretas e a proteção de pequenos produtores rurais. Com a convenção partidária de junho, Neves foi eleito presidente do PP. Neste evento, argumentou sobre a existência de uma pequena minoria que usurpou o poder e de que não sairia de seu mandato se não fosse pela força. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em novembro de 1981, Tancredo decidiu por se afastar dos ideais do PP e passou a defender a fusão das correntes oposicionista em única legenda, posição acolhida entre a cúpula do MDB e PP, contudo, contestada pelo PTB e o Partido dos Trabalhadores (PT) Nas palavras de Tancredo. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

“A divergência está na metodologia da ação política. O PMDB é muito mais agressivo em busca de suas metas e o PP um partido de ação mais moderada, mais serena, que tenta buscar os seus objetivos em clima de compreensão, de entendimento e de conciliação.” (NEVES, TANCREDO, 1981, APUD, RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Outrossim, em novembro de 1982, Tancredo se sagrou vitorioso das eleições majoritárias para o cargo de governador de Minas Gerais, o logro fora ainda mais festejado pelo pleito eleitoral ser o primeiro de forma direta desde 1965. Reafirmou, em seu discurso de posse o sistema de votação anterior imposto pelos militares, destacando a obtenção de um novo ciclo político que vislumbra o desenvolvimento pleno das Instituições Democráticas. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Neste interim, O Estado de Minas Gerais estivera em situação econômica extremamente complicada, obras inacabadas e uma baixa arrecadação de impostos e *déficit* no pagamento do funcionalismo público desafiaram seus primeiros meses de mandato. Em viagem à Brasília, Neves articulou a criação de uma linha de crédito suplementar para o estado o que estabeleceria a continuidade de obras inacabadas e o estabelecimento dos empregos da mão de obra ociosa, garantido o retorno da rotatividade econômica. Não obstante, recorreu-se também ao financiamento externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), capaz de trazer cerca de 60% do capital de investimentos do fluxo de caixa mineiro. Outrora, resolveu-se o problema da

arrecadação fiscal, impondo um novo ritmo a arrecadação de impostos através de campanhas publicitárias e renegociações da dívida. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Sua postura conciliatória fora essencial na estabilização cívica entre sindicalistas, reduzindo as eclosões de greves e intermediando conflitos trabalhistas. Embora, exercesse o mandato de governador em seu estado natal, Tancredo Neves ganhou projeção nacional com discursos que visavam a reconciliação nacional como forma de diminuir os índices inflacionários, além de defender arduamente o futuro das Instituições Democráticas e a volta do Estado Democrático de Direito. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

A notoriedade nacional conquistada no período do governo mineiro, destacou o importante papel exercido pelo mineiro na campanha pelas Diretas Já e na formação da Aliança Democrática. Com a emenda Dante de Oliveira, através do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, e extinção do AI-2, houve uma mobilização da opinião pública e de oposicionistas para a derrocada do Presidente general João Batista Figueiredo. Um pacto político fora estabelecido com o intuito do retorno da legalidade democrática, criando-se consenso para pra lançar chapas presidenciais no Colégio Eleitoral que visassem o restabelecimento pleno da república. O nome de Tancredo fora desde então cogitado para o pleito que ocorrera em novembro de 1984. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Enquanto o burburinho das eleições do Colégio Eleitoral norteava a situação dos principais agentes políticos, os comícios em favor das eleições diretas eclodiram pelas ruas em abril de 1984, reunindo mais de 30 milhões de brasileiros que rejeitavam o sistema eleitoral em vigor. Neves, sempre presente nas manifestações não deixou de cogitar a disputa do pleito pelo Colégio Eleitoral, representando PMDB caso fosse derrotada a emenda Dante de Oliveira pelos militares. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Como forma de retaliar a eclosão dos movimentos populares pelas diretas já, Figueiredo, às vésperas da votação da emenda, decretou estado de emergência em Brasília, através de um cerco policial ao Congresso Nacional, sob a justificativa de proteger os congressistas sobre a “*Coação Popular*”, fato contraditório uma vez que sua real pretensão seria a de coagir a votação vindoura. Porém, em 25 de abril de 1984 a emenda Dante de Oliveira fora votada, não sendo aprovada pela falta de 22 votos favoráveis, impossibilitando o envio à Câmara alta. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em represália, instaurou-se o ato institucional nº (AI-5)¹⁹ (BRASIL, 1968), uma vez que parlamentares da ARENA se aliaram ao MDB na proteção do emedebista Márcio Moreira Alves, fato que colapsou a fidelidade partidária dos partidos como forma de punição do Regime. Com a racha do PDS, o nome de Tancredo Neves fora fortalecido para obtenção de êxito em uma eventual candidatura no Colégio Eleitoral. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

A disputa para indicação de nomes para a sucessão de Figueiredo no processo do Colégio Eleitoral gerou grande repercussão no Congresso, cogitava-se o nome dos Peessedebistas Aureliano Chaves, do senador pernambucano Marco Maciel e do general Mário Andreazza, então ministro do Interior e do deputado paulista Paulo Maluf. O impasse fora resolvido pelo presidente nacional do partido, José Sarney, respaldado por Figueiredo, com a alternativa de se fazer eleições prévias entre os filiados. Tal proposta fora ignorada por Maluf, sob o argumento de se estar fazendo uma eleição primária, aos moldes americanos com o intuito de enfraquecer sua candidatura. O episódio culminou na renúncia de Sarney do partido governista. Durante este entrave, a posição de Tancredo fora a de apoiar a candidatura de Aureliano Chaves, episódio que ficou conhecido como “*Acordo de Minas*” iniciada ainda na noite da renúncia de Sarney, na qual em reunião com Ulisses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso, sinalizara que seu grupo se dispunha a apoiar um candidato de oposição. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Após um logo entrave e com o intuito de garantir a volta da democratização, o nome de Tancredo fora escolhido para a disputa no Colégio Eleitoral, apoiado pelos dissidentes do PSD, que passou a adotar uma postura parlamentar independente, retirando os nomes de Marco Maciel e Aureliano Chaves da disputa. Restaram então os nomes de Andreazza e de Maluf para o pleito. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 7 de agosto de 1985, em reunião da cúpula do partido PMDB, foram abordadas questões cruciais para o processo de redemocratização. Resultou-se na criação de um programa que firmava que o candidato aliancista e que deveria prezar pela convocação da Constituinte, solucionar a convulsão social vigente, a defesa de eleições diretas, minimizar a situação da dívida externa, garantir o direito à moradia, à liberdade sindical e a estruturação de um plano previdenciário factível. Fora decidido também que o vice da chapa de Tancredo seria José Sarney e que a campanha estaria sob a coordenação de Ulisses Guimarães. Em 14 de fevereiro

¹⁹ Através do AI-5 fora mantida a Constituição de 1967 assim como as constituições estaduais, cabendo ao presidente da República decretar intervenção nos estados e municípios, sem precisar prestar contas à Constituição. Além disso, permitiu a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo período de 10 anos e a possibilidade de cassar mandatos eletivos de cunho federal, estadual e municipal.

Tancredo renuncia o governo mineiro, deixando um saldo positivo na arrecadação fiscal e trazendo pujança econômica ao estado. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

O processo no Colégio Eleitoral fora de fato conturbado, a crise era refletida no interior das Forças Armadas e com o poder constituído no entorno de lançar a um nome da Aliança Democrática. Figueiredo começara a incluir Maluf em seus atos oficiais na tentativa de conciliar-se com setores importantes do Regime, embora seu nome de Neves não fosse bem assimilado pelo núcleo duro das Forças Armadas. Foram constantes as ameaças da consolidação da candidatura de Tancredo Neves, cogitava-se também o nome de Maximiano, componente da ala militar para a sucessão. Entretanto, o desgaste de sua postulação ocorrera com as afirmações dadas a revista *playboy* na qual fora revelado o plano de projetar a Marinha Brasileira como forma de bloquear quaisquer artefatos da abertura democrática. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 10 de agosto, com a convenção do PMDB, quatro militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foram presos por colar cartazes que defendiam a candidatura de Tancredo Neves. Liberados após acordo consolidado com a visita do Tenente-Coronel Arídio Mário de Sousa Filho. Tal ato, gerou um burburinho crescente sobre a intervenção militar pelas Forças Armadas no processo eleitoral deixando o clima ainda mais tenso no Congresso Nacional. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Destarte, em setembro, Tancredo reuniu-se como ex-presidente Ernesto Geisel no Rio de Janeiro, recebendo a garantia de que o Exército se mantivera deslocado ao problema sucessório, respeitando a soberania dos partidos e as demandas da sociedade civil. Dias após, o Alto Comando das Forças Armadas reuniu-se com o objetivo de discutir o pleito eleitoral; ao qual o Exército brasileiro e a Aeronáutica se posicionaram contra a ameaça comunista que vinham das ruas, a Marinha Brasileira adotou posição de neutralidade e respeito a estrutura democrática que se estabelecera. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Desta maneira, com o posicionamento dos setores militares houve uma ruptura dos articuladores da Aliança Democrática, contudo no dia posterior Tancredo Neves, em discurso pronunciado optou por desencorajar as aspirações revanchistas, articulando a junção das Forças Armadas ao processo eleitoral. Entretanto, o tom conciliatório de Tancredo não fora capaz de diminuir as tensões existentes entre a ala militar e os setores políticos. No mesmo dia, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), denunciara a existência de “*Bolsões Militares e civis*” por possíveis forças subversivas, atribuindo a necessidade de explicações do núcleo militar uma vez que uma Nação civilizada não poderia aceitar golpes de Estado. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Amenizando os ânimos nacionais, o tenente-brigadeiro Valdir Vasconcelos, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, afirmou publicamente declarações com o intuito de aquietar os círculos políticos, afirmando a não vinculação das Forças Armadas no processo eleitoral. Em entrevista à *Folha de S. Paulo* em 6 de novembro afirmara que o golpe não passava de especulações como intuito de intranquilizar o povo brasileiro e que o país estava preparado para vivenciar um “*Um Regime democrático constitucional*”. Em outra entrevista à revista *Veja*, o ministro do Exército, General Valter Pires pronunciara que havia se reunido com o candidato da então Aliança Democrática, assegurando-lhe a não intervenção das Forças Armadas no processo. Neste momento, Tancredo Neves afirmou o seu compromisso pessoal, de que, em seu governo não tomaria atitudes revanchistas contra os militares que outrora defenderam o Regime de Exceção. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em declaração oficial, o ministro do Exército reafirmou direitos básicos como a garantia da liberdade de imprensa, em suas palavras “*O Exército se manterá firme na disposição de apoiar um processo de abertura política do presidente João figueiredo, através de uma eleição do futuro presidente, pelo Colégio Eleitoral*” reafirmara também “*Que as Forças Armadas foram importantes instituições nos momentos decisivos da história do país e que a população poderia confiar seus anseios da preservação, por parte destas, das instituições democráticas.*” (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

O marco da abertura política, entretanto, acontecera com o pronunciamento do Presidente Figueiredo em 5 de dezembro de 1984, perante importantes chefes militares o então Presidente garantiu a reabertura política, a ausência de vetos militares e o pleno processo do Colégio Eleitoral. Em suas palavras “*Na disputa pelo poder, pela hegemonia econômica ou social, dentro dos limites da sã convivência, os homens reforçarão os laços que viabilizam a sociedade, fortalecerão sua personalidade e consolidarão seus valores.* (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)”

Iniciou-se então as campanhas dentro do Colégio Eleitoral, parlamentares do Maranhão tiveram posição de destaque dentro do processo, alavancando a candidatura do partido governista, a favor da candidatura de Paulo Maluf. Contudo, houve protesto pelo presidente do PDS, ligado a Sarney. Outro episódio marcante no contexto eleitoral fora a invalidação das cédulas eleitorais de congressistas que apoiavam Tancredo, fato que fora julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 24 de dezembro. Dois dias depois, a imprensa noticiara que a mesa do Senado se preparava para impugnar a eleição dos representantes pedessistas comprometidos com os candidatos oposicionistas. Em 6 de novembro, em decisão respaldada pelo TSE, ficara

designada a não necessidade da fidelidade partidária dos parlamentares dissidentes do partido situacionista. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Com a consolidação da candidatura da Chapa Tancredo Neves/José Sarney, o então deputado fez importante discurso em 30 de novembro, no primeiro encontro nacional da indústria realizado no Rio de Janeiro. Neste ato, Tancredo defendeu a necessidade imperativa da consolidação de uma Constituição que atendesse as demandas sociais, defendera a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como dissolução dos resquícios autoritários da República. Em 8 de março de 1985, reunidos com dirigentes do PMDB, Neves recebeu seiscentas páginas de um documento intitulado de “*A nova República*” termo por ele adotado em dezembro de 1984, ressaltando o peso político do PMDB com um partido de viés moderado e atuante no escopo político brasileiro. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

A vitória da chapa Tancredo/Sarney ocorrera em 15 de janeiro, com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. A Aliança Democrática, chapa vencedora, teve amplo respaldo dos congressistas de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia. Votos de congressistas do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e dissidentes do PSD e do PT foram também, primordiais para a vitória. Em seu primeiro pronunciamento como Presidente eleito, Neves declarou que seu governo buscaria reconciliar as Instituições Democráticas do Estado, ressaltando a importância da reconciliação dos ideais políticos em torno de um projeto de poder que fosse benéfico a Nação. Em entrevista pós divulgação do pleito, Neves teceu duras críticas aos setores econômicos que deveriam propiciar maiores vagas de empregos, melhores remunerações aos trabalhadores e uma distribuição de renda mais justa. Destacou a soberania do Congresso com Instituição Democrática de maior relevância para um Estado Democrático e proclamou a seguinte frase, “*Vamos realizar uma obra que faça o homem brasileiro acreditar na sua nação, confiar nela e confiar no seu governo.*” (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

No dia 12 de março Tancredo concedeu a última entrevista coletiva como Presidente eleito, que seria, na verdade, o último pronunciamento político de sua vida. Na ocasião, defendeu a contenção dos gastos públicos, o combate à inflação sem o prejuízo das taxas de crescimento econômico, a injeção de recursos suplementares para o incremento da produção agrícola e a reformulação da Lei de Greve. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 14 de março, dia anterior a sua posse Tancredo Neves, assistiu à missa de ação em graças celebrada em sua homenagem no santuário Dom Bosco em Brasília, em seguida, sentido fortes dores abdominais fora submetido às pressas a uma cirurgia de apendicite. Operado no

Hospital Base de Brasília, diagnosticou-se que Neves sofrera de diverticulite²⁰, doença em avançado estado que padeceu o então Presidente eleito a um quadro agudo. Na madrugada de 15 de março fora Isolado na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), enquanto isso setores do PMDB já articulavam a solução para uma possível sucessão à pose, decidiu-se então pelo nome do vice da chapa como sucessor natural ao cargo. Ulisses Guimarães teve papel fundamental na negociação com o antecessor, Figueiredo, que a posse de Sarney seria a maneira mais apropriada solucionar a crise. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Sarney então tomou posse como Presidente perante ao Congresso Nacional às dez horas do dia 15 de março de 1985, reafirmando o discurso elaborado pela assessoria de Tancredo, reassumindo os compromissos de seu correligionário de chapa. Enquanto isso a situação de Neves se agravava, optou-se então por um novo procedimento cirúrgico, inquietando os setores da população que não satisfeitos com o a posse de Sarney no Colégio Eleitoral reafirmara a necessidade de eleições diretas. Não logrando êxito na segunda cirurgia, o quadro de Tancredo, fora agravado com uma crise circulatória que demonstrou a necessidade de uma terceira intervenção cirúrgica, realizada no instituto do Coração dos Hospital das clínicas de São Paulo. A partir da transferência ao novo bloco cirúrgico a população começou a ter ciência da gravidade do quadro, que se intensificou após uma infecção hospitalar do Presidente. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em dois de abril, após sua quarta intervenção cirúrgica, com a finalidade de conter o quadro infeccioso e a retirada de uma hérnia inguinal²¹ no lado esquerdo do abdômen. Uma quinta operação foi necessária, neste momento o quadro de otimismo vislumbrado pela opinião pública em virtude da melhora de Tancredo, deu lugar ao silêncio dos familiares e da imprensa. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 09 de abril fora submetido a uma sexta operação, sendo feita uma traqueostomia²², uma sétima operação ainda fora cogitada pela equipe média com o intuito de fazer uma limpeza na cavidade abdominal, fato que não ocorrera uma vez que fora constatado a impossibilidade de manter sua vida, esgotando-se todos os recursos médicos possíveis. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

²⁰ Inflamação na parede interna do intestino.

²¹Protuberância que geralmente surge na região da virilha, em homens costuma-se aparecer em uma parte do intestino através de músculos abdominais.

²² Orifício artificial criado por cirurgia, nas costas ou pescoço dos seres-humanos para facilitar a respiração por vias aéreas.

Em 15 abril, os setores políticos já arguíam o objetivo de sustentar a transição democrática com encontros periódicos entre Ulisses Guimarães, Sarney e líderes do Partido da Frente Liberal (PFL). (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Em 21 de abril, por acaso do destino, data onde se comemorava à descoberta do Brasil, e o feriado de Tiradentes, Tancredo veio a óbito, sendo seu corpo velado na capela do Hospital das Clínicas. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Na manhã do dia seguinte, atendendo à solicitação do senador José Fragelli, o Congresso Nacional se reuniu extraordinariamente para anunciar a vacância do cargo e o seu preenchimento automático pelo vice-presidente José Sarney. Em pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, Sarney decretou feriado nacional e luto oficial por oito dias e garantiu que o seu programa seria o mesmo de Tancredo. Em cortejo fúnebre, na capital nacional, seu corpo fora exposto a uma multidão de curiosos no Planalto Nacional. No dia seguinte, recebera as homenagens fúnebres no Palácio da Liberdade em Minas Gerais, gerando tumulto com a presença de cerca de 2 milhões de pessoas. Em 24 de abril, seu corpo fora enterrado na presença de 50 mil pessoas, incluindo Presidentes estrangeiros e honras militares no cemitério da Igreja de São Francisco, situada em sua cidade natal. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Casado com Risoleta Tolentino Neves, teve três filhos. Seu neto Aécio Neves seguiu o legado político do avô sendo Constituinte em 1987 e 1988. Seu sobrinho Osvaldo Neves Dornelas fora ministro da Fazenda no Governo Sarney e também participara do processo Constituinte de 1988. (RAMOS, P. L, CAMPOS, P, *Idem*)

Como não fora, de fato presidente em exercício, embora realizada a análise de sua biografia, este trabalho não mensurará sua Visão de Mundo, Seu Estilo e Caráter Presidencial. Visto que, não seria possível traçar seu perfil cognitivo atrelado ao Executivo, sem ter de fato exercido a Presidência.

4.2 José Sarney

Nascido em 24 de abril de 1930, José Ribamar Sarney, filho de Sarney de Araújo da Costa e de Kiola Ferreira de Araújo Costa, adotou como nome político José Sarney para fins eleitorais a partir de 1958, com o intuito de ser comumente conhecido “Zé do Sarney” em referência a seu pai. Estudou no colégio Marista e no Liceu Maranhense, estado do qual é natural, cursando em seguida a cátedra de Direito no mesmo estado, concluindo seus estudos jurídicos em 1953. Logo após, ingressou na Academia Maranhense de Letras difundindo o movimento Pós-Modernista em seu estado.(DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A, 2015)

Em seu primeiro cargo, como oficial Judiciário teve amplo destaque, tornando-se diretor da Secretaria do Tribunal de Justiça do Maranhão. Elegeu-se, em outubro de 1954, como quarto suplente a deputado estadual pela legenda do PSD, logo pós ocupou cadeira na Câmara municipal em período que ficou conhecido como o “vitorinismo”, pelo viés coronelista adotado pelos interesses do senador Vitório Freire. Em 1957, assumiu o cargo de professor de magistratura na Universidade Católica do Maranhão, encabeçando o esboço de um abaixo assinado que daria apoio a Assembleia Geral da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do estado. Rompendo com o vitorinismo, tonara-se correligionário da União Democrática Nacional (UDN). Sendo eleito pela primeira vez em fevereiro de 1959 com o respaldo dos partidos oposicionistas, tais quais o Partido Democrata Cristão (PDC) e o PP. (DIAS, S, LEMOS, R., CARNEIRO, A, *Idem*)

No início dos anos 60, participara das articulações do movimento renovador da UDN, apoiando à candidatura de Jânio Quadros às eleições municipais daquele ano. Conhecido como “*Bossa Nova*”, em referência ao movimento musical que eclodia na época, o mote do movimento era a adoção de novas táticas políticas que correspondessem aos anseios populares. Com a vitória de Jânio Quadros, em janeiro de 1961, em uma nova convenção em Recife, o movimento optou por adotar uma postura de centro esquerda. Apoiava-se propostas de reformas por parte do Presidente, consideradas nacionalistas. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em outubro de 1962, Sarney fora reeleito com o apoio dos correligionários do Partido Trabalhista Nacional (PTN), obtendo a maior votação do estado para um deputado de oposição. Reafirmou seu compromisso com o movimento “*Bossa Nova*” apresentando manifesto dos

temas defendidos pelo grupo na convenção nacional da UDN. Nas vésperas do movimento político-militar que depôs o governo João Goulart, Sarney realizou inflamado discurso, afirmando: (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

“O Regime de opressão e de opróbrio jamais satisfaz o povo. Foi através da democracia, da manifestação do pensamento em praça pública e do voto que os trabalhadores conseguiram conquistar a situação de que hoje desfrutam. Por isso mesmo, recuso-me a acreditar que uma política popular possa, em algum momento, conjugar-se com a supressão das liberdades políticas.” (SARNEY, JOSÉ, 1962, APUD, DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Sarney se tornou um dos principais nomes políticos com a implantação do movimento de 1964, conquistando o governo do Maranhão em outubro de 1965, contra o candidato Eusebio da Costa Rodrigues do PDC. Sua vitória marcara a primeira grande derrota de Vitorino Freire. Embora desacreditado dos setores militares, a pressão pessoal de Castelo Branco sobre o governador teria acontecido pelos nomes de Figueiredo e de Dilermando Monteiro, fato que não culminou na derrota do candidato nas urnas. A coligação da UDN-Partido Social Progressista (PSP), fora importante na conquista do pleito uma vez que trouxera o eleitorado rural para o candidato. Em comícios pelo interior o candidato prezava pela abertura das agremiações políticas e seu livre funcionamento, entretanto houve-se uma ruptura com o setores sindicais nos primeiros meses de seu governo. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com o esquema descoberto de eleitores fantasmas, Castelo Branco defendera o afastamento de coronéis tradicionais do PSP, exigindo a recontagem de votos do Colégio Eleitoral, iniciou-se, dessa forma, medidas de ordem política para a implementação de uma estrutura econômica social no estado, que vislumbrava conciliar com os interesses dominantes do núcleo político do estado. Com sua posse, em março de 1966, a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 e a instauração do bipartidarismo diluíram a oposição vitorinista, haja vista que ambos se tornaram correligionários da ARENA, havendo um período de trégua entre os dois candidatos. Com a fraca oposição do MDB Maranhense, o político exerceu ainda mais liderança em seu estado, predominando-se o termo “*Sarneísmo*” demonstrando sua expressiva liderança política local. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Seu governo foi marcado pelo controle efetivo da ARENA Maranhense, destacando-se por um viés popular, dinâmico e modernizador. Mobilizara todos os setores e a população em visitas periódicas a seu gabinete, provocando, segundo a revista *Veja* de 11 de março de 1970, o “*Milagre Maranhense*” uma vez que houve uma guinada econômica nos níveis de investimento do estado. Destacaram-se também a construção da usina hidrelétrica de Boa

Esperança, o recapeamento de 500 quilômetros de estradas asfaltadas e a criação de uma rede de telecomunicações que cobriam 85 municípios do estado. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em 1970, Sarney publicara seu primeiro livro, “*Norte das águas*”(Sarney, 1989), demonstrando sua capacidade de erudição retórica para conquistar as massas. Com o fim do seu mandato, candidatou-se ao Senado, recebendo uma ampla manifestação de populares na capital São Luís. De acordo com o *Jornal do Brasil*, Sarney ajudou a escolher o nome de Pedro Neiva de Santana, seu ex-secretário da Fazenda para assumir a vacância do cargo. Sendo eleito indiretamente pela assembleia legislativa em outubro de 1970. Neste período, houve também a crise gerada entre o relacionamento de Sarney com Neiva, uma vez que era difícil discernir, por parte da população, qual corrente representaria a revolução no estado. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Sarney fora eleito senador com cerca de 236,618 votos, nas palavras “*Tendo a doença do político liberal, num tempo em que todos proclamam que ele está ultrapassada*”. Defendera que o projeto político da não democracia precisaria preparar imediatamente seu resquícios de acordo com a revolução. Segundo o senador tanto o MDB quanto a ARENA não eram capazes de contestar o Regime, em suas palavras: “*seria angelismo achar que algum Regime aceitaria uma contestação que o levasse à destruição.*” (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em fevereiro de 1971, ocupou a presidência do Instituto de Pesquisas e Assessoria do Congresso (IPEAC), defendendo a modernização do Parlamento, concernente a informatização das casas legislativas. Participara também do II Encontro de Ecologia e População, produzido pela *Tinker Foundation*²³ e o *Federal Population Bureau*²⁴ realizado em Nova Iorque. Titular da Comissão de Relações Exteriores em 1977, integrou a delegação brasileira à XXVI Assembleia Geral das Nações Unidas na condição de observador parlamentar. Com a eclosão do Governo Ernesto Geisel (1974-1979), Vitorino Freire, principal adversário político de Sarney, retornou à sua atividade política, exercendo influência nas escolhas indiretas para governador e vice do Maranhão. Nos dois primeiros anos do governo Geisel, o núcleo político maranhense caracterizou-se pela oposição entre o governador Nunes Freire e seu opositor José Sarney, Vitorino cooptou todo tipo de oposição que buscava derrocar os avanços de seu opositor

²³ Tradução: Fundação Tinker. Instituição privada que fornece financiamento para organizações da sociedade civil.

²⁴ Organização privada sem fins lucrativos, especializada na coleta e fornecimento de estatísticas necessárias para pesquisas acadêmicas e não acadêmicas voltada para o meio ambiente, saúde e estruturação das populações.

nas localidades do seu estado. Assim a ARENA mineira ficou dividida entre esses dois núcleos políticos. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Sarney, por diversas vezes reafirmou sua predileção pela política distintiva inaugurada por Geisel, declarando-se um otimista do processo de redemocratização. Arguiu sobre o fim da hibernação política anteriores a 1968 e fazendo duras críticas a ARENA, uma vez que, segundo seus argumentos, o partido “*não soube encarnar o espírito de um país que, ao longo dos últimos dez anos, modificou-se estruturalmente e se modernizou*”. Em mais uma de suas declarações sobre o movimento 1964, mais precisamente em março de 1975, afirmara que um Estado Democrático necessitaria estar a salvo das investidas totalitárias, afirmando também que não abriria mão de enquadrar o país a um processo de desenvolvimento econômico. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a crise gerada nas eleições de 1975- 1976 no Maranhão, entre o governador Nunes Freire, Sarney consagrou-se vitorioso nos grandes centros urbanos, enfraquecendo por hora o MDB maranhense. Afirmou-se a favor neste momento do bipartidarismo, alegando que de fato era a via mais segura de se garantir uma estabilidade no país. Em Palestra no Instituto dos Advogados Brasileiros, declarou que sem o parlamento não existiria democracia, defendendo posteriormente a liberdade de informação entre as intuições. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em 1977, estabeleceu seus esforços políticos em seu reduto eleitoral, dado a crise instaurada de seu desistente Vitorino Freire. Neste momento foram impugnados a circulação de jornais de ambas partes como forma de contenção a sangria política local. Com o pacote de abril, adotado por Geisel, medidas severas contra o sistema eleitoral foram tomadas, estabelecendo eleições indiretas para governadores e diminuído o *quorum*²⁵ para maioria simples para a aprovação de Emendas Constitucionais. Em maio do mesmo ano, Sarney voltara a ter reverberação no cenário político nacional, como vice-líder da maioria no Senado, começou a ascender posições de chefia no Congresso Nacional. Articulou-se com o presidente para conciliar as medidas adotadas pelo AI-5 com a vinculação de uma nova Constituinte que serviria como um conselho de Estado. Em discurso inflamado, acusou a oposição de acirrar posições sobre o Regime brasileiro em seu caráter irrealista. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

²⁵ Palavra cuja etimologia pertence ao latim e que significa nos meios políticos o número mínimo de membros necessários numa assembleia para que as decisões tomadas seja validadas.

Em setembro do mesmo ano, Sarney enfrentara acusação pelo governador Nunes freire, em Comissão Parlamentar de Inquérito sobre irregularidade das posses de da fazenda Manguari, fato comprovado pelo senador após apresentar documentos que demonstraram que não era de sua propriedade. Em janeiro de 1978, se mostrou apático à legalização de partidos comunistas em países subversivos, e passou a se posicionar contra o bipartidarismo²⁶, argumentando que a melhor maneira para a obtenção de uma democracia liberal seria a multiplicidade de legendas partidárias disputando o poder. Em abril, seu nome fora cogitado para o governo do estado de Minas Gerais, entretanto em crise gerada pelo então governado Nunes Freire, sua candura perdera força, impedindo sua disputa no pleito. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Na qualidade de relator do projeto de reformas políticas, entregou seu relatório ao presidente Geisel. Destacavam-se neste, a suspensão dos mandatos parlamentares e a liberalização de novos partidos políticos. Em suas palavras o projeto restauraria o Estado de Direito, respeitando as demandas liberalizantes da sociedade e do governo. Com o lançamento da candidatura do General João Batista Figueiredo teve importante papel para a maioria esmagadora dos correligionários apoiados pelo MDB. Em novembro de 1978, Sarney reelegeu-se com a maior votação da ARENA, chegando a obter 63,7% dos votos em seu estado. Seu filho também fora vitorioso para o cargo de deputado estadual. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11 (BRASIL, 1978), extingue-se o AI-5, fazendo com que, em primeiro de janeiro de 1979, passasse a vigorar as chamadas reformas políticas de salvaguardas constitucionais. Com a eleição de Figueiredo, Sarney fora indicado para a Presidência da ARENA, voltando a ser o parlamentar combativo com senadores da oposição. Chama a atenção à época, a presença dos senadores biônicos do partido²⁷, assim como a eleição indireta do presidente. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com o cargo de presidente do partido José Sarney, no gabinete de Figueiredo, afirmou seu compromisso em firmar apoio com os demais líderes para modernizar a estrutura partidária situacionista. Enviesando sua formação ideológica para uma socialdemocracia²⁸, no sentido de unir as demais forças partidárias afastadas pelas sucessivas rachas entre correligionários. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

²⁶ O bipartidarismo é uma situação política em que apenas dois partidos dividem o poder, ou constitucionalmente ou de facto, sucedendo-se em vitórias eleitorais em que um deles conquista o governo do país e o outro ocupa o segundo lugar nas preferências de voto, passando a ser a oposição oficial e institucionalizada.

²⁷ Na política brasileira, cargo biônico é aquele cujo titular foi investido mediante a ausência de sufrágio universal e cujo parâmetro para escolha era a sanção das autoridades de Brasília à época do Regime Militar de 1964 nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

²⁸ Corrente político-ideológica que defende intervenções econômicas e sociais do Estado para promover justiça social dentro de um sistema capitalista, pautada no Estado de Bem-Estar Social.

Em 1979, o senador maranhense deu o primeiro passo para reformulação partidária, em sua tese a nova conjuntura partidária desembocaria em um programa de consensos muito mais amplo de reconciliação nacional. De acordo com suas palavras “*ninguém no Brasil nega que estamos caminhando em um processo de liberalização política, cuja evolução já se torna flagrante com o retorno ao país dos exilados, graças à Lei de Anistia*”. Justificara ainda a necessidade de uma reformulação partidária em discurso promovido na Escola Superior de Guerra (ESG), afirmando que ela “*É necessária para dar maior autenticidade ao sistema partidário e evitar que grupos que não obtenham canal próprio para participar busquem outros meios, que prejudicariam a consolidação democrática*”. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

O Projeto de extinção do bipartidarismo recebera críticas de setores do partido situacionista no argumento utilizado por Sarney para sustentar a reforma, fora evidenciado que a vigência partidária em questão estava refletida através de um Regime de Exceção já respaldada pela Emenda Constitucional nº 11. Os principais tópicos da reforma foram: estabelecimento de um ritual burocrático para a fundação dos partidos, regras pra a organização e o funcionamento das agremiações em todos os entes da federação e a necessidade de estar registrado no TSE. Outrossim foi mantida a proibição da articulação partidária com entidades estrangeiras e a criação da fidelidade partidária durante o mandato em exercício. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a reformulação do sistema partidário, em fevereiro de 1980, a convenção do PSD se decidiu pela indicação de José Sarney como secretário geral da agremiação, sendo criticado posteriormente no decorrer dos anos 80 pelo novo partido governista PDS. Sob novos ataques por partes de agremiações da direita, a base governista reforçara a necessidade da convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte, tese contestada por Sarney no início de julho, afirmando que somente o caos constitucional justificaria a instalação de uma Constituinte, o que segundo ele não existiria na Nação dado que se vivenciara um pleno Estado de Direito com as instituições vigorando avidamente, ainda no dia 17 do mês, fora eleito para ocupar a cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

O atentado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por parte de grupos da direita, fizera com que Sarney instaurasse um conselho consultivo com Ulysses Guimarães e Tancredo Neves para elaborar um projeto político que conciliasse o âmbito político com os interesses públicos. Outrossim, costumou-se o intenso diálogo entre os presidentes de todos os

partidos, incluindo os de esquerda, tais como o presidente do PDT, Leonel Brizola e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

O ano de 1981, fora marcado por diversas dificuldades no governo Figueiredo, temia-se pela não abertura política, Sarney se destacou como sendo um amplo interlocutor entre as duas áreas, com receio da continuação do Regime. Em 21 de janeiro de 1981, Sarney, por indicação de Figueiredo, percorreu o país para mensurar a situação do partido governista pelos estados. Mais do que isso, seria sua missão fazer a reconciliação entre as áreas que estariam em divergência, agremiando forças do Partido Democrático Social (PDS) para a campanha eleitoral de 1982. Em fevereiro, em contato com os líderes de seu partido no Rio de Janeiro, constatou-se uma enorme desagregação dos políticos fluminenses que se dividiam sob a hedge de três correntes. O balanço geral de suas andanças pelo país, à luz da opinião pública, fora a que a divisão PDS, era irreconciliável em vários estados, sendo difícil organizar uma agenda construtiva sob as eleições vindouras de 1982. Em 26 de março, Néelson Marchezan, PDS, fora eleito presidente da Câmara e Jarbas Passarinho fora eleito presidente do PDS. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Sarney se posicionou contra a implantação do voto distrital, embora fosse de sua autoria sua intenção era a de diminuir as tensões das Comissões onde o projeto passara. Apoiado por Figueiredo e por figurões do partido Sarney partira para reeleição. Em abril de 1981, em reunião da cúpula do partidária, após crise de Sarney com um de seus correligionários, ficou decidido pela alteração do Estatuto do Estrangeiro, fato contestado pela igreja católica. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

A executiva do PSD, estruturou uma nova proposta de Emenda Constitucional que devolvesse as prerrogativas do Legislativo, Sarney fora o parlamentar incumbido de convocar os correligionários para tanto. Porém, o atentado terrorista do Rio Centro, matando dois militares ameaçara o processo de abertura política por parte do presidente Figueiredo. Em reunião com os líderes partidários Sarney teve papel decisivo na diminuição da crise, dialogando com os militares, fato que fora inteirado por Figueiredo, durante as investigações do incidente, da manutenção da ordem e das Instituições. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em 30 junho, Sarney fora responsável pela entrega do pacote reformista ao Presidente, dentre as pautas destacava-se a criação de sublegendas partidárias para eleições majoritárias. A oposição por tanto, brecara o projeto defendendo que o pacote se preocupava em abarcar as eleições proporcionais, não havendo consenso entre o Planalto, sendo fato notório a impossibilidade de uma reforma eleitoral. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, duas derrotas marcaram o governo por parte da oposição, a rejeição das sublegendas à eleição em 22 de outubro e aprovação da reforma da previdência em 27 do mesmo mês. Em resposta, em 25 de novembro, Figueiredo lançou o chamado “Pacote de novembro” que trouxera uma série de proibições no sistema eleitoral vigente. O episódio da junção do PP ao PMDB, gerou confusão no entendimento de Sarney pelo tema, anteriormente fora contra e posteriormente a favor. O apoio dos dirigentes do PDS ao governo federal traria frutos a posteriori, aprovou-se o projeto de alteração a lei de inelegibilidades, criou-se o estado de Rondônia e aprovou-se a reforma eleitoral no ano de 1982. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

O então parlamentar fora a favor do processo de reabertura do prazo para filiação partidária e se comprometera em apoiar um candidato do PDS ao governo do Maranhão, caso fosse liberado pelo Presidente em permanecer à frente do partido, fato que não se concretizou. Em maio de 1982, uma proposta de Emenda Constitucional, conhecida como “*emendão*” trouxera diversas alterações na composição do Colégio Eleitoral vigoradas após 1986. Em julho de 1982, defendera o governo federal sob a égide da crise econômica e da hiperinflação. Com as eleições diretas para governador em novembro, Luís Alves Coelho Rocha, apoiado por Sarney consagrou-se governador. Entretanto, o saldo governista fora de derrota, uma vez que o PMDB e o PDT conquistaram estados mais desenvolvidos politicamente e a ala militar perdera a maioria que detinha na Câmara. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a eclosão das diretas já, a votação da emenda Dante de Oliveira e o apoio do PMDB à chapa Tancredo-Sarney, citados na biografia anterior de Tancredo Neves, Sarney assumira a Presidência da forma casual. Segundo declaração feita à *F.de São Paulo*, em meados de 1993, fora informado pela cúpula da Aliança Democrática de que seria empossado com Presidente eleito, embora devesse cumprir os acordos construídos anteriormente por Tancredo, até que se recuperara. Fato que não aconteceu. Sob a morte de Tancredo, Sarney pronunciou as seguintes palavras: (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

“A mim, diziam que estava tudo bem (...). Só quem soube do câncer foram o Ulysses, o Tancredo Augusto (filho de Tancredo), outras pessoas íntimas da família e os médicos, coagidos sob o pretexto de preservar a segurança nacional. Fui um dos brasileiros que foram manipulados pela informação falsa.” (SARNEY, JOSÉ, 1993 APUD, DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **José Sarney: o Primeiro Presidente da Nova República**

Além de ter assumido de forma casuística o cargo de maior importância em uma República Democrática no pós redemocratização, Sarney fora visto no começo de seu mandato como um dissidente do PDS, e de traidor do governo Figueiredo, fato que fizera com que Figueiredo não participasse da transmissão do cargo em 15 de março de 1985. Sobre a posse, Sarney proferiu dez anos depois, na *Folha de S. Paulo*, as seguintes palavras: (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

“Tancredo detinha numa engenharia política que só ele sabia e levou para o túmulo, compôs um governo que juntava as correntes mais heterogêneas e inconciliáveis. (...) Mantive os seus objetivos básicos e enfrentei obstáculos que ele jamais enfrentaria. O ministério e o governo não eram meus, não me tinham fidelidade e compromisso. Por outro lado, as forças que formavam a Aliança Democrática não me aceitavam, porque fui vice-presidente para viabilizar a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, mas tinha a marca de um egresso do PDS”. (SARNEY, JOSÉ, 1995 APUD, DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

O ministério montado por Tancredo tinha como monte agrupar os principais atores políticos do PMD que foram favoráveis à redemocratização. Em sua primeira medida Sarney, no dia 19 de março, suspendeu cerca de 100 concessões de emissoras de rádio e televisão assinadas pelo antigo Presidente a partir de outubro de 1984. Em seguida, fora favorável ao desmonte das estruturas autoritárias da qual classificou de “*entulho autoritário*” dando maiores influências ao Congresso e elaborando Políticas Públicas redistributivas para a população mais pobre. Segundo o supracitado, seu governo teria como mote resolver os dois maiores problemas herdados pelo Regime de Exceção, a redemocratização e a crise econômica herdada. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em 10 de maio, enviou um pacote de medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, que objetivaram de fato a redemocratização, destacando-se o restabelecimento das eleições diretas para presidente e para prefeitos de capitais, em dois turnos; concessão do voto para analfabetos; representação política para o Distrito Federal; o fim da sublegenda e da fidelidade partidária, a criação de novas siglas partidárias e coligações, além de legalização de partidos clandestinos como o PCdoB. Entretanto, tais medidas tinham como entraves a Constituição anterior de 1967, herdada pelo Regime Militar; deste fato articulou-se a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, defendidas pelos setores do PMDB, PT e PDT, para o ano de 1985. A proposta da Constituinte fora encaminhada pelo novo presidente em 28 de junho, garantindo ser “*O mais*

grave compromisso da Nova República”. A partir de primeiro de fevereiro de 1987, os congressistas se reuniram para elaborar a nova Constituição brasileira, chamada Constituição cidadã de 1988, sob o comando de Afonso Arinos garantiria os anseios da sociedade daquela época, além de trazer o estatuto dos congressistas, garantindo ao Judiciário a regulação do jogo político. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Nas primeiras eleições diretas para prefeitos e vereadores, de 15 de novembro de 1985, o PMDB se destacou como grande vencedor, a Aliança democrática saiu enfraquecida da disputa. A esquerda brasileira se projetava como uma nova força, a partir das vitórias do PDT e do PT em capitais brasileiras relevantes. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em 14 de fevereiro de 1986, Sarney fez sua primeira reforma ministerial, sob a égide dos anseios dos ministros que disputariam a eleição de 1986, ficando como novos titulares: Celso Furtado como ministro da Cultura, Deni Schwartz no comando do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Íris Resende na pasta da Agricultura, Jorge Bornhausen no Ministério Educação, José Hugo Castelo Branco sob o comando da Indústria e Comércio, Sepúlveda Pertence na Procuradoria Geral da República, José Reinaldo Tavares no Ministério dos Transportes, Marco Maciel na Casa Civil, Paulo Brossard no Ministério da Justiça, Rafael de Almeida Magalhães na pasta da Previdência, Abreu Sodré no Ministério das Relações Exteriores, Roberto Santos no comando da Saúde, Saulo Ramos na Consultoria Geral da República e Vicente Cavalcanti Fialho na pasta da Irrigação. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Um dos principais temas discutidos na Constituinte era a troca do sistema político, saindo de um Presidencialismo para um Sistema Parlamentarista, fato não defendido por Sarney, que exigira sua outorga ao texto antes da publicação. Com os avanços nos setores econômicos, por parte do Presidente, o PMDB se sagrou novamente o grande logrador das eleições realizadas em 15 de novembro de 1986. O partido de Sarney elegera 22 governadores, além de obter uma maioria no Senado e Câmara, elegendo 46 dos 72 senadores e 260 dos 478 deputados federais, margens que deram respaldo para aprovações dos projetos do governo. A primeira atitude foi o aumento em 60% nos preços dos combustíveis, e um conjunto de medidas de restrições econômicas que geraram descontentamento de seus opositores e da sociedade civil, abalando a popularidade do presidente. Para sanar a sangria, o presidente retornou uma ideia de seu cabeça de chapa, Tancredo, na tentativa de fazer um pacto social entre o empresariado e lideranças sindicais, tarefa incumbida ao seu ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No que concerne à Constituinte, Sarney articulava politicamente a manutenção do Presidencialismo, dando como moeda de troca a concessão de emissoras de rádios e televisões antes outorgadas. Tal fato fora contestado pela imprensa, uma vez, as concessões foram herdadas por amigos parlamentares e parentes do Presidente, sobre o tema, argumentou “*É natural que se dê preferência aos amigos.*” Em resposta, a oposição incentivara manifestações públicas, um fato notório aconteceu durante o comboio presidencial à cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1987, o comboio fora cercado por milhares de pessoas, que apedrejaram os carros presidenciais, ferindo Marcos Vilaça, presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e seu porta-voz, Frota Neto. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

A tese do parlamentarismo ganhava força na sistematização da Constituinte. Sarney embora defendera no início, voltou-se a uma postura reconciliatória, na qual o governo seria instalado mas com condições políticas, tais quais a provação da matéria por maioria absoluta e a inclusão do voto distrital, exigiu ainda a possibilidade de dissolução do Congresso Nacional em caso de impasse na escolha do Primeiro-Ministro. A primeira grande crise do governo aconteceu com a dissolução de parte de sua base, a parte do PMDB mais adepta a uma socialdemocracia decidiu por não seguir as pautas do governo, em meio a isso houve a dissolução da Aliança Democrática, em acordo conjunto com os dirigentes nacionais do Partido da Frente Liberal (PFL). (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No interim de recompor a base no Congresso Sarney fizera acordos com o PTB e o PDS, a sociedade ficara conhecida com governo de união nacional, dias depois com o apoio dos 22 governadores do PMDB, na conhecida “*Carta do Rio de Janeiro*” defenderam a diminuição do mandato do Presidente em um ano, passando então a cinco anos de mandato. Em posição contrária, Fernando Collor de Melo, governador de Alagoas e também pemedebista defendera que a duração do mandato presidencial fosse de 04 anos. Sarney também articulou apoio com o Centro Democrático, elaborado em agosto de 1987, aliança que ficou conhecida como “*centrão*”. Em 21 de outubro de 1987 o Presidente anunciou uma nova reforma ministerial, que mudaria as estruturas administrativas, tentando amenizar a crise política. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a uma nova reforma ministerial alguns ministérios tiveram suas siglas trocadas, destaca-se o novo nome dado ao Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente que passou a ser chamado Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Destaca-se também a mudança feita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que teve suas funções transferidas para o Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER). Com a confirmação da Comissão Constituinte em novembro do de 1987 e da

continuidade do sistema parlamentarista e a fixação de seu mandato em quatro anos, Sarney esforçou-se para a retomada das eleições diretas no ano seguinte atendendo a pedidos de opositores. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Uma nova crise fora criada com comícios articulados pela oposição nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, agravados em 09 de janeiro quando o núcleo duro do PMDB, entre os quais se destacavam os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e o deputado Pimenta Veiga, estabeleceu um rompimento definitivo com a ala “*sarneista*” no mês posterior. Entretanto, o pior aconteceu. Em nota lida por Aníbal Teixeira, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foram anunciados casos de corrupção no governo sob a égide que se vivera tempos de “*crise moral*”, em publicação jornalista, da *Folha de S Paulo* denunciara irregularidades administrativas entre atores de seu círculo pessoal, da qual se destacou o problema com seu antigo genro, Jorge Murad, acusado de intermediar verbas extras ao Maranhão. Tais fatos desencadearam numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que se aprofundou dentro de outros setores do governo, atingindo inclusive o Presidente, que se recusou a responder as 40 perguntas estabelecidas pelos membros da Comissão. Como relatório final, os parlamentares chegaram à conclusão, por falta de provas, da inocência de Sarney no que concerne ao crime de corrupção, entretanto, ficou nítida a não orientação técnica de recursos e seu uso político sob a mesma. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com os avanços da Assembleia Nacional Constituinte, em um momento de extrema politização decidiu-se pela manutenção do Sistema Presidencialista e o período de 05 anos dos mandatos, decisão tomada no texto de 23 de março de 1988, tal ato repartiu ainda mais o PMDB, criando uma ala independente do partido, incluindo 93 de seus 280 Constituintes. Em 02 de junho, a Constituinte determinaria que o mandato de Sarney teria prazo de 05 anos e a escolha do seu sucessor seria em 15 de novembro de 1989. Contudo, o Presidente ainda defendera o prazo de 04 anos para seu mandato, fato que também repartiu setores peemedebista, a tal ponto que ala independente do PMDB se desvinculasse do partido, criando em 24 de junho uma nova sigla, o Partido da Social Democracia Brasileira. (PSDB). Em 26 de junho, com a aprovação em primeiro turno da Constituinte, Sarney defendeu nos principais canais de comunicação do país que, se, caso aprovado em primeiro turno, o texto levaria o país a um cenário de colapso econômico. Iniciou-se mais um vez uma demandada de apoiadores, sendo promulgada, em 05 de outubro de 1988, a nova Constituição. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a conclusão das investigações da CPI no Senado, o relator concluiu que Sarney teria cometido crime de responsabilidade, relatório aprovado por nove votos a um, e que deveria sofrer *impeachment*. Contudo o pedido seria arquivado pelo então presidente da Câmara,

Inocência Oliveira (PFL-PE), e posteriormente arquivado pelo Superior Tribunal Federal (STF), por cinco votos a favor e quatro contrários. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em 15 de janeiro de 1989, Sarney anunciara sua última reforma ministerial, extinguiu-se órgãos federais e autarquias executivas, além do Ministério de Habitação e Bem-Estar Social. Nesse preâmbulo ainda visualizou-se a exclusão da pasta da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Irrigação e da Ciência e Tecnologia e Administração. Além de algumas trocas de nomes das pastas de Educação e Minas e Energia. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

A Nova República de fato herdou diversos problemas econômicos deixado pelo Regime Militar, o volume da dívida externa em fins 1984 chegou a cerca de cem bilhões de Dólares, atingindo o índice de 12,7% mensais em 1985. Outrossim, Sarney assumiu o compromisso de Tancredo em sanar a situação econômica do país. Parcerias com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e em comunicado emitido pela ONU, em Nova York, o Presidente admitiu que não havia condições de sanar a dívida neste contexto, uma vez que, em suas palavras “*nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome*”, o povo brasileiro chegara “*ao limite do suportável*”. Destarte, em 02 de dezembro de 1985, o FMI e o BIRD aprovaram o Plano Baker de ajuda a países subdesenvolvidos, com o objetivo de ajudar os países que desejavam realizar o reajuste de suas economias e traçar novos caminhos de crescimento econômicos destas. O supracitado, anunciou em 1986 o congelamento do pagamento da dívida externa por um ano. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a visita de uma Comissão técnica ao país, o FMI em 18 agosto a 5 de setembro, examinou as contas brasileiras, fazendo com que o país participasse do Clube de Paris, um passo importante para a renegociação da dívida externa, incluindo a reabertura dos financiamentos oficiais às importações de maquinários e equipamentos e o reescalonamento dos pagamentos dos dois anos anteriores, com novo vencimento em 1987. Em 20 de fevereiro de 1987 Sarney anunciara a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa até que os credores encontrassem uma forma de amortização da dívida que possibilitasse a recomposição das reservas cambiais, segundo ele tratou-se de: “*imposição técnica, simplesmente não tínhamos mais reservas internacionais. Só tive conhecimento do nível de nossas reservas quando elas já se encontravam abaixo do limite crítico.*” (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Entretanto, após repercussão do pronunciamento, os credores americanos, decidiram por elevar a taxa de juros em 0,25%. Tais quais o *Citicorp*²⁹ e o *Chase Manhattan Bank*.³⁰ Em setembro, o então ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser-Pereira, participou em Nova York de uma reunião com os ministros da Economia da Argentina e do México, criando o (G-3). Após divulgação de documento, que enfatizava a necessidades de promover reajustes na economia e tornar mais rápido o desembolso dos empréstimos dos países credores, logo após o grupo fora acrescido pelos seguintes países: Colômbia, Peru, Venezuela e Uruguai; firmando uma base de negociação com os Estados Unidos. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Para reduzir a crise internacional, em um ato quase simbólico, o governo brasileiro decretou o fim da moratória e efetuou o pagamento irrisório de quinhentos milhões de Dólares da dívida. Entretanto, a situação agravou-se novamente quando o *Citicorp* anunciou ter tido um prejuízo, atribuindo-o ao setor financeiro brasileiro. Outros bancos americanos também o fizeram embora envolvendo outros países da América Latina. Entretanto, o Executivo Federal, em primeiro de fevereiro refizera o ato de pagar parte dos juros relativos ao ano anterior, logrando um acordo de refinanciamento da dívida externa ao FMI, assinado em primeiro de julho. Em setembro um segundo acordo fora firmado, o novo pacto estabeleceu o escalonamento dos dividendos por um período de 20 anos. Na 44ª Assembleia Geral da ONU, o Presidente fez graves acusações aos países ricos por explorarem a vulnerabilidade dos países em subdesenvolvimento, em suas palavras o grupo de países mais endividados estaria sendo: “*oprimidos por uma conjuntura internacional perversa*” (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em março de 1989, o governo norte-americano anunciou a criação do plano de cancelamento ou redução de parte da dívida de países latino-americanos, elaborado pelo secretário de tesouro Nicholas Brady em parceria com o FMI e o Banco Mundial. Em Reunião com o (G-7) – Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha Ocidental, Itália, França e Reino Unido – deliberou-se sobre a exclusão do Brasil e da Argentina da lista de beneficiários do Plano Brady. Em Fins de 1989, em reunião com no Peru no (G-8), na tentativa de ampliar o (G-3), postulou-se, em acordo conjunto dos países que a dívida externa era impagável, devendo os

²⁹ Atualmente chamado de Citigroup Inc, maior empresa do ramo de serviços financeiros do mundo de acordo com a revista *Forbes*. A sua criação foi anunciada em 7 de abril de 1998, a partir da fusão do *Citicorp* com o *Travelers Group*.

³⁰ Em 1995, o *Chase National Bank* e a *The Manhattan Company* se fundiram par criar o *The Chase Manhattan Bank*.

membros se preocuparem com reajustes econômicos internos. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Política Externa Em Sarney: A Gênese da Política Externa da Nova República**

O marco oficial da Política Externa da Nova República, aconteceu em 14 de junho de 1986. Desmontada durante o Regime Militar, foram retiradas as relações diplomáticas com Cuba, sob o argumento de tentar obter um maior nível de integração entre os países latino-americanos. A ata da Integração Regional Argentino-Brasileira fora o segundo passo firmado entre o Presidente brasileiro e o argentino Raúl Alfonsín, tratava-se de um conjunto de acordos bilaterais de cunho econômico e político, retratando um futuro Mercado Comum latino-americano. Em ato diplomático, o Presidente argentino retribuiu a visita ao Brasil, uma vez que pretendia minimizar a tradicional rivalidade entre os países na época colonial. O chamado Programa de Integração e Cooperação Econômica, construído entre os dois países, tratou pela primeira vez da criação de “*Espaço Econômico Comum*”.(DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com o fim da Guerra Fria, a quebra do muro de Berlim em 1989 e a abertura dos países que eram adeptos ao comunismo ao estilo do mundo capitalista, aumentou-se a necessidade de criar um projeto de Integração Regional entre os países latino-americanos, uma vez que a concorrência por investimentos aumentara. Nesse preâmbulo, as negociações bilaterais entre Brasil e Argentina, iniciadas no governo Sarney, resultaram na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que além dos dois países passou a ser composto pelo Paraguai e Uruguai, a partir de 1995. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No governo Ronald Regan, uma crise marcou as relações diplomáticas entre Brasil e os Estados Unidos, tratava-se de uma acusação do governo americano, a despeito de um prejuízo de meio bilhões de Dólares, sob o argumento do uso inapropriado, por parte de direito de propriedade, de *Softwares*³¹ utilizados pelo Brasil sem permissão prévia. Tal fato desencadeou o debate brasileiro sobre a reforma do mercado da informática, que vigorava desde 1984. Como alternativa para sanar o conflito, Sarney enviou ao Congresso, em abril de 1986, um Projeto de

³¹ conjunto de componentes lógicos de um computador ou sistema de processamento de dados; programa, rotina ou conjunto de instruções que controlam o funcionamento de um computador; suporte lógico.

Lei regulamentando a venda de propriedade de *softwares*, insatisfeito com as medidas políticas, o governo americano extinguiu em janeiro de 1987 o sistema preferencial de tarifas que beneficiara produtos do primeiro setor brasileiro, passando a acrescentar taxas que variavam de 5% a 10%. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Como resposta diplomática à problemática, o Congresso Brasileiro aprovou a lei de Comercialização de Softwares, sendo suspensas as pressões norte-americanas sob o Executivo brasileiro em 1989. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a derrocada da Segunda Guerra mundial, o mundo passara a visualizar espaços econômicos ociosos, ocupados por mecanismos multilaterais de regulação, despontados através do sistema de Breton Woods de 1947, no qual fora estabelecida a política de taxação do câmbio com a administração financeira marcada pelo FMI. Tal perspectiva vigorou até os anos 70, tendo sua derrocada atrelada à crise do petróleo que impossibilitou a preservação pelos estadunidenses da regulação do Sistema Financeiro Internacional, uma vez que ficou impossibilitado o padrão financeiro vigente, no qual o Dólar era fixado de acordo com o padrão do ouro. O aumento da competição dos setores produtivos mundiais e a internacionalização do capital, também foram fatores-chaves para a retirada do equivalente monetário, do comércio e da produção internacional. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., 2010)

A Política Externa no governo José Sarney fora implementada neste conturbado período de redemocratização brasileira, refletida também nas mudanças do cenário geopolítico internacional, às quais, com o processo de finalização da Guerra Fria o mundo também fora transformando, dando início a uma guinada neoliberal de Política Externa no Sistema Internacional. Sarney, na posição de Presidente, buscou atrelar a PE brasileira a um contexto de independência da conjuntura estadunidense, aproximando-se dos países do chamado “*Terceiro Mundo*” fato que se refletiu nos esforços do governo brasileiro na rodada do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt) ocorrido em Montevideu, com a aproximação do país com a Argentina, através da assinatura de diversos protocolos de integração. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

No que concerne a Política ambiental, o governo Sarney sofreu diversas críticas, uma vez que buscou-se uma política de cunho nacionalista com a defesa da soberania nacional do território brasileiro, como principal mote a garantia da soberania da região amazônica. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

A falta de regulação no Sistema Financeiro Internacional, no mundo pós Guerra-Fria, em contraste com os choques da política petrolífera, com a manutenção de altas taxas de juros, adotadas pelo Presidente Ronald Reagan, fazendo com que houvesse uma desestabilização das

economias dos demais países, principalmente dos países em desenvolvimento, os (PEDs), do qual o Brasil fizera parte. Tais medidas levaram à manutenção das dificuldades destes países, uma vez que, com a liberalização do comércio, as economias mais avançadas passaram a deflagar políticas protecionistas em seus mercados, fazendo com que ocorresse o aumento do subsídios de seus produtores, como a utilização de barreira não tarifárias ao comércio internacional, impactando substantivamente os PEDs, principalmente no que concerne os países da América Latina. Com o aumento das respectivas dívidas externas e grandes modificações no cenário social, devido às vulnerabilidades destas economias diante das pressões internacionais, marcara a década de 80 com o adjetivo de “*década perdida*”. Outrossim, explicamos a rigorosa atuação dos Estados Unidos com a criação da Cláusula 301, referente a Lei de Comércio de 1988, impactando severamente os países mencionados. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

Deste modo, a política implementa por Ronald Regan (1981- 1989) fora marcante para o cenário de instabilidade internacional, fator que influenciou a agenda Política Internacional brasileira. As pressões para a liberalização do comércio e o tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento tornaram-se fatores que impactaram a política econômica brasileira, colocando o país em desvantagem frente a um contexto geopolítico internacional. Tal fato adjetivou o Brasil como sendo um país de industrialização recente, obrigando-o a incorporar regras estabelecidas no contexto multilateral que exigira a liberalização do seu comércio, dificultando a inserção mais favorável do país no cenário mundial, fator que impactou a evolução da PEB nos anos vindouros. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

As relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos foram marcadas por uma relação de dupla face; em primeira instância pesaram a instabilidade nas negociações multilaterais de comércio com o país hegemônico, por outro lado, levou o Brasil a acelerar o estreitamento com os países vizinhos, através de Processos de Integração Regional, que culminou na criação do MERCOSUL. Sarney, neste sentido, buscou uma aproximação brasileira com os PEDs no campo político e de comércio, além de levar a um distanciamento com as relações de Washington para com Brasília. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

Assim, verificou-se, por iniciativa brasileira, a criação do Mecanismo Permanente de Consulta e Concentração Política - Grupo do Rio, com a participação dos Brasil, Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Venezuela e Paraguai, reunidos primeiramente em Montevideu no ano de 1988. O Grupo do Rio, tinha por objetivo questionar as políticas implementadas por Washington, principalmente no que se refere à questão da dívida externa e às medidas coercitivas, concebidas como discriminatórias para com os países em

desenvolvimento. Nesse interim, os países do Grupo do Rio, se distanciaram da Organização dos Estados Americanos (OEA), firmaram o Compromisso de Acapulco para a Paz, cujo atributos evidenciavam o desenvolvimento destes países além da manutenção de suas democracias, destacam-se como principais objetivos:

“atuar conjuntamente para combater decisões unilaterais baseadas em leis internas ou em políticas de força, bem como a lutar por um sistema comercial internacional fortalecido, que faça cumprir suas normas e princípios, como condição mesma da segurança econômica e da soberania de nossos países” (BANDEIRA, 1999: 156. APUD, DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

Com a falta de êxito dos países em desenvolvimento na tentativa de garantir as pautas sociais e econômicas relevantes para os terceiro-mundistas no âmbito da Conferência Das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), realizadas nas duas décadas anteriores, e com os fracassos nos diálogos Norte-Sul na Cúpula do (G-7) em Cancún no ano de 1985, demonstraram a heterogeneidade das nações em desenvolvimento na defesa de suas pautas. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

O Brasil, em conjunto com os países asiáticos, africanos e árabes procuraram unir forças nas negociações, no que concerne à arena multilateral. Entretanto o dinamismo de interesses, afetaram suas políticas socioeconômicas de maneira desigual, principalmente nos aspectos referentes à agricultura, do setor têxtil, de preferências tarifárias e ao acesso a mercados financeiros. Com o surgimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), os países do terceiro mundo foram ainda mais subdivididos, causando-os dificuldades devido ao aumento do preço do produto no mercado internacional. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

A rodada do Gatt, com as negociações da Rodada do Uruguai, demonstram nítidas evidências nos interesses dos terceiro-mundistas, dificultando o logro de um consenso entre estes. O Brasil, neste evento visou a não inclusão de novos temas em sua agenda de negociações comerciais, defendendo suas políticas de serviço, propriedade intelectual e medidas de investimentos para alavancar seu comércio. Deste modo, o Brasil adotou a estratégia de participar da coalizão do (G-10)³²cuja liderança era dividida entre o país e a Índia. A crise financeira internacional e a forte pressão do governo estadunidense foram importantes bloqueadores contra as pretensões do grupo supracitado. (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

³² Grupo geopolítico formado por países como a Argentina, Brasil, Cuba, Egito, Índia, Nicarágua, Nigéria, Peru, Tanzânia e Iugoslávia.

Destarte, o período do governo Sarney marcou um momento importante na PE brasileira, uma vez que fora modificado o contexto político doméstico brasileiro com o legado das dificuldades econômicas herdadas do Regime Militar. O Brasil intensificou a crítica feita ao modelo multilateral adotado, na junção da defesa das pautas dos países em desenvolvimento, na tentativa de angariar em fóruns internacionais, galgando o fortalecimento de suas inserções no sistema internacional pós Guerra-Fria e globalizado. Além do fortalecimento da arena regional, com o começo das negociações para a criação do MERCOSUL. O governo brasileiro buscou ampliar suas relações bilaterais com países distantes do contexto latino americano, como os países da Europa Ocidental, da África subsaariana, do Oriente Médio, assim como países da Ásia e do Leste Europeu. Tal fato decorreu devido à necessidade brasileira de diversificação dentro das possibilidades de um cenário econômico frágil pós Regime Militar. . (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

Outrossim, pode se perceber que a atuação internacional do governo Sarney na década de 80, referente a seara interna e externa, adotou uma característica de não ruptura em relação ao hegemon, sendo as divergências brasileiras naturais de outros períodos anteriores da PEB com os países mais desenvolvidos. Desta forma, nos Estados do (G-10), foram intensificadas crises políticas, sociais e econômicas, tornando estes Estados mais vulneráveis a crises internacionais, reforçando a necessidade de atuação via bloco destes. . (DO PRADO, D. F. B., MIYAMOTO. S., *Idem*)

- **Fim do Mandato, a Questão Agrária, Eleições de 1989 e Sucessão presidencial**

Em seus últimos anos de mandato Sarney procurou equalizar a situação da propriedade rural, reflexo do Regime Militar. Anunciou em maio de 1985 o Plano Nacional de Reforma Agrária, atendendo aos setores rurais, destinando-os 1,4 milhões de Dólares, até 1989. eclodiram nesse momento o debate da propriedade privada, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e da União Democrática Ruralista (UDR), Sarney delegou o ministro da Justiça, Paulo Brossand, para o equacionamento da violência do campo, com prerrogativas de convocar às Forças Armadas. Com a morte de Francisco (Chico) Mendes, a eclosão da crise fundiária tornou-se internacional, haja vista que em 1987 o governo reduziu em 70% a meta de assentamentos para 1987-1988. (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., 2015)

Com as eleições de 1989, abriu-se caminho para uma disputa de poder acirrada, com cerca de 24 concorrentes, haja vista que, pela primeira vez após 29 anos de Regime Militar os brasileiros voltariam a escolher seu presidente. Destacavam-se na disputa os candidatos: Aureliano Chaves (PFL), Fernando Collor (Partido da Reconstrução Nacional - PRN), Guilherme Afif Domingos (Partido Liberal - PL), Leonel Brizola (PDT), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Roberto Freire (PCB), Ronaldo Caiado (Partido Social Democrático -.PSD) e Ulysses Guimarães (PMDB). (DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Embora tenha tido um papel ainda importante na Política Interna brasileira pós sua Presidência, sendo eleito diversas vezes e chegando ao cargo de senador da República, acabam-se aqui, no período presidencial, as análises de sua biografia. Restando agora enquadrá-lo na taxonomia de (BARBER, 1972) “Categoria I” sob a égide das métricas da tomada de decisão de José Sarney. A classificação dos valores se dá de acordo com a frequência dos acontecimentos dispostos em sua biografia, atribui-se “0” à ausência total da variável pesquisada, “0,25” à pouca presença da variável, “0,5” como presença parcial, “0,75” à quase totalidade da variável analisada e “1” para sua totalidade.

Tabela 3 - José Sarney: Métricas da Tomada de Decisões.

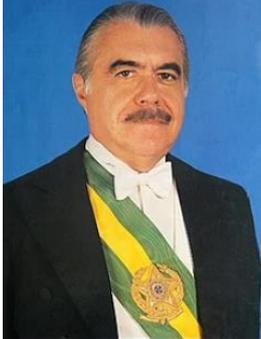
TIPO	Valores (0/0,25/ 0,5/0,75/ 1)	JUSTIFICATIVA
Tipo de Regime.	0,5	Período de redemocratização com Assembleia Constituinte formada.
Interesse em Política Externa.	1	Intensificação dos Processos de Integração Regional com os países da América Latina, crítica ao contexto de liberalização em voga no mundo globalizado e busca de parecerias bilaterais ao redor do mundo.
Atitude em Caráter de Crises.	0,5	De caráter imponente chegou a gerar diversas divisões internas dentro do próprio partido
Capacidade de Liderança.	0,75	Embora tivesse uma liderança forte entre seus correligionários, por diversas vezes teve sua base enfraquecida por falta de liderança partidária.
Capacidade de se Impor ao Gabinete.	1	Tomava decisões mais monocráticas, liderava e delegava funções a seus ministros.
Capacidade em Seguir Recomendações.	0,5	Embora seguisse recomendações de ministros, nutria-se pelo seu senso de justiça e noção do que para ele seria correto.
Capacidade de Delegar Tarefas.	1	Por diversas vezes destinou a ministros missões para apaziguar crises em diversos setores da sociedade.

Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972)

Score José Sarney: 5,25

As métricas da tomada de decisão, dispostas na tabela acima, servirão para classificar o Caráter Presidencial de José Sarney no capítulo posterior “*Categoria I*”, entretanto por hora, assim como sugerido por Barber (*Idem*), de acordo com a análise de sua biografia, pode se atribuir sua Visão de Mundo e seu Estilo Presidencial “*Categoria II*”, respaldados de acordo com o quadro abaixo:

Figura 6 - José Sarney: Visão de Mundo e Estilo Presidencial

José Sarney.	
Classificação de acordo com os critérios elencados a luz de (Barber, 1972)	
Visão de Mundo: 	<p>Vindo do Nordeste, nascido em família com tradição na vida política, com privilégios e regalias, Sarney sempre tivera uma boa temperança em relação a sua vida pública. Via a política com um meio de transformação social e gostara do ato de exercer o poder. Era um otimista moderado em relação aos seu mandato. No vislumbre da Política Externa, entendera que a fortificação de um bloco latino-americano, ajudaria no desenvolvimento dos países da região. Extremamente sério e centrado demonstra firmeza em suas atitudes e defendera ferrenhamente seus pontos de vista.</p>
Estilo Presidencial: 	<p>Sarney optou por adotar um estilo presidencial que em primeira instância tinha como pretexto reunir as principais lideranças políticas em torno do tema da redemocratização. No decorrer do seu mandato, demonstrou-se centrado com atitudes de cunho fortes e firmes. Sempre eloquente com o Congresso, mesmo quando perdera parte da sua base para o PSDB, Sarney manteve sua postura de líder, ponderando quando necessário e atacando seus opositores recorrentemente.</p>

Fonte: Elaboração do autor de acordo com a biografia do Presidente. Imagem 01 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-bigode-da-modernidade-ataca-novamente/>. Acesso em 03 de Jan. de 2020. Imagem 02 Disponível em: <https://blogdajor72.wordpress.com/2014/09/22/jose-sarney-presidente-do-brasil-de-1531985-a-1531990/>. Acesso em: 03 de Jan. de 2020.

4.3 Fernando Collor

- **Infância, Vida Escolar e Carreira antes da Política**

Nascido no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949, Fernando Afonso Collor de Melo, filho de Arnon de Melo e de Leda Collor de Melo, teve sua infância dentro de um reduto político do qual seu pai fora governador e senador pelo estado de Alagoas. Lindolfo Collor, seu avô materno também fora um dos figurões da política brasileira, sendo eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul por dois mandatos, além de participar ativamente da revolução varguista de 1930, ocupando ministérios em sua gestão, entretanto rompeu com o “*Varguismo*” para participar da Revolução Constitucionalista em São Paulo. (LEMOS, R., [S.I.]

De origem burguesa, Collor teve como testemunhas de seu nascimento figuras importantes da cultura brasileira, tais quais José Olympio e Aurélio Buarque de Holanda. Em sua educação, Collor frequentou os mais tradicionais colégios brasileiros, tais quais: Padre Antônio Vieira, São José e São Vicente de Paulo. Em meados de 1967 mudou-se para Brasília passando a estudar no Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM) cujo direcionamento pedagógico era fornecido pela Universidade de Brasília (Unb). Formou-se em Ciências Econômicas na União Pioneira de Integração Social (UPIS). Por um pequeno período estagiou no *Jornal do Brasil*, sediado no Rio de Janeiro e trabalhou como corretor de títulos da Univest, em Brasília. Na cidade, tornou-se amigo de Paulo Otávio e Luís Estêvão, influentes na vida política local, por causa de suas famílias tradicionais, o trio ficou conhecido como “*Os filhos do Poder*”, durante o Regime Militar a tríade se divertia fazendo rachas automobilísticas e festas ruidosas, em entrevista à revista *Playboy* Collor assumira que detinha um comportamento agressivo quando jovem. (LEMOS, R., *Idem*)

Em 1972, regressou para Maceió, capital de Alagoas, assumindo a direção da *Gazeta de Alagoas*, cujo proprietário era seu pai, em seguida tornou-se superintendente da Organização Arnon de Mello, grupo empresarial de sua família. Posteriormente se tornou presidente do Centro Sportivo Alagoano (CSA), clube de futebol com grande torcida na cidade. Em 1975 casou-se com Celi Elizabeth Júlia Monteiro de Carvalho (Lilibeth), filha do controlador geral

do grupo, Monteiro Aranha. O fato fora descrito como sendo a união da elite industrial do Sul com a oligarquia nordestina (LEMOS, R., *Idem*)

Por indicação de seu pai e em acordo com Divaldo Surugy, antigo governador alagoano, ambos da ARENA, partido que sustentava a base do Regime Militar, Collor fora nomeado prefeito de Maceió. Sua primeira medida foi a de adotar um grande aumento salarial para os servidores municipais, cerca de 168% e promover a reurbanização da orla da cidade, contratando marqueteiros e promovendo as belezas naturais alagoanas pelo Brasil. Durante sua gestão houveram diversos casos de nepotismo e contratação de funcionários fantasmas, no dia anterior de deixar a prefeitura contratou mais de três mil funcionários. Quando perguntado pelo fato, culpou sua assessoria, alegando que o fizera assinar o Decreto sem ler. Apesar do nepotismo, nove de seus parentes e 19 de sua esposa foram nomeados para cargos na Assembleia Legislativa de Alagoas. Entretanto divorciou-se de Lilibeth em 1981. Em 1982 lançou candidatura a Câmara dos Deputados pelo PSD, formado por antigos membros da ARENA, sua campanha fora sustentada financeiramente por usineiros locais sob o comando do empresário Paulo César Farias, o “PC”. Eleito com a maior votação do estado, fora empossado deputado em fevereiro de 1983. Nomeou sua própria mãe para ser responsável pela Legião Brasileira de Assistência, nessa passagem conheceu Rosane Malta, com quem se casaria em sequência, mais uma vez um casamento de cunho político oligárquico. (LEMOS, R., *Idem*)

Em 25 de abril de 1984, Collor fora a favor da votação da emenda Dante de Oliveira, como não fora aprovada a tempo, o Colégio Eleitoral foi responsável pela sucessão de Figueiredo. Na eleição indireta Collor votou em Paulo Maluf, padrinho de seu segundo casamento e antigo apoiador do Regime Militar. Entretanto, como supracitado, a chapa Tancredo/Sarney consagrou-se vitoriosa. Em seu mandato parlamentar, Collor não logrou êxito em aprovar nenhum dos 11 Projetos de Lei por ele apresentados, dentre os quais destacava-se a diminuição do imposto de renda pago por emissoras de rádio e televisão, fato que beneficiaria o grupo empresarial de sua família. (LEMOS, R., *Idem*)

Em 1985, transferiu-se para o PMDB, candidatando-se ao cargo de governador de Alagoas, tendo o apoio de dissidentes do PDS e do PCdoB, ficara conhecido nesse período como o “Caçador de Marajás”, funcionários públicos que recebiam pagamentos maiores aos de ministros, em sua campanha defendeu também o combate à corrupção. Logrou-se vitorioso com 42% dos votos válidos, derrotando o candidato do PFL, Guilherme Palmeira. Empossado em 15 de março de 1987, Collor recebera um relatório da gestão anterior que alertava que 9.400 servidores públicos não residiam nas cidades onde trabalhavam, recebendo inclusive salários por procuração, solicitou ao Procurador-Geral da República, à época, a inconstitucionalidade

das Leis estaduais que permitiam tais benefícios, em julgamento do STF, sua tese não fora sustentada, concedendo liminar que dava amparo aos pagamentos dos servidores até o julgamento do mérito. Derrotado na questão do mérito, Collor classificou a decisão do STF de “*Imoral*” e se recusou a manter os privilégios dos “*Marajás*” alegando falta de recursos, o Tribunal de Justiça de Alagoas, à época, chegou a cogitar um estado de Intervenção Federal para sanar a situação, fato que não se concretizou. (LEMOS, R., *Idem*)

Outro fato notório em seu governo foi o enxugamento da máquina pública, em apenas um Decreto foram extintas a Secretaria da Cultura, do Transporte e da Irrigação, segundo o argumento de que seriam reduzidos 10 mil cargos públicos, diminuindo a despesa do governo em 25% neste item, em ato de oposição, o PFL articulou na Assembleia Legislativa a deliberação na qual ficariam vedadas as demissões em massa e a extinção de órgãos públicos, sob a justificativa de não haver critérios razoáveis para tanto. Todavia, o então governador conseguiu eliminar cerca de dois mil postos no funcionalismo. Em sua primeira crise política, Collor ameaçou usineiros de seu estado a pagar uma dívida de cerca 140 milhões de Dólares ao Banco do Estado de Alagoas (Produban), isso porque a classe apoiara seu opositor na eleição majoritária. Em entrevista à revista *Veja* em abril de 1987, o governador declarou que iria travar uma guerra contra os quatro pilares da política alagoana, em suas palavras: “*o sindicato do crime, o poder econômico, a contravenção penal e os desmandos administrativos*”. (LEMOS, R., *Idem*)

Um fator peculiar marcou seu mandato, a ausência do governador em diversas ocasiões no seu estado. Em seu primeiro ano de mandato foram mais de 90 viagens realizadas. Aglutinou, em sua gestão seus atributos pessoais, ignorando o poder das instituições e órgãos públicos. Começara a se projetar nacionalmente como o “*Caçador de Marajás*”. (LEMOS, R., *Idem*)

No âmbito nacional se mostrou como grande opositor do Presidente José Sarney, acentuando as crises e impopularidades do Presidente. Participou, em 17 de outubro de 1987, com outros 21 governadores do PMDB da reunião conhecida como a Declaração do Rio de Janeiro, supracitada nos Presidentes anteriores. Embora, de forma discordante, defendera a manutenção do mandato presidencial em 04 anos, tese defendida também por Sarney. (LEMOS, R., *Idem*)

No que concerne à ação contra o funcionalismo público de Alagoas, o STF, determinou a regularização do pagamento de seus salários através de um processo de litígio. O governador seguiu, porém, com a mesma postura afirmando que não havia condições orçamentárias diante do rombo fiscal no estado. Collor então se empenhou em se apresentar como um nome para sucessão presidencial, de início não obteve o apoio dos líderes partidários que se preocupavam

em terminar a Constituinte. A ideia de se tornar presidente veio durante uma viagem feita à China com Renan Calheiros, Cláudio Humberto e Cleto Falcão em 1987. A estratégia para a possível eleição seria o ataque intransigente ao Presidente José Sarney, sendo anunciado no dia seguinte, ao vice-primeiro-ministro da China como “*Futuro presidente da República*”. A primeira articulação feita pelo partido visou à consolidação da chapa presidencial para 1989, onde Collor se dispusera a sair como vice, e Mário Covas encabeçando-a; fato que não foi aceito pelo segundo citado. Na convenção do PMDB em 1988, Collor anunciara a intenção de formar chapa com o então deputado paulista Ulysses Guimarães, nesse momento ocorreu uma relação conflituosa entre os partidários, uma vez que se acentuavam as críticas tecidas a Sarney, a quem Collor classificou como “*O maior batedor de Carteira da história*” (LEMOS, R., *Idem*)

Em constantes divulgações nas emissoras de rádio e TV. Collor, rememorava o fato de ser defensor ferrenho de um mandato presidencial de quatro anos, assim como defendera os setores sociais. No fim, com a decisão da Constituinte pela opção de um ano a mais de governo, Fernando Collor deixou o PMDB, acusando Sarney de ter interferido diretamente neste requisito. Enquanto disputava no âmbito nacional sua postulação, o clima de conturbação social em Alagoas se intensificava com grandes protestos de servidores do Banco do Estado de Alagoas, que acusaram os usineiros pela falência da instituição, havia o burburinho de que cerca de 15 mil servidores seriam demitidos. O *Estado de S. Paulo* em matéria publicada em 1982 demonstrou diversas irregularidades do governo Collor, tais quais: a suspensão das verbas destinadas à Secretaria de Educação, administrada por Cláudio Vieira, que foram alocadas para uso nas propriedades do governador; denúncias de deputados da oposição de que o supracitado teria destinado verbas públicas para a compra de passagens internacionais e em lojas de grife; questionou-se também a administração dos recursos da Secretaria de Transportes, cujo titular era o irmão de Paulo César Farias, Augusto Farias, da qual as verbas não chegavam ao seu destino, fora questionada também a narrativa, mal explicada, de um acordo feito pela Secretaria de Transportes na compra de um ônibus pela Alagoas Diesel, com o intuito de reduzir as dívidas da empresa com o estado, referentes ao pagamento do Imposto Sobre Circulação e Serviços (ICMS). (LEMOS, R., *Idem*)

- **Eleições de 1989, a Primeira Direta Para Presidente**

Em 9 de fevereiro, Collor lançou o manifesto da criação do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), com base no Partido da Juventude (PJ). Convidou Itamar Franco, recém saído do PMDB, para ser seu vice de chapa, sob a organização financeira de PC Farias. As principais pautas em sua campanha eram principalmente os ataques pessoais feito à Sarney, defendera também o corte de privilégios no funcionalismo público e a modernização da economia com a diminuição da burocracia estatal. Quatro escolas de samba tiveram naquele ano enredos que falavam sobre corrupção, Collor marcou presença no desfile fazendo o gesto de “V” da vitória durante a Marquês de Sapucaí. Os seus adversários políticos ainda estavam sob escolha dos seus respectivos partidos, entretanto, Leonel Brizola do PDT, e Luís Inácio Lula da Silva do PT, partidos mais expressivos do que PRN já se apresentavam como adversários fortes com candidaturas consolidadas. A imprensa passou a vincular uma possível vitória da esquerda como sendo prejudicial ao país, o termo “*espectro Brizola*” denotava o tom populista com a qual o classificara. (LEMOS, R., *Idem*)

A tese de “*Caçador de Marajás*” se fortalecia em Alagoas, com a diminuição dos gastos públicos, fato que chamara a atenção da imprensa, principalmente a carioca e a paulista, o que despontou Collor a aparecer no terceiro lugar das pesquisas de intenção de votos. Por parte da opinião pública, prevalecia a preferência de um candidato jovem que fosse opositor do governo Sarney. Em 30 de março o PRN apresentou seu primeiro programa no horário político eleitoral reservados aos partidos na televisão, com técnicas gráficas sofisticadas, Collor se colocou como sendo o único candidato capaz de resolver os problemas nacionais, denunciando a crise moral, o tamanho da dívida externa e o coronelismo político de Brasília. Com uma semana de programa político obrigatório, uma nova pesquisa revelara seu nome na preferência dos eleitores, caso que foi ignorado pelos seus adversários por acreditarem ser um fenômeno político passageiro. Em 27 de abril, aparecera novamente em cadeia nacional, reforçando o jargão de “*Caçador de Marajás*” e de que seria um candidato jovem, bem articulado e ousado. (LEMOS, R., *Idem*)

Para cumprir o requisito legal de desincompatibilização, uma vez que vislumbrava participar do pleito presidencial, Collor deixou o governo de Alagoas em 14 de maio de 1989. Seu sucessor, Moacir Andrade, herdou um estado com grandes entraves financeiros, com arrecadação de imposto em queda e servidores com salários atrasados. Destacou-se também o antigo problema com os usineiros e a questão do pagamento escalonado do ICMS, sob esse égide, a oposição culpou Paulo César Farias, o (PC), de recolher parte da dívida dos usineiros, um valor aproximado em 12 milhões de Dólares para potencializar os cofres de sua campanha. Assessorado por marketeiros do *Vox Populi*, Collor apareceu pela terceira vez em rede nacional

no dia 18 de maio, em horário também reservado ao Partido Social Cristão (PSC). Sua candidatura passou a ser potencializada e a se destacar nos recintos nacionais, o termo “*Furacão Collor*” fora utilizado para destacar o distanciamento dos demais concorrentes da esquerda, nesse mesmo motim, passou a ser apoiado pelo empresariado brasileiro, cogitava-se, já em junho a possibilidade de sua vitória em primeiro turno. (LEMOS, R., *Idem*)

No decorrer de sua campanha setores conservadores passaram a apoiá-lo, como o ministro das Comunicações de Sarney, Antônio Carlos Magalhães do (PFL-BA), fato que preocupava os coordenadores de sua campanha, os quais defendiam que o perfil de presidente necessitava adotar um caráter socialdemocrata modernizado, sem grandes espaços para os setores de direita, mesmo que, naquela altura já o apoiavam. Em uma tentativa frustrada, Collor tentou ter o apoio de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) oferecendo-lhe a vaga de vice-presidente, fato que fora escusado. Um fato peculiar dessa eleição foi a candidatura lançada pelo empresário e apresentador de televisão Sílvio Santos, anunciada 15 dias antes do pleito pelo inexpressivo Partido Municipalista Brasileiro (PMB), que servira de ameaça ao então candidato visto que Santos era preferido por 30% dos eleitores, principalmente das camadas mais pobres. Entretanto, a repentina candidatura fora impugnada pelo TSE e Collor logo culpou Sarney por ter articulado esta estratégia para afundar sua campanha. (LEMOS, R., *Idem*)

Em 4 de novembro, no horário eleitoral gratuito, continuaram as investidas contra José Sarney, chamando-o de “*corrupto, incompetente e safado*”, tal fato rendeu ao então Presidente o direito de resposta pelo TSE, além de um processo por injúria, calúnia e difamação. Esse episódio, de maneira peculiar, ascendeu a candidatura do postulante. O primeiro turno ocorrera em 15 de novembro. Pleiteando com 24 candidatos, embora tenha sido o mais votado, Collor, não atingiu o percentual majoritário dos votos, indo para o segundo turno com o segundo mais votado, Lula. A polarização do segundo turno, em dezembro, marcou o pleito, uniram-se a Lula o PSDB, PMDB, PDT e o Partido da Consciência Democrática (PCD), além da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Collor restou o apoio dos demais partidos, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a qual fora pelo candidato recusado. Sua base então foi fortalecida pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), bem como da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). (LEMOS, R., *Idem*)

Em uma disputa intensa, Collor por muitas vezes estigmatizou seu adversário como sendo incendiário, acusando-o de querer assumir o poder pela luta armada. Divulgou um plano econômico neoliberal, porém, adotou um meio termo político no qual afirmara que deixaria “*a direita indignada e a esquerda perplexa*”. Fato que lhe rendeu novos apoiadores como a Rede Globo, na figura de Roberto Marinho; Pedro Irujo, um dos mais ricos empresários baiano; o

senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); do controlador do Banco Bamerindus, Adauto Viana; por Ronaldo Caiado, derrotado no primeiro turno e líder da União Democrática Ruralista (UDR); do presidente da FIESP, Mário Amanto e de Eduardo Rocha Azevedo, presidente da bolsa de valores de São Paulo. Para conquistar a popularidade entre os setores mais pobres da sociedade Collor assemelhou sua imagem à de frei Damião, sucessor ideológico de Cícero Romão Batista, o “*Padim Cícero*”, além disso vinculou-se no Nordeste a centenas de pastores evangélicos que temiam o “*comunismo ateu*” pregado por Lula. A estratégia de atacar o governo anterior se manteve de forma cada vez mais contundente, segundo o *Jornal Brasil* de 22 de julho de 1990, o então pleiteador mandou um emissário para arguir a Sarney que assimilasse os ataques em prol de evitar uma possível vitória de seu oponente. Nos dois últimos debates antes das eleições ambos obtiveram êxitos, no primeiro Lula consagrou-se como vitorioso e Collor deteve melhores argumentos no segundo, às vésperas das eleições. Em sua última investida Collor comprou o um depoimento de Mírian Cordeiro, ex-esposa de Lula, na qual afirmara que seu adversário o tinha oferecido dinheiro para abortar sua filha Lurian, fato que repercutiu negativamente, para seu oponente, nas diversas camadas sociais de um país católico. (LEMOS, R., *Idem*)

- **Collor: O mais jovem Presidente da Nova República**

Em sua posse, no dia 15 de março de 1990, depois de anos de Regime Militar, o primeiro Presidente eleito diretamente pela população, em seu discurso prometeu diminuir os índices inflacionários do país, que chegavam a uma patamar superior a 1.000,00%. além disso em suas palavras faria uma gestão democrática moderna, potencializando o setor industrial e diminuindo a burocracia dos estados, respaldou o compromisso de diminuir privilégios das elites brasileira, ao qual classificara como “*egoísmo doentio*” de uma parcela privilegiada da população preocupada apenas com interesses particulares. Assinou, em seu primeiro ato, cinco Medidas Provisórias e quatro Decretos, que tinham como finalidade enxugar a máquina pública, diminuindo o número de ministérios e reduzindo o tamanho do funcionalismo. (LEMOS, R., *Idem*)

Em sua composição ministerial convocou os seguintes nomes: Zélia Cardoso de Melo para o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Osíris Silva com a pasta de Infraestrutura, Bernardo Cabral com o Ministério da Justiça, Francisco Rezek na pasta de Relações Exteriores, Carlos Chiarelli no comando da Educação, Margarida Procópio para a pasta de Ação Social, Antônio Rogério Magri encarregado da pasta do Trabalho e Previdência

Social, Joaquim Roriz, ministro Agricultura e Reforma Agrária, general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes para o Ministério Exército, almirante Mário César Flores a pasta da Marinha e tenente-brigadeiro-do-ar Sócrates da Costa Monteiro com o comando da Aeronáutica. Ainda fora responsável por manter Secretarias com *status* ministeriais e por extinguir o Ministério da Cultura, das quais destacam-se; a posse de José Lutzemberger na Secretaria de Meio Ambiente, José Goldemberg em Ciência e Tecnologia e Artur Antunes Coimbra, o Zico, ex-jogador de futebol com a pasta dos Esportes. (LEMOS, R., *Idem*)

Anunciara em seguida, o Plano de Estabilização Econômica, apelidado de Plano Brasil Novo ou Plano Collor. Destacando-se, o compromisso de combater a inflação, reduzir o déficit público e levar o país a condição de então primeiro mundo. As principais medidas do Plano foram, a extinção de 24 empresas estatais, elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o aumento da taxa sobre o lucro do setor agrícola, a reintegração do Cruzeiro em substituição ao Cruzado Novo, moeda utilizada no governo anterior, o congelamento dos salários, a flutuação do câmbio segundo tendências do mercado, a redução do Estado em decisões econômicas, privatizações de empresas estatais e a abertura ao capital estrangeiro com a redução das alíquotas de importação. (LEMOS, R., *Idem*)

A adoção do Plano Collor não gerou surpresa à opinião pública, a não ser pelo fato do bloqueio de 18 meses das cadernetas de poupança da população que detivera mais de 50 mil Cruzeiros em suas contas correntes, fato que soou contraditório uma vez que na campanha acusara seu concorrente de o fazer. A adoção do congelamento das poupanças gerou diversos prejuízos e contradições jurídicas, uma vez que se revelara como uma adoção arbitrária dos valores estipulados. Em sua biografia, a ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo “Zélia uma Paixão”(SABINO, 1991) confirmara que em festa do então empossado Presidente fora discutido o congelamento entre os valores de 20, 50 ou 70 mil Cruzeiros, da qual optou pela quantia de 50 mil, segundo ela a medida fora tomada em sigilo absoluto, antes da publicação do texto, entretanto em seu livro a supracitada revelou que dias antes da aprovação do mérito o tesoureiro da Campanha PC Farias e o Presidente da República teriam feito saques de valores vultuosos de suas contas bancárias. (LEMOS, R., *Idem*)

Vale ressaltar que o Plano Collor fora elaborado de acordo com o Consenso de Washington para o desenvolvimento dos países latino-americanos, estabelecido em 1989 com técnicos do governo norte-americano, do FMI, do BID e de economistas da América Latina. Outrossim, tratavam de condições por parte do governo americano para o estabelecimento de laços de cooperação financeira com estes países, girando em torno de três eixos: a retirada do Estado nas decisões econômicas, a liberalização do mercado nacional para importação de bens

e serviços e a questão inflacionária como eixo para estabilidade monetária. Por parte do capital estrangeiro as medidas do Plano foram bem-recebidas, porém com ressalvas, uma vez que havia o temor das características pessoais do Presidente desmoralizassem as decisões adotadas, visto que, Collor se intitulava como “*o campeão da juventude e destemor*”, e costumeiramente convidada fotógrafos para capturar momentos nos quais praticava esportes, pilotava aviões e dirigia Jet-skis. (LEMOS, R., *Idem*)

As medidas econômicas atingiram também setores importantes do agronegócio, da indústria química e da cultura, tais quais o desmonte da Petrobras e Siderbrás. Além do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). O setor cultural fora duramente atingido com a revogação dos incentivos fiscais do governo Sarney e a extinção da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme). Com contestações judiciais pelos setores mencionados, Collor admitiu erros técnicos em parte do Plano e medidas adotadas, uma vez que diversas ações na justiça foram protocoladas pelos que se sentiram prejudicados. Assumiu publicamente os equívocos jurídicos por parte de sua equipe. (LEMOS, R., *Idem*)

Destarte, a popularidade de Collor diminuiu por parte da população, em maio sua rejeição chegara a 50% em relação ao período eleitoral. Tal fato agravou sua situação com os congressistas, que o acusavam de ser arrogante e prepotente. Deste modo, em julho, Collor reforçou sua ofensiva política sob o argumento de que o Brasil precisara libertar-se da mentalidade política do século XIX, por isso tais medidas seriam necessárias. Tentou realinhar sua base no Congresso Brasileiro aproximando-se com os Líderes do PSDB, Tais quais Fernando Henrique Cardoso e Euclides Scalco. Em sua primeira grande crise, o Presidente fora acusado de ter contratado funcionários da agência de publicidade para sua campanha sem licitação, em matéria vinculada a *Folha de S. Paulo*, fato que o fizera mover um processo contra o jornal. Requerido por um deputado petista, a Procuradoria Geral da República, concluiu que de fato tais ações foram ilegais, imorais e lesivos aos interesses públicos. Outro fator agravante, gerou-se após os primeiros resultados de inquérito aberto pela Polícia Federal (PF) que apurara denúncias de que uma empresa aérea recém privatizada pelo governo, a Vasp, se beneficiara dos financiamentos de suas dívidas junto ao Banco do Brasil em condições exclusivas a empresas estatais. Outro motim surgiu quando o então presidente da Petrobras, Luís Otávio da Mota Veiga, pediu demissão do cargo sob alegações de que estaria recebendo pressões de PC Farias para que cedesse um montante financeiro significativo à referida empresa, com isenção de juros. O Presidente negou as acusações em entrevistas à imprensa afirmando que “*o fato de*

ser parente do Presidente, amigo do Presidente, conhecido do Presidente não daria delegação do Presidente para agir em seu nome". (LEMOS, R., *Idem*)

No setor econômico outros problemas seriam enfrentados, depois de dois anos de declínio da taxa de inflação com a adoção do Plano Collor, os índices inflacionários voltaram a subir, circulavam boatos de que o país precisaria adotar um novo plano econômico, Collor defendera que os brasileiros não suportariam passar por uma nova adaptação monetária e em novembro de 1990 promoveu um reajuste geral das tarifas públicas, aumentando o preço de serviços essenciais à população, tais quais a energia elétrica e serviços postais. O processo inflacionário continuou em ascensão, a recessão também passou a fazer parte da vida cotidiana dos brasileiros, gerando queda de créditos, demissões em massa de empresas, principalmente da construção civil e da indústria de transformação. O índice de inflação chegava em torno de 20% ao mês. Entretanto o Presidente permaneceu defendendo sua política econômica, em reunião ministerial protegendo fortemente as medidas, classificando-as como detentoras de “*eliminar os mecanismos perversos que a vinham corroendo*”. (LEMOS, R., *Idem*)

A bem da verdade, a defesa do Plano Collor ficara insustentável, fazendo com que em 31 de janeiro de 1991, seu gabinete lançasse o Plano Collor II, no qual se destacavam: a extinção das operações *overnight*³³; a substituição do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) pela Taxa Referencial Diária (TRD); a criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF); a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e da taxa de juros, além de um novo congelamento de preços e salários. Para sustentar suas novas medidas, o Presidente procurou articular-se com partidos de oposição, como as lideranças do PDT e do PSDB, refez o convite, com insucesso, para que FHC assumisse a pasta de Relações Exteriores e prometeu apoiar pautas de partido de oposição, tais quais destaca-se a taxação de grandes fortunas. Enquanto tentava sustentar sua base no Congresso, uma nova bomba explodiu, presidida por sua esposa, Roseane Collor, as Superintendências Amazonense e Paulista da Legião Brasileira da Assistência (LBA), foram investigadas por fazer compras superfaturas de cestas básicas, sendo Roseane pressionada a deixar o cargo, a opinião pública também acusou o ministro da Previdência Social, Antônio Magri de se omitir perante a apuração dos fatos. (LEMOS, R., *Idem*)

Outrossim, os resultados do Plano Brasil Novo, ou Plano Collor II, foram deveras desanimador, a inflação acumulada do ano chegou a 400%; o desemprego chegou a índices de 5,23%, o Produto Interno Bruto, reduziu em cerca de 4,6%, em relação ao ano anterior e a

³³ A Taxa Over, também chamada de Taxa Overnight, é um conceito de Taxa de Juros usado especificamente para caracterizar taxa de juros no mercado financeiro.

redução da renda *per capita* atingiu níveis similares ao do ano de 1979. Destarte, a instalação do Plano Collor II, gerou resistência entre todos os setores da população, desde as camadas mais pobres até o alto empresariado e figurões políticos. (LEMOS, R., *Idem*)

Em 07 de março de 1991, o governo lançou um pacote precedido por 7 Emendas Constitucionais, 42 Projetos de Lei e 10 Decretos, chamado de Projeto de Reconstrução Nacional, embora fracassado em seus dois primeiros Planos econômicos o Presidente defendera as ações tomadas anteriormente, como prioritárias para a reconstrução econômica do país. Sob o novo projeto color dizia estar “*Inspirado e liderado*”, entretanto fora mal recebido por empresários e sindicalistas, que diziam estar distante das necessidades e realidades nacional. Em junho de 1991, procurou ampliar sua base política em encontro com o então governador eleito do Rio de Janeiro, o Pedetista Leonel Brizola, na tentativa de fazer um acordo entre os governos federal e estadual. Entretanto, dias após, eclodiu um novo escândalo familiar no governo, PC farias comprou o jornal *Tribuna de Alagoas* passando a dominar o mercado midiático do estado. Em dezembro, Pedro Collor, irmão do Presidente e diretor de a Gazeta de Alagoas, cuja propriedade é da família Collor, levantou suspeitas sobre a origem dos recursos com os quais a compra do jornal fora adquirido. Tais episódios resultariam em uma ampla crise política a posteriori. (LEMOS, R., *Idem*)

Novas irregularidades no governo federal surgiram nos setores das Forças Armadas e no Ministério da Saúde. No que concerne o primeiro, o Exército fora acusado de fazer superfaturamento nas compras de fardas, na Saúde denúncias de mesmo cunho foram expostas pela compra de mil bicicletas, mochilas, guarda-chuvas e materiais médicos que beneficiaram uma empresa privada do Paraná, sendo então o ministro da área Alcení Guerra, denunciado pela PF sob acusação de Prevaricação³⁴. Ainda assim, em outubro o governo deu início ao Programa Nacional de Desestatização, começando pela venda das usinas hidrelétricas, o fato consternou os partidos de oposição, PDT, PT, PCB e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em primeiro de maio de 1990, dia do trabalho, as entidades sindicais, apoiadas pelos partidos supracitados, protestaram em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, contra a proposta de venda da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). (LEMOS, R., *Idem*)

Cada vez mais necessitado de apoio em sua base legislativa, Collor se aproximou dos partidos de oposição, recebendo o apoio do PFL, ao qual destinou dois ministérios. Novamente, tentou aproximar-se do PSDB, apresentando ao senador FHC, e ao deputado federal José Serra,

³⁴ Prevaricação é um crime funcional, praticado por funcionário público contra a Administração Pública. A prevaricação consiste em retardar, deixar de praticar ou praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

que o programa de seu partido fosse assimilado ao do governo vigente, a proposta fora recebida com simpatia, entretanto descartada em abril pela direção geral da agremiação. O senador Mário Covas chegou a chamar o Presidente de antidemocrata. Em entrevista à revista *Veja* começou a atacar PC Farias, por se utilizar da posição de amigo do Presidente para enriquecimento próprio. Somando com as suspeitas de corrupção de seu irmão, o Presidente teve um período de grave depressão, se isolando por cerca de um mês de compromissos oficiais. (LEMOS, R., *Idem*)

No seu segundo ano de governo, mais precisamente em março de 1992, a economia não dava sinais de recuperação, chegando a obter índices inflacionários mensais na taxa de 24,79%, a hiperinflação, contudo, não ocorrera devido ao processo de recessão alimentado pelo Plano de Estabilização Econômica, que a essa altura estava fadado ao fracasso. Muito enfraquecido com as diversas denúncias de corrupção do governo, em 12 de março o Presidente marcou uma reunião ministerial, na qual anunciou o fim da impunidade no país, ordenando a seus auxiliares a exercer rigorosa fiscalização acerca dos bens públicos. Porém, 10 dias depois do episódico contexto, novas denúncias surgiram, ligadas ao alto escalão ministerial. A primeira, publicada por diversos canais da imprensa, acusava Pedro Paulo Leoni Ramos, amigo próximo do Presidente e titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos, de montar na Petrobras um esquema para influenciar decisões das estatais, surgiu também a denúncia de que o ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, por parte de ex-diretor do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Volnei D'Ávila, ter aceitado o suborno de 30 mil Dólares para liberar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para a realização de obras no Acre, contrastado por gravações da então negociação o ministro admitiu cometer o delito do qual fora acusado. (LEMOS, R., *Idem*)

Sob o efeito das diversas corrupções ministeriais, em 30 de março seu ministério apresentou um pedido de renúncia coletiva, o Presidente aproveitou-se da situação para promover uma reforma ministerial que ajudasse a recompor sua base com os congressistas. Nomeou Eliezer Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Celso Lafer, nomes ligados ao PSDB, para as pastas de Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores. Integraram-se também, dois ex-ministros do Regime Militar, Ângelo Calmon de Sá para a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Marcos Pratini para a pasta de Minas e Energia. Em maio, apresentou proposta de reforma fiscal ao Congresso Nacional com finalidade de aumentar a arrecadação federal e baixar os níveis inflacionários, estabilizados em 20% ao mês. Embora apoiada pelo FMI, a

reforma não vigorou pela fragilidade da base legislativa que o governo detinha. (LEMOS, R., *Idem*)

Em fins de 1992, a economia ainda apresentara estado de decadência, o índice inflacionário de outubro chegou ao patamar de 25%, o setor industrial ainda se encontrava em recessão. O PIB brasileiro não crescera, chegando ao patamar da década anterior o que levou a altas taxas de desemprego. Em dois anos de mandato foram privatizadas 13 empresas nacionais, tal ação não engordou substancialmente o Tesouro, o que fora classificado como “*moedas podres*”. Os únicos índices satisfatórios do governo foram o superávit obtido na balança comercial e o aumento das reservas cambiais em 300% em comparação com sua posse. (LEMOS, R., *Idem*)

- **Política Externa no governo Collor, Alinhamentos com Outros Países do Eixo Americano**

Em suas primeiras missões como Presidente eleito, Collor viajou à Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Japão e a outros países europeus. No âmbito interno sua equipe fazia a transição do governo e planejava o plano econômico de congelamento dos preços para diminuir os índices inflacionários. Tinha como meta, reconquistar a confiança internacional do país até os 100 primeiros dias de seu governo. Com os estadunidenses conseguiu a confiança do Presidente George Bush, no qual respaldou-se em acordos comerciais com o FMI; o Banco Mundial (BM) e o BID. (LEMOS, R., *Idem*)

Na França, fora recebido com entusiasmo por Michel Rocard, o então Primeiro-Ministro. Na ocasião Rocard se dispôs a convencer o senador Fernando Henrique Cardoso a aceitar a pasta de Relações Exteriores do novo governo. Com o Presidente socialista francês, François Mitterrand, conversou sobre a situação econômica brasileira, reafirmando que as elites do país teriam que pagar de forma contundente a reconstituição da economia nacional, em defesa da população mais pobre, dos planos econômicos que a partir dali vigorariam. De volta ao Brasil, manteve diálogos com José Sarney para a transição do governo, fora decretado que haveria em 12 de março, por Sarney a pedido do Presidente eleito, um feriado bancário no dia posterior para as últimas articulações da sucessão. (LEMOS, R., *Idem*)

A principal iniciativa do governo relativa à Política Externa deu-se em julho de 1990, em comitiva na Argentina negociou com o Presidente Carlos Menem a formação de um

mercado comum entre os dois países, que vigorara a partir de 1944; retomando a ideia da decisão tomada em 1967 pelos chefes de governo sul-americanos reunidos em Punta del Este, Uruguai. Haja vista que no governo Sarney, como supracitado, já existira o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre os países, no prazo de 10 anos. A antecipação por parte do novo chefe do Executivo fora estimulada através de um discurso referido pelo Presidente americano George Bush, em 27 de junho de 1990, do qual estimularia a criação de um novo mercado comum entre os países da América, que se estenderia do Alasca à Terra do Fogo. Destarte, com as negociações de um Mercado Comum dos Países do Sul criou-se condições para uma integração vantajosa num futuro mercado a toda América, em um prazo menor. (LEMOS, R., *Idem*)

Em 26 de julho de 1991, o Presidente participou, da criação oficial do MERCOSUL, em Assunção. Participaram também, o Presidente da Argentina, Carlos Menem; do Paraguai, Andrés Rodriguez e Luiz Alberto Lacalle, Presidente do Uruguai. O então “*Tratado de Assunção*” tinha como meta reduzir as taxas alfandegárias entre os signatários e a implementação maiores subsídios até 1994, quando teve início o livre comércio na região. Destaca-se, que as quatro nações enfrentavam crises econômicas e optaram por unir esforços para ocupar uma posição de destaque no cenário do comércio internacional, uma vez que, com a abertura de seus mercados, obteriam uma maior estabilidade econômica interna. (LEMOS, R., *Idem*)

A situação econômica interna do Brasil, continuou em baixo desempenho, o que levou o Presidente a trocar o comando da pasta de Zélia Cardoso pelo então embaixador do país em Washington, Marcílio Marques Moreira. Tal fato ocorreu pela proximidade do novo ministro com a comunidade financeira internacional. Em seu primeiro ato como ministro, Moreira, afastou a possibilidade das medidas adotadas pelos Planos color I e II e prometeu abrir o mercado de capital aos investidores financeiros internacionais. Determinou o pagamento de parte de uma dívida contraída pelos usineiros alagoanos, um montante de 85,9 bilhões de Dólares, pelo Banco do Brasil ao Midland Bank, de Londres. Destacou-se ainda uma reformulação feita pelo governo na política industrial brasileira, que em quatro anos, aceleraria o setor no país, através da redução das alíquotas de importação, para que os produtos nacionais tivessem condições de concorrer com os estrangeiros. O ministro Marcílio Marques Moreira, ligado ao diretor-gerente do FMI, logrou acordo com a instituição, em 1992, para que o governo fechasse acordos com os bancos internacionais, com o intuito de reduzir a dívida externa e ampliar seu prazo de pagamento. Devido ao andamento de seu processo de *Impeachment*,

Collor, cancelou a viagem que faria aos Estados Unidos, no qual participaria da abertura da Assembleia Geral da ONU. (LEMOS, R., *Idem*)

- **O Declínio do Governo Collor: O Primeiro Impeachment da Nova República**

O conflito ente Pedro Collor e PC Farias, foi intensificado em maio de 1992, o irmão do Presidente entregou à revista *Veja* documentos que demonstravam irregularidade em sete empresas de Farias no exterior. Dois dias depois das acusações, o Presidente ordenou que tais denúncias fossem investigadas, cabendo a PC a negativa das acusações. A situação agravou-se quando Leda Collor, mãe de Fernando e Pedro, destituiu de Pedro a chefia do grupo familiar Arnon de Melo, justificando que o citado não estaria bem de suas faculdades mentais, em resposta a Mãe, Pedro Collor se submeteu a exame de sanidade mental, no qual constou-se sua plena saúde. Assim, Pedro responsabilizou a Fernando Collor e PC farias sua integridade física a partir de diante. Em nova entrevista à *Veja*, o irmão revelara novas operações ilegais entre PC e o Presidente, em terceira entrevista à mesma revista, de forma mais contundente, acusou o irmão Presidente, de ser conivente com os crimes de PC, o nomeando como “*Testa de Ferro*” de Collor. (LEMOS, R., *Idem*)

De acordo com a gravidade das acusações de seu irmão, em 25 de maio a Polícia Federal abriu um inquérito sobre as atividades de PC Farias, e a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma CPI para apurar as acusações por parte do Presidente. Desacreditada no início, a CPI colheu depoimentos e recolheu material que ligava os atos corruptivos de PC Farias ao governo federal, no dia 11 do mês seguinte partidos oposicionistas e parte da sociedade civil lançaram o Manifesto Democrático, sob a égide da luta contra à corrupção e o apoio à continuação das apurações do fato pela Comissão. Em 24 de junho a OAB, a CNBB, a Confederação Nacional dos trabalhadores para o progresso da Ciência (Contag), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a CUT, fizeram manifestações no Senado, clamando que a fiscalização dos trabalhos da CPI fosse mais rigoroso, tal ato ficou conhecido como Vigília Pela Ética na Política. A situação do governo ficou cada vez mais insustentável, em 30 de junho, o jornal *Folha de S. Paulo*, em longo editorial, denunciou a ingovernabilidade na qual o país se encontrava, defendendo a renúncia imediata do Presidente. De forma apática, em pronunciamento à cadeia de rádio e televisão, Collor defendeu os atos de seu governo, o único apoio político influente que ainda o sustentara era o de Antônio Carlos Magalhães (PFL-

BA), entretanto com ressalvas, visto que Magalhães ameaçara a retirada de seu apoio caso a CPI confirmasse tais denúncias. (LEMOS, R., *Idem*)

Nas investigações descobriu-se que Ana Acióli, pagava com recursos de PC Farias as despesas da Casa da Dinda, residência de Collor em Brasília, em contestação o Presidente afirmara que quem provia suas contas era seu secretário Cláudio Vieira. Entretanto, quando interrogado pela CPI, o motorista de Acióli contestou a versão do Presidente, reafirmando-as à revista *IstoÉ*, em dias anteriores, que de fato PC Farias pagava as despesas familiares do Presidente. Bem avaliado diante do seu último discurso, Collor retornou às ofensivas, pontuando que seu governo vinha sendo alvo do “*sindicato do golpe*”, culpando os partidos derrotados nas eleições, como o PT, e setores econômicos que temiam perder benefícios, na tentativa de derrubar seu governo por uma questão de revanchismo. Em sete de julho, Collor obteve o apoio de representantes de entidades corporativas, tal qual a CNI. Obteve também ajuda do senador Albano Franco, ao qual era ávido defensor da Política Econômica em Vigor. Entretanto, sua base política fora fortificada com a égide do governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, em discurso proferido no dia 21, ao lado de Brizola, Collor afirmara que uma “*minoria intransigente*” tentou boicotar os avanços do país e levar ao “*retrocesso político*”, defendera também às liberdades individuais e políticas do novo Estado Democrático de Direito em que o país entrara e afirmou que só sairia morto do Palácio do Planalto, alegando também, que tais investidas pela oposição eram apenas atitudes de medição de forças políticas, pontuando, que os mesmos não teriam os votos necessários para aprovar seu processo de *impeachment*.(LEMOS, R., *Idem*)

Em 27 de julho, em sessão da CPI, Cláudio Vieira foi convocado para depor, o citado revelou ter levantado em 1989, o montante de 3,7 milhões de Dólares no Uruguai para o financiamento da campanha do Presidente e que a sobra desse dinheiro teria sido depositada na conta de sua Secretaria, Ana Acióli, para cobrir as despesas da família Collor. Para comprovar os fatos Vieira apresentou documento no qual o doleiro Najum Turner, se responsabilizaria pelos depósitos fictícios por “*laranjas*”. Dois dias após ao depoimento, Sandra de oliveira, secretária da empresa ASD, desmentira as afirmações de Vieira, apontando ter participado de reuniões nas quais foram forjados os documentos da chamada Operação Uruguai. (LEMOS, R., *Idem*)

As investigações da CPI eram acompanhadas rotineiramente pela opinião pública, aderiu-se à campanha de *impeachment* setores estudantis e universitários, sob a liderança da União Nacional do Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), saíram às ruas com os rostos pintados com as cores da bandeira nacional sendo

apelidados de “*os caras-pintadas*”, Em resposta Collor convocou seus apoiadores para se reunirem em frente de sua residência, tendo o pífio número de cerca de 300 pessoas reunidas em seu ato. No dia 16 de agosto milhares de manifestantes, vestido da cor preta, fizeram passeatas em 10 capitais brasileiras exigindo a retirada do Presidente. (LEMOS, R., *Idem*)

O pedido de *impeachment* foi formalizado pelo presidente da ABI, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, respaldo por Marcelo Lavanère, então presidente da OAB. Sob o argumento de que as despesas dos familiares de Collor, eram pagas por recursos obtidos por PC Farias em nome de laranjas, tais quais um automóvel; a reforma de sua casa no valor de 2,5 milhões de Dólares. Outro argumento utilizado foi que o Presidente mentiu em cadeia nacional, afirmando que PC Farias não tinha acesso a sua conta bancária e que o Presidente vivia num padrão de vida muito além do que sua renda oficial permitiria. (LEMOS, R., *Idem*)

As sondagens dos parlamentares que votariam a favor do processo de impedimento não animavam o governo, os maiores partidos de sua base PFL e PSD, racharam entre si, em 30% e 60% respectivamente, em não o apoiá-lo. Denúncias de que Collor estaria destinando um bilhão de Dólares a parlamentares pela não votação de seu impedimento levaram a abertura de seu processo, uma vez que a CPI o declarou culpado por ter recebido 6,5 milhões de Dólares no esquema com PC. O relatório da CPI fora aprovado por ampla maioria da Comissão em 26 de agosto e protocolado à Procuradoria Geral da República (PGR) e à Câmara dos Deputados. Em 1º de setembro o pedido fora entregue ao presidente da Câmara, em novo pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, Collor, reafirmou que não renunciaria ao cargo. Para impedir a oposição de conseguir os votos necessários para o início do processo Collor fez de tudo, como revela Cláudio Humberto, amigo pessoal e seu antigo porta-voz, em seu livro “Mil dias de solidão - Collor bateu e levou” (ROSA, 1993). Há relatos que, nos dois dias anteriores a votação, Collor subornou dois deputados do PRN-PR, que, mesmo recebendo o suborno votaram a favor da admissibilidade do processo de impedimento. O resultado da votação ocorreu em 29 de setembro, por 441 votos a favor e 38 contra, aprovou-se o *impeachment*. (LEMOS, R., *Idem*)

O então Presidente, afastou-se interinamente do cargo em 02 de outubro, sendo substituído pelo seu vice Itamar Franco. Na posição de afastado articulou com seus assessores maneiras de retornar ao cargo e que não fosse processado na justiça comum. Ao mesmo passo que formara uma Comissão de transição de governo com a equipe de Itamar. Em 29 de dezembro, no julgamento do Senado, de forma majoritária Collor afastou-se definitivamente do cargo de líder do Executivo brasileiro. Horas antes, Fernando Collor de Melo renunciou ao cargo, como tentativa de impossibilitar o julgamento pela Câmara alta, caso que não aconteceu,

sendo condenado à inelegibilidade por oito anos a quaisquer cargos público, perdendo seus direitos políticos pelo mesmo período. Quatro horas depois, Itamar Franco fora efetivado na Presidência. Em seu último discurso à empresa, no que concerne ao processo, Collor arguiu que renunciou “*em nome da sobrevivência das Instituições Democráticas*”, ameaçadas pelas elites políticas, tais quais a que levaram Vargas ao suicídio e Jânio Quadros à renúncia. Em relação a sua família, no seu primeiro casamento Collor teve dois filhos, no segundo casamento tivera Fernando James, eleito vereador em Rio Largo (AL), de seu terceiro casamento teve duas filhas. (LEMOS, R., *Idem*)

Embora tenha tido um papel ainda importante na Política Interna brasileira pós sua Presidência, sendo eleito diversas vezes, depois do período de perda dos direitos políticos, chegando ao cargo de senador da República, acabam-se aqui, no período presidencial, às análises de sua biografia. Restando agora enquadrá-lo na taxonomia de (BARBER, 1972) “Categoria I” sob a égide das métricas da tomada de decisão de José Sarney. A classificação dos valores se dá de acordo com a frequência dos acontecimentos dispostos em sua biografia, atribui-se “0” à ausência total da variável pesquisada, “0,25” à pouca presença da variável, “0,5” como presença parcial, “0,75” à quase totalidade da variável analisada e “1” para sua totalidade.

Tabela 4 - Fernando Collor: Métricas da Tomada de Decisões.

TIPO	Valores (0/0,25/ 0,5/0,75/ 1)	JUSTIFICATIVA
Tipo de Regime.	1	Período de plena democracia, com votação direta para cargos políticos.
Interesse em Política Externa.	0,75	Alinhamento com a política econômica dos Estados Unidos e aceleração do Mercado Comum latino-americano.
Atitude em Caráter de Crises.	0	Apenas reagia, sob os mesmos argumentos quaisquer crises que seu governo enfrentara. Sendo passivo diante de acontecimentos em outros casos semelhantes.
Capacidade de Liderança.	0,25	Não conseguiu formar uma base forte de sustentação de seu governo, nem negociara seus pacotes econômicos com a oposição.
Capacidade de se Impor ao Gabinete.	0,25	Não detinha informações totais do que acontecera internamente em suas pastas ministeriais, a exemplo da ampla atuação de PC Farias no alto escalão
Capacidade em Seguir Recomendações.	0	De tom prepotente, preferia acreditar em suas intuições e convicções.
Capacidade de Delegar Tarefas.	0,25	Utilizou por pouquíssimas vezes seus ministros em missões que alavancariam seu governo.

Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972)

Score Fernando Collor : 2,5

As métricas da tomada de decisão, dispostas na tabela acima, servirão para classificar o Caráter Presidencial de Fernando Collor no capítulo posterior “*Categoria I*”, entretanto por hora, assim como sugerido por Barber (*Idem*), de acordo com a análise de sua biografia, pode atribuir-se sua Visão de Mundo e seu Estilo Presidencial “*Categoria II*”, respaldados de acordo com o quadro abaixo:

Figura 7 - Fernando Collor: Visão de Mundo e Estilo Presidencial.

Classificação de acordo com os critérios elencados a luz de (Barber, 1972)	Fernando Collor
<p>Visão de Mundo:</p> 	<p>Vindo de família tradicional da vida política alagoana, Collor tivera sua infância marcada por privilégios e regalias enquanto a sua qualidade de vida e ingresso na vida pública. Por diversas vezes se apresentava como destemido, demonstrando não ter medo de seus adversários, embora existissem diversas denúncias de corrupção em seus mandatos, tais fatos evidenciam um egoísmo nítido e um alto senso de si. Preocupado com sua aparência perante a opinião pública, reforçara durante seu mandato seus atributos pessoais, tais quais, sua juventude e a prática de exercícios físicos, demonstrando-se ser altruísta consigo. Tinha como prioridade a sustentação de um alto padrão em sua vida familiar, tendo por vezes casamentos que mais se assemelhavam a aliança de poderes.</p>
<p>Estilo Presidencial:</p> 	<p>Collor optou por deter um estilo presidencial, em primeira instância, apresentando-se como a renovação da qual a sociedade brasileira necessitaria com a instalação de um Estado Democrático. Alavancou o termo “Caçador de Marajás” para significar seu compromisso com a redução de privilégios da burguesia brasileira, fato contraditório, uma vez que o mesmo fizera parte do mesmo grupo. Posteriormente decidiu apostar num estilo no qual prevalecera ataques e investidas aos figurões da cena política nacional, vislumbrados nos ataques ao antigo Presidente José Sarney. Com as diversas denúncias de seu mandato, adotou um tom irredutível sobre sua renúncia, demonstrando um estilo presidencial agressivo em seus últimos dias de governo.</p>

Fonte: Elaboração do autor de acordo com a biografia do Presidente. . Imagem 01 Disponível em:

<https://descomplica.com.br/blog/materiais-de-estudo/historia/pegue-uma-carona-jet-ski-presidente-collor-e-entenda-como-foi-seu-governo-na-nova-republica/> . Acesso em 15 de Fev. de 2020. Imagem 02 Disponível em: https://institutohistoriar.blogspot.com/2009/05/serie-presidentes-do-brasil_17.html . Acesso em: 15 de Fev. de

2020.

4.4 Itamar Franco

- **Família, Infância e trajetória de vida**

Filho do engenheiro Augusto César Stiebler Franco e de Itália Cautiero Franco. Nascido ,segundo versão amplamente aceita, a bordo de um navio no litoral baiano e registrado em Salvador. No entanto, conforme os achados do pesquisador Douglas Fazzolato, relatou-se que Franco teria nascido na capital baiana no dia 28 de junho de 1929, na casa de uma tia. De acordo com o pesquisador, Itália Cautiero Franco mudou-se para Juiz de Fora quando Itamar tinha apenas quatro meses, razão pela qual foram identificados outros registros como a sua certidão de batismo, na qual constava a cidade de Juiz de Fora (MG), como local de nascimento, no dia 28 de junho de 1931, embora existam divergências, de acordo com o seu título de eleitor, o qual indica o ano 1930 como ano de seu nascimento. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., [S.I.])

A sua formação acadêmica foi desenvolvida essencialmente na cidade de Juiz de Fora, cidade na qual concluiu o ensino fundamental e médio no Instituto Grambery, entre os anos de 1935 a 1948, e posteriormente se formou como engenheiro civil e especialista em eletrotécnica, pela Faculdade de Engenharia no ano de 1954. Durante sua época universitária chegou a ser presidente da Liga Juiz-Forana de Esportes e, por duas vezes, membro da diretoria acadêmica de sua escola. Também, foi assistente de estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agrimensor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e assistente técnico do Serviço Social da Indústria (Sesi). (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Seus primeiros passos na política aconteceram imediatamente após culminar seus estudos universitários em 1954, tendo se postulado sem sucesso à cadeira na Câmara de Vereadores de Juiz de Fora na legenda do PTB. Posteriormente, em 1960, sob as diretrizes do mesmo partido concorreu à vice prefeitura da cidade, outra vez sem sucesso. Em virtude da instauração do bipartidarismo no país e como consequência do prévia do Ato Institucional nº 2 (AI-2) (BRASIL, 1965) decidiu se afiliar ao MDB, partido com o qual chegaria até a prefeitura da cidade com cerca de 75% do total de votos, ocupando o cargo de 1967 até 1971, e posteriormente reeleito entre novembro 1972 até maio de 1974, ano ao qual decidiu concorrer ao Senado por Minas Gerais, derrotando o candidato arenista José Augusto Ferreira Filho. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Itamar Franco Senador**

Se desempenhou como vice-presidente do partido MDB e, portanto, da oposição no Senado, de 1975 até 1978. Durante seu mandato demonstrou um papel ativo na luta contra o Regime Militar, manifestando-se a favor da união dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como dos partidos políticos, para evitar que “*uma minoria radical*” viesse a “*perturbar a marcha do país para a normalidade democrática*”, isto como resposta aos atos de repressão e violência acontecidas após a explosão de uma bomba na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Outra de suas articulações políticas aconteceram durante o recesso forçado do Congresso decretado pelo Presidente Ernesto Geisel em abril de 1977, onde promoveu sem sucesso uma Emenda Constitucional que visava instaurar o Parlamentarismo no país. Seguidamente, em 1978, com o objetivo de lançar sua candidatura à Presidência da República nas eleições indiretas de outubro, articulou os primeiros contatos com o General Euler Bentes Monteiro. Em junho do mesmo ano, defendeu a adesão do MDB à Frente Nacional pela Redemocratização, entidade que lançou a candidatura de Euler Bentes, candidato com o qual, Itamar viria a mostrar descontentamento a posteriori. Haja vista que, segundo ele, Bentes “*Era muito enquadrado para ser da oposição*”, acusando-o de não ter demonstrado compromisso com a campanha, além de ter falhado nas previsões sobre as possibilidades da obtenção de apoio dos setores militares e em dissidências da ARENA. Finalmente, o Colégio Eleitoral elegeu Figueiredo, que obteve 355 votos contra 226 dados a Euler Bentes. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Durante o governo do General Figueiredo, instalado em março de 1979, Itamar foi nomeado presidente da CPI criada para reconhecer o acordo nuclear firmado entre o governo brasileiro e o da Alemanha Ocidental. Como membro desta Comissão, opôs-se à construção das usinas nucleares de Angra III e Angra IV. Logo após, foi eleito membro da Comissão Mista do Congresso nacional responsável por examinar o projeto de anistia do governo para 14 presos políticos em greve de fome detidos no presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro. A este episódio, o Congresso aprovou o projeto de lei de anistia do governo, mas com algumas restrições. Em outubro do mesmo ano, quando se discutia as propostas de reformulação partidária encaminhadas pelo governo, Itamar propôs que o MDB apresentasse alternativas, ao invés de simplesmente rejeitar as teses do Executivo. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Depois de testar o projeto de governo que restaurou o Multipartidarismo³⁵ no país, Itamar ingressou no PMDB. Posteriormente, se manifestou a favor da legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujos militantes trabalhavam na sigla de seu partido, PMDB. Em agosto de 1980, pronunciou-se ,sem sucesso, contra à reforma constitucional do deputado Anísio de Sousa, do PDS, que propunha o adiamento das eleições municipais, previstas para novembro de 1980 ,para dois anos posteriores, quando seriam realizadas as eleições legislativas para governos estaduais. Nessa legislatura, foi também membro das Comissões de Serviço Público Civil e de Relações Exteriores do Senado. Nas eleições seguintes, em novembro de 1982, foi reeleito senador na legenda do PMDB. Seu companheiro de chapa, Tancredo Neves, foi eleito governador de Minas Gerais. Empossado em fevereiro de 1983, Itamar presidiu a Comissão de Finanças (1983-1984) e foi membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado (1983-1986). (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Como um dos fundadores da bancada parlamentar das Diretas Já, foi o último peemedebista a aderir à política de participação nas eleições indiretas para a sucessão do Presidente João Figueiredo, alternativa que acabou sendo imposta em 25 de abril daquele ano. Na reunião do Colégio Eleitoral do dia 15 de janeiro de 1985, Itamar votou no opositor Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, coalizão entre PMDB e dissidentes do PDS abrigado na Frente Liberal, que derrotou o candidato do Regime Militar, Paulo Maluf. Porém, por motivo de doença, Tancredo não tomou posse da Presidência, tendo falecido em 21 de abril de 1985. Seu substituto foi o Deputado José Sarney, que atuava provisoriamente desde o 15 de março. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em agosto de 1986, quando a convenção do PMDB mineiro ofereceu seu apoio a Newton Cardoso para o cargo de governador, Itamar decidiu se transferir para o Partido Liberal (PL). Em ato contínuo, lançou-se candidato ao governo com o apoio da Coligação do Movimento Democrático Progressista, que surgiu a partir da união de seis partidos, entre os quais figuravam o PL, o PFL, o PDT, o Partido Trabalhista Brasileiro PTB, o PCB e o PSB. Do mesmo modo, obteve um amplo apoio por parte de vários peemedebistas dissidentes descontentes com a gestão de Hélio Garcia. Uma vez celebrados os comícios, os resultados eleitorais apontavam como ganhador Newton Cardoso, com uma margem estreita de vitória de apenas 1% na contagem de votos. Em virtude destes resultados, Itamar retomou à atividade parlamentar, colaborando ativamente nas tarefas da Assembleia Nacional Constituinte, iniciada

³⁵ Pluripartidarismo, também conhecido como sistema pluripartidário ou multipartidário, é um sistema político em qual três ou mais partidos políticos podem assumir o controle de um governo, de maneira independente, ou numa coalizão. A crítica à mesma advém de ela, normalmente, se transformar em partidocracia

em primeiro de fevereiro de 1987 e encerrada no dia 5 de outubro do seguinte ano. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Nas votações mais relevantes da Assembleia Constituinte, se pronunciou a favor da matéria das reformas políticas sobre os direitos dos trabalhadores e sindicalização; do mandato de segurança coletivo; da remuneração 50% superior para o trabalho extra; da jornada semanal de 40 horas; do turno ininterrupto de seis horas; do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço quando ocorrer a demissão de um trabalhador e da unicidade sindical. Em Políticas Públicas sobre saúde e direito das mulheres, votou a favor da proibição do comércio de sangue e da legalização do aborto. Quanto a direitos fundamentais e políticos, votou contra a pena de morte e respaldou o direito de voto a partir dos 16 anos. Em matéria de reformas financeiras e empresariais, votou a favor da estatização do sistema financeiro e do limite de 12% ao ano para os juros reais, da anistia às dívidas de micro e pequenos empresários, assim como a legalização do jogo do bicho. No que concerne à Política Externa se pronunciou a favor de uma limitação do pagamento dos encargos da dívida externa e foi a favor do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países que desenvolvessem uma política de discriminação racial. Em temas de reforma agrária votou a favor da desapropriação até de propriedades produtivas para fins de reforma agrária e da criação de um fundo de apoio para as referidas reformas, tendo se absterido em votar sobre a limitação do direito de propriedade privada. Com relação a reformas constitucionais e de estrutura governamental, votou a favor do Presidencialismo bem como a aprovação do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em abril de 1988, participou como primeiro-vice-presidente da CPI para fins de apurar as denúncias de corrupção interpostas contra Aníbal Teixeira, ministro da Planificação na época. Os achados desta Comissão fizeram alavancar as apurações de acusações contra outros funcionários públicos como o Presidente Sarney, o Procurador-Geral da República, Saulo Ramos, quatro ex-ministros e outras 27 pessoas. Todos, acusados de crime de responsabilidade. Finalmente, no dia 03 de novembro a CPI, aprovou o relatório por nove votos contra um. No entanto, em 22 de fevereiro de 1989, a Câmara dos Deputados determinou o arquivamento da denúncia contra o Presidente. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No início do mesmo ano, Itamar concordou em ingressar no PRN, no qual seria companheiro de chapa presidencial de Fernando Collor de Melo. O apoio eleitoral e a imagem de um político honesto de Itamar favoreceram positivamente a imagem de Collor, causando um notável crescimento nas intenções de votos do candidato, uma vez que, além de se apresentar como relutante adversário do Presidente José Sarney, se destacou amplamente na luta contra à

corrupção e apresentou um moderno e liberal de programa econômico. Embora o processo da campanha eleitoral, foi considerado como “tumultuado” para Itamar, e a pesar de ter ameaçado renunciar duas vezes sua candidatura, decidiu permanecer no pleito. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No dia das eleições, celebradas em 15 de novembro, o PRN acabou sendo o partido mais votado, seguido pelo PT, liderado por Luís Inácio Lula da Silva, com o senador gaúcho José Paulo Bisol (PSB) como vice. Depois de concluído o segundo turno, realizado em 14 de dezembro, a chapa Collor-Itamar venceu com 42,75% dos votos, ante 37,86% da chapa liderada por Lula. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **O Vice-Presidente Itamar**

Após assumir o cargo em 15 de março de 1990, Itamar permaneceu fora das diretrizes de Collor, discordando em aspectos importantes da política econômico-financeira do governo. Suas primeiras manifestações públicas de desacordos com o programa político, ocorreram em julho e agosto de 1991, quando objurgou a privatização da Usiminas em Minas Gerais, neste momento, se opôs à política salarial da livre negociação e criticou duramente o próprio programa de privatizações do governo, pois, em sua perspectiva, não havia por que privatizar empresas que davam lucro, como era o caso das Usiminas. Por sua vez, considerava que a política salarial devia proteger às classes menos favorecidas e segundo seu modo de ver, a aplicação dos fundos obtidos com a venda das empresas, deveriam dirigir-se a investimentos na área social, em educação, segurança e saúde. Fazia questão de esclarecer que não era contrário às privatizações, mas apenas à forma como ela vinha sendo implementada. Um mês depois de tais pronunciamentos, viria a reconhecer que “*como vice-presidente, suas posições pessoais deveriam subordinar-se às razões do governo*”. No entanto, em novembro do mesmo ano, voltou a se chocar com a orientação oficial do Planalto, ao defender a aplicação do índice de 147% no reajuste das aposentadorias. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Um mês depois da reforma ministerial efetuada por Collor em abril de 1992, Itamar decidiu se desligar do PRN, em carta dirigida ao então Presidente criticou o perfil de sua nova bancada ministerial, a qual considerava conservadora em demasia, mantendo uma condição autônoma enquanto a sua relação partidária com outras agremiações. Com as sucessivas crises ocorridas no governo Collor, através de denúncias de corrupção de seus assessores, supracitados

nessa dissertação, Itamar manteve uma postura ainda mais crítica em relação ao governo, passando a defender através de notas a “*união nacional em torno da legalidade*” e o respeito à Constituinte de 1988, fizera questão de se ausentar da culpabilidade dos escândalos de corrupção deflagados no governo e afirmou que estaria pronto para assumir a Presidência caso o processo de impedimento de Collor fosse efetivado. Neste momento obteve apoio do Senado, cujo um grupo formado por parlamentares de distintos partidos ofereceu-lhe estrutura basilar para um novo programa de governo, fato que ficou conhecido como o “*Cinturão do Itamar*” ou “*República dos senadores*”. Alertado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) de que suas posições políticas passavam a imagem de um estatizante nacionalista e de que isso poderia prejudicá-lo, em um eventual governo. Deste modo, Itamar convocara a imprensa para negar suas identificações com um Estado Máximo, afirmando-se como neoliberal em virtude das tendências dos países àquela época. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Enquanto tramitava o processo de *Impeachment* de Collor, Itamar participou com representantes de outros partidos, de forma discreta, a articulação de uma aliança nacional que lhe desse a condição de assumir o cargo, enquanto o PT ficou responsável pela mobilização dos setores sociais para o endosso do processo de *Impeachment*, o PSDB já articulava suas posições dentro de um novo governo. No que concerne ao plano de governo, com o processo de Collor cada vez mais certo de ser concluído, Franco formara um grupo de economistas ligados à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), liderado por Fernando Henrique Cardoso, com os quais elaborou um plano visando a retomada do crescimento e estabilização dos índices econômicos. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Itamar Presidente Interino**

Com a renúncia de Collor em 02 de outubro de 1992, Franco passou a ser o Presidente interino do Brasil, sem grandes solenidades proferira um pronunciamento destacando a situação de normalidade democrática e a não aceitação de atores corruptos, prezando pela transparência, em seu governo. Por parte da população, sua posse fora bem aceita, haja vista que o então Presidente em exercício prezara por um raciocínio de reconciliação nacional. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Entretanto, houveram surpresas a partir da composição de seu ministério, concernentes aos setores político e empresarial. O primeiro choque se deu com o aumento dos números de

ministérios, seguido por crítica por suas indicações, que privilegiavam seu círculo de amigos, com pouca expressão política, tais quais: Paulo Roberto Haddad (PSDB-MG) para a pasta do Planejamento, Murílio Hingel (PMDB-MG) para o Ministério da Educação e Henrique Hargreaves (PFL-MG) para o Gabinete Civil. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, as demais pastas foram atribuídas aos partidos que passaram a apoiar o governo, retirando-se os Ministérios Militares, cuja escolha fora do feita sem indicações partidárias, assim nomeou-se: Alberto Goldman (PMDB-SP) para a pasta dos Transportes; Alexandre Costa (PFL-MA) para a Secretaria de Integração Regional; Antônio Brito (PMDB-RS) para o Ministério da Previdência Social; Antônio Houaiss (PSB-RJ) para a pasta da Cultura; Fernando Coutinho Jorge (PMDB-PA) para a pasta do Meio Ambiente; Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) para o comando das Relações Exteriores; Gustavo Krause (PFL-PE) para o Ministério da Fazenda; Hugo Napoleão (PFL-PI) para a pasta de Comunicações; Jamil Haddad (PSB-RJ) para o Ministério da Saúde; Israel Vargas para a pasta de Ciência e Tecnologia; José de Castro Ferreira para a Consultoria Geral da República; José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) para o Ministério da Indústria e Comércio; Jutai Magalhães (PSDB-BA) para o comando do Bem-Estar Social; Lásaro Barbosa (PMDB-GO) para a pasta da Agricultura; Mário César Flores para a Secretaria de Assuntos Estratégicos; Maurício Correia (PDT-DF) para a Justiça; Mauro Duarte para a Secretaria Geral da Presidência; Paulino Cícero (PSDB-MG) para Minas e Energia; Pedro Simon (PMDB-RS) para a Coordenadoria Política, e Válder Barelli (PT-SP) para o Ministério do Trabalho. A seara militar ficou sob o comando de Antônio Luís da Rocha Veneu, com o comando do Estado-Maior das Forças Armadas; Fernando Cardoso, assumindo o Gabinete Militar; Zenildo Zoroastro de Lucena, nomeado ministro do Exército; Ivan Serpa, ministro da Marinha e Lélvio Viana Lobo com a pasta da Aeronáutica. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a nomeação de seu ministério, Itamar em pronunciamento, afirmou que a tarefa prioritária em seu governo seria o restabelecimento da administração estatal, estando este a serviço das necessidades da Nação. Em crítica áspera ao seu antecessor, anunciara que a modernidade que traria em seu governo não seria a aquela que negasse à população, em suas palavras: “*A dignidade do pão, do alfabeto, do trabalho honrado, da saúde e da alegria*”, concluindo suas críticas: “*Se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os homens, para que servirá?*”. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, a situação econômica na qual o Presidente assumira ao cargo era o principal problema a ser enfrentado, com taxas de inflações flutuantes, chegando a 20% mensais. Contudo, Franco afirmara que não faria políticas austeras ao setor, apresentado um plano

econômico ao Congresso excluindo confiscos, a dolarização, o congelamento e a prefixação de preços. Entretanto, continuou com a política de altas taxas juros, contenção dos gastos públicos, além de conseguir aprovar no Congresso uma proposta de reajuste fiscal, vigente já em 1993. A política de privatizações, também defendida por Collor, começara a vigorar em outubro de 1992, com a venda da Acesita, entretanto seu programa de desestatização fora adiado para março 1993. A reforma fiscal também fora adiada para o ano posterior, com o argumento de que o governo abarcaria uma reforma tributária mais profunda no sentido de combater a inflação. Com as expectativas do lançamento do seu plano econômico por parte dos setores políticos, econômicos e da sociedade civil, franco anunciou em 27 de novembro que só revelaria suas estratégias econômicas com fim do julgamento de Collor e sua posse em definitivo. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Itamar Franco Presidente**

Com sua posse definitiva e com a finalização do julgamento do *Impeachment* pelo Senado em 29 de dezembro de 1992, decidiu anunciar seu plano econômico, cujo mentor fora Paulo Haddad, os eixos principais deste geravam em torno do combate à extrema pobreza, redistribuição de alimentos de cesta básica, criação de novos postos de trabalho, combate à inflação através de reajustes fiscais e a retomada do crescimento através de investimentos no setor elétrico, de telecomunicações, de estradas e habitações. Com o Congresso, foram negociados três Projetos de Leis que prezavam por regras mais duras para as dívidas de estados e municípios com a união, alteração nas regras de privatizações e mudanças no ajuste fiscal, apresentando um tom liberal com o qual se comprometera antes do impedimento de Collor. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com sua posse em definitivo, Franco passou a negociar um plano cujo objetivo era o de obter governabilidade, reunindo-se em 08 de janeiro de 1993 com os presidentes de 19 partidos políticos. Algumas de suas decisões neste contexto geraram polêmica, como o Decreto que alterou as regras de privatização e empresas estatais, podendo o Presidente intervir nos processos de venda e fixar o valor a ser exigido em cada operação, além de proibir os fundos de pensão e empresas estatais de participarem dos leilões, tal decisão fora revogada por falta de amparo legal. Na decisão ao qual criou mecanismos de proteção ao empregados de estatais

privatizadas. em virtude de futuras demissões, fora criticado por retardar o programa de desestatização no qual teria se comprometido. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No mesmo mês indicou à petista Luísa Erundina, na tentativa de ampliar sua base de apoio, para a Secretaria de Administração, a nomeação de Yeda Crusius para a pasta do Planejamento. Também chamou a atenção, segundo o argumento da peessedebista, que os brasileiros não estavam suportando as altas taxas de juros e era necessário firmar um pacto em favor do combate à inflação. Com o pedido de demissão de Paulo Haddad do Ministério da Fazenda, depois de ter sido criticado publicamente pelo Presidente, fora nomeado Eliseu Resende, presidente da Eletrobrás, para assumir a vacância, em seus primeiros atos na pasta anunciou que Franco não estava interessado em realizar políticas econômicas austeras e iniciou a redução das taxas reais de juros. Em 19 de março, o Presidente reativou o programa de privatizações, com a venda da Poliolefinas e da CSN. Já em abril, o governo brasileiro fora acusado pelo Senado estadunidense de violar os direitos de propriedade intelectual, ameaçando o governo brasileiro de sofrer retaliações comerciais, fato que fora sanado com a aprovação da lei de patentes industriais, que evitara que as ameaças se concretizarem. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Itamar Franco e o Plano Real**

Depois de realizado o plebiscito, em 21 de abril de 1993, que garantiu a permanência do Presidencialismo como sistema de governo, Itamar Franco em 24 do mesmo mês, apresentou o Plano realizado pelo então ministro da Fazenda, Eliseu Resende, cujo principais objetivos eram o de reduzir a especulação financeira, combater a corrupção e retornar o crescimento econômico do país. Em 07 de maio, Yeda Crusius fora desvinculada do Ministério do Planejamento, sendo substituída por Alexis Stepanenko, vice-presidente do BNDES, membros do governo interpretaram a mudança como sendo estabelecida por influência pelo então ministro da Fazenda, houve também a desvinculação de Luísa Erundina de seu Ministério, no sentido de fortalecer o nome de Resende como titular da pasta. Em nota, Franco recomendou que ministros que criticassem o governo pedissem sua desvinculação; em 19 de maio Luísa Erundina fora demitida do planejamento, dado lugar Ronaldo Canhin, e Eliseu Resende pediu demissão após acusações de ter beneficiado uma empreiteira com contratos em obras no

exterior, sendo nomeado para seu lugar o então titular do Ministério das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Destarte, Cardoso assumira o cargo em 21 de maio, sendo seu nome bem veiculado a respeito do seu compromisso com o combate à inflação. A situação econômica apresentava ligeira melhora, com a recuperação das importações e da Indústria, contudo os índices inflacionários continuaram alarmantes. Cardoso, anunciou que recebera carta branca do Presidente para conduzir a sua maneira a pasta da economia, inclusive no que concerne questões relativas ao Ministério do Planejamento, cercado-se de economistas experientes na criação do Plano Cruzado em 1968. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Cardoso pregara que a diminuição dos índices inflacionários não era um problema de cunho econômico, mas sim estatal. Com a implementação do Real como moeda oficial da nação em pareamento cambial com o Dólar estadunidense, o Plano Real logrou êxito na questão da estabilidade econômico-financeira do país, controlando as hiperinflações da qual o Brasil passara. Maiores detalhes da implementação do Plano Real, estarão contidas na biografia vindoura de Fernando Henrique Cardoso, principal mentor do Plano, ao qual lhe serviu como trampolim para alcançar o posto Presidencial. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

As eleições de 1994 foram um elemento complicador para os meses finais do governo Itamar, com o objetivo de desvincular os ministros com pretensão de se candidatar nas eleições vindouras, Franco se antecipou formando uma nova reforma ministerial em 20 de dezembro de 1993, deixaram os cargos seis ministros. A inflação seguia em seu ápice, tendo em dezembro a maior taxa anual do país da história, com 2.567,46%, outrossim o PIB apresentou o melhor índice de crescimento da década, com o aumento em 4,5%, impulsionado pelo crescimento das exportações abarcadas com a criação do MERCOSUL. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Contudo, o governo continuava negociando as medidas que considerava necessárias para o combate à inflação, em 31 de janeiro de 1994, Itamar sancionou a Medida Provisória que criou novas alíquotas para o imposto de renda de pessoas físicas, atingindo assalariados da classe média, com o objetivo de elevar a arrecadação do governo em 1 bilhão de Dólares. Com o crescimento da taxa de inflação a 40% mensais, o governo apressou-se para adoção da Unidade Real de Valor em março, com a introdução da nova moeda, vinculada em primeiro de junho 1994. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com as incertezas da nova moeda, os preços de itens básicos dispararam, gerando aflição por parte dos brasileiros na questão da troca e equivalência da moeda anterior. Ainda no mesmo mês, as alíquotas de importação foram baixadas em mais de 130 produtos, fato que fora elogiado pela Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher, por seu caráter de ampliar as

relações econômicas do Brasil para com o mundo. Em 30 de março, data limite para a desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos para disputarem as eleições, Fernando Henrique Cardoso saiu do governo, ficando em seu lugar o então embaixador de Washington, Rubens Ricúpero. Os êxitos do Plano Real começaram a ser notórios no segundo semestre de 1994, possibilitando a eleição de Cardoso já em primeiro turno. Outrossim, os últimos meses do governo Franco fora marcado pelo desencadeamento do Plano Real. Após a Presidência, Franco ocupou importantes cargos na política nacional brasileira, tendo morrido em 02 de julho de 2011 em São Paulo, sendo o único Presidente da Nova República falecido, até o momento em que fora escrita esta dissertação. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Embora tenha tido um papel ainda importante na Política Interna brasileira pós sua Presidência, sendo eleito diversas vezes, chegando inclusive a ser embaixador do Brasil na Itália, acabam-se aqui, no período presidencial, às análises de sua biografia. Restando agora enquadrá-lo na taxonomia de (BARBER, 1972) “Categoria I” sob a égide das métricas da tomada de decisão de José Sarney. A classificação dos valores se dá de acordo com a frequência dos acontecimentos dispostos em sua biografia, atribui-se “0” à ausência total da variável pesquisada, “0,25” à pouca presença da variável, “0,5” como presença parcial, “0,75” à quase totalidade da variável analisada e “1” para sua totalidade.

Tabela 5 - Itamar Franco: Métricas da Tomada de Decisões.

TIPO	Valores (0/0,25/ 0,5/0,75/ 1)	JUSTIFICATIVA
Tipo de Regime.	1	Período de plena democracia, com votação direta para cargos políticos.
Interesse em Política Externa.	0,75	Embora não tenha tempo de desenvolver um estilo próprio de Política Externa em seu governo, Itamar franco enquanto senador fora presidente da Comissão de Relações Exteriores, fato que lhe auxiliou na questão da implementação do Real.
Atitude em Caráter de Crises.	1	O governo Itamar Franco, a bem da verdade, fora um governo de crises criadas por seu antecessor, dessa maneira, principalmente sob o aspecto de questões econômicas, lhe coube o papel de combater tais crises para o governo posterior.
Capacidade de Liderança.	0,5	Por ser um governo formado de forma fisiológica, com o objetivo de não ameaçar o sistema democrático recém instaurado, Itamar tivera que fazer concessões em diversas questões de seu plano de governo com os partidos apoiadores, embora possuía a capacidade de comandar de forma contundente seu gabinete.
Capacidade de se Impor ao Gabinete.	0,5	Comandara bem seu gabinete, com restrições dos partidos que sustentaram seu governo de transição.
Capacidade em Seguir Recomendações.	0,5	Embora tivesse que seguir os conchavos políticos para manter a governabilidade, Itamar sempre fora bastante incisivo com suas convicções, sendo por diversas vezes assertivo.
Capacidade de Delegar Tarefas.	0,75	Pelas características supracitadas de seu governo, as delegações de tarefas não eram unicamente unilaterais por sua parte, mas sim, situadas de acordo com a direção política de sua base, muito embora tenha logrado êxito na implementação do Plano Real, delegado a seus ministros da Fazenda.

Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972)

Score Itamar Franco : 4,5

As métricas da tomada de decisão, dispostas na tabela acima, servirão para classificar o Caráter Presidencial de Itamar Franco no capítulo posterior “*Categoria I*”, entretanto por hora, assim como sugerido por Barber (*Idem*), de acordo com a análise de sua biografia, pode atribuir-se sua Visão de Mundo e seu Estilo Presidencial “*Categoria II*”, respaldados de acordo com o quadro abaixo:

Figura 8.-Itamar Franco: Visão de Mundo e Estilo Presidencial

Classificação de acordo com os critérios elencados a luz de (Barber, 1972)	Itamar Franco
<p>Visão de Mundo:</p> 	<p>Desde a data de seu nascimento, sendo essa uma incógnita, Itamar Franco por uma casualidade da vida chegara ao cargo mais importante do Executivo brasileiro. Sua vida fora marcada por um perfil técnico, atribuído a sua formação como engenheiro e por suas passagens trabalhando por estatais. Mostrava-se também, detentor de uma Visão de Mundo conservadora, ligado aos valores familiares e religiosos, assumindo características liberais enquanto suas preferências econômicas. Atribuía-se, e prezava pelas questões de honradez, honestidade e ética no campo político. De personalidade forte, sempre imprimira suas impressões e críticas, inclusive como vice-presidente, demonstrando ser detentor de uma personalidade forte e de argumentos certos.</p>
<p>Estilo Presidencial:</p> 	<p>Itamar Franco adotou um estilo presidencial cujo lema era refletido em torno da reconciliação nacional, com objetivo de proteger o pacto constitucional firmado em 1988 e realinhar as políticas econômicas e sociais de seu antecessor. De forma perspicaz, fora capaz de costurar acordos ultra partidários enquanto o processo de impedimento de Collor se estabelecia como certo pelo Congresso. Deste modo, agregou, em torno de seu governo, uma agenda política de união para dar prosseguimento à legislatura que vigorara. Embora, tenha sido, até o momento da escrita desta dissertação, o Presidente com o menor tempo de mandato, (2 anos e 3 dias) deixara como legado a implementação do Plano Real, com a estabilização dos índices inflacionários e a inauguração de uma nova moeda, o Real, que até os dias atuais, são refletidos no cotidiano dos brasileiros.</p>

Fonte: Elaboração do autor de acordo com a biografia do Presidente. Imagem 01 Disponível em:

<https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2008/11/exposicao-resgata-fatos-historicos-da-vida-de-itamar-franco/>.

Acesso em: 12 de Jun. de 2020. Imagem 02 Disponível em:

https://www.google.com/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Fmripitamarfranco.com.br%2F%2Fwp-content%2Fuploads%2F2017%2F05%2F12.jpg&imgrefurl=http%3A%2F%2Fmripitamarfranco.com.br%2F%2Ffitamar-franco%2F&tbid=PbpgZ0WlpS-8VM&vet=12ahUKEwj49LuZwZjuAhUuNLkGHf7SAuUQMygCegUIARCoAQ..i&docid=5ngBL62V_DW39M&w=668&h=1000&q=itamar%20franco%20foto%20oficial&ved=2ahUKEwj49LuZwZjuAhUuNLkGHf7SAuUQMygCegUIARCoAQ. Acesso em: 12 de Jun. de 2020.

4.5 Fernando Henrique Cardoso

- **Infância e Trajetória Familiar**

Nascido no Rio de Janeiro ,então Distrito Federal brasileiro, em 18 de junho de 1931, Fenando Henrique Cardoso é filho de Leônidas Fernandes Cardoso e Naíde Silva Cardoso. Seu pai, fora oficial das Forças Armadas, advogado e deputado federal, pelo estado de São Paulo, entre os anos de 1955 a 1959, eleito pelo PTB. Seu bisavô paterno, brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, foi ligado ao partido conservador durante a época do Brasil Império, sendo eleito deputado e senador por dois mandatos e governador do Estado de Goiás. O avô de Fenando Henrique, Joaquim Inácio Batista Cardoso, iniciara a carreira de oficial do Exército carioca, quando participou ativamente da Proclamação da República em novembro de 1889. Os tios paternos de Cardoso, General Felicíssimo Cardoso e Carlos Cardoso, ocuparam a presidência do Centro Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) (1953-1973), e a presidência do Banco do Brasil (1960-1961), respectivamente. Além disso, dois de seus parentes ocuparam cargos importantes no Ministério da Guerra, seu tio-avô, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso e o filho deste, Ciro do Espírito Santo Cardoso. Outrossim, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, também filho de Augusto Inácio, fora prefeito do Distrito Federal entre 1952-1954. Com dois anos de idade, o pai de fenando Henrique Cardoso, considerado um nacionalista e positivista se tornou oficial de gabinete no Ministério da Guerra, entre os anos de 1934 a 1935. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., [S.I.]

Fenando Henrique, iniciou seus estudos no Colégio Paulista, com a transferência de seu pai para a 2ª Região Militar, na cidade de São Paulo, instituição de ensino na qual permaneceu por três anos, passando a estudar no Colégio São Paulo, quando o Estado Novo Vargas entrara em colapso. Seu pai tivera importante participação nas campanhas pela anistia aos presos políticos e perseguidos pelos reconstitucionalização brasileira, pós Era Vargas. Em 1948, já na reserva dos serviços militares, Leônidas Cardoso fora um dos fundadores da CEDPEN, enquanto seu filho iniciara sua política estudantil. Contrariando a tendência familiar e costumeira de seu tempo, Cardoso ingressou na faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da

Universidade de São Paulo (USP), sendo aluno de professores franceses. Fora um dos primeiros sociólogos formados da primeira geração brasileira, juntamente a Florestan Fernandes. Antes de se bacharelar em Ciências Sociais, passou em 1952, a lecionar aulas de história econômica geral do Brasil no departamento de economia da USP. No ano posterior, casou-se com Rute Vilaça Correia Leite. Especializou-se em sociologia na mesma instituição, tornando-se o auxiliar do professor Francês Roger Bastide. Outrossim, no período da campanha pela nacionalização da exploração petrolífera do país, conhecida como “*O petróleo é nosso*”, que resultara na criação da Petrobras em 1953, acompanhou seu pai nas campanhas exercendo a função de tesoureiro de grupos de apoio. No ano de 1954, Cardoso Pai, fora eleito deputado federal pelo estado de São Paulo pelo PTB, e Cardoso Filho elegeu-se representante dos ex-alunos, do Conselho Universitário da USP, tendo importante função nas reformas proferidas na instituição. Já em 1955, tornou-se assistente de Florestan Fernandes, que assumira o posto de professor de sociologia na instituição com a saída de Bastide. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em seus primeiros movimentos políticos, Fernando Henrique Cardoso, FHC, simpatizava com os ideais do Partido Comunista Brasileiro, porém nunca fora filiado deste, passou a colaborar com a imprensa partidária em meados da década de 1950 com a edição da revista *Fundamentos*, afastou-se das ideologias comunistas com a invasão da União Soviética à Hungria em 1956, destacando seu repúdio ao fato. Em 1961, obteve o título de Doutor em Ciências Sociais pela USP, passando a integrar, no ano posterior, a direção do Centro de Sociologia Industrial do Trabalho (Cesit), ainda em 1962, tornou-se presidente do conselho editorial da coleção “*Corpo e Alma do Brasil*”, publicando sua tese de doutorado “*Formação e Desintegração da Sociedade de Castas: o Negro na Ordem Escravocrata do Rio Grande do Sul.*” (CARDOSO, 1961). Escrevera também: “*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*”(CARDOSO, 1977) a convite do também professor sociólogo e professor da USP, Touraine, FHC lecionou um curso de pós-graduação no *Laboratoire de Sociologie Industrielle*³⁶ da Universidade de Paris, na capital francesa começara a escrever sua tese de livre docência, defendida na USP em 1963, intitulada “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.*” (CARDOSO, 1972) (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

³⁶ Tradução Minha: Laboratório de Sociologia Industrial.

- **Oposição ao Regime Militar e Trajetória Acadêmica**

Com a saída de Jango e a eclosão do Regime Militar, supracitados nesta dissertação, FHC esteve entre o grupo de intelectuais perseguidos pelo Regime, sendo objeto de ordem de prisão, durante muitos anos não se soube das acusações que lhe cabiam, só em 1966, as acusações de ser comunista, por lecionar aulas de sociologia, vieram à tona, embasadas nas publicações de seus livros e em sua participação na campanha do “*petróleo é nosso*”. Durante o Regime, teve que se esconder na casa de amigos, logo após se exiliando na Argentina em abril de 1964; sendo convidado nas terras portenhas a trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão vinculado a ONU e sediado no Chile, se mudando para o país em primeiro de maio do referido ano. Em suas atribuições no país, participou da cátedra do *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social* (ILPES), donde se tornara diretor adjunto da instituição; lecionara também nas *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (Flacso) e Faculdade de Sociologia e de Ciências Econômicas do Chile. Seus trabalhos na CEPAL, juntamente com Celso Furtado, que fora ministro do planejamento deposto do governou Goulart, dedicou-se aos impasses das economias latino-americanas, elaborando com o também sociólogo Chileno, Enzo Falleto, a sua supracitada Teoria da dependência, exposta em “*Dependência e desenvolvimento na América Latina*”, (CARDOSO, F. H., FALETTO, E., 2000) projetando-o internacionalmente como um dos mais relevantes cientistas sociais da América Latina, sendo sua obra publicada, em espanhol, português, inglês, alemão, francês e italiano. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, a teoria da dependência se debruça sobre a questão do desenvolvimento dependente, que seria associado ao desenvolvimento capitalista possível nos países atrasados da América Latina. Coexistindo uma dicotomia entre industrialização e nação ou subdesenvolvimento e dependência, haja vista que em países já industrializados a emancipação e autonomia nacional não se vincularia ao setor industrial, demonstrando que os investimentos estrangeiros não eram obstáculos ao desenvolvimento, porém o fator com que faria o este acontecer. Tal teoria gerou diversas críticas da esquerda brasileira, conquanto Cardoso e seu coautor vislumbravam em sua teoria a base do desenvolvimento capitalista em países latino-americanos. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em 1967, Fernando Henrique Cardoso, foi convidado por Alain Touraine para lecionar em Paris, chegando à capital francesa em 1967, integrou o grupo de refugiados brasileiros além

de realizar escritos e proferir conferências. Entretanto, em seus desejos pessoais, tinha a ânsia de voltar para o Brasil, se inscrevendo para o concurso para docente de política pela USP. Com sua ordem de prisão em 1968, através de *habeas-corpus* concedido pelo STF, Cardoso retornou a São Paulo, sendo empossado no concurso, entretanto, ocupara o cargo por pouco tempo com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, sendo aposentado compulsoriamente da instituição. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Destarte, impedido de lecionar em Instituições Públicas brasileiras, Cardoso, com outros professores jubilados fundaram em 1969 o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap); utilizando-se de seus conhecimentos adquiridos no exterior, FHC, conseguira da Fundação Ford o primeiro capital para erguer a empresa, que se sustentaria com consultorias e palestras que os membros do Centro fizeram pelo Brasil e pelo exterior, a título de exemplo, Fernando Henrique Cardoso, ministrou cursos no México, Suíça, França, Inglaterra e Estados Unidos. Em 1971, FHC, fora eleito membro do Conselho Superior da Flacso e do conselho Diretor do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (Clacso), engajou-se em 1972 na imprensa política de oposição, escrevendo artigos no jornal *Opinião* criticando o Regime, no mesmo ano publicou o livro “*O modelo político brasileiro e outros ensaios*” (CARDOSO, 1993), fundando no ano seguinte com o professor Antônio Cândido e Fernando Gasparian, a revista *Argumento*, voltada para assuntos literários do setor oposicionista, sendo esta fechada em pouco tempo pelo Regime. Em 1974, foi convidado por Pedro Simon, deputado estadual do Rio Grande do Sul (MDB), para aplicar uma série de conferências políticas que tiveram grandes respaldo na Política Interna brasileira, nascendo deste movimento uma ligação da Cebrap com o único partido dito de oposição na época, na qual lhe fora cedido a construção do programa partidário para as eleições legislativas de novembro do referido ano. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

O trabalho realizado por Cardoso, como articulador e escritor do Plano Político Legislativo, rendera uma expressiva vitória ao MDB, tornando-se amigo próximo de Ulysses Guimarães, então deputado federal por São Paulo, sobre sua experiência no jogo político escrevera a obra “*Os partidos e as eleições no Brasil.*” (LAMOUNIER, B., CARDOSO, F. H., 1975). Já em 1975, Cardoso se tornou membro do conselho diretor do *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* (CEDES), ano no qual começou a escrever colunas no jornal *Movimento*, publicara no mesmo ano “*Autoritarismo e democracia*”, sendo convocado, juntamente com outros membros da Cebrap, para prestar depoimentos à polícia sobre suas atividades como escritor opositor ao Regime. Em outubro de 1975, organizou o ato ecumênico de protesto na de frente da Catedral da Sé, em São Paulo, protestando contra a morte do jornalista e seu ex-aluno,

Vladimir Herzog, encontrado morto em uma delegacia paulista. A convite do economista, Albert Hirschman, Cardoso lecionara no *Institute of Advanced Studies*, na universidade de Princeton, ainda em 1975, em Nova Jersey, Estados Unidos, permanecendo ali pelo período e um ano, já no ano posterior fora eleito para o conselho superior da *Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica* (Cieplan), atuando na instituição como catedrático da Escola Simón Bolívar na universidade de Cambridge, Inglaterra. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, em 1977, lançou em parceria com G.Müller, a obra “*Amazônia: expansão do capitalismo*”(CARDOSO, F. H., MÜLLER, G., 2008) retornando aos Estados Unidos, tornou-se membro do Conselho Acadêmico do *Latin American Program* do *Wilson Center*, sediado em Washington, lecionando novamente em Princeton até 1978, sendo eleito no referido ano vice-presidente da *International Sociological Association* (ISA), sediada em Ottawa, recebendo seu primeiro título Doutor *Honoris Causa, degree of doctor of laws*, pela *State University of New Jersey, Rutgers*. No interim do mesmo ano, começou a participar das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade que funcionava como um fórum de debates políticos, devido às restrições impostas pelo Regime Militar, ainda lhe sobrou tempo para publicar a obra “*Democracia para mudar*”. (CARDOSO, 1974) (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Fernando Henrique Cardoso Em Sua Primeira Investida Política**

Como citado anteriormente, FHC fora aposentado compulsoriamente de seus trabalhos acadêmicos, não podendo exercer a carreira catedrática em quaisquer instituições públicas brasileira, contudo resolveu por se filiar ao MDB, na intenção de concorrer a uma vaga no Senado nas eleições de 1978 fazendo de sua campanha um ato político contra o Regime, o fato de não deter tradição política foi visto com desconfiança por correligionários do MDB, entretanto Cardoso detinha o apoio de nomes fortes do partido à época como Ulysses Guimarães e Orestes Quécia, como cogitara a legislação na época cada partido poderia lançar três distintos nomes para concorrer a vaga na Câmara alta, sendo o de Cardoso um dos indicados. Enquanto estruturava sua candidatura, passou a apoiar a postulação do general Euler Bentes Monteiro pós governo Geisel em 1979, endossada pela Frente Nacional de Redemocratização como sendo uma candidatura com *status* de “*Anticandidatura*” haja vista que raras seriam as chances da

obtenção da vitória no Colégio Eleitoral, porém serviria como um instrumento político de aceleração para o Regime começar a desempenhar concessões democráticas mais amplas. Como já fora supracitado nesta dissertação, João Figueiredo, lograra êxito em na sucessão de Geisel.

A despeito de sua campanha no Senado, Cardoso, obteve o apoio da OAB, da igreja católica de São Paulo, do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo pós cassação da candidatura de Lula, Ocorrida em 15 de novembro de 1978. Fernando Henrique Cardoso fora o segundo senador mais votado pelo estado de São Paulo, ficando atrás apenas de Franco Montoro, candidato da ARENA, partido de situação apoiado pelo Regime Militar. Os primeiros debates pós eleição se deram enquanto ao fim do sistema bipartidário brasileiro, Cardoso fora contrário a extinção do MDB e a criação de um partido socialista. Em 1979, fora empossado como vice-presidente do MDB Paulista, acompanhando Franco Montoro, então presidente do partido, em suas atribuições políticas; com o processo de redemocratização já instaurado, participou ativamente pela campanha da anistia aos presos políticos e exilados, sustentando também a pauta de eleições diretas para prefeitos e governadores. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com o fim o do Bipartidarismo, no final de novembro de 1979, manteve-se filiado a sigla na qual fora eleito, entretanto, de forma simultânea, participou da criação de um novo partido político com sindicalistas liderados por Lula e com o apoio de movimentos grevistas, surgindo então o PT, entretanto, assim como a maioria dos intelectuais envolvidos no projeto, decidiram por permanecer no MDB. No primeiro trimestre de 1981, Cardoso, fora convidado pelo notório escritor Michel Foucault a viajar à França para proferir palestra no *Collège de France*, no qual se tornara diretor de pesquisa associado à *Maison des Sciences de l'Homme*, no respectivo ano ainda seria eleito copresidente da *Fondation Internationale pour un Autre Développement* (FIPAD), cuja sede estava localizada em Nyon, na Suíça, ainda colaborou com a fundação da *World Association for International Relations* em Atenas e integrou o comitê científico do centro *Gino Germani di Studi Comparati sulla Modernizzazione e lo Sviluppo*, em Roma, sendo eleito em 1982, presidente da ISA, cargo que ocupara até 1986. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, no que se refere politicamente ao ano de 1982, Cardoso participara da campanha de Franco Montoro para o governo de São Paulo, na primeira eleição direta para o cargo desde 1965, logrando êxito com a vitória da chapa. Entretanto, sobrou-lhe tempo para continuar com sua produção intelectual, lançando as obras “*Política e sociedade*” na qual fora

organizador e “*As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*” (CARDOSO, 1993) (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Fernando Henrique Cardoso Senador**

Com a posse de Franco Montoro no governo estadual em março de 1983, FHC, assumira sua cadeira na Câmara alta, anunciando que se empenharia em primeiro lugar na pauta do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República no país, prezando pela reformulação das Instituições Brasileiras, que ao seu ver deveriam empear por uma readequação do Sistema Eleitoral. No Senado, tornou-se membro das Comissões de Economia, Educação e Cultura e de Legislação Social. No mês de abril fora eleito membro do PMDB paulista, com o qual derrotou a corrente liderada por Orestes Quércia, destacando-se assim como um dos mais expressivos líderes do seu partido, defendendo o estabelecimento de negociações como o Regime em torno da situação econômica na qual se encontrava o país, divergindo das correntes peemedebistas como a encabeçada do por Tancredo Neves, então Presidente mineiro, que se preocupava mais com a sucessão para um ambiente democrático na sucessão da República, tentando criar um consenso em torno de um nome partidário para a continuação presidencial por eleições diretas. Cardoso inclusive, de maneira contrária, admitiu o conchavo político no Colégio Eleitoral com um candidato do PDS, desde que respeitasse o lema do PMDB de uma transição democrática segura, entretanto, vencido pela maioria dos correligionários acabou defendendo a supracitada emenda Dante de Oliveira, de eleições diretas, sendo esta derrotada no Congresso, refletida na vitória da Chapa Tancredo/Sarney no Colégio Eleitoral. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a derrota da emenda, Cardoso, discursou na Câmara alta, insistindo na luta a favor das eleições diretas, sob o respaldo que estas criariam um novo centro gravitacional no Congresso Nacional e deixaria claro a improdutividade de um Colégio Eleitoral, tendo a oposição que sair de uma estratégia oportunista, eleger o sucessor pelo Colegiado, tendo esta que participar do jogo político de fato com os setores sociais em busca do voto. Entretanto, acompanhou a decisão do partido em lançar o nome de Tancredo como postulador no Colégio Eleitoral, mas que este sim, seria, no seu ponto de vista um chefe de governo que iria fazer a transição para um Estado Democrático de Direito. Já em fevereiro de 1985, acompanhou Tancredo em sua primeira viagem ao exterior na posição de Presidente eleito, percorrendo

cidades dos Estados Unidos, Itália e Portugal, chegando ao Brasil, recusou o convite para assumir o Ministério do Desenvolvimento Social do governo, ao passo que aceitou o convite de ser líder do governo no Congresso, articulando negociações entre partidos em torno das reformas constitucionais que deram início a Nova República. Como supracitado, nessa dissertação, Sarney cumprira o mandato presidencial, pós morte de Tancredo Neves poucos dias depois de sua posse. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em abril de 1985, FHC anunciou que pretendia candidatar-se ao governo de São Paulo, nas eleições de novembro do mesmo ano, fato que fora endossado na convenção do partido, (PMDB) realizada no início de maio, o colocando como adversário de Orestes Quéricia, então vice-governador do estado e correligionário da mesma sigla, deixando acirrada a disputa interna do partido pela vaga; a situação fora resolvida através de decisão do TSE, que decidira que os prefeitos das capitais dos estados não poderiam concorrer à eleição direta para o mesmo cargo, sendo este o caso do pemedebista Mário Covas que havia sido prefeito da capital de São Paulo e agora se postularia ao cargo de governador do estado, em decisão respaldada pelo partido, restando a Fernando Henrique a disputa pela prefeitura da capital pela convenção municipal do PMDB em 20 de julho, recebera o apoio do PCB, e do PCdoB, tendo como principais adversários Jânio Quadros da coligação (PTB - PFL) e Eduardo Suplicy (PT). (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Cardoso liderara as pesquisas de intenção de voto até o fim da campanha, entretanto, questionou a falta de apoio do PFL, aliado do PMDB na Aliança Democrática, em suas críticas a presença do partido pouco ajudaram nas necessidades do país. Com a transferência do apoio do PFL a Jânio e a tom ríspido de respostas a entrevistas à imprensa, com a precipitação de não se deixar fotografar na cadeira de prefeito, lhe tiraram votos suficientes para a conquista do pleito por Jânio Quadros. Quando questionado pela derrota, atribuiu-a aos ataques que sua candidatura fora alvo do desgaste que o PMDB teria sofrido na condição de partido governista, por forças oposicionistas, tanto de esquerda como de direita. No mesmo ano, ainda publicou a obra “*A democracia necessária*”, que se alinhava aos pensamentos do período de redemocratização que defendera politicamente no Brasil, em visita à Índia, onde sediou o congresso anual da ISA, destacou que se candidataria a eleição para o cargo de senador em 1986, fazendo questão de participar juntamente a Câmara dos Deputados da Assembleia Constituinte, com parlamentares eleitos para esse fim. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Cardoso, de fato, fora um ferrenho opositor do governo Sarney, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em fevereiro de 1986, cobrou por parte do governo medidas que estabilizassem o furdunço econômico no qual vivera o Brasil à época, principalmente no que

se refere ao combate à inflação. Logo após às críticas, o governo Sarney lançara o Plano Cruzado, sendo instalada o Cruzado como novo padrão monetário, cujo valor representara mil vezes, em unidade, ao do Cruzeiro. Outras medidas também foram tomadas, como a correção monetária, a estabilização do câmbio e o congelamento dos preços e salários, Cardoso se mostrou satisfeito com os primeiros resultados do novo Plano, que beneficiaram as candidaturas pemedebistas nas eleições de novembro de 1986, conquistando o governo de São Paulo com Orestes Quércia e logrando duas vagas na Câmara alta, a de Mário Covas juntamente com a de Fernando Henrique, ambos empossados em primeiro de fevereiro de 1987. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Coincidentemente com a posse de Cardoso, empezou-se os trabalhos da Comissão Constituinte, tendo ele assumido a liderança do PMDB no Senado, o quarto-vice-presidente e relator-adjunto da Comissão de Sistematização, além de ser membro titular da Comissão de Redação e obter a suplência da Subcomissão do Poder Legislativo na Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, outrossim fora relator do Regimento Interno da casa. Nas votações da Constituinte, fora a favor do rompimento de relações diplomáticas com países que desenvolvessem políticas de discriminação racial, da adoção do mandato de segurança coletivo, do turno ininterrupto de seis horas, da unidade sindical, da soberania popular, do voto facultativo aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da proibição do comércio de sangue, da concessão da anistia às dívidas de micro e pequenos empresários e da desapropriação das propriedades rurais produtivas em termos de reforma agrária; ao passo que votou contra a adoção de pena de morte, a estabilidade no emprego, ao Presidencialismo, ao mandato de cinco anos para o Presidente Sarney e a legalização do jogo do bicho. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Boa parte de seus votos foram divergentes da posição partidária original do PMDB, a principal distinção refletiu-se na questão do voto contra ao mandato de Sarney, no entendimento de Cardoso, o partido vinha assumido atitudes políticas de cunho clientelistas e fisiologistas, se distanciando do comportamento assumido no pacto pela redemocratização e traindo a confiança depositada pelos eleitores que compraram este discurso, culpou Orestes Quércia, como sendo o principal motivador dessa desarmonia. Em dezembro de 1987, indicou ao partido o prazo de um mês para afastar-se do governo, juntamente com Mário Covas e Franco Montoro, a ameaça de rompimento acontecera caso a Constituição fixasse o mandato de Sarney em Cinco anos.

Em junho de 1988, renunciara a liderança do partido no Senado, anunciando sua derrocada da agremiação, para construir um novo partido, além dele, 40 deputados federais e sete senadores, situados principalmente nos estados do Ceará e de São Paulo, cuja a liderança

de Covas fora de suma importância, se deslocaram para o recém fundado Partido da Social Democracia (PSDB). A nova agremiação surgiu como o lema de se afastar das características partidárias vigentes, não se apresentando como uma agremiação nem de direita, de esquerda ou de centro, porém centrado para a maioria interessada nas reformas sociais e no Parlamentarismo, tendo como a ética o principal valor partidário. Em agosto de 1979, já na posição de líder do PSDB no Senado, anunciou sua candidatura para o governo de São Paulo, entretanto continuou a trabalhar no meio Legislativo com a promulgação da Constituição em outubro de 1988. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a eleição de Fernando Collor de Melo, supracitado nessa dissertação, na primeira eleição direta pós Regime Militar, o PSDB designou o nome de Mário Covas para concorrer em primeiro turno, apoiando a candidatura do petista Luís Inácio Lula da Silva no segundo Turno. Entretanto, Cardoso aproximou-se do governo eleito atraído pelo programa econômico ao qual lhe chamara atenção, temas como modernização, privatização e abertura para o comércio no exterior, além do combate à inflação sempre mencionado por Collor, foram os motivos pelo reposicionamento do partido, que apoiara o candidato perdedor no segundo turno, com o governo vigente. Convidado por Collor, em fevereiro de 1991, para ser ministro das relações exteriores de seu governo, Cardoso recusou o cargo após reflexão com correligionários de seu partido, voltando a assumir a cátedra, por um curto espaço de tempo, para ministrar um curso de pós graduação na USP. Necessitando de apoio basilar no Congresso, depois da eclosão de escândalos de sua vida pessoal e de sua assessoria ao governo. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Collor voltou a convidar o PSDB para participar de sua gestão, permitindo à sigla incorporar ideologias econômicas do seu programa partidário ao governo, tais quais, o fim dos subsídios estatais e a realização de investimentos sociais como função estatal. Cardoso e José Serra, também peessedebista, emitiram sinais simpáticos ao convite, entretanto novamente a convocação fora recusada, com a sinalização de Mário Covas de que Collor não seria um Presidente democrata. Com o *impeachment* de Collor consolidado, o PSDB, sempre manteve a posição de prudência, se aproximando então de seu vice, Itamar Franco, com o objetivo de formular um novo governo focado na estabilização econômica do país, o nome de Cardoso passara a ser cogitado para o Ministério das Relações Exteriores. Com a posse de Itamar, no segundo dia de outubro de 1992, o novo governo fora consolidado, o nome de Cardoso foi confirmado como chanceler, substituindo Celso Lafer, sua vaga no Senado fora ocupada por sua suplente a também socióloga Eva Bly. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Fenando Henrique Cardoso: O Chanceler**

Em seu primeiro mandato à frente do Itamaraty, Cardoso anunciou que trabalharia para recompor a imagem do Brasil perante ao exterior, tecendo críticas ao governo Collor, no sentido de que este haveria sujado o nome do país, segundo ele, eram falsas as declarações dadas pelo Presidente deposto de que o Brasil era um país industrializado, quando na verdade não o era, com isto convocou setores da sociedade civil, empresariado e sindicalista, além de convocar a intervenção de outras pastas do governo Itamar para constituir uma nova Política Externa Brasileira. Tal ato, resultada na criação de um comitê permanente de 18 indústrias com a participação da CUT e outras entidades sindicais que se reuniam com diplomatas encarregados das negociações para implementação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com a participação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em março de 1991; outrossim, em sua concepção, a Política Externa Brasileira deveria se enquadrar dentro do novo contexto mundial marcado pelo fim da Guerra Fria e início do processo de Globalização, com a disputa econômica as armas dessa nova guerra seriam a Ciência e a Tecnologia. Destarte, o Ministério das Relações Exteriores, passaria a dar prioridades ao âmbito do (GATT), acordo sobre tarifas e comércio que giraria em torno de assuntos como geração de patentes e concessões de serviços públicos, além de ampliar a participação brasileira que se restringia apenas ao Cone Sul, para uma atuação política junto a ONU. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No que concerne as relações comerciais, Cardoso norteou o Itamaraty para a obtenção de parcerias bilaterais com os países asiáticos, com a intenção de aumentar os resultados da exportação brasileira, porém existiam empasses dos Estados Unidos no que se refere às patentes comerciais, assunto que não era regularizado no Brasil até então, motivando retaliações tarifárias norte-americanas ao setor industrial brasileiro. Durante viagem a Nova Iorque, o chanceler precisou prestar esclarecimento ao subsecretário de Estado estadunidense, para assuntos internacionais, Bernard Aronson, que manifestara preocupação com os índices inflacionários brasileiros, criticando a política econômica de Itamar Franco na qual classificara como nacionalista e protecionista. Já em solo brasileiro, Cardoso respondeu-o fazendo restrições do governo na área econômica, no que concerne o rompimento do programa de privatizações para o capital estrangeiro. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em sua gestão, como Chanceler, o Brasil tivera um aumento significativo de sua relação bilateral, principalmente no setor econômico, com a Argentina, cujo ministro da Economia era

Domingos Carvalho, a África também fora objeto de atenção do Itamaraty, com a intensificação das relações bilaterais com a África do Sul, no seu processo de superação do Regime racista, além da aproximação como o novo governo de Angola, liderado pelo Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), dado depois da primeira eleição multipartidária realizada no país em 1992. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, embora a Política Externa conseguira trilhar um caminho mais nítido, a política econômica interna estava em derrocada, com índices de inflação chegando a cerca de 29% em fevereiro de 1993. Insatisfeito com o cenário, Cardoso começara a fazer pronunciamentos sobre o assunto, criticando a adoção de novos planos econômicos que em suas palavras seriam “*mistificação: pregam milagres, não resolvem o problema e frustram a população*”, fez críticas ao próprio governo que participava enquanto a política inflacionária, afirmou que a inflação brasileira era resultado do endividamento público, só podendo ser superada com a reorganização governista. Com a pré-campanha para Presidência de 1994, sendo iniciada antecipadamente pelo PT, com as Caravanas da Cidadania, levando o nome de Lula por todo o Brasil, FHC teve seu nome lançado para presidir o PSDB, ao mesmo passo que fora cogitado para assumir o Ministério do Planejamento, cargo que recusara. Entretanto, em maio do referido ano o líder do Governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE) propôs a Itamar a indicação do Cardoso para a pasta da Fazenda, no lugar de Eliseu Resende, em viagem internacional, aceitou o convite e seu nome foi nomeado no dia 19 do mesmo mês para pasta, enquanto que José Aparecido de Oliveira, assumira o cargo de chanceler. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Fernando Henrique Cardoso: O ministro da Fazenda**

Empossado como titular da pasta em 21 de maio de 1993, sua nomeação fora bem repercutida entre o meio político, o FMI emitiu opinião afirmando que teria sido uma escolha acertada para as necessidades econômicas vigentes na econômica brasileira, principalmente no que se refere ao combate à inflação, alguns agitadores políticos já antecipavam que seria uma etapa preparatória para sua postulação ao posto presidencial na eleição do ano vindouro, hipótese que fora por ele, primeiramente, descartada. Em seu time de economista, buscou nomes que participaram da elaboração do Plano Cruzado, especulou-se de que se trataria de uma novo choque anti-inflacionário, fato que fizera, em seus primeiros pronunciamentos a

deixar nítido de que não se tratava- de um plano milagroso. Segundo ele, a chave para destravar o problema da inflação não estava na economia, mas sim no Estado com seu déficit crônico, tendo que haver uma reforma estatal, em conjunto com privatizações e redução de gastos públicos. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em meados de 1993, Cardoso anunciara o Plano de Ação Imediata (PAI), cujo objetivo era a redução do déficit público, sem tocar no tema da inflação em primeira instância, entre as medidas estavam inclusas o corte equivalente a seis bilhões de Dólares no orçamento da União para o mesmo ano, imposições estatais contra sonegadores a estados e municípios inadimplentes para com a União e a ampliação do programa de privatizações, tendo como principais eixos os setores elétricos e ferroviários. Para que as medidas fossem aprovadas, advertiu que o tamanho dos cortes aumentaria em 50% caso o Congresso Nacional não aprovasse a criação do Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira (IPMF), as áreas mais afetadas com os cortes foram, a educação com 25%; Saúde e Bem-Estar Social, com 43% e Integração Regional, com 31%. Outrossim, Cardoso assegurou continuidade da política econômica em vigor, reduzindo em primeiro de julho as alíquotas de importação, visando a modernização das linhas de montagem do setor industrial, elevando a produtividade e diminuindo os custos. Quando o índice de inflação acumulada no chegou à faixa de 500%, o governo Itamar decretou o corte de três zeros do então Cruzeiro, que passou a chamar de Cruzeiro Real. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a adoção do Programa Nacional de Desestatização, leilões aceleravam a política de privatizações pregada por FHC, fato que provocou uma onda de protestos da esquerda oposicionista, sendo privatizadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Aço Minas Gerais (Açominas)., todas subsidiárias da Petrobras, no que se refere ao setor cambial foram unificados o mercado comercial e flutuante, provocando uma alteração radical nas condições do mercado, levando a cotação do Dólar a uma queda imediata. Com a normalização das relações financeiras do país com o exterior, avançou-se as renegociações da dívida externa brasileira, entretanto os acordos com bancos estrangeiros foram dificultados com empecilhos postos pelo FMI, que exigira um programa de estabilização de metas, principalmente no que se refere ao ajuste fiscal; contudo a dívida fora renegociada e a participação dos bancos privados garantida. Outrossim, no dia sete de dezembro, durante audiência no Congresso, Cardoso apresentou o novo programa econômico do governo, cujos principais pontos tratavam sobre o ajuste fiscal através de cortes radicais nos gastos públicos, e a elaboração de uma nova moeda, concedida através de uma adoção de Unidade Real de Valor

(URV), passando a funcionar como um indexador da economia nacional, em primeira instância a reação dos parlamentares fora negativa, uma vez que a decisão do governo fora tida como monocrática sem a participação do Congresso, inclusive alguns correligionários do PSDB, criticaram o Plano, tido como rígido em demasia para um ano eleitoral. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, o ponto que gerou maiores divergências fora a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que se embasou na desvinculação de tributos e contribuições sociais de suas destinações originais, das quais eram definidas pela recém proclamada Constituição, que tivera por finalidade o financiamento dos setores da saúde, educação e previdência, de cunho social-econômico. Neste interim, cerca de 20% dos recursos arrecadados seriam absorvidos pela união, reduzindo a transferência para estados e municípios, como previsto pela Constituinte de 1988, dispondo o governo, com este dispositivo de um montante considerável de recursos, dos quais poderia utilizá-los com total autonomia para suprir as despesas do Estado. Com a mudança ocorrida no sistema fiscal, e a desvinculação de estados e municípios, existiriam divergências dentro do Congresso Nacional, concernente a provação do fundo, reverberadas principalmente pelo nome do então líder da Câmara Roberto Freire do PPS. Na visão dos parlamentares, Cardoso elaborara tais medidas como plataforma antecipada de sua candidatura à Presidência no ano vindouro, fazendo com que as agremiações pensassem em suas posições quanto ao pleito. Outrossim, depois de obter o apoio do PFL no Congresso, o FSE, foi aprovado em fevereiro de 1994, como uma importante vitória política do governo, uma vez que este era o primeiro passo para a implementação do novo plano econômico. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em primeiro de março de 1994, a URV, entrou em vigor após um alta de preços pós anúncio de sua criação, liderada pelo PT e Pela CUT, a oposição de esquerda tentara impedir a circulação da nova moeda, sob o argumento de que se tratava de um instrumento para um possível arrocho salarial, baseando no fato do novo indexador ter seu alinhamento desigualmente a salários calculados pela média dos quatro meses anteriores. Cardoso, reagiu as críticas e as propostas de um gatilho salarial, sob o argumento de que o importante não era conviver com a inflação, mas sim acabá-la, posteriormente, abaixaram-se as alíquotas de importação de 130 produtos, reduzindo a margem de manobra dos monopólios de preços. Em 30 de março, pouco tempo antes para a desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos para o pleito eleitoral, Cardoso afastou-se do Ministério e retornou ao Senado. Visando pleitear o cargo de presidente. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Fernando Henrique Cardoso Em Sua Primeira Campanha Presidencial**

Em abril de 1994, Cardoso anunciou abertamente sua participação no pleito Presidencial daquele ano, embora que, todas as pesquisas eleitorais, àquela altura, apontavam a vitória do Petista Lula, em um quadro onde a situação econômica do país encontrava-se em bancarrota, com alto índices de inflação, superando 45% no primeiro semestre. Entre os Peessedebistas, Cardoso fora um negociador do estabelecimento de uma aliança de sua sigla com o PFL, oficializada em maio. A junção fora estratégica, uma vez que a sigla tinha grande força eleitoral no Nordeste, onde Lula cobriu extensos percursos com suas caravanas. Fora designado o senador alagoano Guilherme Palmeira para a vice-presidência de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a chapa não agradou a setores contrários ao PSDB, no que se refere ao conservadorismo e práticas clientelísticas, que se viam cristalizadas no PFL. Assim, na convenção partidária realizada em 18 de maio na cidade de Contagem, Minas Gerais, a chapa foi oficializada sem restrições no que concerne aquele momento. Entretanto, correligionários da sociedade do PSDB fizeram críticas à aliança feita com PFL, que se respaldavam com a incorporação do PTB à coligação, questionado inclusive por seus amigos, do campo intelectual. Cardoso forra classificado como incoerente, mas justificou-se afirmando que tais alianças necessitariam ser feitas de forma estratégica para conduzir o país para um novo momento político e econômico audacioso, que só seria possível com o acúmulo da força de partidos socialistas, sociais-democratas e liberais, citando inclusive o exemplo de países como o Chile e a Espanha onde tal pacto acontecera. Em suas palavras, afirmou ao jornal *O Globo* em 15 de maio. “*Eu sou social-democrata. Estou fazendo uma aliança com o setor liberal, porém com um setor liberal que tem sensibilidade social. Eu não quero fisiologia, não quero clientelismo*” (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a Revisão do Congresso Nacional em maio de 1994, através dos poderes concedidos pelas disposições transitórias da Constituinte de 1988, foi aprovada a redução do mandato presidencial para quatro anos, e também se determinou a coincidência das datas das eleições do posto presidencial, com o Congresso, assembleias legislativas e governos estaduais, viabilizado pelo acordo ultrapartidário que incluía o compromisso da aprovação futura de uma reeleição para o cargo da Presidência. Assim, a campanha de Fernando Henrique, fora estruturada sobre cinco itens prioritários: I – Saúde, II – Educação, III – Segurança, IV – Habitação e V – Agricultura. No que se refere ao setor econômico, deu continuidade às pautas

da privatização de grandes empresas, extinção de monopólios de serviços públicos e à abertura ao capital estrangeiro. Propôs ainda, uma série de reformas fiscais, administrativas e previdenciárias. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No início do segundo semestre, mais próximo das eleições, os êxitos do Plano Real empezaram a ser refletidos em favor de sua campanha, cuja agenda previa a divulgação da nova moeda que fora antecipada para o primeiro dia de julho, o próprio Fernando Henrique, admitira, que com isto sua candidatura iria “*dar um salto*”. Com o lançamento do Real, nas primeiras semanas o comércio ficou paralisado, entretanto começou a ocorrer reduções nos preços e o aumento no poder de compra de todos os setores, no que se refere ao mercado de câmbio, a relação ao mercado de câmbio, a moeda brasileira valia mais que o Dólar americano. As pesquisas eleitorais posteriores ao lançamento do Real indicavam que FHC, havia melhorado seus indicadores de intenção de votos e já era capaz de concorrer ao segundo turno. Ambos candidatos tiveram que trocar seus vices sobre as denúncias de favorecimentos de interesses privados destes, cambiando-se Guilherme Pereira, por Marco Marciel no que concerne à candidatura de Cardoso. Destarte, com a tendência de crescimento nas pesquisas de opinião, a oposição de esquerda buscou argumentos para derrubar tal tendência, denunciando a estabilização econômica como sendo uma imposição do capital financeiro internacional, e associando a política econômica de Cardoso à submissão da soberania nacional para os Estados Unidos, concernente as questões econômicas. Cardoso, defendeu-se dizendo que tais argumentos, tratavam-se de uma falácia ecológica, uma vez que a política de estabilização não era feita por órgãos internacionais e tinha como meta assegurar condições mínimas de governabilidade. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Após a segunda semana da implantação do Real a queda nos índices de inflação já eram nítidos, a parcela mais pobre da população ficara incrédula com o aumento do poder de compra que agora lhes eram permitidos, provocando uma corrida a compras no crediário, mesmo com as taxas de juros ainda em altos patamares, com o aumento das vendas a indústria passou a gerar mais empregos e a desenvolver-se de forma mais vertiginosa, Cardoso ainda utilizou-se do tetracampeonato brasileiro de futebol, paixão nacional, para fazer uma analogia com o êxito do Plano Real, entretanto em maio de sua ascensão de campanha fora breçada, visto que instaurou-se uma crise interna, cujo protagonista fora o ministro do então governo Itamar Franco, Rubens Ricupero, que em conversa informal com um repórter de televisão, teceu comentários que indicavam o envolvimento da máquina governista na campanha do peessedebista, a conversa foi capitada por uma antena parabólica e divulgada pela imprensa, sendo utilizada por seus adversários. Entretanto, em decisão do TSE, que proibira a exibição

do áudio no horário eleitoral de propaganda televisivo, abafou-se maiores repercussões do assunto, além da renúncia de Ricupero ao cargo. Com a inflação chegando a índices de 1% ao mês, fora massiva a transferência de eleitorado petista para a candidatura de Cardoso. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Deste modo, o pleito realizado em 3 de outubro de 1994, deu a vitória a Fernando Henrique Cardoso, em primeiro turno, com 54,3% dos votos, cerca de 34.376.367 votos válidos, contra 27% de Lula, o segundo melhor posicionado. Como Presidente eleito, em seu discurso de despedida do Senado, sustentou a tese de que o principal desafio do país era superar o modelo Varguista de desenvolvimento, diminuindo o tamanho do Estado e o realocando dentro de um cenário internacional, sendo seu grande dilema reformar a máquina pública, restringindo seu papel ao de regulador da economia e provedor de saúde e educação para todos. Cardoso, recebera adesões para a implementação do programa de reformas, anteriormente a sua posse; em 23 de dezembro, oito governadores eleitos do PMDS, anunciaram apoio ao seu governo, antecipando a participação do partido em um futuro ministério. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Cardoso em seu Primeiro Mandato Como Presidente da República**

Cardoso, foi o primeiro perseguido político pelo Regime Militar eleito para a Presidência, tal fato resplandeceu quando encaminhou uma Medida Provisória ao Congresso com o intuito de indenizar às famílias de desaparecidos políticos. Em seu discurso de posse, em primeiro de janeiro de 1995, enfatizou a situação política do país, afirmando que a transição democrática fora mais lenta do que em outros países, mas realizada de forma mais ampla e aprofundada, garantindo as necessidades democráticas e as garantias econômicas. Colocou como principal meta de seu mandato, a justiça social, que seria alcançada com a reorganização do Estado, ainda segundo ele, sua vitória era a afirmação de que o povo brasileiro optara pela estabilidade do Plano Real e pelo vislumbre das reformas estruturais que acabariam de vez com o perigo da inflação. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Na distribuição dos ministérios, entregou a Sérgio Mota o comando do Ministério das Comunicações, Francisco Weffort fora nomeado ministro da Cultura, Paulo Renato Sousa com a pasta da Educação e, José Serra com o comando do Ministério do Planejamento e Orçamento. Para a Fazenda, indicou seu colega de trabalho quando ocupava a pasta, o então diretor do

Banco Central, Pedro Malan; com Luís Carlos Bresser-Pereira no comando da Administração e Reforma do Estado; José Eduardo de Andrade Vieira indicado ao Ministério Agricultura e Abastecimento; José Israel Vargas na pasta de Ciência e Tecnologia; Dorotéia Werneck sob o comando da Indústria, Comércio e Turismo; Nelson Jobim na Justiça; Gustavo Krause com o comando do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; Raimundo de Brito, ministro de Minas e Energia; Reinhold Stephanes com a pasta da Previdência e Assistência Social; Luís Felipe Lampreia com o Ministério das Relações Exteriores; Adib Jatene como ministro da Saúde; Paulo Paiva sob o comando do Trabalho; Odacir Klein com a pasta dos Transportes; brigadeiro Mauro Gandra com o comando da Aeronáutica; general Zenildo Zoroastro de Lucena no Ministério do Exército, e o almirante Mauro César Pereira com o comando da Marinha. Nomeou ainda Clóvis Carvalho para a Casa Civil; general Alberto Mendes de Cardoso para a Casa Militar; general Benedito Onofre Bezerra Leonel para o comando Estado-Maior das Forças Armadas. Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, foi designado ministro extraordinário de Esportes, e, para as Secretarias de Estado ligadas diretamente à Presidência da República, foram escolhidos Eduardo Jorge Caldas Pereira para a Secretaria Geral, Ronaldo Sardenberg para a Secretaria de Assuntos Estratégicos e Roberto Muylaert para a Secretaria de Comunicação. Completando assim seu time de ministros. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com a posse do Congresso eleito em primeiro de fevereiro de 1995, Cardoso se empenhou nas candidaturas de Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) para a presidência da Câmara Baixa³⁷, derrotando o petista José Genoíno e de José Sarney (PMDB-MA) para a presidência da Câmara alta. Assim, obteve seu núcleo duro de apoio do qual precisaria para a aprovação das reformas pretendidas, com o apoio do PSDB, PFL, PTB, PMDB e de outros partidos nanicos. Embora com a coalizão feita o governo enfrentou dificuldades em alguns trechos das reformas, tais quais as modificações das regras do sistema previdenciário e a quebra do monopólio estatal das empresas nacionais na área de petróleo e telecomunicações. Em 13 de fevereiro, fora sancionado pelo Senado, a lei de sua iniciativa que tratara sobre as concessões públicas, referentes a conceder à iniciativa privada os serviços de distribuição de energia elétrica e abastecimento de água. Em 22 de fevereiro, Cardoso apresentou ao Congresso a primeira serra de reformas, tratando de um conjunto de emendas constitucionais, com cinco principais temas: I – Redefinição do conceito de empresa brasileira, II e III – Fim do monopólio estatal a

³⁷ A câmara baixa, também referida como câmara inferior, é uma das casas legisladoras de parlamentos bicamerais. Ao redor do mundo, são variadas as designações: Câmara dos Deputados, Câmara dos Comuns, Casa dos Comuns, Casa dos Representantes, Câmara dos Representantes.

respeito do petróleo e telecomunicações, IV – liberação do capital privado para distribuição de gás natural e navegação e V- Permissão para participação de capital estrangeiro em navegação de cabotagem. Tais pautas geram protestos pelo país, principalmente nas capitais do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O programa reformista, sofreu seu primeiro teste no mês de maio, quando em seu terceiro dia começou-se uma ampla greve de petroleiros, seguindo de uma paralização de trezentos mil servidores federais dos correios e do setor elétrico, reivindicava-se ainda reajuste salariais das classes, de acordo com a inflação apurada pelo DIEESE, além da não quebra do monopólio estatal desses setores. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Entretanto, no que concerne a disputa interna no Congresso Nacional, o governo lograra vitórias importantes, aprovando na Câmara a emenda que redefinia o conceito de empresa nacional e as emendas referentes ao fim da reserva de mercado na navegação e cabotagem e a extinção do monopólio estatal nas telecomunicações. Contudo, as emendas que versavam sobre a reforma da previdência sofreram maiores resistências nas casas, sendo deveras alteradas em seu texto por parlamentares de oposição e até mesmo de situação, ficando o projeto estancado no Senado. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Já em 1996, Cardoso, começou a negociar a participação do PPB na base de sustentação do governo no Congresso, embora este já demonstrava sinais positivos ao governo desde o início do mandato, votando quase sempre em favor da agenda governista, entretanto, sem estar oficialmente integralizado à base. Visando ter maiores facilidades na aprovação do pacote de reformas, com as votações previstas para os meses seguintes, o governo nomeou Francisco Dornelles do PPB para o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e criou dois Ministérios, o de Coordenação de Assuntos Políticos e de Política Fundiária ocupados por Luís Carlos Santos e Raul Jungmann, respectivamente; havendo ainda a troca de cadeiras, nas quais o senador mineiro Arlindo Porto assumira a pasta do Ministério da Agricultura e Abastecimento, Carlos Albuquerque assumindo o Ministério da Saúde e Antonio Kandir com a pasta do Planejamento e Orçamento. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Com as mudanças ministeriais ocorridas, o governo logrou aprovar em 9 de abril de 1997, a emenda de reforma administrativa, sob relatoria do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), com 309 votos dos 308 que eram exigidos. Com a aprovação, a idade de 75 anos fora estabelecida como base para aposentadoria compulsória para o serviço público, o estágio probatório de dois anos passou a ser de cinco e possibilitou-se a demissão de servidores, quando o gasto com a folha de pagamento ultrapasse 60% da receita. Contudo, o texto ainda sofrera diversas alterações em ambas casas, sendo aprovado definitivamente apenas em janeiro de 1998. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, de acordo com o plano de governo de Cardoso, no primeiro trimestre de 1997, a legislação econômica brasileira já se encaixava com aquilo que prometera em sua campanha, houve a entrada do capital estrangeiro para refinação do petróleo e de gás natural da Petrobras, assim como a privatização do setor de telecomunicações com a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), responsável por regular as transições do setor. Houveram também reformas no sistema educacional, como indicado no plano de governo, primeiramente fora mapeado quadro educacional no país, com a implementação do “*Provão*”, compulsório para alunos formados, já em 20 de dezembro de 1996, fora sancionada a nova Lei de Diretrizes e Base (LDB), baseada em no projeto elaborado por Darcy Ribeiro, à época senador do PDT carioca, com a lei fixava-se o fim da obrigatoriedade do exame de vestibular para o ingresso ao ensino superior. No que concerne ao ensino médio, o governo elaborou um projeto a sociedade no qual dividiria este ciclo de aprendizagem em cinco áreas específicas, tendo o aluno que optar entre estas: ciências exatas, artes e comunicação, ciências da vida, ciências sociais e humanas e gerência e informática; na tentativa de profissionalizar os jovens antes mesmo do ingresso no ensino superior. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Outrossim, referente a política de segurança, citado também no programa eleitoral, o governo se focou na criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que detinha um banco de dados informatizado com mandados de prisão, veículos furtados e armas de fogo. Fora reativada a Academia Nacional de Política e realizada a criação de oito conselhos regionais de segurança pública. No final do segundo semestre de 1997, o governo entrevistou na área de segurança em 17 estados, durante meses, provocando enfretamentos com a população, embora convencido de que se tratara de responsabilidade dos governadores, Cardoso fez questão de se mobilizar enquanto ao assunto. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Fernando Henrique Cardoso Na Busca de Sua Reeleição**

Em primeiro de fevereiro de 1995, o então deputado Mendonça Filho (PFL-PE), deu entrada na Câmara, a um Projeto de Emenda Constitucional, na qual pretendia facultar o direito a reeleição aos chefes do Executivo, mesmo àqueles que estiverem em exercício, sendo a matéria tramitada durante um longo período de tempo, por empecilhos postos pela oposição e até mesmo por situacionista com interesses nas eleições presidenciais vindouras. Após as eleições municipais de outubro de 1996, a base governista começara a se articular visando a

aprovação da emenda Mendonça Filho no Congresso, transformando-se na principal pauta política do governo Cardoso, sofrendo críticas da oposição por pensar mais em sua reeleição do que na situação do país. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

A tramitação da emenda fora marcada fortemente pela disputa entre o PFL e o PMDB, cujo partidos detinham as presidências das Câmaras alta e baixa respectivamente, houve também a participação do PPB e do PL para a aprovação da emenda, visando cargos em um novo governo Cardoso. Após sucessivos adiamentos da votação, em 14 de janeiro de 1977, a emenda da reeleição fora aprovada na Comissão especial da câmara, fazendo com que, Cardoso se pronunciasse afirmando que o Congresso, com sua aprovação, ouviu a “*voz rouca das ruas*”, no dia 28 do mesmo mês a emenda fora aprovada no plenário da câmara em primeiro turno. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Restaria a Cardoso, e sua equipe, a finalização do processo eleitoral para escolha dos novos presidentes do Senado e da câmara, para que a emenda pudesse ser votada em segundo turno. Os candidatos que obtiveram o apoio de FHC saíram vitoriosos, facilitando a tramitação da supracitada legislação, assim em 25 de fevereiro a emenda de reeleição fora votada em segundo turno na Câmara, e no Senado em 4 de junho, sendo promulgada em sessão solene do Congresso. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Uma situação inédita estabeleceu-se com a promulgação da lei da reeleição, pela primeira vez na história da Nova República, um ocupante do poder Executivo federal poderia se reeleger de forma democrática. Para os situacionistas, existiu o alívio pela manutenção do *status-quo* com a possível reeleição de Cardoso, dando novo ânimo para iniciar as articulações das reformas políticas restantes, tal qual a tributária, enquanto o governo usaria seus últimos meses de campanha para tratar de Políticas Sociais pensando na reeleição de 1998. Nos meses de março e abril, Cardoso reforçou mais uma vez sua equipe ministerial, nomeando Francisco Turra para Agricultura e Abastecimento; José Botafogo Gonçalves para Indústria, Comércio e Turismo; Renan Calheiros para Justiça; Paulo Paiva para Planejamento e Orçamento; Waldeck Ornelas Previdência e Assistência Social; José Serra Saúde e Edward Amadeo Trabalho. Além disso, criou-se a pasta extraordinária de Reforma Institucional, nomeando Freitas Neto, senador do Piauí para o cargo. Entretanto, em abril, o governo perdera dois importantes aliados por falecimento, o ministro das Comunicações Sérgio Mota em 19 de abril e o líder do governo na câmara, Luís Eduardo Magalhães, no dia 21 do mesmo mês. Para a pasta de Comunicações fora nomeado Luís Carlos Mendonça de Barros. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

A chapa Cardoso/Maciél, disputou o pleito de 1998 com a mesma coligação do primeiro mandato, PSDB, PFL e PTB, além do acréscimo do PPB e PMDB, sendo Lula e Ciro Gomes

seus principais adversários. Utilizou-se a mesma base de campanha da eleição anterior, visando a estabilidade econômica e financeira, a ampliação do Plano Real, tendo como as primeiras pesquisas de intenções de votos dando chances de vitórias reais a Cardoso, já em primeiro turno. Entretanto, em meados de 1998, a tendência de vitória se reverteu, com a ascensão de Lula nas pesquisas e declínio da popularidade de Fernando Henrique, que optou por acentuar o tom conservador de seu programa de governo citando que um a esquerda traria de volta o fantasma da inflação. Com essa nova estratégia, em julho, Cardoso já havia retornado sua posição de preferência pelo eleitorado, amparado pelos bons resultados do Plano Real e com a arrecadação da política de privatizações. Com o pleito eleitoral realizado em 4 de outubro, Fernando Henrique fora eleito novamente em primeiro turno com 53,06% dos votos, cerca de 36 milhões dos votos válidos, sendo o primeiro Presidente reeleito da Nova República, em segundo lugar ficara Lula, que obteve 31,71% dos votos, cerca de 22 milhões de votos válidos, tendo crescido em comparação a eleição de 1994. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Antes mesmo da posse de seu novo mandato, em 28 de outubro, a gestão Cardoso, lançou o Programa de Estabilidade Fiscal para o Triênio 1999-2001, o programa mencionara a previdência social como principal fator da crise nas contas públicas, adotando medidas emergenciais e criando a lei de responsabilidade fiscal que estabeleceria critérios rigorosos para o endividamento público em todas esferas do federalismo. Ainda em novembro o ministro Pedro Malan fora a Washington, para negociar com o FMI e com os bancos centrais de 20 países um pacote de ajuda de cerca de 41 bilhões de Dólares, sendo este acordo endossado pelo Senado em dezembro. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

- **Fernando Henrique Cardoso: Seu Segundo Governo**

Com sua posse para o segundo mandato em primeiro de janeiro de 1999, Cardoso recompôs seu ministério de acordo com sua base aliada. Sendo mantidos os nomes de Francisco Turra na pasta da Agricultura e Abastecimento, Luís Carlos Bresser-Pereira agora no Ministério da Ciência e Tecnologia, Francisco Weffort na Cultura, Paulo Renato Sousa no Ministério Educação, Pedro Malan na Fazenda, Fernando Bezerra no comando da Integração Nacional, Renan Calheiros no Ministério da Justiça, Paulo Paiva na pasta do Planejamento e Orçamento, Waldeck Ornelas no comando da Previdência, Luís Felipe Lampreia no Ministério das Relações Exteriores, José Serra com a pasta da Saúde, Francisco Dornelles agora na pasta do Trabalho e

Emprego, Eliseu Padilha nos Transportes, general Alberto Cardoso mantido na Casa Militar, que viera a se tornar posteriormente Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Benedito Onofre Bezerra Leonel para a Casa Militar, Raul Jungmann no comando do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Ronaldo Sardenberg no Ministério Extraordinário de Projetos Especiais. Além dos citados, novos nomes foram nomeados para integrarem o alto escalão do governo: Pimenta da Veiga assumiu a pasta de Comunicações, Celso Lafer o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Rafael Greca o comando de Esporte e Turismo, Sarney Filho o Ministério do Meio Ambiente, Rodolfo Tourinho assumira a pasta de Minas e Energia, Walter Werner Bräuer sob o comando da Aeronáutica, Gleuber Vieira no comandando do Exército, Sergio Gitirana Florêncio Chagasteles com a Marinha e Pedro Parente responsável pela Casa Civil. Nas Secretarias de Estado, foram empossados Cláudia Costin, Secretaria de Administração e Patrimônio; Wanda Aduan, Secretaria de Assistência Social; Andrea Matarazzo, Secretaria de Comunicação de Governo; Sérgio Cutolo, secretário de Desenvolvimento Urbano; José Gregori secretário de Direitos Humanos; Edward Amadeo, secretário de Planejamento e Avaliação, Eduardo Graeff, secretário de Relações Institucionais e Aluísio Nunes Ferreira no comando da Secretaria Geral. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Na posse, Cardoso anunciara a criação do Ministério da Defesa, decisão que vinha sendo pensada desde seu primeiro governo, sendo encaminhado ao Congresso Nacional pelo Projeto de Emenda Constitucional nº 25, de 1998. Com isto, seriam unificados as pastas da Marinha, Aeronáutica e Exército, o que gerou resistência de primeiro momento pelos militares, sendo estas vencidas por Cardoso com a criação de uma condição, o ministro poderia ter vínculos partidários, fora então designado Élcio Álvares, desligado imediatamente do PFL para assumir a pasta, sendo a data da oficial do Ministério da Defesa 10 de junho de 1999, através da aprovação da MP 1799-6 na qual se extinguiu-se o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e os Ministérios militares. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Em sua primeira crise no segundo mandato, Cardoso enfrentou respingos da decisão do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que decretou a moratória por 90 dias da dívida do seu estado com a União, que em outrora havia sido renegociada com o governo anterior no valor de 18,6 bilhões de reais. Suspenderam-se também o pagamento das dívidas fluentes e de financiamentos internacionais. Em resposta, o governo federal deixou de repassar a Minas Gerais recursos previstos pela Constituição, sendo a dívida mineira repactuada em fevereiro de 2000. Do ponto de vista internacional, o Brasil fora impactado com a crise financeira internacional iniciada na Rússia, sendo retirados dos brasileiros bilhões de Dólares em investimentos por parte de credores internacional, tal fato trouxe maiores dificuldades na

sustentação da âncora cambial em relação ao Dólar americano, que até então alavancara o potencial do Plano Real, levando o governo a realizar importantes mudanças na política econômico-financeira. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Deste modo, o câmbio passara de fixo para flutuante, com a possibilidade da intervenção do Banco Central no Mercado; criou-se um novo sistema de metas inflacionárias que viera a substituir o vigente, vinculado às demandas cambiais e prezou-se pelo compromisso realizado com o FMI de manter um superávit primário, garantindo proporção segura entre a dívida pública e o PIB brasileiro. Outrossim, com a desvalorização do Real, os juros da dívida externa brasileira foram elevados. Para enquadrar-se aos padrões exigidos pelo FMI, Cardoso reforçara sua perspectiva neoliberal, buscando um Estado Mínimo e da conquista de superávits nas contas públicas. Também fez adequações no sentido de tranquilizar os credores a nível internacional e nacional, além de incrementar os investimentos no setor social, na educação e na saúde. Em dezembro de 1999, o governo ainda alterou a Lei do Fator Previdenciário, mudando a forma de se calcular o gozo e reduzindo as perspectivas pecuniárias dos aposentados. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Deste modo, logrou-se um pequena estabilidade financeira que não fora capaz de resistir a reincidências de eventos mundiais que abalaram o funcionamento do mercado externo, na virada dos anos 2000 para 2001 o governo cortou 20% do consumo de eletricidade em todo país, levando a um racionamento de energia elétrica, estimulando que os consumidores cumprissem a meta de economizar o uso da energia, a citada política fora abandonada após fortes chuvas no final de 2001, sendo o racionamento suspenso até fevereiro de 2002. Tal fato, munira a oposição de argumentos contra o governo, haja vista os baixos índices de investimentos no setor hidroelétrico desde sua primeira gestão, o culpando pelo “*Apagão*”, nome pelo qual ficou conhecido o período de racionamento de energia de sua gestão, fato que desagradara os investidores. Na conjuntura internacional, agravaram-se as relações bilaterais, entre os governos Argentino e Norte-Americano, tendo como agravante os atentados às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, o que levou a conturbações no mercado do câmbio e na redução da disponibilidade de investimentos externos, incrementado com a imprevisibilidade do sucessor de Cardoso nas eleições presidenciais vindouras de 2002. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

O que parecia ser a grande cartada dos governos FHC, acabou, em seu último mandato, tornando-se motivo de preocupação: o setor econômico-financeiro. Haja vista que, a fuga dos investidores congelara os avanços deste setor. Outrossim, em seu último ano de governo, o PIB Brasileiro registrou um leve crescimento de 1,93%, a taxa de desemprego fora de 6.2%,

enquanto a renda média do trabalhador teve um decréscimo de 0,6 %. Todas inferiores ao término de seu primeiro mandato, porém o indicador que chamara mais atenção fora o valor de câmbio do Real, que em 1995 era de 0,97 em relação ao Dólar e em 2002 chegou a custar 3,73. Entretanto a taxa de inflação manteve-se em queda com soma anual de 7,61%, quando comparado a 1995 quando registrara a marca de 22,41%. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

No último ano do governo Fernando Henrique, 2002, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou um crescimento de 1,93 %, contra 4,22 % em 1995, ano de sua primeira posse. A taxa de desemprego aberto foi de 6.2%, contra 4,64 % em 1995. A renda média do trabalhador registrou crescimento negativo de 0,6 %, contra a taxa positiva de 11% em 1995. O Real, que em 1995 valia 0,97 do Dólar norte-americano, custava 3,73 Dólares em 2002. Em contrapartida, a inflação – principal alvo das gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso – foi de 7,61%, contra 22,41 % em 1995. Com o fim de seu mandato Cardoso passara a exercer papel de líder conselheiro e importante interlocutor político do PSDB. Em 24 de junho de 2008, sua esposa de toda vida, Dona Ruth Cardoso falecera em São Paulo. (LEMOS, R., CARNEIRO, A., *Idem*)

Embora tenha tido um papel ainda importante na Política Interna brasileira pós sua Presidência, exercendo enorme influência partidária como conselheiro político em seu partido, PDSB, além de dar continuidade a seus trabalhos no ramo acadêmico, palestrando, lecionando cursos e logrando honrarias das mais importantes cátedras do mundo, acabam-se aqui, no período presidencial, às análises de sua biografia. Restando agora enquadrá-lo na taxonomia de (BARBER, 1972) “Categoria I” sob a égide das métricas da tomada de decisão de José Sarney. A classificação dos valores se dá de acordo com a frequência dos acontecimentos dispostos em sua biografia, atribui-se “0” à ausência total da variável pesquisada, “0,25” à pouca presença da variável, “0,5” como presença parcial, “0,75” à quase totalidade da variável analisada e “1” para sua totalidade.

Tabela 6 - Fernando Henrique Cardoso: Métricas da Tomada de Decisões

TIPO	Valores (0/0,25/ 0,5/0,75/ 1)	JUSTIFICATIVA
Tipo de Regime.	1	Período de plena democracia, com votação direta para cargos políticos.
Interesse em Política Externa.	1	Intensa articulação global, relacionadas a questão dos interesses econômico-financeiros do país. Estreitamento das relações bilaterais com os Estados Unidos e com Organizações Internacionais.
Atitude em Caráter de Crises.	1	Cardoso sofrera poucas crises em seu governo, por estar sempre cultivando os interesses de seus aliados e relacionando-os com os seus, quando estas aconteceram, eram nítidas seu caráter apaziguador, embora assertivo, em relação aos períodos de instabilidade. Se antecipando aos acontecimentos negativos e adotando medidas para acabá-los.
Capacidade de Liderança.	1	Logrou, em seus governos uma base ministerial e de sustentação no Congresso, que lhe permitiu a governabilidade sem grandes problemas, realizando sempre reformas nestes quadros quando necessários.
Capacidade de se impor ao Gabinete.	1	Detinha total conhecimento de todos os encaminhamentos das Políticas Públicas, decisões ministeriais e procedimentos administrativos de seu gabinete.
Capacidade em Seguir Recomendações.	0,25	Embora tivesse cercado por diversos conselheiros nas diversas searas, Cardoso Sabia nitidamente como administrar seu governo e o que pretendia galgar com este.
Capacidade de Delegar Tarefas.	1	Escolheu, os melhores nomes brasileiros, de formação acadêmica política para traçar seus objetivos de governo.

Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972)

Score Fernando Henrique Cardoso: 6, 25.
--

As métricas da tomada de decisão, dispostas na tabela acima, servirão para classificar o Caráter Presidencial de Fernando Henrique Cardoso no capítulo posterior “*Categoria I*”, entretanto por hora, assim como sugerido por Barber (*Idem*), de acordo com a análise de sua biografia, pode atribuir-se sua Visão de Mundo e seu Estilo Presidencial “*Categoria II*”, respaldados de acordo com a quadro abaixo:

Figura 9 . Fernando Henrique Cardoso: Visão de Mundo e Estilo Presidencial.

Classificação de acordo com os critérios elencados a luz de (Barber, 1972)	Fernando Henrique Cardoso.
<p>Visão de Mundo:</p> 	<p>Proveniente de família com tradições políticas e militares do Rio de Janeiro, Fernando Henrique Cardoso decidiu romper com a tradição de seus parentes e dos homens de sua época, cuja preferência se dava por trabalho nas áreas do Direito, Medicina, Engenharia e no Serviço Militar, para se dedicar aos serviços catedráticos das Ciências Humanas/Sociais, incipientes todavia no Brasil. Com sua formação intelectual entendeu profundamente as conexões dos fenômenos sociais e como resolvê-las, em primeira instância, no seu extenso currículo acadêmico e em segunda instância com os cargos políticos que lograra durante sua vida pública. Dono de opiniões fortes, contundentes e de argumentos bem construídos, Cardoso sempre se impôs como um líder natural, respaldado por seu amplo conhecimento econômico, político e social. Suas posturas pessoais, resultam de um homem sério, ambicioso e comprometido com seu trabalho e suas metas de vida.</p>
<p>Estilo Presidencial:</p> 	<p>Fernando Henrique Cardoso adotara um estilo presidencial sério, com grande reponsabilidade em seu plano de governo anunciados nas respectivas campanhas de governo nas quais lograra êxito com a sua candidatura. Suas principais marcas foram com a questão da estabilização das políticas econômicas e financeiras, assim como o desenvolvimento de uma relação mais afinada do Brasil com outras democracias ao redor do mundo. Por conhecer o Brasil profundamente, através de sua formação humanista, e por suas experiências como ministro das Relações Exteriores e da Fazenda na gestão Itamar Franco, Cardoso logrou êxito em sua função presidencial, como um líder, cuja a liderança adivinha de grandioso currículo político e acadêmico.</p>

Fonte: Elaboração do autor de acordo com a biografia do Presidente. . Imagem 01 Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/album/2013/05/17/conheca-os-titulos-doutor-honoris-causa-recebidos-pelo-ex-presidente-lula.htm>. Acesso em 19 de Fev. de 2020. Imagem 02 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso. Acesso em: 19 de Fev. de 2020.

4.6 Luís Inácio Lula Da Silva [Lula]

- **Trajectoria, Família e Dificuldades**

Nascido no dia 27 de outubro de 1945, embora, fora registrado no dia 06 de novembro pelo seu pai, Luís Inácio Lula da Silva é filho de Aristides Inácio da Silva e de Eurídice Ferreira de Melo, conhecida pelo apelido de Lindu, que mais tarde daria nome a um famoso parque na praia de Boa Viagem, no Recife, *Parque Dona Lindu*. O apelido Lula não fora imposto por qualquer marqueteiro político tentando fixar um termo prático nas cabeças dos eleitores, a bem da verdade seu apelido fora posto logo em sua infância pelos seus irmãos, pelo fato de ser o irmão mais novo entre todos. Seus pais eram lavradores e cultivavam na roça alimentos para o consumo familiar, poucos meses depois do nascimento de Lula, seu pai saiu de Pernambuco e fora para Santos, em busca de uma vida mais confortável para sua família, onde trabalhou como carregador no porto. Cinco anos após, retornou a Garanhuns para rever a família com dois meninos, que mais tarde soube-se que eram seus filhos com uma prima do Sul, dessa volta, Dona Lindu emprenhou-se novamente. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., [S.I.]

Em fins de 1952, a família inteira decidiu ir para São Paulo numa viagem que durara 13 dias a bordo de um caminhão comumente chamado, àquela época, de “*Pau-de-Arara*”, totalmente inseguro, instável e desconfortável para se viajar. A terra fora vendida por 13 “*Contos de Réis*” e na cabeça a ilusão era de se ter uma vida mais confortável junto ao pai que ali já se estalara. Ilusão, que se transformou em frustração, uma vez que recém-chegados a dita “*cidade grande*” encontraram seu pai já instalado com outra família, fato que gerou um grande transtorno, uma vez que a Lula e seus irmãos precisavam se sustentar. Fazendo com que, a título de exemplo, Lula tivesse que trabalhar como vendedor ambulante ao passo que cursava o ensino primário e seus outros irmãos também ficaram na informalidade durante este período. Entretanto, mesmo com as inúmeras dificuldades, a família mudou-se de Santos para São Paulo em 1956, mais precisamente para o bairro de Vila Carioca. Dona Lindu tinha em sua mente que seus filhos tinham que trabalhar e não estudar, devido as suas experiências de vida no roçado. Dessa maneira, Lula cursou somente até a 5ª série, tendo seu primeiro emprego fixo aos 14 anos numa tinturaria, na qual cumpria o papel de *Office-boy*. Aos 14, também sob influência de Dona

Lindu, fora levado a um teste e obteve emprego na Fábrica de Parafusos Marte, ao passo que fazia o curso no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no qual se formou torneiro mecânico. Em 1964, teve seu segundo emprego em um fábrica de parafusos, dessa vez na Metalúrgica Independência, tendo longas jornadas de trabalhos, cerca de 12 horas, mecanizadas em frente um posto de serviço, em uma das madrugadas de trabalho o parafuso de uma das prensas quebrou, e Lula foi refazê-lo, no momento da instalação um de seus colegas de trabalho, que operava a prensa, cochilou soltando a máquina e decepando o dedo mínimo da mão esquerda de Lula. Fato que lhe deu 13 dias de licença médica. O supracitado ainda trabalharia em outra empresa do setor metalúrgico, até que em meio a terrível recessão que o Brasil vivera em 1965, com praticamente toda a família desempregada, ficou meses afastado de qualquer atividade remunerada, atrás de qualquer posto de trabalho que surgiu na Metalúrgica Villares, em São Bernardo do Campo. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula Sindicalista: Início da Trajetória Política**

Em 1967, Lula entrou pela primeira vez no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a convite de seu irmão, Frei Chico, que já era militante do PCB. Por sua vez, com mais influência no sindicato. Chico, recusou a indicação lhe oferecida para participar da chapa de situação que concorreria à direção do sindicato em 1969, entretanto colocou o nome de Lula para uma possível suplência. Continuando com seus trabalhos em Villares, com a nova eleição sindical de 1972, Lula assumiu a Primeira-Secretaria do sindicato e afastou-se de seu trabalho por licença sindical, sendo responsável, por três anos, pelo setor jurídico do sindicato. Apoiado por Vidal, vencedor anterior das gestões nas quais Lula atuou, foi cabeça de chapa para concorrer à Presidência do sindicato em 1975, sendo eleito, de fato presidente. Com o seu mandato, passou a fazer cursos, realizar debates e viagens que foram essenciais na sua formação política. Outro episódio de suma importância foi a prisão de seu irmão, Frei Chico, em 1975, da qual Lula se inquietou com as torturas da Ditadura Militar para com ele, desta forma, fez-se do sindicato uma extensão da militância contra os atos do Regime ligados às organizações locais de trabalho, nas grandes fábricas montadoras de automóveis da região. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Ainda, em seu primeiro mandato como presidente do sindicato, destacaram-se, o investimento numa postura independente, sem negociações com a Federação dos Metalúrgicos do Estado e a contestação dos dissídios entre as entidades ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em 1977, após divulgação pela imprensa de um relatório sigiloso do Banco Mundial, que fazia menção à manipulação econômica dos índices inflacionários brasileiros, Lula encomendou ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), um estudo que concluiu que 34,1% das perdas salariais dos metalúrgicos em dois anos, decorrentes desta maquiagem feita nos índices inflacionários; encabeçado pelo sindicato comandado por Lula, houve então uma campanha com o apoio majoritário das outras entidades sindicais do país pela recuperação dos 34,1%. Sendo, esta, pela primeira vez, a única manifestação em período militar que aglutinou forças reais sindicais contra a política econômica da Ditadura e revelou para opinião pública quem era Luís Inácio Lula da Silva, “O Lula”, através de diversas entrevistas e reportagens em revistas e jornais com o sindicalista. Para a imprensa, Lula mostrava independência de seu sindicato enquanto aos partidos políticos, instituições e governo. Fez duras críticas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), afirmando que era necessário repensar a relação entre capital-trabalho e capital-sindicato no Brasil, dando mais autonomia aos que tem menos poder. Tais ações, repercutiram, no que os cientistas sociais classificaram como o “*Novo Sindicalismo*”, que por sua vez é marcado pela ampliação da participação na ação sindical contra o capital, manifestada no uso das greves. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Em 1978, em seu segundo mandato como presidente do sindicato de São Bernardo, a notoriedade de Lula ampliou-se com o início da greve da Fábrica Scania, que fora intensificada a partir de maio, atingindo todas as outras grandes empresas da região, paralisando em poucos dias cerca de 150 mil metalúrgicos de todo estado de São Paulo. A greve ocorreu de maneira espontânea, mas Lula apresentou-se para negociar com patrões em nome de todos os grevistas. Fracassadas todas as negociações, em 1979, o sindicato convocou uma nova greve com duração de 15 dias, tendo esta intervenção do Ministério do Trabalho, do sindicato e marcada por grandes assembleias com cerca de 80 mil metalúrgicos reunidos no estádio municipal de Vila Euclides, em São Bernardo. Para que o movimento fosse interrompido, Lula negociou com o governo e com o empresariado um acordo que incluía um reajuste de salário aos trabalhadores, a suspensão de nova intervenção no sindicato e a não punição aos grevistas. Com o acordo da abertura de novas negociações em 45 dias. Um novo movimento grevista fora preparado pelo sindicato de São Bernardo em 1980, iniciado em primeiro de abril daquele ano, duraria 41 dias, desta vez o grau de repressão pelo Regime Militar fora deveras intenso. O sindicato sofreu

dezenas intervenções, Lula e outros dirigentes foram presos; fato que trouxera um enfraquecimento da categoria, uma vez que o núcleo duro da organização grevista estava detido, os trabalhadores preferiram voltar aos seus trabalhos com medo de perderem seus empregos. Outrossim, Lula foi processado pela Lei de Segurança Nacional e condenado em primeira instância, entretanto absolvido pelo Superior Tribunal Militar (STM), tendo como ônus seu afastamento definitivo da presidência do sindicato. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Desde a greve de 1978 Lula vinha refletindo sobre a instabilidade dos problemas dos trabalhadores brasileiros e chegara a conclusão que a solução destes não se daria apenas na luta sindical, mudando sua opinião de outrora de uma não intervenção dos partidos nos sindicatos, passado a promover a proposta da criação de um Partido dos Trabalhadores. Da ideia à concretização, vinda através de uma carta de princípios políticos na tentativa de união de forças com o MDB em 1979, poucos dos correligionários emedebistas aderiram o projeto, entretanto diversos dirigentes sindicais, militantes da esquerda, simpatizantes do “Novo Sindicalismo”, intelectuais, participantes de movimentos sociais dos mais diversos e membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), compraram a ideia da nova sigla. Após diversos encontros estaduais com debates pela novo partido, criou-se então, em 14 de outubro de 1979, o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo oficialmente inaugurado com a formação de uma Comissão nacional provisória, na qual se reuniram-se cerca de cem pessoas em São Bernardo do Campo. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Com o fim do bipartidarismo, supracitado nos Presidentes acima, em 29 de novembro, foi lida no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo a primeira versão do manifesto do lançamento do PT em 10 de janeiro de 1980. No mês posterior, cerca de quinhentas pessoas se reuniram no Colégio Sion em São Paulo, para assinar o manifesto como fundadoras do partido. O Partido dos Trabalhadores entrou com requerimento de seu registro provisório junto ao TSE, em 22 de outubro do mesmo ano. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **A Campanha Para o Governo de São Paulo: A Primeira Disputa Política do PT**

Nos primeiros anos da década de 80, o PT incansavelmente lutou para obter de fato seu registro definitivo como partido, empenhando-se no enraizamento das Comissões municipais e ampliando seu quadro de filiados. Destarte, as eleições estaduais de 1982 fora uma etapa estratégica nesse processo, uma vez que a nova sigla necessitaria a obtenção de um quociente

eleitoral mínimo de 5% do total nacional de votos e de, pelo menos, 3% dos votos em nove estados. As maiores especulações se davam em São Paulo com o nome de Lula para a disputa do governo. De fato, não se espera obter vitória, mas sim divulgar uma agenda partidária e a consolidação de uma nova sigla, que se unira a movimentos sociais opositores ao Regime Militar imposto. Em seus discursos de campanha, Lula enfatizava que a classe trabalhadora deveria chegar ao poder, associava a ampliação dos direitos de cidadania ao conteúdo de classe e das propostas do recém criado partido, tendo como principal slogan “*Trabalhador vota em trabalhador*”. O uso das palavras, repetidamente utilizadas, também soavam como uma forma de se diferenciar de outros partidos opositores, como o PMDB. Sem dúvidas, Lula utilizava da política corpo-a-corpo, na figura dos comícios, como principal estratégia de divulgação para o pleito. Iniciada em 21 de abril de 1982, sua campanha fora inaugurada com um comício para cerca de 15 mil pessoas no bairro operário de Santo Amaro, capital de São Paulo. Já na reta final sua campanha conseguiu reunir mais de cem mil paulistanos em comícios na grande São Paulo, com público superior a vinte mil ouvintes em cidades interioranas. Além disso, dono de uma retórica fugaz, ácida e popular, saía muito bem dos debates televisionados, fato que fora comprovado posteriormente por pesquisas de opinião, apontando-o como candidato de melhor desempenho. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Entretanto, no dia do pleito, o total de seus votos frustrou o núcleo petista, outrossim foram recebidos 1.144.648 de votos totais a um candidato de uma sigla recém registrada, obtendo a quarta maior votação no estado. No plano nacional o PT conquistou apenas 3,3% dos votos e alcançou o índice de 5% somente em São Paulo e no Acre, elegendo oito deputados federais (seis em São Paulo) e 12 deputados estaduais em todo o país. Duas prefeituras foram conquistadas: Diadema (SP), e Santa Quitéria (MA). Mesmo não tendo conquistado o quociente eleitoral, o partido, se beneficiou da decisão do TSE que transferira a regra para as eleições de 1986. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula e as Diretas Já**

Promovida e idealizada por distintos movimentos sociais, o PT aderiu a ideia de participar de uma campanha de massa, com milhares de pessoas indo às ruas, de cunho popular, clamando pela volta das eleições diretas para Presidência da República. A executiva nacional do partido transformou o movimento em sua pauta prioritária, interagindo com os demais

partidos de oposição. O primeiro comício foi realizado em frete ao estádio do Pacaembu, em São Paulo, com cerca de 20 mil pessoas em 27 de novembro de 1983, com convocação assinada pelo PT, PMDB, PDT, CUT e o Conselho das Classes Trabalhadoras (conclat). Outra manifestação ocorrida em janeiro sob o comando do então presidente da câmara Ulisses Guimarães, mobilizou diversos governadores de seu partido, PMDB, dentre os quais estavam: Tancredo Neves (MG), José Richa (PR) e Franco Montoro (SP). Contudo o ápice das Diretas aconteceu com a convocação do citado governador de São Paulo, que decidiu organizar um comício em 27 de janeiro convidando o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola do PDT e Lula para o ato. Esperava-se cem mil pessoas na Praça da Sé, entretanto, mais de duzentos e cinquenta mil compareceram, fato que impulsionara ainda mais o movimento Diretas Já, levando às capitais paulista e fluminense novos comícios como comparecimento em massa de mais de um milhão de pessoas cada. Pesquisas apontavam que, mais de 80% da população era de fato favorável à volta do voto direto para o cargo de presidente. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Contudo, como supracitado nesta dissertação, a emenda do Deputado Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas para novembro de 1984, fora rejeitada pela Câmara, sendo a disputa decidida pelo Colégio Eleitoral. O PT optou pela não participação do Colégio, o que levou à renúncia do líder do partido na Câmara Airton Soares, que compareceu à votação e votou na chapa Tancredo/Sarney. Nas primeiras eleições diretas para prefeitura das capitais, em novembro de 1985, o PT venceu a disputa em Fortaleza, elegendo Maria Luísa Fontenelle. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula e a Constituinte**

Com as eleições para a composição da Constituinte, em novembro de 1986, Lula fora eleito para uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte pelo Estado de São Paulo com cerca de 651.763 votos; em números absolutos fora o postulado mais votado do Brasil. O contexto em que a votação ocorreu também importou, a população estava satisfeita e esperançosa com a implementação de um novo plano monetário, o Plano Cruzado, que congelaria preços e salários com objetivo de controlar a inflação. Mesmo sendo todo o plano elaborado pelo PMDB, partido da situação, com maioria de governadores da bancada no

Congresso Nacional, Lula conseguiu, 60 mil votos a mais que o principal líder do partido Ulisses Guimarães. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Tomando posse em primeiro de fevereiro de 1987, Lula foi líder do PT na Câmara e na Constituinte; Sendo também membro titular da Comissão de Sistematização e suplente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias e da Comissão da Ordem Social. Estando presente em 95% das votações, posicionou-se contra à pena de morte, ao mandato de cinco anos para Sarney, votou a favor ao rompimento das relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, da limitação do direito da propriedade privada, do mandato de segurança coletivo, do aborto, da estabilidade no emprego, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da pluralidade sindical, da soberania popular, do voto aos 16 anos, do Presidencialismo como sistema político, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação para os encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da anistia aos micro e pequenos empresários, da legalização do jogo do bicho e da desapropriação da propriedade produtiva. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula: A Campanha Presidencial de 1989**

Depois de aprovada a nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, com a volta das eleições diretas municipais em 15 de novembro do mesmo ano. Lula teve como missão preparar seu partido para a disputa em um ano marcado por mais de 2.100 greves, com cerca de um milhão de trabalhadores parados no dia do pleito. Destacando-se a greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ) na qual houve repressão do Exército levando à morte de três trabalhadores. Tal contexto, amplificado com o insucesso do novo Plano econômico repercutiu-se através de uma comoção coletiva em massa, gerando um denso deslocamento de votos para a oposição principalmente para o Partido dos Trabalhadores, assim, o PT conseguiu a prefeitura de capitais importantes como as de São Paulo, Porto Alegre e Vitória, além de cidades desenvolvidas economicamente do interior paulista, como Campinas, Santos e a maioria das cidades do ABC paulista, principal reduto petista. Em Minas Gerais, destacou-se a vitória do partido para a prefeitura de Contagem. Ao total foram eleitos postulantes a 39 prefeituras pela sigla, sendo o segundo partido mais votado

em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, demonstrando um denso crescimento eleitoral. Destarte, o nome de Lula, como figura mais conhecida do partido, saiu fortalecido, para concorrer às presidenciais do ano vindouro, as primeiras diretas desde 1960. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

O nome de Lula foi oficializado como candidato a Presidência da República em 6 de dezembro de 1988, no 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Já em 29 de março de 1989, o PSB, O PCdoB e o Partido Verde (PV), formalizaram apoio à sua candidatura, na chamada Frente Brasil Popular. Nos meses posteriores, como marca registrada do partido, desenvolveu-se um clima de ampla mobilização popular, trazendo as ideologias do partido às ruas, centralizadas no debate ideológico de um Lula ligado às teorias de cunho marxistas-socialistas nos debates. Seu programa de governo centrava-se na superação da crise econômica, paralelamente a diminuição das desigualdades sociais, defendia-se também uma ampla reforma agrária, suspensão da dívida externa e a instalação de uma auditoria da dívida. Concernente a dívida interna, buscava-se um alongamento temporal desta, assim como a contenção dos lucros das empresas através de um amplo controle dos preços, outro ponto defendido era a reforma tributária com o combate à sonegação e o aumento progressivo e real dos salários, puxado pelo aumento progressivo do salário mínimo. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Com os resultados das eleições anteriores, ficou nítido que o eleitorado estaria predisposto a votar em partidos de oposição, isso explicaria o fato de Brizola e Lula estarem na frente das primeiras pesquisas de intenção de votos de abril; neste contexto a inflação crescia descontroladamente, as greves não davam tréguas, havendo nos dias 23 e 24 de março uma paralização nacional promovida pela CUT em todos os grandes centros urbanos do país; em abril os bancários promoveram uma greve nacional e em maio os metalúrgicos de São Bernardo resolveram parar suas atividades. A onda de greves foi associada pelos meios de comunicação aos setores ligados à CUT e ao PT, o que fora prejudicial a campanha de Lula, por ter tons de boicote, embora o candidato sempre reafirmara a autonomia sindical dos partidos. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Lula fez viagens aos Estados Unidos e à Europa antes de iniciar sua campanha. Em um comício em São Bernardo do Campo, em 14 de maio de 1989, contando com a presença de 30 mil pessoas. No mês posterior fora escolhido seu vice-presidente da chapa. Após intenso debate no 6º Encontro Nacional do PT, cogitou-se o nome de Fernando Gabeira, contudo a Frente partidária indicou outro nome, José Paulo Bisol, que até então era senador do Rio Grande do Sul pelo PSDB, que logo trocou de partido, passando a pertencer ao PSB. Em julho, Bisol foi oficializado como candidato a vice na chapa de Lula. O primeiro debate em rede de televisão

aberta aconteceu no dia 17 de julho entre os candidatos, a presença de Lula perante à imprensa fora considerada apagada. No dia 29, uma pesquisa eleitoral retratou a situação crítica de sua campanha, da qual detinha apenas 6% das intenções de voto. Em novo debate televisionado em 15 de agosto, a performance do presidenciável ainda não conseguira impressionar, ao passo que, crescia as intenções de votos para a candidatura do ex-governador de Alagoas, supracitado nesta dissertação, Fernando Collor. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

A melhora do desempenho de sua campanha deu-se em setembro, com a veiculação de uma entrevista no dia 5 com Lula, reproduzida pela Rede Globo, empresa televisiva com maior audiência nacional, na qual a desenvoltura do candidato fora considerada como excelente. No dia 15 do mesmo mês teve início a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, os programas da Frente Brasil Popular ventilaram uma boa repercussão, fazendo defesa das ideologias petistas, dos escândalos políticos nacionais e das desigualdades sociais brasileiras. Em 17 de setembro um grande comício reuniu na Praça da Sé cerca de 50 mil pessoas, sendo o maior comício de toda campanha até aquele momento. Fatores que lhe renderam uma melhora na pesquisa de 03 de outubro, na qual sua campanha chegou a ser veiculada com reais possibilidades de chegar ao segundo turno. Em reação ao bom desempenho, Mário Amato, presidente da FIESPE, afirmou que em uma possível eleição de Lula, oitocentos mil empresários sairiam do país; Paulo Maluf, também candidato pelo PSD, começara a atacar em seu programa político as propostas ideológicas do PT, visando ampliar a polarização. A cotação do Dólar, subiu, mostrando uma reação negativa do alavanque provocado pela campanha da Frente Brasil Popular, ao passo que, novas pesquisas indicavam reais possibilidades da ida de Lula ao segundo turno.

No debate do dia 16, o presidenciável Ronaldo Caiado, um dos homens fortes da União Democrática Ruralista, contrários à reforma agrária, denunciou um suposto caso de corrupção na prefeitura de São Paulo, comandada pela Petista Luíza Erundina, conhecido popularmente como o caso da “*Lubeca*”, entretanto 20 dias após, a denúncia se mostraria falsa, contudo houve-se uma grande cobertura da imprensa nas duas semanas posteriores à veiculação. Outro fato marcante fora o desabamento de uma favela, cujo nome era “*Nova República*”, em São Paulo, matando 14 pessoas, passando a prefeitura de São Paulo a ser o grande entrave do PT nas presidenciais, denunciado como negligência de Erundina pelo candidato Maluf, que mais tarde, fora descoberto por ter ligações com o dono do terreno que desabara da “*Nova República*”. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

No final de outubro, as fases dos enormes comícios petistas iniciaram-se, em Belo Horizonte, foram às ruas 60 mil pessoas e em 2 de novembro 50 mil militantes compareceram

,debaixo de chuva, a um comício realizado em São Bernardo. Em Fortaleza, no dia 06, cerca de 80 mil pessoas foram às ruas e em Recife, no dia posterior, cem mil pessoas amontoaram-se na capital pernambucana. Nos dois últimos comícios gigantes, Lula conseguira reunir, no dia 10, duzentas mil pessoas no Rio de Janeiro e 250 mil em São Paulo, no qual encerrou sua campanha no dia 12. Sempre em seus discursos lembrava das dificuldades do menino que outrora estava na roça de Garanhuns, pobre e migrara para São Paulo. Em sua pauta também estavam as lutas políticas que já enfrentara como sindicalista e constituinte, como as greves do ABC paulista e a campanha das Diretas Já, identificando-se como um homem comum e diminuindo o espaço entre o político Lula com seu eleitorado. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

As pesquisas de boca de urna de 15 de novembro apontavam a passagem de Collor para o segundo turno em primeiro lugar e um empate técnico entre Lula e Brizola pela segunda vaga, que veio a ser decidido no dia da eleição, com o pequeno percentual de menos de um ponto dos votos válidos Lula obteve 14,16%, enquanto Brizola 13,60%, Collor assumiu a primeira colocação com 25,11% dos válidos. Na segunda etapa do pleito o desafio era constituir uma aliança ainda mais ampla pra enfrentar Collor, A Frente Brasil Popular buscou apoio de Brizola, do PSDB, de Mário Covas do PCB, de Roberto Freire e até mesmo com algumas alas do PMDB que haviam disputado o primeiro turno com a candidatura de Ulisses Guimarães. Os apoios foram concretizados, uns com maiores facilidades, como no caso de Brizola, e outros com maiores dificuldades como no caso do PSDB. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

O aumento de investimentos, pelo PT, nos comícios, fora a principal estratégia para o segundo turno, em 10 de dezembro, reuniu-se uma aglomeração de quatrocentas mil pessoas na capital paulista, já em Belo Horizonte, foram cerca de 150 mil populares no dia 12 de dezembro. Em novo comício no dia 13, no Rio de Janeiro, Lula logrou reunir quinhentas mil pessoas, no mesmo palanque subiram, Lula, Brizola, Covas, e Luís Carlos Prestes. Enquanto isso, o programa eleitoral de rádio e televisão, agora com paridade de tempo, demonstrava uma adesão da parte artística e de grande parcela da intelectualidade brasileira, referindo-se a expressões de apoio, vislumbrados em esquetes teatrais e clipes musicais pró-campanha. Com os programas, também, multiplicavam-se os efeitos dos comícios, que eram exibidos muitas das vezes ao vivo, mostrando os discursos emocionados e inflamados do petista. Repercutiu-se também os efeitos positivos do primeiro debate eleitoral, ocorrido em três de dezembro, após este, pesquisas apontavam vitória para Lula, fato que fora intensificado com a edição do programa eleitoral do dia posterior, no qual, os melhores momentos de Lula e os piores momentos de Collor apareciam.(BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Entretanto, a campanha adversária utilizou-se da mesma tática no debate posterior, ocorrido em 14 de dezembro, porém a diferença fundamental entre os dois ataques, fora que Collor o fizera depois, no último dia de horário eleitoral gratuito, na edição positiva de Collor as pesquisas cravavam um empate técnico entre os dois candidatos, entretanto, apoiado pela Rede Globo de televisão. Collor, enfatizou no Jornal Nacional, principal jornal e de maior audiência á época o crivo de inferioridade de Lula no primeiro debate. Não, somente o grupo globo estava apoiando a candidatura de Collor, dias antes em entrevista ao programa do jornalista Ferreira Neto da TV Record, o candidato atacou, em mais de uma hora de entrevista, seu concorrente, acusando-o de pretender desapropriar imóveis da classe média, tirar subsídios de empresas privadas e confiscar poupanças de aposentados. Destarte, mostrou-se que a grande imprensa estava a favor da candidatura de Fernando Collor. Outra particularidade, pode ser mencionada pelo tom da publicação da revista *Veja*, de 29 de novembro, que listava diversas declarações de empresários brasileiros afirmando que uma possível vitória de Lula levaria a “*dias negros para o país*”, colocação inclusive com teor racista. Executivos de multinacionais apontavam a queda de capital estrangeiro reforçando a fala de Mário Amato à revista: (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

“aquela fatia da população que é dona de seu próprio negócio tem a impressão de que vai ficar mais difícil trabalhar, investir e ganhar dinheiro caso a hipótese Lula se transforme no Presidente Lula. As pessoas que conseguiram formar um pequeno patrimônio ao fim de uma vida de trabalho, mesmo que seja uma casa posta para alugar, perguntam-se o que pode lhes acontecer” (AMATO, MÁRIO, VEJA, 1989 , APUD, BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

No primeiro Turno Collor procurou se posicionar com um tom liberal em sua campanha, mais afinado com o pensamento do empresariado brasileiro, entretanto reafirmando as necessidades sociais brasileiras. Já no segundo abandonou o teor socialdemocrata de sua candidatura investido na polarização ideológica contra o comunismo, vale ressaltar que no contexto histórico daquela eleição, influenciadas pela queda do muro de Berlim em 09 de novembro de 1989 e a derrota dos Regimes Socialistas do Leste Europeu, repercutiram negativamente na campanha ideológica do Petismo. Ataques pessoais, por parte de Collor, dos mais diversos matizes, também deram a tônica do segundo turno, em uma das acusações citava-se que uma ex-namorada de Lula, teria sido paga por ele para abortar uma filha da qual ambos eram pais, em vídeo gravado pela mãe ao programa do PRN, partido de Collor, na semana

anterior da votação, logrou-se um peso emocional importante nos resultados das apurações. Deste modo, realizado em 17 de dezembro de 1989, a primeira eleição direta, pós redemocratização, teve como resultado em seu segundo turno, a vitória de Collor, com 42,75% dos votos, derrotando o petista que ficara com 37,86 % dos votos válidos. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula Derrotado: Sua trajetória política de 1989 a 1994**

Considerando-se já derrotado, em 20 de dezembro de 1989 Lula reconheceu a derrota através de uma entrevista, declarando que Collor se comportou no segundo turno de maneira imoral, anunciou também a intensão de seu partido de montar um “*governo paralelo*”, no qual caberia ao PT uma parte da nomeação de “*ministros*” responsáveis pela formulações de Políticas Públicas paralelas às do governo nas principais searas da política nacional, comportamento similar aos utilizados em Sistemas Parlamentaristas. Em 1990 retornou ao parlamento, empenhando-se na criação de seu “*governo paralelo*”, que fora efetivado em junho de 1990, sem conseguir maiores repercussões políticas, uma vez que aquele ano fora dominado pelo Plano Collor, supracitado nesta dissertação. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Com o fim de seu mandato de deputado federal, Lula recusou-se a disputar a reeleição que aconteceria em outubro de 1990, deixando seu mandato no fim da legislatura em janeiro de 1991. Apresentou, então, um projeto político de mobilização da sociedade civil, tendo como meta valorizar o capital humano e o enraizamento em maiores proporções da sigla. Destarte, fez grandes caravanas nos interiores do Brasil, chamadas de “*caravanas da cidadania*”, enquanto isso, no Congresso Nacional seu projeto de governo paralelo continuava. Para conciliar a coordenação de ambos, Lula passou a dedicar-se ao Instituto Cidadania, uma Organização Não Governamental (ONG) ligada ao PT, a primeira caravana fora iniciada em 1993. Com as eleições de 1990, a bancada do PT elevou-se na Câmara de 16 para 35 cadeiras e foi eleito seu primeiro senador, Eduardo Suplicy, pelo estado de São Paulo. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Em 1992, o PT teve ampla participação nos protestos de *impeachment* contra o Presidente eleito, no que concerne a participação nos protestos dos “*Caras Pintadas*”. Com o afastamento de Collor e posse de seu vice Itamar Franco, o PT se recusou a participar de qualquer conchavo governista, garantido sua posição de independência. Nas eleições

municipais que ocorreram em 1992, o Partido dos Trabalhadores não conseguiu reconduzir seus cargos de prefeitos nas cidades de São Paulo e Vitória, entretanto, logrou postular o sucessor de Olívio Dutra em Porto Alegre que teve com seu sucessor Tarso Genro, conseguira também eleger dois prefeitos de duas outras capitais, Belo Horizonte e Goiânia. Neste momento, todas as pesquisas apontavam o nome de Lula como favorito às próximas eleições presidenciais, que aconteceriam em 1994, porém tal favoritismo se manteve até meados de 1992. Visto que, em abril de 1993, embora estivera comprometido com uma posição de governo parlamentarista, Lula apoiou o presidencialismo no plebiscito sobre a forma de Sistema de Governo, a posição do Partido dos Trabalhadores, foi vista como incoerente pelo eleitorado, sendo então fixado o Presidencialismo como Sistema em vigor no Estado democrático brasileiro. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula Em Sua Segunda Tentativa: A campanha de 1994**

O tom da campanha presidencial de 1994, foi dado pelos efeitos positivos do plano de estabilização econômica, o Plano Real, lançado em fins de 1993, pelo então ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso. Baseado em uma desintoxicação progressiva da economia e no lançamento de uma nova moeda ancorada no câmbio, garantindo a estabilidade monetária, contendo os índices inflacionários e recuperando o poder de compra dos trabalhadores de baixa renda. Tais efeitos, passaram a ser vislumbrados mais nitidamente pela população no segundo semestre de 1994, alavancando a candidatura de FHC. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Como estratégia de campanha, definida no início de 1994, quando o candidato ainda liderava com folga as intenções de votos, tendo por propósito alargar a base de alianças com os petistas, caracterizando um Lula mais maduro e menos radical. Passou a dialogar, com todos setores da sociedade, inclusive o empresariado, que lhe derrotara em no pleito anterior. As caravanas da cidadania já antecipavam essas características, de manter o nome de Lula ventilado ente a população, a primeira, como citato, em 1993 ocorrera em sua cidade natal, Garanhuns, reproduzindo o trajeto feito por ele e sua mãe em anos anteriores, terminando em Vicente de Carvalho, na periferia do Guarujá (SP). As caravanas eram sempre recheadas por uma equipe de lideranças políticas locais, por sindicalistas e técnicos da candidatura, ao todo

foram realizadas 13 caravanas, visitando 26 estados e 350 cidades, de ônibus ou barco, num trajeto de cerca de 81 mil quilômetros. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

O roteiro das caravanas serviu de respaldo como estratégia de campanha até o primeiro semestre de 1994, o desejo de apoio do PT pelo PSDB fora frustrado com o lançamento da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, em aliança com o PFL de perfil conservador, enquanto o PT reafirmou suas alianças com os partidos de esquerda e centro-esquerda. O nome Frente Brasil Popular e a postulação de José Paulo Bisol, assim como no pleito anterior foram mantidos, uma vez que este tivera uma atuação impar nas CPI's, supracitadas que apuraram o processo de impedimento de Collor. Entretanto Bisol fora denunciado por favorecimento pessoal em empréstimos subsidiados em bancos governamentais e por apresentação de emendas em seu próprio benefício, fatores que o fizeram renunciar a postulação da vice-presidência dando lugar ao nome de Aluísio Mercadante, economista e deputado federal (SP) para a chapa com Lula. Contudo, o segundo semestre fora marcante como início do declínio da preferência do eleitorado por Lula, saindo de possível presidente eleito para o segundo lugar nas pesquisas, sem chances de ir para um futuro segundo turno, fatores que foram alcançados devido a uma campanha de *marketing* intensa pelo PSDB, demonstrando os resultados da estabilidade monetária recebera uma avalanche de votos do interior, garantidos com a aliança feita com o PFL. Sendo assim, Fernando Henrique Cardoso, Passou a liderar as intenções de votos a partir de agosto, garantindo-lhe a vitória em primeiro turno em outubro de 1994. Em setembro, o então ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, revelou em entrevista gravada, sem que soubesse, que maquiava as informações econômicas a favor de FHC, sendo o escândalo abafado com a demissão do ministro, gerando pouca recuperação para o PT, que explorou em seu programa eleitoral intensamente o episódio. As tentativas de reeditar grandes comícios de 1989, também foram frustradas, assim como o apelo à militância petista para que o militantes fossem às ruas massivamente. Assim, em 03 de outubro, as urnas registraram a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em primeiro turno, com 54,3% dos votos válidos, ficando Lula com 27%.(BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula Novamente Derrotado: Sua Trajetória Política de 1994 a 1998**

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso fora marcado pela abertura da economia em reformas econômicas e políticas compostas por um amplo leque de alianças com

líderes de outros partidos, construídos desde a campanha eleitoral. Tal fato, se dava pela nítida estabilidade do Real, algumas das reformas propostas esbarravam em preceitos constitucionais, quebra do monopólio estatal do petróleo, reforma administrativa e reforma da previdência, que também entravam em cheque com os aspectos ideológicos defendidos pela esquerda brasileira, nas questões relativas a soberania nacional e direitos previdenciários dos servidores públicos. Concernente à questão política, a agenda do governo priorizou a aprovação da Emenda Constitucional que possibilitaria a reeleição de cargos do Executivo, proposta que fizera se concretizar a renovação da candidatura de FHC nas eleições vindouras, supracitada nesta dissertação. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

As reformas propostas por FHC, geraram intenso movimentos de cunho social, o primeiro de destaque foi a greve dos petroleiros em 1995, questionando a quebra do monopólio estatal do petróleo, sendo duramente enfrentada pelo governo uma vez que o TST enquadrou aos sindicatos da categoria multas diárias de altíssimo valor monetário, havendo assim um recuo no movimento sindical. Contudo, com uma estratégia mais ofensiva, o MST, organizou diversas intervenções com trabalhadores rurais, tendo como principal tática a ocupação de terras produtivas, ganhando apoio da opinião pública depois que houveram casos de ampla repressão policial, matando algumas dezenas de trabalhadores como no caso das ocupações em Corumbiara (RO) em 1995, ocasião na qual foram mortos 10 trabalhadores e em Eldorado dos Carajás (PA) em 1996, quando 68 trabalhadores ocupantes foram feridos e outros 19 mortos. Tais episódios geraram amplas manifestações pelas ruas promovidas pelo MST, conhecida como a Marcha sobre Brasília, resultando na volta do debate sobre a questão agrária e as consequências sociais da estabilidade monetária do Plano Real. Entretanto houveram poucos focos de resistência ativa à agenda política de seu primeiro mandato. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

O PT, com o comando de Lula, apoiara os dois movimentos, mas a força da coalização do governo no Congresso Nacional era de fato avassaladora, além disso existia uma dificuldade de traduzir as duas expressivas votações de Lula nos pleitos anteriores como influência política no Congresso por parte da sigla, situando a oposição e o PT como coadjuvantes e sem peso de oposição no primeiro mandato peessedebista. Lula continuou com sua atuação política através do Instituto Cidadania, promovendo debates e pesquisas sobre temas relevantes da política brasileira, organizou também outras três caravanas da cidadania entre 1995 e 1996, percorrendo três microrregiões específicas: Zona da Mata nordestina (PE e PB); Vale da Ribeira (SP) e Vale do Jequitinhonha (MG), desta vez, o objetivo das caravanas era de avaliar as necessidades destas regiões e produzir Políticas Públicas que objetivassem a diminuição da pobreza em cada

região citada. Quando perguntando, em 1997, sobre a possibilidade de participar de uma terceira tentativa à eleição, Lula declarou à imprensa que não estaria disposto. Entretanto, as pesquisas eleitorais continuavam a cogitar seu nome como o principal opositor e com melhores condições de vitória. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Porém, uma denúncia, levou a um processo longo sobre a suspeita de uso ilícito do dinheiro público em administrações petistas, com a participação de políticos aos quais mantinham relações pessoais diretas com Lula. Em maio de 1997, Paulo de Tarso Venceslau, economista petista e ex-secretário municipal em São José dos Campos e Campinas, denunciou aos veículos de imprensa que a dois anos alertava a direção do partido sobre as relações corruptivas de prefeituras petistas com a Consultoria Para Empresas e Municípios (CPEM), contratada por diversas prefeituras, não somente petistas, com o intuito de acelerar a arrecadação de tributos, a CPEM, realizou fraudes nos cálculos das cotas do ICMS dos municípios. O principal argumento das denúncias era que o principal executivo da empresa, Dirceu Teixeira, cujo seu irmão era próximo a Lula, cedia uma casa em São Bernardo para o partido e de Paulo Okamoto, antigo tesoureiro do PT, pressionava as prefeituras municipais a garantirem serviços com a firma. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Diferente do que fora denunciado e da ampla repercussão na imprensa, o Partido dos Trabalhadores instalou uma Comissão interna para investigar o caso, formada por José Eduardo Martins Cardoso, Paul Singer e Hélio Bicudo. Ouviu-se mais de 30 depoimentos em dois meses de trabalhos, encaminhando em agosto os resultados dos trabalhos para a executiva nacional do partido. Por fim, considerou-se que o denunciante Paulo de Tarso, por ter feito a denúncia sem apresentar provas e Roberto Teixeira, por ter fortes indícios de participação no esquema de fraudes deveriam ser submetidos à Comissão de Ética do partido; acatada pelo diretório nacional em sequência. A postura de Lula no episódio, em primeiro momento foi a de querer desqualificar o denunciante, citando o termo “*asneiras de Paulo Tarso*”, em sequência criticou a decisão do partido em investigar internamente o ocorrido, passado este momento, esforçou-se para livrar o nome de Roberto Teixeira de suas acusações. Entretanto, o espaço dado ao caso pela imprensa fora diminuído, quando se revelou que o esquema citado já havia sido denunciado por outras prefeituras petistas meses antes da denúncia de Venceslau, sem qualquer envolvimento de Lula, o que não trouxe quaisquer problemas para sua terceira tentativa à Presidência da Nova República. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula Em Sua Terceira Tentativa: A Campanha de 1998**

Durante o ano de 1997, Lula negou durante todas as entrevistas veiculadas a imprensa sobre seu nome no pleito eleitoral de 1988, tendo em vista que concorreria pela primeira vez com o Presidente eleito para seu segundo mandato, dado a Emenda Constitucional que permitiu a reeleição em cargos do Executivo, aprovada na gestão Cardoso. Diante das negativas de Lula, outros nomes foram cogitados, como o do governador do Distrito Federal, Cristóvão Buarque, e de Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre, ambos do PT. Fora cogitado também o nome do ex-presidente do STF Sepúlveda Pertence. Entretanto, os partidos de oposição, passaram a inflamar o nome de Lula, pela trajetória do mesmo em eleições passadas e por sempre sair, com pelo menos 20% das intenções de votos nas pesquisas de opinião pública. Destarte, sua terceira candidatura fora oficializada em 11 de dezembro de 1997, sendo oficialmente lançada. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

O nome da coligação passou a chamar-se “*Frente de Esquerda*”, composta pelo PT, PSB, PCdoB, PCB e o ,PDT, partido que indicou o nome para o candidato à vice-presidência, Leonel Brizola, depois de uma inflamada briga entre os diretórios petistas e pedetistas do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Uma vez que, por exigência do PDT, para que o nome de Brizola fosse associado à chapa, o partido teria que ter candidatura única para governador no Rio de Janeiro, enquanto que o diretório estadual fluminense petista também lançou seu candidato. O caso fora resolvido com interceptação do diretório nacional petista no estadual fluminense, anulando a candidatura petista no Rio e viabilizando a chapa Lula/Brizola. Outrossim, em três meses de campanha, foram percorridos 18 estados e 74 municípios, a tática de grandes comícios, como os de 1989, desta vez não fora repetida. O horário eleitoral, que sofrera uma diminuição de 15 dias nesta eleição, passando de 60 em 1994, para 45 em 1998, não apresentou impactos positivos à campanha lulista, pelo contrário, em seus primeiros dias o PT pedira que seus militantes usassem branco, o fato fora considerado como um ato de traição pelos petistas mais tradicionais que queriam de fato usar o vermelho, marca registrada do partido, a estratégia de mudar as cores fora articulada por Leonel Brizola, uma vez que, em sua visão, o branco traria uma sensação de trégua e reconciliação. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Entretanto, um novo escândalo surgiu em meados de agosto com a apresentação de uma série de reportagens do jornal a *Folha de S. Paulo* sobre a venda irregular de um carro para um doador de campanha petista na eleição anterior, fato que fora ecoado por outros jornais da mídia

brasileira. Houve-se também, especulações sobre a compra de um apartamento por parte de Lula em São Bernardo do Campo, com possíveis indícios de irregularidades, em meio a campanha. Contudo, no dia 19 de agosto a *Folha de S. Paulo* estampara manchete demonstrando uma errata sobre as acusações feitas a Lula, demonstrando não haver quaisquer indícios de irregularidades nas compras dos bens citados, o que gerou um processo por parte do denunciado. Em 16 de setembro. Lula antecipou possíveis nomes que poderiam ser empossados em um ministério petista, apresentados sob o nome de “*Conselho Político*”, composto por 36 pessoas, das quais se destacavam: Luciano Coutinho, Osiris Lopes da Silva, João Pedro Stédile, Vicente Paulo da Silva, Raimundo Faoro, Dalmo de Abreu Dallari, Bete Carvalho, Luís Fernando Veríssimo, Antônio Cândido, Evandro Lins e Silva, Celso Furtado e Roberto Requião. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Os temas principais da campanha situaram-se em torno da estabilidade econômica e diminuição do desemprego, já em 1998, Lula pregava pela necessidade da estabilidade desses dois setores. Entretanto, sem que olvidasse das questões de cunho social. O tom fora de fato mais moderado quando comparado às eleições de 1989 e 1994, creditava às benesses obtidas ao plano Real e pela necessidade de sua melhoria, destacando um Lula ponderado, com vontade de angariar votos de todas as fatias do eleitorado, quadro que mudara no segundo semestre daquele ano devido ao agravamento da crise econômica internacional e o aumento do desemprego no Brasil, Lula adotara um tom mais ácido e menos benevolente. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Por outro lado, Fernando Henrique passou a se apresentar como o único capaz de controlar aquele momento de crise e estabilizar novamente o Plano Real, reconduzindo o país ao pleno emprego, quando a crise global diminuísse. A radicalização da estratégia de campanha do PT, gerou intensa discussões no núcleo interno da campanha, resultando no enfrentamento feito por Lula para que FHC opinasse como enfrentaria à crise em um possível plano emergencial de combate, fato que a Frente de Esquerda tinha antecipadamente desenhado. No pacote, foram inclusas oito medidas econômicas, das quais se destacavam: a intervenção federal no Banco Central, para que este controlasse o câmbio evitando fuga de capital que permitiria a redução dos juros; Decreto que regulava alguns setores das importações; a correção do salário mínimo a partir de 1999, até que o poder de compra deste fosse dobrado em 2002 e a criação de mecanismos que gerassem 2,5 milhões de postos de trabalhos para jovens e adultos. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Pouco antes do pleito, quando as pesquisas já apontavam a vitória de Cardoso como vencedor em primeiro turno, Lula tentou usar seu último artifício político para reverter a

situação. Convocou uma entrevista coletiva com Ciro Gomes, dissidente do PSDB e de FHC e candidato à Presidência pelo PPS, na qual se propuseram arduamente ao afastamento do Presidente do TSE, Itamar Galvão, que dias anteriores, se declarou favorável à reeleição. Contudo, não haveria mais nada a se fazer, Cardoso fora vitorioso, novamente em primeiro turno com 53,06% dos votos válidos, contra 31,71% de Lula, mesmo com a derrota, o desempenho de Lula fora superior a das eleições de 1994. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Nos meses posteriores ao pleito, a crise internacional fora agravada, o governo FHC, forçou-se a abandonar a paridade artificial do Real com o Dólar. Recorreu ao FMI para manter os financiamentos externos e ancorou sua política econômica necessariamente na manutenção de altas taxas de juros no período de recessão, ampliando os índices de desemprego. No início do segundo semestre de 1999, Cardoso alcançou os mais altos índices de impopularidade entre os Presidentes da República, até aquele momento, quase que confirmando as previsões ditas na campanha por Lula. Entretanto conseguiu terminar seu governo deixando de legado a moeda, o Real, utilizada até os dias atuais na República Federativa Brasileira. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula Em Sua Última Derrota: A Caminho da Presidência da República**

Com a culminância do processo eleitoral de 1998, Lula mais uma vez derrotado atuou como principal nome da oposição no país, o “*Apagão*” supracitado na biografia de Cardoso contribuiu para o crescimento das intenções de votos nos setores oposicionistas. Já em 2002, no ano das eleições, a quarta candidatura de Lula era dada como certa, dessa vez com chances reais de vitória, nas prévias partidárias de março seu nome obteve 85% dos votos do partido para pleitear o Executivo nacional, tal fato se consolidou pelos intensos discursos oposicionistas tecidos por ele à gestão Cardoso, no que concerne às políticas de privatizações e de melhorias sociais. Na elaboração da conjectura política de apoiadores e na formação da coalização, o PT ampliou seu leque de partido com os quais fizera alianças, com a entrada do PL, PCdoB, e o PNM. O PDT e o PSB saíram da coalizão, que em anos anteriores haviam participado, no primeiro caso, por apoiar a candidatura de Ciro Gomes pelo PPS e no segundo caso por lançar a candidatura própria de Anthony Garotinho. Além dos partidos, figuras importantes da política nacional, passaram a adotar a campanha petista, tais quais o ex-presidente José Sarney,

o também ex-presidente Itamar Franco e o ex-governador Orestes Quécia. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Embora que, ideologicamente o PL fosse totalmente oposto a política pregada pela agenda petista, no sentido de ter um ideário ligado ao liberalismo econômico e a setores conservadores da sociedade, sua associação ao Partido dos Trabalhadores rendeu ao PT a reconciliação entre seus correligionários com o empresariado, uma vez que o Partido Liberal indicou José Alencar como vice-presidente de chapa, importante empresário do ramo têxtil brasileiro e bem quisto pelo setor empresarial. Com esta reconciliação Lula declarou apoio a empresários importantes brasileiros, tais quais: Eugênio Staub (Grupo Gradiente) e Josemar Avelino (Grupo Klabin). Fato que lhe rendeu uma ampla doação monetária para sua campanha, 22 empresas doaram mais de 500 mil reais para o pleito. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

No que se refere à estratégia de campanha, esta foi dividida em duas grandes searas, a primeira fora encabeçada pelas críticas ao neoliberalismo do governo anterior, apontando para a necessidade de políticas de cunho social como combate à fome, miséria e desigualdades. A segunda fora marcada pela manutenção do compromisso com a economia, com a estabilidade da moeda e controle da inflação sobre o lema de que “*nenhum contrato seria quebrado*”, toda estratégia de campanha fora criada por articuladores do Instituto Cidadania. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Outrossim, com o agravamento da crise econômica no fim de 2002, com as afirmações dos compromissos de Lula em cumprir todas relações contratuais e seu bom desempenho nas pesquisas eleitorais, apontando chances reais de vitória, fizera com que diversas agências de classificação de riscos e especuladores financeiros estabelecessem um clima de desconfiança conquanto às eleições vindouras concernentes a economia brasileira. De pronto, o governo FHC recorreu ao FMI, através de um empréstimo obtido de 30 bilhões de Dólares, com o compromisso de elevar o superávit primário para 4,25% do PIB, após às negociações com o Fundo, Cardoso convocou todos os candidatos presidenciais para uma reunião na qual, buscou reafirmar com seu sucessor os compromissos efetuados do empréstimo. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Lula fez questão de comparecer ao Planalto, assumido o compromisso com o FMI e além disso, em 10 de julho, divulgou a “*Carta ao povo brasileiro*”, na qual se colocara como um intermediador de uma ampla negociação nacional através de um novo contrato social, aos moldes dos contratualistas clássicos, capaz de garantir o crescimento com estabilidade. Prezou também, no corpo do texto, por uma transição pacífica com o governo anterior, honrando todos

os compromissos fixados por Cardoso. A carta tivera como objetivo conquista, ainda mais, a confiança do empresariado e conter as especulações do setor financeiro. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

O Publicitário Duda Mendonça, fora contratado, para tecer toda a parte de identidade visual e *marketing* político da campanha, apresentando nos horários de propaganda eleitoral gratuita um candidato próximo aos interesses do povo, com amplas capacidades de negociação, como um bom opositor em gestões anteriores, ficando conhecido neste período pelo termo, “*Lulinha paz e amor*”. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Com a chegada das eleições, Lula obtivera em primeiro turno 39.455.233 dos votos, correspondendo a 46,44% do percentual de válidos. O segundo colocado fora o peessedebista José Serra, que obteve 19.705.445 votos, representando 23,19% dos válidos. Já no segundo turno, realizado em 27 de outubro, Lula obteve 61,27% dos votos válidos, sendo eleito, em sua quarta tentativa, Presidente da República.(BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Lula no Posto Mais Alto do Executivo Brasileiro**

As desconfianças entre os especuladores do setor financeiro foram sanadas antes mesmo de sua posse, ocorrida em primeiro de janeiro de 2003 para o cargo presidencial, a partir da antecipação dos nomes de seu ministério. O núcleo central administrativo fora ocupado por nomes petistas como Antônio Palocci no Ministério da Fazenda e José Dirceu na Casa Civil, entretanto visando acalmar os ânimos do setor financeiro Lula anunciou o nome de Henrique Meireles como sendo o novo presidente do Banco Central, fator surpreendente pelo currículo de Meireles ser um tanto quanto mais ortodoxo em relação as pautas econômicas defendidas pelo PT, uma vez que em seu currículo Meirelles foi diretor geral do Banco de Boston e credor da dívida externa brasileira. Roberto Rodrigues, fundador da Associação Brasileira do Agrobusiness e Luís Fernando Furlan do grupo Sadia, foram postulados para a pasta da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente. Formando o tripé do setor econômico brasileiro naquele momento focado na importância da: I – Exportação, II – Agronegócio e III – Produção de *commodities*. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

No dia da posse, ocorreu uma imensa festa popular em Brasília, reunindo cerca de 70 mil pessoas, em seu discurso ao Congresso, Lula focou em seu texto conotações de esperança

e mudanças. Em suas palavras: “*Mudança; esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos*”. Quando discursou ao povo, reunido em multidão, na Esplanada dos Ministérios, revelou que tinha como propósito vencer o problema da fome dos mais pobres do país, o que acabara se tornando sua primeira política pública de grande impacto, com a implementação do programa Fome Zero. As políticas sociais foram evoluindo durante os primeiros anos do mandato, até a unificação em torno de um programa principal, o Bolsa Família. Tal política tratava-se da junção das demais Políticas Públicas do governo atual, como políticas do governo anterior de complementação de renda, como o Bolsa Escola e a distribuição de tíquetes de leite e gás. Outrossim, até o ano de 2006, fim do primeiro mandato Lula, mais de 11,1 milhões de família, cerca de 45 milhões de brasileiros, receberam o montante de 8,2 bilhões de reais, o que correspondera a 0,4% do Produto Interno Bruto nacional. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Política Externa No Primeiro Governo Lula**

Um dos principais espaços que gerou grandes expectativas de mudanças fora o rumo da Política Externa Brasileira, com a nomeação de Celso Amorim para a pasta de ministro das Relações Exteriores e Samuel Pinheiro Guimarães, crítico da proposta de livre comércio continental, a ALCA, para a Secretaria Geral do Itamaraty, esperou-se uma Política Externa mais autônoma, livre e distante daquilo do que era imposto pelos Estados Unidos, o que de fato ocorrera. Logo no início do governo, a diplomacia brasileira, passou a apoiar o Presidente venezuelano Hugo Chávez, enviando ao seu país petróleo brasileiro durante uma greve da estatal venezuelana, cujo organização dava sinais de ser de cunho político para que o governo Chávez se desestabilizasse, na tentativa de um possível Golpe de Estado. Destaca-se também, em junho de 2004, o envio de tropas brasileiras, para comandar a missão militar da ONU, MINUSTAH, no Haiti, atendendo indicação da Política Externa Americana e com a pretensão de que o Brasil fosse integrado como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **Os Principais Programas do Governo Lula**

Outrossim, no que se refere ao planejamento econômico, o governo Lula, como afirmado em seu programa de campanha priorizou pela estabilidade financeira, fora determinado a meta de que o superávit primário para 2003 seria de 4,5% do PIB, concernente ao acordo feito com o FMI na gestão anterior, a taxa de juros Selic também sofrera reajuste, com a alta em três pontos percentuais passado para 24,9%, e chegando em maio a 26%, permanecendo como a maior do mundo em todo primeiro mandato. Priorizou-se também a aprovação de um conjunto de reformas constitucionais, em parceria com o Congresso, a primeira encaminhada fora a previdenciária que se baseava no aumento dos requisitos para o gozo e na limitação de benefícios para servidores públicos, sendo aprovada em primeiro turno em 13 de agosto de 2003 na Câmara e sancionada depois da devida tramitação legal no Senado em dezembro. Lula priorizara também duas outras propostas de reformas, mais difíceis de serem implementadas devido ao alto teor político destas, a reforma tributária e do Judiciário, acabando estas sendo limitadas pelo Congresso Nacional. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

A temática das reformas constitucionais, provocou uma ruptura no núcleo do Partido dos Trabalhadores, com a recusa da votação por parte da senadora Heloísa Helena (AL) e dos deputados João Fontes (SE), Luciana Genro (RS) e Babá (PA), contrários à indicação partidária se recusaram a votar na agenda petista, fato que os adjetivaram como “*Petistas Radicais*”, o que resultou na abertura de um processo dentro do Conselho de Ética do partido e na expulsão destes em 14 de dezembro de 2003 da sigla. Os quatro dissidentes, acabaram por participar da formação de uma nova sigla, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Arguindo sobre o caso da expulsão, Lula defendera que era necessário respeitar a hierarquia impostas pelo Presidente da República e do presidente do partido, José Genoíno, se pondo como favorável a decisão da Comissão de ética. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

A agenda de reformas constitucionais do PT, por mais paradoxal do que pareça, contou com diversos votos dos opositores do governo, isso porque eram pautas que coincidiam com o perfil ideológico do PSDB e do PFL. No que se concerne às outras pautas de votações, em relação às Leis suplementares e a Projetos de Lei, a base governista de apoio fora um tanto quanto frágil, tendo o PT, muitas que fazer concessões a partidos e parlamentares que não faziam parte da chapa eleitoral, para que se compusera uma coalizão majoritária na Câmara dos Deputados, tendo também que negociar em algumas vezes, conchavos políticos, também na

Câmara alta. Fora nesse contexto de negociações que surgiram as primeiras denúncias sobre alto escalão do governo, de que este estaria comprando apoio político com recursos ou sobras da arrecadação da campanha, o chamado “*Caixa dois*”; que culminou no “*mensalão*”. As denúncias de que o Partido dos Trabalhadores teria comprado o apoio do PTB nas eleições municipais de 2004 foram veiculadas pela revista *veja*, em setembro de 2004, em sequência, o deputado federal Miro Teixeira, indicado pelo PDT pra ocupar o Ministério das comunicações no início do governo Lula, confirmou que existia no Congresso Nacional um esquema de pagamento de “*mesadas*” a parlamentares para votarem a favor do governo. Com o surgimento das gravações secretas, em maio de 2005, com o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, revelou-se um outro esquema de corrupção envolvendo as licitações da estatal, tendo como principal articulador o deputado federal Roberto Jefferson (PTB). (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Com a veiculação de todas essas denúncias pela imprensa, foram suficientes para a instalação de uma CPI mista no intuito de analisar as denúncias sobre os Correios. Politicamente ilhado, Roberto Jefferson declarou à *Folha de S. Paulo* em 06 de junho que Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, era o responsável pelo pagamento mensal de 30 mil reais a alguns dos deputados para seguirem a agenda do governo, referindo-se aos pagamentos pelo termo de mensalão, incluiu ainda o nome de Marcos Valério de Souza, publicitário mineiro, como principal operador do esquema. Em 20 de julho a CPI para investigar exclusivamente o mensalão fora criada, sendo estendida até novembro de 2005. Conquanto à CPI dos Correios duraria até abril de 2006. Durante os anos de investigação, membros do alto escalão do governo Lula, foram atingidos, deixando o eixo do governo; o primeiro foi José Dirceu, que pedira demissão em junho, saindo da pasta da Casa Civil e o posto de principal articulador político do governo para reassumir seu mandato de deputado federal; em sequência Luiz Gushiken afastou-se da Secretaria de comunicação, também em julho José Genoíno renunciou à Presidência do partido. As consequências da CPI dos Correios foram ainda mais devastadoras, com fim das investigações recomendou-se a abertura de processo, por quebra de decoro parlamentar contra alguns deputados, sendo Jefferson e Dirceu cassados e outros quatro parlamentares renunciaram seus mandatos. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Sobre os escândalos de corrupção em seu governo, Lula se colocou na postura de não conhecer tais fatos revelados primeiramente pela imprensa e apurados pelas CPIs, classificando-os como “*práticas inaceitáveis*”, além disto, fez questão de fazer um pronunciamento à nação em 12 de agosto de 2005 no qual afirmou: “*...nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O*

governo, onde errou, tem que pedir desculpas”. Mesmo com toda a repercussão midiática a popularidade do Presidente não fora bruscamente atingida, no auge das denúncias as pesquisas apontavam que seu desempenho pessoal de aprovação era de 57,4%, passando para 59,9% com a finalização das CPIs. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Obviamente, os candidatos opositores, levaram o “*mensalão*” novamente ao debate, na tentativa de ofuscar a reeleição de Lula nas presidenciais de 2006, entretanto o eleitorado não associara tal fato a imagem do Presidente, sendo o tema central da campanha as políticas e conquistas sociais logradas pelos governo, especialmente com o bom desempenho do Bolsa Família. Assim, Lula vencera em primeiro turno, realizado em 29 de outubro de 2006, tendo como vice, novamente, José Alencar, agora pertencente ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), pós desgaste do PL no mensalão. A aliança, que sustentou a chapa fora formada pelo PT, PRB e PCdoB, obtendo cerca de 60,83% dos votos válidos e derrotando mais uma vez um candidato do PDSB, Geraldo Alckmin, que ficara em segundo lugar no pleito. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

- **O Segundo Governo Lula**

Empossado, em primeiro de janeiro de 2007, Lula, em discurso proferido ao Congresso Nacional, revisitou sua trajetória de vida, desde a sua vinda de Pernambuco para São Paulo, como retirante, seus momentos como sindicalista e suas lutas sociais. Porém ressaltou que além de sua bagagem individual, a Presidência trouxe-lhe mudanças e amadurecimentos. Em seu discurso enfatizou que o cargo trouxe-lhe uma consciência maior do que se trata realmente o Brasil e de quais são os limites encontrados no cargo do Executivo, se colocando como um Presidente mais sóbrio, tranquilo e experiente. Em suas palavras, verbalizou: (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

“...na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social. Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?” (DA SILVA, L. I. L., 2007 , APUD, BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

No referido discurso enfatizou que os esforços de seu governo seriam na aceleração e no crescimento econômico, em suas palavras; “*Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada*”. A formatação do segundo governo manteve a base central do governo anterior, a economia, ainda ortodoxa, continuou sob o comando de Henrique Meirelles no Banco Central e Guido Mantega no Ministério da Fazenda. O Ministério das Relações Exteriores continuou sob o comando de Celso Amorim, com o fortalecimento ainda mais nítido do MERCOSUL. Com a queda de José Dirceu, Dilma Rousseff assumiu a pasta da Casa Civil, fato que repercutiu na imprensa, atrelando-a como possível candidata à sucessão de Lula em 2010, uma vez que ficou sob sua coordenação o Programa de Aceleração do Crescimento, (PAC) a principal Política Pública norteadora do segundo governo Lula, lançado em 28 de janeiro de 2007, com uma agenda de investimentos, cerca de 503,9 bilhões de reais até 2020, em obras de infraestrutura e urbanização. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Outrossim, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), merece destaque como uma outra política pública do início de seu segundo mandato, criado e coordenado pelo Ministério da Justiça, com o objetivo de dar apoio aos governadores estaduais no que concerne à segurança pública, considerada como prioritária por grande parcela do eleitorado nos debates de 2006. O programa fora constituído através de um conjunto de subsídios para treinamento policial nos estados, além de abarcar a formação de lideranças comunitárias, construção de presídios federais e atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

A primeira grande crise do segundo governo Lula, iniciou-se logo no seu primeiro ano de gestão, com diversos problemas ocorridos no setor aéreo nacional, dentre os quais destacaram-se; acidentes com muitas vítimas fatais, constantes atrasos nos voos e problemas no sistema de controle do tráfego aéreo, o que resultou na instauração de duas CPIs para investigar o que ficou conhecido no Congresso como “*Apagão Aéreo*”. Com o resultado das investigações, foram afastados diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), voltando a normalização nos aeroportos no final de 2007. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Outrossim, nos primeiros 20 meses do governo, Lula manteve-se dentro do quadro de estabilidade econômica e de crescimento, como anunciado em seu discurso de posse. O índice inflacionário que na primeira gestão do Presidente em 2002 era de 12,53%, chegara em 2007 com 4,46%. O crescimento do PIB passara de 1,1%. passando para 5,7% em 2007. A taxa de desemprego que em 2003 era de 12,32% chegara ao patamar de 7,89% em 2008. Tais fatores, fizeram com que o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD),

classificasse o Brasil em Relatório 2007/2008, de Desenvolvimento Humano (RDH), entre o grupo de países com Alto Grau de Desenvolvimento Humano, embora, ocupando a 70ª. posição no ranking das nações avaliadas. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Outro fato que demonstrara a estabilidade e o crescimento estava no acúmulo de reservas internacionais brasileiras, que se aproximavam em 200 bilhões de Dólares em fevereiro de 2008, superando o total da dívida externa, e tornando o Brasil como país credor no cenário internacional. Fatores que levaram a agência de classificação de risco *Standard and Poors* a alterar a classificação da dívida externa brasileira para médio prazo, o que levou a classificação do país como um bom grau para investimentos. No entanto, o momento de pujança no qual a economia brasileira se encontrava, fora quebrada no segundo semestre de 2008 com a crise econômica global, atingido investimentos e exportações brasileiras, as taxas de desemprego começaram a subir rapidamente atingido em fevereiro de 2009 a marca de 8,5%, já o Produto Interno Bruto nacional passou por dois trimestres consecutivos de queda, caracterizando um período de recessão. A primeira reação do Presidente fora de acalmar os ânimos afirmando que o Brasil passava por um momento de afirmação econômica sólida e que seria pouco atingido pelos acontecimentos de origem global, comparou a situação que os Estados Unidos enfrentara com a crise como uma “*tsunami*” enquanto no Brasil só chegaria uma “*Marolinha*”, em segundo momento, reconheceu que a situação era realmente mais séria do que se imaginara, entretanto, continuou com o tom otimista, afirmando que o país sairia fortalecido do cenário de crise. Com a recuperação dos índices econômicos no segundo semestre de 2009, reafirmou em suas palavras; “*a crise econômica foi apenas uma marolinha para o Brasil, talvez um pouco maior*”.(BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

No que concerne ao legado da crise, do ponto de vista das Relações Internacionais, o Brasil saiu fortalecido enquanto a sua Política Externa, que prezara pela ampliação de fóruns multilaterais entre os países, as reuniões do (G-8), grupo que enquadrava as nações mais ricas do planeta, foram substituídas em 2009 pelo (G-20), com a presença mais ampla de outros países periféricos. Para diminuir os impactos da crise no país, o governo prezou pela injeção de recursos no setor privado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), também foram reduzidos a taxa de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como automóveis e eletrodomésticos, na tentativa de estimular a compra destes e potencializar o fluxo monetário econômico. Outra importante medida foi a elevação do salário mínimo assim como os valores do Bolsa Família, como forma de garantir poder de compra para população de baixa renda. Fatores estes que levaram a reversão da queda do PIB no segundo semestre de

2009 e a diminuição das taxas de desemprego para 7,7%, em setembro do referido ano. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

De fato, as políticas sociais e econômicas abarcadas pelos dois mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva foram essenciais para trazer estabilidade à Nova República, outrossim, seu legado não sanou de vez a questão da desigualdade social no Brasil, em 2009, o bolsa família atendia ainda cerca de 45 milhões de pessoas, cerca de ¼ da população brasileira. A redistribuição acontecera, porém a passos curtos, diferentemente do que fora prometido em seu primeiro mandato, a exemplo, o índice de Gini que mede desigualdade entre as parcelas da população, entre 2002 e 2008 com a média dos 10% dos países mais pobres em comparação com os 10% dos mais ricos, teve um leve declínio de 0,543 para 0,505. – (Quanto mais próximo de 1, mais desigual a distribuição de renda). Outra bandeira histórica que não conseguira ser hasteada pelo PT nas gestões Lula, fora a da reforma agrária, em sua proposta inicial prevista no II Plano Nacional de Reforma Agrária, em cinco anos deveriam ser 550 mil famílias assentadas e regularizadas 500 mil posses fundiárias, segundo dados oficiais do planalto, foram assentadas apenas 163 mil novas famílias e regularizadas 113 mil, respectivamente, apenas 30% e 23% do que fora previsto no Plano. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Outrossim, no que se refere ao ponto de vista de políticas educacionais, o governo Lula implementou diversas Políticas Públicas em seus dois mandatos, para os distintos seguimentos educacionais, na educação básica implementou-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado através do “*Compromisso Todos pela Educação*” elaborado entre o governo e diversas ONGs, que ainda previa a estabilização de um piso salarial para os professores e mecanismos de avaliação dos estudantes com a aplicação da “*Prova Brasil*” e da “*Provinha Brasil*”. Concernente a educação superior, o governo implementou, em conjunto com setor privado, o Programa Universidade Para Todos (ProUni) com o objetivo de encaminhar bolsas de universidades privadas, totais ou parciais em cursos específicos, para universitários, em troca estas receberem subsídios do governo. E o alargamento do Financiamento Estudantil (FIES). No que concerne as universidades públicas federais, o Ministério da educação implementou a partir de 2007, um sistema de reestruturação de sua capacidade, denominado ReUni. Cujo objetivo era dobrar as matrículas de ingressantes na rede universitária federal, para tanto foram investidos 7,2 bilhões de reais na convocação de concursos para professores, técnicos e servidores em acordos obtidos pelo Ministério da Educação com cada instituição de ensino. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Em todo período de sua Presidência os índices de popularidade de Lula chegaram a patamares altíssimos, perto do fim de seu mandato, 69% dos brasileiros avaliavam seu governo

como ótimo ou bom, sua missão em 2010 era transferir essa popularidade à sua escolhida para sucessão presidencial, Dilma Rousseff, chamada por Lula como a “*Mãe do PAC*”. Lula participara ativamente na campanha de Dilma, por todo o Brasil, marcando presença em comícios e na política corpo a corpo, vinculando sua imagem à da candidata petista. Internamente articulou-se uma ampla aliança partidária com o apoio do PSB, PCdoB e do PMDB, que indicara Michel Temer como vice da chapa petista. Fatores que culminaram na vitória de Dilma em segundo turno. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), solicitada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o intuito de mensurar a avaliação, por parte dos brasileiros, do último mês do mandato Lula, revelou, em meados de dezembro de 2016, que Lula obtivera o recorde de 87% de aprovação entre entrevistados em 140 municípios do país. Em primeiro de janeiro de 2011, em cerimônia na praça dos três poderes com cerca de 30 mil pessoas, Lula passou a faixa presidencial para sua sucessora, que agradeceu em seu discurso citando-o: “*A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o Presidente Lula deixou para todos nós.*” (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Em seu primeiro casamento com Maria de Lourdes, Lula ficaria viúvo prematuramente, casando-se novamente com Marisa Letícia, com qual teve quatro filhos, dona Marisa, fora a primeira dama durante os dois mandatos, entretanto, veio a falecer em 2017. (BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., *Idem*)

Embora tenha tido um papel ainda importante na Política Interna brasileira pós sua Presidência, aconselhando a executiva nacional do Partido dos Trabalhadores em diversos temas no governo Dilma, além de viajar o país e o mundo dando palestras e recendo diversos títulos de Doutor Honoris Causa, acabam-se aqui, no período presidencial, às análises de sua biografia. Restando agora enquadrá-lo na taxonomia de (BARBER, 1972) “Categoria I” sob a égide das métricas da tomada de decisão de José Sarney. A classificação dos valores se dá de acordo com a frequência dos acontecimentos dispostos em sua biografia, atribui-se “0” à ausência total da variável pesquisada, “0,25” à pouca presença da variável, “0,5” como presença parcial, “0,75” à quase totalidade da variável analisada e “1” para sua totalidade.

Tabela 7 - Luís Inácio Lula da Silva : Métricas da Tomada de Decisões.

TIPO	Valores (0/0,25/ 0,5/0,75/ 1)	JUSTIFICATIVA
Tipo de Regime.	1	Período de plena democracia, com votação direta para cargos políticos.
Interesse em Política Externa.	1	Alinhamento com a política econômica dos países da América Latina, marcado por relações bilaterais e fortalecimento do MERCOSUL.
Atitude em Caráter de Crises.	1	Sempre controlava as crises em seu governo se antecipando a estas, como aconteceu nos episódios do mensalão e da crise de financeira mundial de 2008. Lula fora pouco afetado, em termos de popularidade em ambas situações.
Capacidade de Liderança.	1	Em ambos os governos conseguira realizar coalizões fortes, através de negociações com bancadas nãnicas no primeiro governo e com o PMDB em seu segundo governo. Além de comandar bem sua equipe econômica e ponderar seus interesses com os do empresariado.
Capacidade de se Impor ao Gabinete.	1	O “Lulinha paz e amor” tratava-se de uma prospecção do marketing para o eleitorado, entretanto em relação aos seus ministros, Lula sempre se impunha de uma maneira incisiva e assertiva.
Capacidade em Seguir Recomendações.	1	Da mesma forma que comandava, Lula tinha a capacidade de saber ser conduzido, através de conselheiros políticos, de conversas com seus ministros e recomendações de agencias de <i>marketing</i> em períodos eleitorais.
Capacidade de Delegar Tarefas.	1	Delegava a seus ministros diversas atribuições no que diz respeito às políticas Educacionais, Sociais, Externa e de Desenvolvimento.

Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972)

Score Lula : 7

As métricas da tomada de decisão, dispostas na tabela acima, servirão para classificar o Caráter Presidencial de Luís Inácio Lula da Silva no capítulo posterior, “*Categoria I*”, entretanto por hora, assim como sugerido por Barber (*Idem*), de acordo com a análise de sua biografia, pode se atribuir sua Visão de Mundo e seu Estilo Presidencial “*Categoria II*”, respaldados de acordo com o quadro abaixo:

:

Figura 10 - Luís Inácio Lula da Silva: Visão de Mundo e Estilo Presidencial.

Classificação de acordo com os critérios elencados a luz de (Barber, 1972)	Luís Inácio Lula da Silva
<p>Visão de Mundo:</p> 	<p>Vindo de família pobre, do interior pernambucano, Lula por muitos anos em sua infância sobrevivera através da subsistência da horta que sua mãe cultivara em seu quintal. Tal fato, fizera com que sua Visão de Mundo sempre ficasse atenta com as questões sociais provindas das parcelas mais pobres da população, ao passo em que se personificou como um agente da luta contra as desigualdades em todas as esferas. Lula é um figurão, quase tirado de um gibi, seus traços são tão simples e marcantes que os brasileiros, em seu período como Presidente, costumemente imitavam sua voz e seus trejeitos. Tais fatos demonstram um carisma avassalador e uma simplicidade de um Presidente que fazia questão de se assemelhar ao eleitor.</p>
<p>Estilo Presidencial:</p> 	<p>Lula optou por deter um estilo presidencial moderado, diferentemente do período em que começara sua vida política no sindicalismo, no qual o radicalismo contra o empresariado dava o tom das articulações políticas. Fez questão, de demonstrar pelo carisma, seu tipo de dominação, conseguiu compor grandes acordos, até mesmo internacionais, demonstrando simpatia, conversando coerentemente e defendendo os interesses nacionais. De fato, seu estilo presidencial se distanciou das pautas históricas mais contundentes do Partido dos Trabalhadores, que prezavam por um radicalismo em torno das pautas econômicas, seguindo práticas heterodoxas. Enquanto na posição de chefe do Executivo, Lula teve contrariamente teve em sua política econômica ministros ortodoxos. Tais fatos demonstram as concessões no estilo presidencial que o supracitado tivera que fazer para assumir o posto mais alto do Executivo nacional.</p>

Fonte: Elaboração do autor de acordo com a biografia do Presidente. Imagem 01 Disponível em: <https://morvanzinho.com/2016/10/16/dreyfus-madiba-nem-nem-outro-lula-lula-do-brasil/> . Acesso em 07 de Mar. de 2020. Imagem 02 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Lula. Acesso em: 19 de Fev. de 2020.

4.7 Dilma Rousseff

- **Trajatória e Luta Política**

Nascida em Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1947, Dilma Vana Rousseff é filha do imigrante Pedro Rousseff e de Dilma Jane Rousseff. No colegial Dilma já começara a exercer suas atividades políticas se filiando à Organização Revolucionária Marxista e na Política Operária (Polop), entidades ligadas ao PCB. Sob a égide que seria necessária uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia brasileira, para lutar contra o Regime Militar vigente. Os setores de esquerda, contando ainda com o apoio Ação Popular (AP), argumentavam que o país estava pronto para uma transição de Regime de Exceção para uma experiência socialista. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., [S.I.]

Em sua fundação, a Polop aglutinou uma extensa linha de estudantes, intelectuais e obteve inserções em setores militarizados, referenciados nas orientações marxistas clássicas, tais quais as defendidas por Trotsky, Lênin e Rosa Luxemburgo, com influências de movimentos de massa e da luta não armada. Com eclosão do Golpe Militar em 1964, e referendada pelos acontecimentos da Revolução Cubana e pelas ideias de Régis Debray, a Política Operária passou a adotar ações mais radicais, houve um engajamento pela luta armada, pelo fim de debates-políticos e o combate ao poder estabelecido. Nesse momento ocorreu uma divisão entre os militantes mais tradicionais e dos mais radicais, inspirados em Debray, Guevara e pela Revolução Cubana. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Rousseff participou da seara dos mais radicais, entretanto desvinculou-se da Polop para criar em Minas Gerais, o grupo de guerrilha, Comando de Libertação Nacional (Colina) tendo participações em atividades clandestinas, mas não na luta armada. Outros dissidentes da Polop criaram em São Paulo a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em 1969, os dois grupos dissidentes da Polop decidiram por se unir, criando a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR); A nova organização marcou pela ousadia em seus atos, dos quais destaca-se o roubo de 2,5 milhões de Dólares do cofre da Casa Amante, de propriedade do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

No que concerne a Rousseff, fora presa pela Operação Bandeirante (Oban), que pretendia incriminar grupos guerrilheiros de esquerda, esteve detida na sede a Oban, a 36ª Delegacia de Polícia e posteriormente transferida para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), local no qual fora brutalmente torturada, tendo-lhe sequelas na sua glândula de tireoide. Posteriormente fora transferida para o Presídio Tiradentes, sendo solta no final de 1972. Mudou-se para Porto Alegre onde reconstituiu sua vida estudantil, ingressando em 1974 no curso de ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e sua vida política, entretanto distante da luta armada. Concluiu sua graduação em 1977, estagiando na Fundação de Economia e Estatística de 1975 a 1977. Com a promulgação da lei da Anistia em 1979, diversas lideranças da esquerda regressaram ao país, destacando Leonel Brizola, que tinha por objetivo reconstruir o Partido Trabalhista Brasileiro, porém sendo impedido pela Justiça Eleitoral em 1980, que garantiu a sigla ao comando de Ivete Vargas. Insatisfeito com a derrota, Brizola fora responsável pela criação de uma nova agremiação política de esquerda o PDT, partido ao qual Dilma ingressou, sendo influente nas alianças políticas partidárias do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, trabalhando na Assembleia Legislativa gaúcha entre 1980 e 1985. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Com a vitória do pedetista Alceu Collares, para a prefeitura de Porto Alegre, Dilma passou a ocupar o cargo na Secretaria Municipal da Fazenda. Em 1989, entretanto o seu partido fora derrotado com a vitória do petista Olívio Dutra, outrossim a referida continuou no governo, assumindo a Diretoria-Geral da Câmara dos Vereadores do município até o ano 1990, quando Alceu Collares se elegeu governador do Rio Grande do Sul. De 1991 a 1993 Rousseff se torna presidente da FEE, deixando o cargo para assumir a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, permanecendo nessa função até 1994. Com o fim do governo, Dilma retornou a trabalhar na FEE até 1997, tornando-se editora da revista Indicadores Econômicos FEE, publicando artigos como “*A privatização do setor elétrico no Chile: o erro mudou*”, fazendo duras críticas à política de desestatização e venda de empresas nacionais no âmbito interno, segundo suas convicções as empresas privadas deveriam ter a direta intervenção estatal para que se mantivesse a competitividade e a existência de um planejamento econômico de longo prazo. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Com a vitória do petista nas eleições de 1998, Olívio Dutra, apoiado pelo PDT, Dilma assumira em 1999 a Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicações, entretanto com o desentendimento de Leonel Brizola e Alceu Collares, sobre a baixa participação do partido no governo, houve um ruptura da aliança entre as duas agremiações. A supracitada, contudo, não concordou com o rompimento e optou por continuar no governo, se desfiliando do PDT e

afiliando-se ao PT em março de 2001, permanecendo como secretária até em 1º de janeiro de 2003. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Em 2001 o Brasil se viu diante de uma grave crise energética, conhecida como “Apagão” influenciada por uma redução dos investimentos em geração de energia em consequência das políticas econômicas adotadas no governo Collor e Fernando Henrique Cardoso. Optou-se então pela utilização da energia hidroelétrica, com o uso excessivo da água armazenada nos reservatórios brasileiros, tal fato desencadeou uma grande crise de racionamento de energia na região Sudeste e Nordeste. Neste período Rousseff assumiu importância como mediadora das decisões de Pedro Parente, que possuía o cargo de chefe da Casa Civil e diretor da Gestão de Crise de Energia Elétrica. Com a vitória do candidato petista, Luís Inácio Lula da Silva à Presidência em 2002, Dilma coordenou a transição dos governos, sendo convidada pelo novo Presidente a assumir a pasta de Minas e Energia. Com sua posse em 1º de janeiro de 2003, teve como missão reestruturar o setor energético de outros apagões, em suas palavras ditou suas pretensões sobre “*a necessidade de recuperar as funções de planejamento do Estado e sua capacidade de formular a política energética do país*”. Em junho apresentou o novo modelo de regulamentação do setor elétrico do país, formulado segundo sua tese de que o Estado deveria ter um aumento de interferência expressiva nas empresas de capital-fechado da área. O plano tinha como metas: garantir o abastecimento de energia ao país; promover alterações tarifárias e trazer de volta investimentos do capital estrangeiro. Foi emitido por duas Medidas Provisórias e aprovado em dezembro sem alterações pelo Congresso Nacional. Neste período destacam-se também a sanção das Leis que criaram a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A nível de regulação do sistema energético nacional, criou-se a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Além disso a Eletrobrás foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND). (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

O novo modelo adotado por Rousseff trouxe uma série de inovações ao setor eletroenergético do país, aos quais destacam-se: a contratação de demandas realizadas através de leilões públicos, tendo a menor oferta como critério para outorga; a exigência de licença ambiental para licitação de novos projetos elétricos e a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, tendo como chefe a então ministra, mas com a participação dos dirigentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); da Agência Nacional de Petróleo (ANP), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS); da CCEE e da EPE. O próximo passo da pasta foi a criação do “*Luz Para Todos*”, política pública desenvolvida para levar energia a todo território nacional, tendo como prioridade as áreas rurais. A política foi operacionalizada pela

Eletrobrás e executada pelas concessionárias do setor e pelas cooperativas de eletrificação rural. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Com o escândalo do Mensalão, que acontecera no ano de 2005, sob as denúncias do deputado Federal e presidente do PTB Roberto Jeferson, de que a alta cúpula do PT comprava votos dos congressistas em troca de aprovação de seus Projetos de Lei e Medidas Provisórias. Nomeou-se José Dirceu (PT-SP), ex-presidente do partido e então ministro da Casa Civil como o coordenador do esquema, entretanto inocentou o então Presidente da República, Lula, sob o argumento de que o Presidente não teria recebido notícias sobre as “*Trocas de Favores*” entre os congressistas para como seu partido. Com a eclosão da CPI do Mensalão, Dirceu teve sua importância no PT reduzida, sendo então afastado da Casa Civil em junho de 2005. Bem avaliada em sua gestão na pasta de Minas e Energia, Rousseff fora convidada pelo então Presidente para ocupar o cargo. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Contudo, o escândalo do “Mensalão” não foi suficiente para derrubar a reeleição de Lula à Presidência, reconduzindo Dilma ao mesmo cargo que ocupara no primeiro governo Lula. Em sua gestão, Dilma Rousseff obteve ainda mais reverberação no núcleo de seu partido, uma vez que todas as articulações e ações políticas eram desenvolvidas em sua pasta, ligada intimamente à Presidência. O Presidente, chegou a citar que Rousseff, era uma “*colaboradora dotada de grande capacidade administrativa e de direção*”. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Rousseff fora responsável pela elaboração da principal Política Pública do segundo mandato Lula, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em seu discurso presidencial em primeiro de janeiro de 2007. Dentre os objetivos do PAC, destacavam-se: projetos de aceleração em áreas como infraestrutura, transporte, habitação e geração de energia, tendo como meta criar condições para o desenvolvimento econômico de comunidades que não tiveram acesso a esses serviços. Aos olhos do governo o PAC retornara às pautas defendidas por Lula, por redistribuição de serviços públicos, com forte presença do Estado, aos mais necessitados. Entretanto, o Plano de Aceleração do Crescimento, sofreu duras críticas da oposição, por não ser claro no delineamento de suas metas, e posteriormente pelo baixo índice de execução das obras previstas e do alto uso do orçamento da União para com o projeto. Contudo, o PAC continuou sendo o “*Menino dos olhos*” do segundo governo Lula, aumentando ainda mais o protagonismo de Dilma Rousseff no partido. Em discurso proferido pelo Presidente, realizado em uma favela do Rio de Janeiro, em 2008, Lula chegou a apelidar Rousseff como “*Mãe do PAC*” o que levou a imprensa a opinião pública cogitar de que haveria pelo Presidente uma sondagem para que Dilma fosse sua candidata para as eleições presidenciais de 2010. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Em abril de 2009, a então ministra da Casa Civil anunciou que estava diante de um tratamento de câncer linfático, mas que não se afastaria do cargo. Durante este ano, ainda participou dos debates sobre a descoberta de amplas reservas de petróleo em longa profundidade que logo fora apelidado como “Pré-Sal” em território marítimo brasileiro. Logo, o governo estabeleceu como prioridade a criação de um marco regulatório para a exploração da descoberta, sob responsabilidade da Casa Civil. A solução fora elaborada em semelhança ao que aconteceu na crise energética anterior, adotando uma dissolução híbrida, na qual parte minoritária poderia ser explorada por empresas de capital privado, perante regulamento do Estado. O Regime de partilha colocara a Petrobras como principal reguladora da área. Por proposta feita pelo governo, estabeleceria que uma parcela dos arrecadamentos obtidos com exploração dos recursos, seriam destinados prioritariamente às áreas da saúde e educação. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Durante o 4º Congresso Nacional do Partidos dos Trabalhadores, no início de 2010, Rousseff fora selecionada para ser pré-candidata do PT à Presidência da República, afastando-se da Casa Civil logo em seguida, para se dedicar à campanha presidencial. Sua campanha foi marcada por visitas a inúmeras cidades pelo Brasil, tendo como principal cabo eleitoral o então Presidente Luís Inácio. Seus principais adversários foram José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). Dilma obteve, 46,91% e Serra 32,61 % dos votos válidos no primeiro turno, passando então os dois candidatos a disputa do segundo turno, ocorrido em 31 de outubro de 2010, Dilma, com 56,05% dos votos válidos, foi eleita como a primeira Presidente mulher de toda República Brasileira. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

- **Dilma Rousseff: a Primeira Presidente Mulher de Todas as Repúblicas**

Tomando posse em primeiro de janeiro de 2011, junto a seu vice de chapa, Michel Temer (PMDB), empossou seu super ministério composto por 37 pastas, das quais destacavam-se no núcleo petista: Antônio Palocci fora nomeado para a Casa Civil, José Eduardo Cardoso ficou com o Ministério da Justiça, Guido Mantega assumiu a Fazenda, Mirian Belchior o comando do Ministério do Planejamento, Gilberto Carvalho empossado na Secretária-Geral, Fernando Haddad no Ministério da Educação, Paulo Bernardo com a pasta de Comunicações, Fernando Pimentel nomeado ministro do Desenvolvimento, Aluísio Mercadante com o comando da pasta de Ciência e Tecnologia, Ideli Salvatti no Ministério da Pesca, Maria do

Rosário, ministra dos Direitos Humanos, Alexandre Padilha no comando da Saúde, Jorge Hage com o comando da Controladoria-Geral da União, Tereza Campello no Ministério de Desenvolvimento Social, Luiz Sérgio com a pasta de Relações Institucionais, Afonso Florence com o comando de Desenvolvimento Agrário, Ana de Hollanda na gestão da Cultura, Luis Inácio Adams na Advocacia-Geral da União, Iriny Lopes no comando da Secretaria de Política para Mulheres. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Os peemedebistas também lograram importantes postos no governo: Nelson Jobim assumiu o Ministério da Defesa, Wagner Rossi o comando da Agricultura, Edson Lobão a pasta de Minas e Energia, Garibaldi Alves a pasta da Previdência, Pedro Novais ocupou o Ministério do Turismo e Moreira Franco para o posto de ministro de Assuntos Estratégicos. Outrossim, da sua base aliada nomeara: Alfredo Nascimento (PR), para o ministério dos Transportes; Carlos Luppi (PDT), para a o Ministério do Trabalho; Orlando Silva (PCdoB), para a pasta de Esportes; Mario Negromonte (PP), para o Ministério das Cidades; Fernando Bezerra Coelho (PSB), para o comando da Integração Nacional e também peessedebista Leônidas Cristino para o Ministério dos Portos. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Na área técnica, dos chamados ministros técnicos, foram escalados: Alexandre Tombini (Banco Central); Helena Chegas (Secretaria de Comunicação da Presidência), Antônio Patriota (Relações Exteriores), Isabela Teixeira (Meio Ambiente), Luiza Barros (Igualdade Racial) e José Elito Carvalho Siqueira (Gabinete de Segurança Institucional). (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Nota-se, a saída de Henrique Meirelles da presidência do Banco Central, depois de dois governos a frente da instituição e a permanência de Guido Mantega na pasta do Ministério da Fazenda apesar de críticas do mercado financeiro e analistas do setor. Logo no começo de seu mandato, seus correligionários discutiam sobre a regulamentação da imprensa, como sendo imprescindível para a saúde democrática brasileira, Rousseff, em tom contrário declarou que a imprensa deveria ser livre e que desta forma se manteria uma Democracia saudável. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Em seu primeiro ano de mandato, lançou o programa Plano Brasil Sem Miséria, política pública, que almejava atingir tirar 16,2 milhões de brasileiros da extrema pobreza. Tratava-se de uma ampliação do bem sucedido Bolsa-Família. Dilma, optou por também continuar com o programa Minha Casa Minha Vida, política pública Lulista que subsidiara a compra de moradias populares, tendo como meta, em seu governo, a construção de dois milhões de casas até 2014, fim de seu primeiro mandato. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Em seu primeiro ano de mandato, seis ministros deixaram o governo por acusações de corrupção, sendo eles: o Petista Antônio Pallocci, suspeito em multiplicar seu patrimônio em 20 vezes nos quatros anos anteriores que esteve à frente da pasta, enriquecimento ilícito, sendo substituído pela senadora Gleisi Hoffman (PT/PR); Alfredo Nascimento (PR/AM), sob denúncias de pagamentos de propinas a construtoras de projetos da alta cúpula do PR; Wagner Rossi (PMDB/SP) suspeito de utilizar dinheiro público em benefício próprio; Orlando Silva (PCdoB/SP) denunciado por corrupção pelo programa Segundo Tempo de sua própria pasta; Pedro Novais (PMDB/MA) renunciou ao cargo após irregularidades em seu Ministério, descobertas pela Operação Voucher, que levou à prisão de 38 pessoas, após desvio de 4,5 milhões destinados ao turismo do Amapá; Carlos Luppi (PDT/RJ), afastou-se depois de ter sido acusado de viajar no avião de uma ONG que tinha contrato com seu Ministério. Destacam-se também, a saída do ministro Nelson Jobim (PMDB/RS) após declarações à imprensa criticando as ministras Ideli Salvatti e Gleisi Hoffman e a permanência no cargo de ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por parte do petista mineiro, Fernando Pimentel, muito embora tivesse sido convocado pela Câmara alta para esclarecer denúncias de tráfico de influência para realizar consultorias milionárias. Em seu segundo ano de mandato, Mario Negromonte (PP/BA), ministro das Cidades, deixou o governo sob acusações de corrupção. A forma Rígida como Rousseff reagiu a cada caso, fazendo uma limpeza ética em seus ministérios contra a corrupção lhe rendeu uma avaliação de 59% da população em torno do seu governo. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Por certo, em seu governo Rousseff herdou o capital político deixado pelo ex-presidente Lula, além de seu partido deter a maior bancada na Câmara dos Deputados com 88 cadeiras e no Senado, com 05 senadores a menos que o PMDB, que detinha 20 assentos. Criou-se um estigma, de que a Presidente não recebera bem sua base aliada em reuniões no Palácio do Planalto, como os partidos do PR e PMDB. Para sanar a situação, houve a troca da pasta de Relações Institucionais, saindo Luiz Sergio (PT/RJ) e entrando em seu lugar Ideli Salvatti (PT/SC). Outras críticas, por parte da oposição, se davam pela falta de comunicação com o Congresso, através da emissão de inúmeros Decretos e Medidas Provisórias editadas pelo Executivo, foram cerca de 140 MPs, sendo apenas uma revogada. Em seu primeiro ano de governo, a economia já estava em desaceleração, um dado que mostra tal fator é o decréscimo do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB), de 7,5% em 2010, para 2,7% em 2011. Entretanto, o governo comemorara que o emprego formal ainda estava em alta, estabilizado com apenas 5% da população economicamente ativa desempregada. Outra conquista comemorada por Rousseff fora a Emenda Constitucional 68/2011, que prorrogava a Desvinculação de Receitas da União

(DRU) até 31 de dezembro de 2015, como isso o Executivo conseguiu uma margem de movimentação monetária de 20% nas receitas de contribuições sociais, executando-as na previdência. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Em 2012, outras mudanças ministeriais aconteceram, Fernando Haddad deixara o Ministério da Educação para disputar a prefeitura da cidade de São Paulo, cedendo lugar a Aluísio Mercadante; Iriny Lopes deixara a Secretaria, com *Status* ministerial, de Política Para Mulheres para disputar a prefeitura de Vitória (ES), passando está a ser ocupada por Eleonora Menicucci. Outrossim, outras mudanças de caráter não eleitoral aconteceram; Luís Sérgio cedeu seu lugar Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB) assumindo o Ministério da Pesca, na tentativa de fortalecer sua base petista no Congresso. O petista Pepe Vargas substituiu Afonso Florence no Ministério do Desenvolvimento Agrário e depois de críticas em sua gestão Ana de Hollanda cedeu sua pasta para a senadora Marta Suplicy. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

No mês de fevereiro, o governo concedeu a iniciativa privada o leilão, que tinha como finalidade transferir à iniciativa privada o controle de três aeroportos brasileiros: O aeroporto de Guarulhos ficou sob a responsabilidade do grupo Invepar, Viracopos com o grupo Aeroportos Brasil e o aeroporto Juscelino Kubitschek sob o comando do grupo Inframerica Aeroportos. Entretanto, a estatal brasileira, Infraero continuaria com 49% do capital de cada aeroporto até que as concessões acabassem. Outro importante marco, no segundo ano de seu mandato, foi a sanção da Lei de Acesso à Informação, dando transparência a toda gestão pública, obrigava os órgãos públicos a prestarem informações de suas atividades e orçamentos a qualquer cidadão do país interessado nessas. Acaba-se assim o sigilo de documentos públicos que até então tinha como pré-estabelecido o prazo máximo para que as informações classificadas como ultrassecretas viesse à tona. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Deste modo, como o mesmo mote de trazer ao público a verdade de governos anteriores, e dar mais transparência aos acontecimentos históricos, o governo instaurou a Comissão Nacional de Verdade, em maio de 2012. Que tinha como finalidade apurar as violações dos Direitos Humanos ocorridas durante o Regime Militar entre 1964 e 1988; em seu relatório final a Comissão responsabilizou 377 pessoas por crimes como tortura e assassinato, recomendando abertura de processos judiciais destes. Ainda em 2012, fora sancionado pelo governo, embora com 9 vetos, o novo Código Florestal; que tinha como objetivo preservar a vegetação e recuperar parte do que fora desmatado. Dois anos após a sanção, o governo criou regras para a inscrição no Cadastro Ambiental Rural, afim de conectar os produtores rurais com o código florestal em vigência. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Além da derrocada de inúmeros ministros por suspeitas de corrupção, em novembro de 2012 o governo Rousseff sofreu sua segunda grande crise, após operação da Polícia Federal que prendera seis pessoas acusadas de vender pareceres técnicos do governo para empresas de capital fechado, entre elas, estavam dois diretores de agências reguladoras. A Crise fervilhou no governo uma vez que no centro da denúncia se encontrava o nome de Rosemary de Noronha, herdeira dos governos petistas anteriores e então assessora de Dilma. Entretanto, a popularidade de seu governo, no fim de seu segundo ano estava em alta, principalmente pela desoneração do setor automobilístico e com a redução das contas de luz. Com a emissão da Medida Provisória 579, as concessões de energias e reduções de encargos foram antecipadas, reduzindo o valor da tarifa em 20%, entretanto, ainda no mesmo ano, voltou-se a aparecer apagões em distintos pontos do país por falta de investimentos no setor. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

A desaceleração econômica que era nítida no seu segundo ano de mandato fora timidamente controlada em seu terceiro ano, em 2012 a economia cresceu 0,9%, já em 2013 se recuperou, passando para 2,3%, tal fato se deve principalmente pela alta de investimentos estrangeiros, medidas de desoneração do setor produtivo e dos consumidores e a pacotes de estímulos fiscais e financeiros na infraestrutura de portos brasileiros, além claro, da redução de impostos, marca registrada de seu antecessor. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

- **Política Externa Dilma Rousseff: Mudanças e Continuidades do Governo Lula**

A primeira grande mudança no rumo da Política Externa brasileira no governo Dilma foi com a questão dos Direitos Humanos do Irã, nesse contexto, o governo deixou claro que estaria disposto a mudar o padrão de votação do país em resoluções que tratassem das violações dos Direitos Humanos nas assembleias da ONU. Outrossim, de forma bilateral, houve um avanço entre as relações comerciais com a Argentina, na busca de incentivar a transferência de grandes empresas brasileiras para os portenhos. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Na condição de vice-presidente, Michel Temer teve importante atuação internacional no governo Rousseff, visitou países do Oriente médio, das Américas, Europa, Ásia e África, com a missão de divulgar a economia brasileira e atrair investimentos estrangeiros. Em 2011, na Rússia, teve importante papel na negociação das exportações do mercado brasileiro de carne com o premier Wladimir Putin e em novembro, em missão à China tratou também do tema das

exportações de produtos brasileiros com o vice-primeiro-ministro Wang Yang. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Em agosto de 2013, o ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota fora demitido do cargo devido ao turbulento processo de fuga do senador boliviano Roger Pinto Molina de La Paz na Bolívia para Corumbá no Mato Grosso, território brasileiro. Patriota foi substituído por Luiz Alberto Figueiredo para o cargo de chanceler, mas não teve seu nome desvinculado ao governo, nomeado para chefiar a Delegação Brasileira na ONU. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Em setembro de 2013, Dilma Rousseff, cancelou a viagem oficial que faria aos Estados Unidos marcada para 23 de outubro, quando soube da suspeita de espionagem do governo americano para como o governo brasileiro. Em seguida fora instaurada uma CPI no Senado para investigar as acusações de espionagens norte-americanas em e-mails, telefonemas e dados do governo brasileiro. O impasse fora solucionado no encontro de Rousseff com o Presidente Barack Obama na reunião do (G-20), São Petersburgo, Rússia. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Durante o Encontro Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet – NET Mundial, o governo brasileiro apresentou como proposta o Projeto de Lei do marco civil da Internet, em abril de 2014. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

- **Os protestos de junho de 2013: O Começo da Derrocada do Governo Dilma?**

Em meados de 2013, uma onda de protestos, apartidários de múltiplas pautas tomou conta das principais cidades do país, o movimento iniciou-se por causa dos frequentes reajustes nas tarifas de transportes públicos, mas criticavam também a corrupção em todos os setores dos três poderes, os excessivos gastos com a realização da Copa do Mundo de 2014, e incluíam o argumento de maiores investimentos em saúde e educação e a defesa da autonomia do Ministério Público. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Rousseff, em pronunciamento em rede nacional, logo reagiu, anunciou a criação de cinco pactos para atender as demandas da população: o primeiro foi a respeito da responsabilidade fiscal, depois postulou-se a necessidade de uma reforma política, os outros três pactos foram em torno da saúde, do transporte e da educação. Além dos supracitados,

Rousseff cogitou a chamada de um plebiscito para uma ampla reforma constitucional, fato que não agradara os congressistas. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

O único pacto cumprindo fora o da saúde com a criação da política pública Mais Médicos, na qual visava redistribuir os médicos recém formados para os interiores brasileiros mais necessitado da modalidade profissional, e trazer médicos do exterior, principalmente de Cuba, para atuar também nesses territórios. A medida gerou polêmica entre as principais organizações e entidades do setor médico do Brasil, tais quais: o Conselho Federal de Medicina (CFM), da Associação Médica Brasileira (AMB), da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), além de entidades estudantis que arguíam que o governo federal queria repassar as responsabilidades e problemas do Sistema Único de Saúde (SUS), de cunho interno, aos profissionais estrangeiros. Outro motivo de críticas estava também na validação dos diplomas desses profissionais não brasileiros para atuarem no país, uma vez segundo o argumento das entidades o “Revalida” seria um exame de baixa complexidade que não garantiria a qualidade da atuação dos médicos estrangeiros no país. Embora turbulenta em sua implementação, a política passou a ser bem avaliada pela maioria da população, a posteriori. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Para fortalecer suas bases com o PMDB e outros partidos aliados, pensando em sua reeleição em 2014, Rousseff elaborou uma estratégia para sanar conflitos entre o palácio do planalto e seu principal partido de base, PMDB. Das quais destacam-se: Liberar dinheiro, em emendas parlamentares e apoiar as mudanças de Medidas Provisórias pautadas por sua base. Em setembro de 2013, Dilma sancionou a lei 12.858, que destinava 75% dos *royalties* do Pré-sal para educação e 25% para a saúde. A proposta inicial previa 100% para a educação, mas fora modificada pelos congressistas que destinaram um percentual para a saúde. Com o congelamento das tarifas de ônibus em 2013, a inflação anual disparou e atingiu o índice de 5,91%, demonstrando os primeiros impactos dos protestos no governo. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

No começo de 2014, outra Lei de importante reverberação nacional fora sancionada pela Presidente, tratava-se do Marco Civil para a Internet. Que buscava angariar maiores proteções aos usuários em relação a uso de seus dados por grandes empresas de tecnologia. Em abril do mesmo ano, o PR e PSD, partidos da base aliada começaram a questionar sobre a capacidade do governo de manter a coalizão e sustentar sua reeleição. Em sua expectativa, a Presidente esperava ter 11 partidos apoiando-a em sua campanha detendo 10 minutos em cada bloco de propaganda eleitoral, essa movimentação fizera com que correligionários do PT defendessem a volta de Lula à disputa pela possível fragilidade de Dilma em sustentar um segundo mandato.

Entretanto, durante o 14º. Encontro Nacional do PT, em São Paulo, fora anunciado o nome de Dilma Rousseff como candidata do partido à reeleição. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Em junho de 2014, sem vetos, a Presidente sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de estabelecer 20 metas para o setor durante o período de 10 anos. Destacando-se, o investimento de 10% do PIB no setor, o fim do analfabetismo, e a universalização da educação infantil e dos ensinos fundamentais e médios. Fora criado também o fórum para acompanhar a evolução salarial dos professores. No mesmo mês, com a realização da Copa do Mundo de Futebol, Dilma foi alvo de vaias e agressões verbais no discurso que proferiu na abertura do evento em São Paulo, segundo a imprensa questionava-se os grandes investimentos em luxuosos estádios de futebol enquanto as obras de infraestrutura prometidas nas cidades-sede não estiveram prontas a tempo. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Outro escândalo, que gerou uma importante crise no governo, foi a compra de uma refinaria em Pasadena, Texas, enquanto Dilma ainda era titular da pasta de Minas e Energias, na opinião dos especialistas a compra fora desastrosa para a Petrobras à época, fato que levou aos senadores da oposição a pedirem a instalação de uma CPI para averiguar os acertos da compra no final do primeiro semestre. Em sequência, surge a figura da Operação Lava-Jato, que nortearia toda e quaisquer investigações de corrupção federal no país, de competência da Polícia Federal, começara a investigar em primeira instância os esquemas de corrupção dentro da estatal, como desvio de verbas para compra de votos no Congresso e desvio de influência. O principal mote que iniciou a operação foram as delações premiadas de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras e do doleiro Alberto Youssef, que abalaram todos os partidos políticos, deixando os congressistas em clima de suspense com as reverberações da operação. Para que se evitasse um desgaste ainda maior do governo, em ano eleitoral, o Executivo chegou a levar o caso para o STF. Mesmo assim, duas CPIs foram criadas, uma no Senado e uma Mista. Após meses de investigação a CPI mista aprovou o relatório do deputado Marco Maia (PT/RS), que indicara 52 pessoas e reconheceria o prejuízo de US\$ 561,5 na compra de Pasadena, fazendo com que as ações da empresa despencassem. Contudo, a Lava-Jato continuou com suas investigações, cresceram os indícios de desvio de dinheiro público e superfaturamento nos estádios da Copa do Mundo, aumentando a impopularidade governo. Tornando-se, a maior investigação policial contra corrupção da história do país, desestabilizando de forma colossal o governo Dilma e aprisionando os principais empreiteiros brasileiros, fazendo da Delação Premiada, a principal forma de investigação. Mesmo tendo seu ápice nos três primeiros anos, os desgastes do mandato trouxeram uma das maiores recessões já vista na história tupiniquim,

com cinco trimestres consecutivos de encolhimento econômico. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Para Acalmar o mercado, às vésperas das eleições, Dilma antecipou os nomes de sua nova equipe econômica, anunciou Joaquim Levy para a Fazenda – Com passagens em governos federais anteriores e então executivo do Bradesco – o então novo ministro anunciou que teria como objetivo estabelecer uma meta de superávit primário para pagar os juros da dívida externa, escalonando em 1,2% do PIB em 2015 e de pelo menos 2% nos dois anos posteriores. Cogitou pela necessidade de cortes de gastos no orçamento e convidou à iniciativa privada a realizar investimentos para que a economia voltasse a crescer. Para o Planejamento, Rousseff também antecipou o nome de Nelson Barbosa, que tivera longa experiência no governo, Alexandre Tombini como presidente do banco central permaneceria no cargo. Ambos sinalizaram para o uso de medidas de austeridade para conter gastos. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

- **A Reeleição, à Duras Penas, de Dilma Rousseff**

As eleições de outubro de 2014 tiveram o tempero da Lava Jato como principal norteador da disputa, além, claro, dos sinais preocupantes de que o candidato vencedor teria que reorganizar um país em queda econômica. Um fato imprevisto marcou a disputa, a morte do presidenciável Eduardo Campos (PSB-PE), que ocupava o terceiro lugar nas pesquisas, na queda de seu avião, em um voo de agenda de campanha, deixando os brasileiros ainda mais apreensivos, sua candidatura fora substituída pela sua vice Marina Silva. Contudo Dilma conseguiu se tornar vencedora das eleições de 2014 depois de uma intensa disputa com Aécio Neves (PSDB-MG). Com uma pequena diferença de 3,4 milhões de votos entre os dois candidatos, fazendo com que o PSDB pedisse uma auditoria do pleito, não aceitando o resultado da votação, denunciando ao TSE o PT por abuso de poder político e econômico e fraudes na campanha presidencial. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Empossada para seu segundo mandato em primeiro de janeiro de 2015, em sessão solene na Câmara dos Deputados. Ocasão na qual anunciou o lema de seu novo governo “*Brasil, Pátria Educadora*”. Na formação de seu ministério permaneceram nos cargos os ministros Aluizio Mercadante, da Casa Civil, Arthur Chioro, da Saúde, José Eduardo Cardozo, na Justiça, Ideli Salvatti, da Secretaria de Diretos Humanos e José Elito Carvalho Siqueira no Gabinete de

Segurança Institucional. Além disso, Izabella Teixeira seguiu no Ministério do Meio Ambiente, Guilherme Afif Domingos ficando na Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Eleonora Menicucci permaneceu à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Para tentar sustentar sua base, num mundo pós lava-jato, Dilma optou por dar mais espaço aos partidos que fomentam sua coalizão, escolhendo os nomes de: Kátia Abreu (PMDB), ficando com o comando da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Gilberto Kassab (PSD), com a pasta da Cidades; Aldo Rebelo (PCdoB), ocupou o ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; Ricardo Berzoini (PT), com o comando de Comunicações; Valdir Simão na Controladoria-Geral da União; Juca Ferreira (PT), no comando do Ministério Cultura; Jaques Wagner (PT), com a pasta da Defesa; Armando Monteiro (PTB), com o Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Patrus Ananias (PT), ocupando a pasta de Desenvolvimento Agrário; Tereza Campello (PT), no Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Cid Gomes (Pros), com a pasta da Educação; George Hilton (PRB), com o Ministério do Esporte; Gilberto Occhi (PP), com a Integração Nacional; Eduardo Braga (PMDB), ocupando a pasta de Minas e Energia; Helder Barbalho (PMDB), na Pesca e Aquicultura; Carlos Gabas (PT), com a Previdência Social; Mauro Luiz Iecker Vieira, com o Ministério das Relações Exteriores; Marcelo Neri, com o comando Secretaria de Assuntos Estratégicos; Eliseu Padilha (PMDB), na coordenação da Secretaria de Aviação Civil; Thomas Traumann, no controle da Secretaria de Comunicação Social; Nilma Lino Gomes, na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Edinho Araújo (PMDB), empossado na Secretaria dos Portos; Pepe Vargas (PT), com a Secretaria de Relações Institucionais; Miguel Rossetto (PT), designado para a Secretária-geral da Presidência; Manoel Dias (PDT), ocupou o Ministério do Trabalho e Emprego; Antônio Carlos Rodrigues (PR), com a pasta do Transportes e Vinicius Lages (PMDB) para o Ministério do Turismo. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Contudo, mesmo tentando agradar sua base, as mudanças ministeriais não foram satisfatórias para o Congresso Nacional, fato que fizera Dilma realizar novas substituições em sua configuração ministerial. Roberto Mangabeira Unger assumiu a Secretaria de Assuntos Estratégicos no lugar de Marcelo Neri; devido a uma briga com outros parlamentares Cid Gomes deixou a pasta de Educação dando lugar ao professor Renato Janine Ribeiro; Edinho Silva (PT), passou a ocupar o comando da Secretaria de Comunicação Social; Em abril de 2015 Vinicius Lages deu lugar a Henrique Eduardo Alves no Turismo. O vice-presidente Michel Temer fora nomeado como articulador político do governo, após protestos no mês anterior pedindo a saída da Presidente do poder. Concernente aos impactos dos protestos, Dilma

extinguiu a Secretaria de Relações Institucionais passando suas funções a Michel Temer, na tentativa de melhorar o relacionamento entre governo, Congresso Nacional e o PMDB, descontentes com a gestão Rousseff. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Empossado como novo ministro da fazenda, depois de grande pressão do empresariado brasileiro e de setores liberais da economia, Joaquim Levy adotou medidas de ajustes fiscais com as Medidas Provisórias 664 e 665, modificando as regras de concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários, essas medidas foram de encontro contra o próprio núcleo duro do PT e as principais centrais sindicais do país. Levy informou que tais diligências eram fundamentais para que o Brasil voltasse a crescer, tendo em vista que a produção recuou 3,2% em 2014; em março de 2015 teve queda de 3,5%, acumulando no ano uma retração de 5,9%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda segundo ele, o comércio caiu 1,7% em 2014 e 7,5% nos primeiros meses de 2015. O mercado de trabalho também estava em queda, sendo fechadas 97.828 vagas de empregos formais em abril de 2015, o pior resultado desde 1992. Outro índice preocupante foi a queda das exportações que no primeiro bimestre de 2015 obtiveram uma decréscimo de 16,4%, enquanto as importações ficaram com saldo negativo de -15,7%. Outro fator levado por Levy estava na elevação da dívida externa, chegando a US\$351,1 bilhões de Dólares. Assim, as medidas solicitadas pelo ministro, foram sancionadas pela Presidente em meados de junho. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Em julho de 2015, o então presidente da Câmara o Eduardo Cunha (PMDB/RJ) rompeu formalmente com o governo, agravando a situação do Executivo, Michel Temer procurou acalmar os desafetos, alegando que a opinião de Cunha era isolada e não partidária. Entretanto, logo após o acontecido, Temer abandonou o cargo de articulador político do governo sob o argumento de ter sofrido boicote em seu trabalho, assumido seu posto Eliseu Padilha (PMDB/RS), dias antes Temer se reunira com o ex-presidente Lula para tentar uma maior aproximação entre o governo e seu partido. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

No início de outubro, Dilma fez mais uma reforma ministerial, tentando equilibrar sua coalizão, das 39 pastas ficaram apenas 31 e um amplo espaço fora cedido ao PMDB que passou a ter sete Ministérios, o PT ficou com o comando de nove pastas, o PTB, PSD, PP, PRB, PR, PCdoB e PDT, ficaram com um ministério cada. Os oito Ministérios restantes ficaram sob o comando de ministros apartidários. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

- **A derrocada de Rousseff: O segundo *Impeachment* da Nova República**

Ainda em outubro de 2015, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), recomendou ao Congresso a não aprovação das contas do governo Dilma de 2014, segundo o colegiado ao adotar manobras para aliviar as contas públicas, - as chamadas “*Pedaladas Fiscais*” e editar, via Decreto, créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional, a Presidente teria desrespeitado a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha, acatou um dos pedidos de abertura do processo de *Impeachment* contra a então Presidente, a ação fora protocolada em outubro pelos juristas; Miguel Reale Jr., Janaína Conceição Paschoal e Hélio Bicudo e subscrito por três líderes de movimentos populares: Kim Kataguiri (Movimento Brasil Livre – MBL), Rogério Chequer (Vem pra rua) e Carla Zambelli Salgado (Movimento contra a corrupção). (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Em uma turbulenta votação, de forma secreta, a Câmara elegeu uma chapa integrada por opositores e dissidentes do governo para a Comissão especial do processo de *impeachment*. Em ação do PCdoB ao STF, o ministro Luiz Edson Fachin, sorteado como relator da ação decidiu por suspender o trabalho da Comissão até que o Supremo analisasse o rito do caso, o que aconteceu em 17 de dezembro quando formou-se maioria do colegiado, determinando a anulação da chapa alternativa e que houvesse uma nova votação pra escolha dos integrantes, ficou decidido também que o Senado poderia recusar a abertura do processo após ter sido iniciado na Câmara dos Deputados. (MONTENEGRO, D, HIPOLITO, R., *Idem*)

Piorando a crise, em dezembro, Joaquim Levy pediu demissão cargo, sendo substituído por Nelson Barbosa. A derrocada de Levy se deu depois de pressão de setores petistas, encabeçados por Lula, e por discordâncias entre Levy e Barbosa sobre as metas do superávit primário. Com o processo de *Impeachment* em andamento, aliados do governo passaram a cobrar lealdade de seu vice, Michel Temer. Dias após, Eliseu Padilha deixou o governo e em seguida Michel Temer enviou uma carta à Presidente onde apontou a desconfiança da Presidente para com ele e seu partido, reclamou de sua posição, considerada por ele baixa, no governo e se colocou como “*vice decorativo*” sem nenhum protagonismo político, sendo apenas chamado para resolver problemas do PT com a base aliada. Nos primeiros dois meses de 2016 o PMDB rompeu com o PT. Com o agravamento da crise econômica, novos protestos eclodiram na nação, pedindo a saída da Presidente. A avaliação do governo atingira o pífio número de 8% como ótimo/bom, em contra partida 71% dos brasileiros, o avaliaram com ruim/péssimo. Índices que demonstram a maior desaprovação de um Presidente da República na história brasileira. Segundo a Polícia Militar (PM), em 13 de março de 2016, três milhões e seiscentas

mil pessoas foram às ruas manifestar a insatisfação com o governo e corroborar o pedido de impedimento, considerada também, como a maior manifestação do Brasil em seu período pós-democratização. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Em março, a Câmara dos Deputados elegeu os membros da Comissão do *Impeachment*, o PT e o PMDB formavam as duas maiores bancadas. José Eduardo Cardoso, que deixara o Ministério da Justiça, assumiu o a Advocacia-Geral da União (AGU), incumbido de defender a Presidente no processo, seus argumentos giravam em torno de que a Dilma não tinha cometido ilegalidades, uma vez que. não teria havido dolo ou má fé, por parte da Presidente, na abertura dos créditos suplementares; arguiu também que as famosas peladas fiscais não eram empréstimos ao Executivo, mas sim prestações de serviços regularizados logo após orientação do TCU; sustentou que o processo em si seria um ato de vingança do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, por não ter recebido apoio do PT em seu processo de cassação. Como última tentativa de sustentar o governo, Rousseff, nomeou Lula Para o cargo de ministro chefe da Casa Civil, ato que gerou ainda mais polêmica e impopularidade em seu governo, uma vez que, em uma atitude bastante questionada, o Juiz Sérgio Moro, encarregado das investigações da Lava Jato em primeira instância, quebrou o sigilo de telefônico da ex-presidente Lula e revelara uma conversa com Dilma, na qual ela lhe prometeria entregar-lhe um papel, de outorga ministerial, em caso de necessidade. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Destarte, o ministro do STF, Gilmar Mendes, cassou nomeação de Lula, justificando que atitude da Presidente foi movida pela eventualidade de que uma das denúncias contra Lula fosse julgada pelo STF, uma vez que o cargo de ministro detém foro por prerrogativa de função. A decisão respaldou-se por dois mandados de segurança lançados ao supremo pelo (PPS) e pelo (PSDB). Outrossim, o processo contra Lula voltaria a ser investigado por Sérgio Moro e como consequência da manobra o STF decidira iniciar inquérito investigativo a Lula e Dilma por tentativa de obstrução de Justiça. A Comissão especial de *Impeachment* na Câmara dos Deputados aprovou por 38 a 27 o parecer de Jovair Arantes (PTB-GO), pela continuidade do processo, que então foi levado para o plenário da Câmara baixa, a AGU ainda recorreu ao STF para barrar o impedimento, sob o argumento de que ocorrera na Comissão a lesão ao direito de defesa da Presidente, este foi o primeiro de mais 4 pedidos protocolados por José Eduardo Cardoso para travar o processo, porém todos foram negados. Em 17 de abril, em votação repercutida integralmente por toda cadeia televisiva nacional, o plenário por 376 votos favoráveis contra 137 contrários, decidiu pelo prosseguimento do processo de impedimento, que agora seria encaminhado para o Senado. Na Câmara alta o mesmo rito prosseguiu-se, fora instituída uma Comissão especial para o caso que aprovou por quinze votos a favor e cinco

contrários o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que se apresentara como favorável ao prosseguimento do processo de afastamento. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

O relatório foi ao plenário em 12 de maio, com 55 votos favoráveis contra 22 contrários foi admitido o processo de *Impeachment* pela Câmara alta. Sendo Dilma afastada de suas funções presidenciais por 180 dias e seu vice Michel Temer assumindo o cargo de Presidente em exercício. Em agosto, após aquisição de documentos e a realização de perícia e tomadas de depoimentos de 45 testemunhas, a Comissão Especial do Senado aprovou o relatório Anastasia por catorze votos a cinco, isso significara que Rousseff seria levada a julgamento no plenário do Senado. Neste segundo turno os senadores decidiram por 59 votos a favor e 21 contrários que Rousseff deveria ser julgada pelo crime de Responsabilidade Fiscal. A posteriori, acusação e defesa entregaram as manifestações finais do processo. O julgamento começou no final de agosto com depoimento de testemunhas. No dia 29 do mês citado, Dilma discursou ao Senado declarando-se inocente e alvo de um Golpe de Estado, negando ter cometido os crimes de responsabilidades dos quais fora julgada. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

A votação final ocorreu no dia 31 de agosto, todavia, o primeiro-secretário do Senado, Vicentino Alves, apresentou um requerimento da bancada do PT, pedindo destaque do texto na votação que versava sob a penalidade aplicada à Presidente, o texto original previa destituição do cargo e perda dos direitos políticos por oito anos, o requerimento pedira que ocorressem duas votações, a primeira que decidiria sobre a perda ou não do mandato e a segunda sobre a perda ou não dos direitos políticos. Deferido por Ricardo Lewandowski, o rito da votação final ficou assim estabelecido. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Na primeira votação a Presidente foi destituída do cargo por 61votos; na segunda 42 senadores, contra 36 optaram pela permanência dos direitos políticos da agora ex-presidente. Em sua última tentativa, Rousseff entrou com uma liminar no STF para suspender sua condenação na Câmara alta, pedido negado pelo Ministro Teori Zavascki alegando que uma inversão desse tipo levaria a uma grande instabilidade ao país. Após ser destituída, Dilma mudou-se para Porto Alegre (RS), embora tramitassem no (TSE) quatro processos. pelo PSDB, que pediam a cassação da chapa Dilma/Temer de 2014, sob o argumento de abuso de poder econômico e de utilização dos recursos de obras em estatais. Sob sua vida íntima, Dilma fora casada com Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, de seu segundo casamento, com Carlos Franklin Paixão de Araújo teve uma filha; Paula Rousseff. (MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., *Idem*)

Embora tenha exercido papéis importantes na vida política pós o *Impeachment* acabam-se aqui, no período presidencial, às análises de sua biografia. Restando agora enquadrá-la na taxonomia de (BARBER, 1972) “Categoria I” sob a égide das métricas da tomada de decisão de José Sarney. A classificação dos valores se dá de acordo com a frequência dos acontecimentos dispostos em sua biografia, atribui-se “0” à ausência total da variável pesquisada, “0,25” à pouca presença da variável, “0,5” como presença parcial, “0,75” à quase totalidade da variável analisada e “1” para sua totalidade.

Tabela 8 - Dilma Rousseff : Métricas da Tomada de Decisões.

TIPO	Valores (0/0,25/ 0,5/0,75/ 1)	JUSTIFICATIVA
Tipo de Regime.	1	Período de plena democracia, com votação direta para cargos políticos.
Interesse em Política Externa.	0,5	Em comparação com seu antecessor partidário deu menos importância ao tema.
Atitude em Caráter de Crises.	0,5	Sempre tentou reorganizar sua base aliada, embora não tinha o costume de receber pautas unitárias de parlamentares de partidos oposicionistas.
Capacidade de Liderança.	0,5	Embora tenha sustentado sua coalização de forma crível em seu primeiro governo, em seu segundo governo não conseguiu se impor ao congresso, a falta de diálogo entre os congressistas fora o principal sintoma desta situação.
Capacidade de se Impor ao Gabinete.	0,5	Apesar de ter “pulso firme” e palavra forte com seu ministério, por muitas vezes não soube de informações que prejudicaram seu governo.
Capacidade em Seguir Recomendações.	0,5	Conquanto, escutasse aconselhamentos de seus assessores, por muitas vezes preferiu adotar decisões unilaterais.
Capacidade de Delegar Tarefas.	0,25	Malgrado tenha optado por uma vasta pasta ministerial, 38 em seu primeiro mandato e 31 em seu segundo, Dilma costumava tomar decisões de acordo com seus princípios, sempre convicta de suas atitudes.

Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972)

Score Dilma Rousseff : 3,75

As métricas da tomada de decisão, dispostas na tabela acima, servirão para classificar o Caráter Presidencial de Dilma Rousseff no capítulo posterior “*Categoria I*”, entretanto por hora,

assim como sugerido por Barber (*Idem*), de acordo com a análise de sua biografia, pode atribuir-se sua Visão de Mundo e seu Estilo Presidencial “*Categoria II*”, respaldados de acordo com o quadro abaixo:

Figura 11 - Dilma Rousseff : Visão de Mundo e Estilo Presidencial.

Classificação de acordo com os critérios elencados a luz de (Barber, 1972)	Dilma Rousseff
<p>Visão de Mundo:</p> 	<p>Dilma sempre avistou na política uma forma de transformação social da vida das pessoas mais necessitadas, desde sua formação educacional sempre se preocupou com as questões políticas, econômicas e sociais que eclodiram durante o Regime Militar. Assertiva em suas palavras e uma gestora nata, enquanto ministra, sabia muito bem administrar ideias e pessoas em prol de um projeto político maior. Sempre atenta ao trabalho, Dilma gostou sempre de seu ofício, dificilmente faltava expediente, mesmo tratando de um câncer linfático. Leva a vida com simplicidade, gosta de caminhar no parque, andar de bicicleta e ler livros. Bem-humorada costuma fazer piadas em ocasiões informais ou até mesmo formais.</p>
<p>Estilo Presidencial:</p> 	<p>Dilma optou por deter um estilo presidencial mais sisudo, se impondo como chefe do Executivo e não como líder de uma nação, talvez por não ter exercido nenhum mandato eletivo anterior demorou para entender o processo de liderança e barganha política da qual o Presidente brasileiro precisa passar. Por ser mulher, essas características foram ainda mais criticadas uma vez que um tom assertivo feminino soa como adjetivo de “Mandona” e “Brava”. Outrossim, a posteriori começou a entender os jogos dos poderes, procurou ser mais simpática em entrevistas à imprensa, e recompôs sua base depois de cada crise. Seu caráter presidencial poderia ser compreendido como o de uma gestora que se tornara político e não de um político que se tornara Presidente.</p>

Fonte: Elaboração do autor de acordo com a biografia do Presidente. Imagem 01 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/ex-presidente-dilma-rousseff-le-trecho-de-obra-de-jose-saramago-em-video-20996630>. Acesso em 28 de Ago. de 2020. Imagem 02 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dilma_Rousseff. Acesso em: 28 de Ago. de 2020.

4.8 Michel Temer

- **Infância, Família e Formação**

Michel Miguel Elias Temer Lulia é natural de Tietê (SP), nascido no dia 23 de setembro de 1940, filho Miguel Elias Temer Lulia e de March Barbar Lulia. Estudou Direito na Universidade de São Paulo (USP), terminando seus estudos em 1963, doutorando-se pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1974. Dedicou-se à carreira jurídica exercendo o cargo de advogado por sete anos, quando em 1970 fora indicado pelo recém-eleito governador Franco Montoro para ocupar o cargo de procurador do estado de São Paulo, iniciando sua carreira política; cargo que permaneceu por somente um ano, quando fora nomeado como secretário de Segurança Pública, após uma onda de violência vislumbrada na cidade, declarou-se favorável ao aumento do efetivo da Polícia Militar (PM) e incentivou o uso de sistemas privados de segurança. Em sua atuação como secretário, destacam-se a reestruturação da polícia estadual através da aprovação de uma Lei de sua autoria que estabeleceu aposentadoria compulsória aos delegados de polícia que completassem 30 anos de serviço público, sendo no mínimo de contribuição, de 25 anos dedicados ao serviço policial, adaptando e atualizando o novo quadro policial ao governo. (ROBERTI, E., *et al*, [S.I.]

Em 1986, pediu exoneração da Secretaria para se lançar-se candidato a deputado federal constituinte nas eleições de novembro, pelo PMDB. Elegeram-se como suplente, porém em 16 de março de 1987 assumiu o mandato na vaga de Tidei de Lima, que se licenciou para assumir a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Temer foi membro titular da Subcomissão do poder Judiciário, da Comissão da organização dos Poderes e Sistemas de Governo, de assuntos que versavam sobre o Ministério Público e suplente da Comissão de sistematização. Em sua atuação, após-se à pena de morte, ao cerceamento do direito à propriedade privada, deu ênfase a estabilidade do emprego com remuneração do dobro do salário para trabalho extra, defendeu jornada de trabalho de 40 horas com turno de seis horas diárias, a estatização do sistema financeiro e limitação dos encargos com a dívida externa. Ainda por sua parte, foi a favor da desapropriação da propriedade produtiva, votou a favor do rompimento das relações com países com políticas de discriminação racial, deu ênfase ao mandato de segurança coletivo,

da legalização do aborto e da unicidade sindical. Como sistema de governo foi a favor do Presidencialismo com o mandato de cinco anos, no caso Sarney, com a soberania popular em primeiro lugar, ainda defendera a anistia aos pequenos empresários. Após a promulgação da nova Constituinte em 5 de outubro de 1988, voltou a participar dos trabalhos congressuais ordinários na Câmara dos Deputados. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Candidatou-se a reeleição em outubro de 1990, obtendo mais uma vez uma suplência. Deixando a Câmara em janeiro do ano seguinte ao fim da legislatura. Em 1922 fora reconduzido ao cargo de procurador-geral do estado de São Paulo, logo após fora convocado pela Câmara dos Deputados para assumir o cargo de deputado federal. Após o término de sua segunda suplência, permaneceu no cargo por apenas dois dias – 5 e 6 de janeiro de 1993 – depois pediu para licenciar-se para assumir o cargo de secretário de Segurança pública de São Paulo, no governo de Luís Antônio Fleury Filho. Sua saída da Câmara e ingresso na Secretaria deu-se devido ao episódio amplamente repercutido na mídia que ficou conhecido como o “*Massacre do Carandiru*”, em outubro de 1992, onde 111 presos foram mortos durante uma rebelião por tropas de choque da Polícia Militar. O papel de Temer nesse momento foi crucial no confronto entre as entidades que defendem os Direitos Humanos e a Polícia Militar de São Paulo, obrigando os policiais que se envolvessem em confrontos seguidos de morte a passarem por tratamentos psiquiátricos, além de exigir a obrigatoriedade do exame residuográfico, medindo partículas de pólvora, em criminosos mortos, obrigando à PM a agir com extrema violência e atirar em caso de extrema necessidade. Tais atos foram vistos com honradez pelos legalistas paulistas. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Depois de um excelente trabalho na Secretária de Segurança Pública, no final de 1993, fora convocado para assumir o posto de secretário de governo, cargo que ocupou durante cerca de um semestre, quando reassumiu, em abril de 1994 o posto de deputado federal. Em seu mandato, integrou a Comissão mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização. Votou contra a proposta que propunha a mudança no conceito de empresa nacional, colocando-as em igualdade com empresas estrangeiras. No fim de sua legislatura seu nome foi cogitado para ser o candidato do governo paulista do PMDB, entretanto perdeu sua candidatura para Barros Munhoz, então secretário da Agricultura. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Optou então por disputar as eleições para deputado federal, desta vez foi eleito sem suplência com a maioria de suas bases eleitorais na região da grande São Paulo e Tietê. Nesta mesma eleição Fernando Henrique Cardoso chegara ao posto de Presidente da República, o nome de Temer chegou a ser sondando para o Ministério da Justiça, fato que não ocorreu pois não obtivera o apoio do Pemedebista Fleury Filho. Oficialmente o PBMD decidiu por constituir

a base do governo, entretanto Temer fazia parte dos setores ligados a Paes de Andrade (PMDB-CE), que apostara numa postura de independência enquanto ao Governo Federal. Ao assumir o mandato em 1995, Temer tornou-se líder do PMDB na Câmara, participara também como membro da Comissão mista sobre contratos para produção de bens imóveis e das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Fiscalização Financeira e Controle. Em março, afrontou o governo, afirmando que, sob o princípio da proporcionalidade o PMDB deveria ter mais cargos no Executivo Federal, sugerindo em abril o rompimento do partido com o governo caso este não ouvisse as reivindicações regionais dos parlamentares. (ROBERTI, E., *et al*, *Idem*)

Afastou-se das orientações partidárias que beneficiavam o governo federal votando contra o Executivo em matérias referentes a quebra do monopólio dos estados na distribuição de gás canalizado, da abertura da navegação em cabotagem às emendas estrangeiras, da mudança na conceituação de empresa nacional, da quebra do monopólio estatal das telecomunicações e da prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE) ou Fundo de Estabilização Fiscal (FFF). Tais Projetos de Lei, permitiram ao governo gastar 20% das arrecadações de impostos, sem que fosse necessariamente estes recursos destinados à saúde ou educação. Ainda no mesmo ano foi observador parlamentar na quinquagésima Sessão da Assembleia geral da ONU em Nova Iorque. (ROBERTI, E., *et al*, *Idem*)

Em 1996, mais precisamente em fevereiro, interpôs uma notícia crime ao STF contra o então ministro da Fazenda Pedro Malan, reivindicando a omissão deste em fraudes na contabilidade do Banco do Brasil, em sua justificativa afirmou que o acusado soubera das irregularidades do Banco Federal previamente. líder do bloco formado pelo PMDB, PSD, PSL E PSC, foi indicado em março pelo governo para ser o relator da reforma da previdência, após derrota da proposta apresentada pelo relator Euler Ribeiro, imposta por dissidentes do PMDB. Ao assumir a nova função, afirmou que utilizaria como base de sua proposta o projeto desenvolvido pelo Ministério da Previdência e Emendas já apresentadas, garantindo a aprovação do texto. Contudo, dias mais tarde, partidos de oposição pediram sua retirada da relatoria, sob a justificativa de ser eticamente impedido, uma vez que como Procurador Geral do estado de São Paulo presumiria pela proporcionalidade em seu cargo, além de uma série de irregularidades como a inclusão de férias e licenças prêmios não gozadas de dois anos nos quais atuou como advogado em seu próprio processo. Sob esse égide, os partidos alegaram que ele poderia auto beneficiar-se com privilégios inclusos no texto. (ROBERTI, E., *et al*, *Idem*)

Entretanto, no fim de março, mesmo com todo o protesto de opositores, sua proposta fora aprovada em primeiro turno. Como reação, um mandado de segurança fora interpretado pelos partidos de oposição sendo posteriormente derrubado em votação do colegiado do STF..

Em 22 de maio, o governo sofrera algumas derrotas com as votações dos destaques dos textos, sendo a primeira apresentada por Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) anulou-se a idade mínima para aposentadoria e a garantia a igualdade de vencimento entre servidores ativos e inativos. Em junho, o texto sofreu outra alteração, desta vez manteve-se a manutenção em caráter permanente das aposentadorias proporcionais no serviço público, sem qualquer exigência de idade mínima e mantendo-se o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

As divergências e divisões no PMDB ficaram explícitas quando Temer ameaçou articular uma intervenção na diretoria paulista do partido, que anularia a convenção que escolheu o deputado federal, ligado à área governista do partido, José Aristodemo Pinotti, como candidato à prefeitura de São Paulo em 1996. Em setembro, Temer Lançou sua candidatura à presidência da Câmara dos Deputados, com o apoio de FHC, que em troca pedira os votos do PMDB para a aprovação da emenda que permitiria a reeleição para presidência da República. Em 28 de janeiro de 1977, Temer votou em conjunto com a bancada do PMDB, em primeiro turno, a favor da reeleição presidencial. Com o acordo feito entre PFL e PMDB, no qual o primeiro partido teria Luís Eduardo Magalhães como presidente da Câmara no mandato anterior, sendo o seu sucessor um candidato do PMDB, assim em 5 de fevereiro de 1977 Michel Temer foi eleito presidente da Câmara baixa com 257 votos, derrotando Wilson Campos (PSDB-PE) e Prisco Viana (PPB-BA). (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

- **Temer Presidente da Câmara**

Iniciando sua gestão de dois anos, em 1987, Temer triplicou a verba de despesas dos gabinetes, permitindo que os deputados aumentassem os salários de seus assessores, cumprindo uma de suas promessas de campanha, dirigindo-se assim aos deputados com menos projeção política, o chamado “*Baixo-Clero*”. Manteve seu estilo de negociar e barganhar tudo e qualquer coisa, e se empenhou no encaminhamento de projetos de interesse do governo federal, dentre os quais se destacavam, as reformas administrativa e previdenciária. Entretanto, sem deixar de conversar com a oposição. Em maio de 1997 decidiu por não encaminhar a Corregedoria-Geral da casa a abertura de processo contra parlamentares opositores, que promoveram um “*apitação*” no plenário contra a tentativa do governo de não colocar em votação os destaques da oposição sobre a reforma administrativa. Dias depois, participou da VIII Conferência de Presidentes de Parlamentos Democráticos Ibero-Americanos, em Madri. Diversos

parlamentares também foram ao encontro, fato que esvaziou o Congresso Nacional, no momento que os partidos de oposição pressionavam pela abertura de CPI sobre a compra de votos para a emenda da reeleição. Em pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), divulgada em junho, Temer foi classificado com o quarto parlamentar mais influente do Congresso. Descontente com as costumeiras desavenças das Câmara dos Deputados, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, lançou o movimento “*Reage Câmara*” também chamado de “*Agenda Parlamentar 97*” ou “*Agenda Brasil*”, que tinha como objetivo unir os partidos de situação e oposição em uma única pauta de assuntos relevantes para o país, como a maior independência do Executivo, tentando suprimir maiores desentendimentos. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Temer, propôs, em agosto, a abertura do pedido de cassação do deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), sob a acusação deste alugar seu mandato, ficando com parte da verba destinada ao pagamento dos assessores de sua suplente, Adelaide Neri. O Parlamentar já estava sendo processado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara por envolvimento em compra de votos para a aprovação da Emenda da reeleição. Ainda no mesmo mês, o presidente, envolveu-se em uma desavença com o presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que criticou o denso aumento de verbas promovido por Temer ao Legislativo em março. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Já em 1988, Temer, através de sua articulação e prestígio político, conquanto o Ministério das Políticas Regionais, conseguira a liberação de oitocentos mil reais, que foram destinados ao combate dos eleitos do *El Niño*. Obviamente destinou a verba para seus redutos eleitorais: Tietê, Cerquilha e Duartina. Exerceu no mesmo mês, por quatro dias, o cargo de Presidente da República, uma vez que FHC e seu vice Marco Maciel saíram em comitiva para visitar países vizinhos. Ora, se este momento não seria um prelúdio após o *Impeachment* de Rousseff ? (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Ainda sobre a polêmica reforma administrativa, em atrito com Antônio Carlos Magalhães, Temer decidiu que as mudanças realizadas pelo Senado voltassem à Câmara baixa para uma reanálise dos deputados, provocando uma reativa do presidente do Congresso, chamando a atitude de Temer de “*Suicida e Esdruxula*”. Em março, articulou com a cúpula do PMDB o apoio à reeleição de FHC à Presidência. Durante a convenção extraordinária de seu partido, que acabou derrotando a tese de uma candidatura própria. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

No Pleito de outubro de 1998, Michel Temer, reelegeu-se como deputado federal, desta vez sendo o mais votado do seu partido. No mesmo ano foi representante da Câmara na IX Conferência de Presidentes de Parlamntos Democráticos Ibero-Americanos, em Montevideú,

participara também da I Reunião de Acompanhamento da Conferência Parlamentar das Américas, em San Juan, Porto Rico. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em seu novo mandato como parlamentar, disputou novamente a presidência da Câmara dos Deputados em 1999, desta vez como candidato único, sendo reeleito para a presidência recebendo 422 votos. Na legislatura que terminaria em 2003, fora também presidente da Comissão de Finanças e Tributações. Negou, em junho, pedidos da oposição da abertura do processo de *Impeachment* contra Fernando Henrique Cardoso, depois de ser vazada uma gravação telefônica na qual o Presidente autorizava André Lara Resende, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a pressionar o fundo de pensões dos funcionários do Banco do Brasil e entrar nos consórcios que participaram do leilão da privatização do Sistema Telebrás. Temer, ainda neste ano atuou em favor da manutenção da Justiça do Trabalho, quando rejeitou a proposta da reforma do Judiciário, feita pelo deputado Aluísio Nunes Ferreira, que pedira sua extinção. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em 2000, a pauta que dominava os corredores da Câmara dos Deputados era a discussão sobre a reforma política, Temer defendeu o financiamento público de campanha, sob a égide de que este seria um mecanismo que assegurava a igualdade de oportunidade entre os partidos. Em 2001, apoiou a candidatura de Aécio Neves (PSDB-MG), para sua sucessão como presidente da Câmara Baixa, fato no qual logrou êxito com a vitória do peessedebista. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

- **Fora da Presidência da Câmara e seu Papel Como Articulador Político**

Depois de deixar a presidência da Câmara dos Deputados, Temer ainda teria dois anos de mandato como deputado federal, entretanto na mesma época, seu nome fora ventilado para assumir o Ministério da Justiça e/ou da Integração Nacional, fato que não ocorrera. No primeiro semestre de 2001, anunciou sua pré-candidatura ao governo de São Paulo nas eleições de 2002, sendo sua pretensão em pleitear o cargo acabada depois que setores ligados ao grupo de Orestes Quécia, opositores ao governo, anulou suas intenções políticas na convenção partidária do PMDB. Com a derrota, o grupo liderado por Temer fora convidado pelo governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho a ingressar no PSB e em troca seria candidato pelo partido do governador em São Paulo; recebera também convites do PPS e PTB. Contudo, Temer e seus apoiadores, decidiram permanecer no PMDB, e em setembro foi eleito presidente nacional do

partido com cerca de 60% dos votos, numa convenção conturbada, da qual derrotou Maguito Vilela que defendera a candidatura de Itamar Franco. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em outubro de 2000, fora outra vez reeleito deputado federal, com cerca de 252.229 votos. No pleito presidencial apoiou a candidatura de peessedebista José Serra, entretanto, com a vitória do Petista Luís Inácio Lula da Silva passou a articular conversas e a marcar encontros, com o Presidente eleito, antes mesmo de sua posse. O objetivo de Temer era que o PMDB participasse do novo governo, entretanto todo o diálogo feito por Temer fora vetado por Lula. Outrossim, em maio de 2003, seu partido, PMDB, passara a integrar oficialmente a base de coalizão do governo Lula. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Na legislatura 2003-2007, temer integrou as Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania. Foi reeleito presidente nacional do PMDB, em março de 2004, na ocasião defendera que o partido lançasse candidatura própria para os executivos municipais, estaduais e até mesmo federal na eleição de 2006 além de atacar o governo federal na parte econômica, segundo ele: (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

“Em 2003, o governo manteve o controle das contas públicas, e isso foi importante, mas, neste ano, tem de ousar e encontrar caminhos. O que se espera agora é ousadia no plano econômico. É preciso meios e modos de compatibilizar o controle da inflação com o crescimento econômico, a geração de emprego.” (TEMER, M., 2004 APUD, ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Temer, ainda disputou em 2004, às eleições municipais de São Paulo, com vice candidato na chapa de Luiza Erundina do PSB. No segundo turno deu aval para que os diretórios paulistas do PMDB manifestassem apoio ao candidato do PSDB José Serra, em disputa com a petista Marta Suplicy. Após a renúncia do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, ventilou-se o nome de Temer para voltar a presidir a casa, no entanto houve resistência tanto de seu partido quanto do governo federal, levando Temer a renunciar sua candidatura. No primeiro Semestre de 2006 defendeu ferrenhamente que seu partido deveria lançar candidatura própria às presidenciais de outubro, entretanto, em convenção partidária extraordinária em maio do mesmo ano, decidiu-se o contrário, retirando a candidatura do pemedebista Anthony Garotinho, que aparecia em terceiro lugar das intenções de votos do pleito. Sem candidato à Presidência, em julho, Temer declarou seu apoio a Geraldo Alckmin, procurando engajar líderes dos diretórios do PMDB para a campanha do peessedebista. Com a reeleição de Lula, logo aderiu

à agenda política do vitorioso, sendo um dos principais articuladores do PMDB com o segundo governo Lula. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em outubro de 2006, foi mais uma vez reeleito para a Câmara dos Deputados, com cerca 99.046 votos. Outrossim, Fora reconduzido, mais uma vez, em março de 2007 à presidência nacional do PMDB, numa convenção boicotada por José Sarney e Renan Calheiros. Temer Obteve 80% dos votos. Em sua nova posse, prometeu viabilizar candidatura própria do partido nas eleições de 2010. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

No início de 2009, foi reeleito com o apoio do PT e Lula para o cargo de presidente da Câmara, sua atuação durante o mandato (2009-2010), ficou marcada pela solução de trancar as pautas do governo, principalmente as que eram emitidas por Medidas Provisórias pelo Executivo; sob a justificativa de que estas travariam as pautas que eram importantes para o país. Em 2009, na chamada operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, seu nome fora citado em planilha da empreiteira Camargo Corrêa, que indicavam contabilidade paralela realizada pela empresa, citado 21 vezes, com quantias que chegavam a US\$ 345 mil Dólares, entre os anos de 1996 a 1998, o parlamentar defendeu-se por meio de uma nota à imprensa. Em 2012 fora convidado a ser vice-presidente da petista Dilma Rousseff após derrota da ala do PMDB que defendia candidatura própria do partido em 12 de junho de 2010. Para os petistas Temer era o melhor nome por ter o predicado de conciliador, com grande capacidade de diálogo, sendo o perfil político necessário em negociações no Congresso Nacional, tendo em vista a característica mais técnica do que política de Dilma. Temer foi eleito vice-presidente, em um segundo turno contra José Serra, que outrora apoiara. Renunciou à presidência da Câmara em 17 de dezembro de 2010 e tomou posse junto com a Presidente eleita Dilma Rousseff, em primeiro de janeiro de 2011. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Nos primeiros meses de governo, Temer exerceu intensa articulação política, para intermediar os interesses do PMDB com o governo, reafirmou o compromisso em apoiar o nome de um candidato petista à presidência da Câmara, havendo uma alternância no segundo biênio com a indicação de um peemedebista. Em relação ao Salário mínimo defendeu que naquele ano deveria ser estabelecido em R\$ 545,00 Reais e não em R\$ 560,00 como pretendia a oposição e até alguns deputados petistas. Fora intensa a intermediação entre ministros, prefeitos, magistrados, empresários e parlamentares em seu gabinete. Era notória também sua tarefa em controlar o PMDB paulista, tentando unificar a legenda que até então apresentava dissidências. Descontente com a partilha do poder Executivo, Temer defendeu uma maior ocupação de cargos no governo por correligionários de seu partido, fato que ocorreu durante a festa de 45 anos da fundação do PMDB, Temer ampliou sua influência, coordenando reuniões

para resolver conflitos com a base governista, por diversas vezes procurou parlamentares insatisfeitos por uma suposta falta de interlocução com o governo, tomando para si a função de articulador político. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em abril, o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, tornou público inquérito enviado ao órgão que tramitava em sigilo e investigava o envolvimento do vice-presidente em um esquema de corrupção no Porto de Santos. Aberto em 2006, a acusação teve origem através de notícias envolvendo uma ação de reconhecimento de dissolução de união estável, movida por uma ex-companheira de Marcelo de Azevedo, ex-presidente da Companhia das Docas do Estado de São Paulo (Codesp); na qual, fora imputada a Azevedo, a Temer e a uma terceira pessoa por fraudes em licitações em troca de propinas dos vencedores das concorrências. Por entender que não existiam provas suficientes contra Temer, Marco Aurélio Mello adotou o entendimento do então procurador-geral da República, Roberto Gurgel, arquivado o caso. Outro fato inédito, foi que se conjecturou que Temer ocuparia o cargo de ministro da Defesa, no lugar de Néelson Jobim, por ter criticado figurões petistas ligados à Presidente em entrevista à imprensa. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Nas eleições municipais de 2012, após o resultado do primeiro turno, Michel Temer declarou que o PMDB deveria fazer coligações com PT nas cidades em que essa possibilidade fosse uma opção. Uma vez que a junção dos dois partidos sairia fortalecida com a conquista presidencial de 2010. Já em São Paulo, o apoio de Gabriel Chalita (PMDB) a Fernando Haddad (PT), no segundo turno contra José Serra (PSDB) ocorreu à duras custas. Em relação a Lei que redistribuía os *royalties* do Pré-Sal, Temer admitiu que o governo estava preocupado com a derrubada dos vetos da Presidente Dilma pelo Congresso. Projeto este que levou ao encaminhamento de Lei 12.734/2012, na qual estados e municípios não produtores da matéria-prima passariam a receber valores mais significativos dos *royalties*. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

No início de 2013, Temer sofreu uma derrota com a eleição de Eduardo Cunha para liderança do PMDB na Câmara baixa, afetando o governo e o PT, que acreditava enfrentar maiores dificuldades nas articulações políticas. Em fevereiro, foi ventilada a possibilidade de Temer concorrer ao governo de São Paulo, cedendo seu posto de vice na eleição subsequente para o governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB), tal fato desagradou o núcleo do PMDB e o PT paulista, que queria lançar candidaturas próprias. Também em 2013, uma reportagem da revista *Veja* denunciou que o vice-presidente teria nomeado uma funcionária de seu gabinete para dirigir uma empresa da qual era sócio junto com sua filha. Após a denúncia, sua assessoria fez um pedido de alteração à junta comercial para que o nome de Gilda, sua assessora, fosse retirado do cargo de gerência. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em junho de 2013, eclodiram diversas manifestações populares, partidárias que tiveram como estopim o aumento das passagens de ônibus, como já fora salientadas na biografia presidencial de Dilma Rousseff. Em setembro Temer tentou arbitrar um impasse entre o então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e o presidente da Câmara dos Deputados Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), sobre a questão do voto aberto no Congresso. Enquanto que na Câmara fora aprovada o voto aberto em todas as votações, o presidente do Senado discordara, defendendo que o voto secreto deveria ser utilizado apenas para a cassação de deputados e senadores, mas mantendo a possibilidade abri-lo para as demais votações. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Temer, declarou que o julgamento do mensalão e a condenação dos envolvidos seria o tema de partidos opositores na campanha de reeleição de 2014, mas que não interferiria nos resultados, visto que a popularidade de Rousseff vinha em ascensão depois de leve queda pós manifestações de junho de 2013. Em janeiro de 2014, foi alvo de críticas de parte de seu partido, insatisfeitos com uma possível resistência de Dilma Rousseff em abrir mais espaços de poder e pastas ministeriais ao PMDB na reforma ministerial que ocorreria em março. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Recaiam-lhe denúncias de não atendimento de demandas do partido, além de cobranças por políticos tanto do PMDB quanto do PT acerca de alianças em diversos estados com postulantes em disputas diretas. Em meio à nova crise com sua base aliada o vice-presidente fora novamente escalado para reconciliar a ala rebelde do PMDB na Câmara dos Deputados, tendo o PT oferecido um pacote de apoio em seis estados – Maranhão, Pará, Sergipe, Alagoas, Tocantins e Paraíba – nas eleições de outubro associado a ampliação do espaço do PMDB ao primeiro escalão do governo. Em março, Temer se posicionou contra a abertura de uma CPI mista que tinha como intuito investigar as irregularidades nas operações da Petrobras, visto que, segundo ele, o caso já estava sendo investigado pela PF e pelo TCU. A crise explodiu, após o jornal *O Estado de S. Paulo* revelar que a Presidente Rousseff teria reconhecido como falho o parecer dado sobre a compra da refinaria de Pasadena, (EUA), fato supramencionado na biografia anterior. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em julho do mesmo ano Temer assumiu a presidência do PMDB, cargo que estava afastado desde 2013, no mês seguinte teve pelo TSE o registro de sua candidatura como vice, deferida pelo TSE, com o registro da coligação Com a Força do Povo, encabeçada por Dilma e composta pelos partidos: PSD, PP, PR, Partido Republicano da Ordem Social (PROS), PDT, PC do B e PRB. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

- **A Reeleição de Dilma, ou Melhor, A Eleição de Temer**

Em 05 de outubro de 2014 fora realizado o pleito presidencial em primeiro turno, a chapa Dilma/Temer recebera 43,3 milhões de votos, cerca de 41,5% dos votos válidos, levando-os à disputa com o candidato do PSDB, em segundo turno, Aécio Neves. Embora sendo uma disputa deveras acirrada, a chapa vencedora fora reconduzida ao cargo com um total de 51,64% dos votos válidos. Empossados em janeiro de 2015, enfrentaram a primeira derrota no mês posterior com a vitória de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara baixa, apontado como desafeto peemedebista da Presidente. Dilma, novamente incumbiu a Temer a articulação política a partir de abril, tendo-o que se afastar da presidência do PMDB para o seu novo encargo. A decisão ocorreu depois de manifestações nas semanas anteriores pedindo a saída da Presidente do cargo. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Com o anúncio do rompimento de Eduardo Cunha em julho, Michel Temer procurou apaziguar os ânimos, alegando que sua atitude não refletiria na orientação tomada pelo partido. Após quatro meses de articulação política, Temer abandonou o cargo, alegando boicote a seu trabalho, passando o posto para Eliseu Padilha (PMDB/RS). Antes de adotar tal atitude se reunira com Lula e lideranças do PMDB, na tentativa de uma reaproximação entre o partido e o governo, destaca-se a reforma ministerial feita por Dilma em 05 de outubro, supracitada, cedendo espaço para o PMDB ocupar sete pastas. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Com o aceite do pedido de abertura do processo de *Impeachment* em 02 de dezembro de 2015 por Cunha, e com a carta à Presidente, na qual Temer sinalizara um gesto de rompimento pessoal com a Presidência, ficou evidente um futuro colapso do governo, em suas palavras: “*passei os quatro anos de governo como vice decorativo...Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas*” .(ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em encontro com o Lula, em março, o então vice-presidente acordou que Dilma não nomearia ninguém do PMDB para qualquer cargo nos 30 dias vindouros. Na convenção nacional do partido, ocorrida em 12 de março, Temer foi reeleito pela sexta vez, com uma ampla margem de 96% dos votos totais, como presidente do partido, conseguindo que a sigla não rompesse com o governo. Entretanto, quatro dias depois, o governo anunciou mudanças ministeriais, tornando o Mauro Lopes (PMDB/MG), ministro da Aviação Civil, fato que quebrara o acordo feito com Lula, que na ocasião também fora nomeado, no mesmo Despacho,

ministro da Casa Civil. Considerado traído pela Presidente, por não ter cumprido o acordo, Temer avaliou o caso como sendo uma tentativa do Planalto de desestabilizar seu nome dentro de seu próprio partido. Destarte, deu-se início às negociações que levariam à saída do PMDB do governo, decisão que fora anunciada pelo senador Romero Jucá (PMDB/RR), Ficara também decidido que os ministros do partido deveriam deixar suas funções no governo, sendo o primeiro a cumprir suas funções Henrique Eduardo Alves, então ministro do Turismo. Na residência oficial da vice-presidência, o Palácio do Jaburu, Temer passou a receber diariamente visitas de diversos parlamentares de distintos partidos. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em seis de abril, o ministro do Supremo, Marco Aurélio Melo, ordenou que a Câmara dos Deputados avaliasse o pedido de processo de *Impeachment* interpretado pelo advogado Mariel Marley Marra, contra Temer, sob justificativa de suposto crime de responsabilidade por ele praticado. Entretanto, Cunha já tinha rejeitado o processo argumento não ter indícios do crime. Em dezembro de 2016, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ) ordenou que a abertura do processo fosse submetida ao plenário do tribunal. Ainda em abril, vazou na mídia, um áudio no qual Temer pedira um governo de salvação nacional. Com o processo de impedimento de sua cabeça de chapa em pleno vapor, Dilma o acusou, juntamente com Eduardo Cunha, de tentarem interpor um golpe contra seu governo. Com a votação de 12 de maio, supracitada na biografia anterior, Dilma fora afastada de suas funções por 180 dias e seu, até então, vice, Michel Temer, assumiu a Presidência como Presidente em exercício. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

- **Temer: De “Vice Decorativo” a Presidente da República**

Em 12 de maio, como Presidente em exercício empossou seu ministério, composto pelos partidos: PMDB, PP, PSDB, PSD, DEM, PRB, PSB, PTB e PR. O número de pastas caiu de 32 para 23 Ministérios, havendo a fusão de Comunicação com Ciência e Tecnologia; e a incorporação das Secretarias de Aviação Civil e dos Portos ao Ministério dos Transportes. O Ministério de Direitos Humanos, Política para Mulheres e Igualdade Racial, foram mesclados na pasta do Ministério da Justiça, que passou a ser chamado de Ministério da Justiça e Cidadania. Os Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário passaram a ser o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Os Ministérios da Educação e Cultura foram unidos em uma única pasta. A Controladoria-Geral

da União, passou a chamar-se de Ministério da Fiscalização Transparência e Controle. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a Chefia de Gabinete, a Advocacia-Geral da União e o Banco do Brasil perderam o *status* de Ministérios. Entretanto, o Gabinete de Segurança Institucional passou a ser considerado pasta ministerial. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em seu primeiro discurso, Temer defendeu a unificação do país, reforçou a necessidade de tomar medidas econômicas para superar a crise, traçou compromisso com o equilíbrio das contas públicas e a manutenção dos programas sociais. Defendeu a permanência sem interferências da operação Lava-Jato. Em primeira instância houveram muitas críticas por parte da opinião pública pela ausência de mulheres no Ministério, outra queixa fora contra a extinção do Ministério da Cultura, pauta que o Presidente retroagiu recriando-o. Herdou do governo Rousseff uma grave crise econômica, com a inflação chegando aos dois dígitos, 10%, nomeou Henrique Meireles para o Ministério da Fazenda, de acordo com o que desejara o mercado financeiro por um nome mais ortodoxo. Em 12 dias de gestão, Romero Jucá, ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, deixou o governo depois de vazamento do áudio de conversa sua com Sérgio Machado, ex-presidente da Transpreto, na qual se falava da necessidade de um pacto contra a operação Lava-Jato. Em Sequência, Fabiano Silveira, responsável pela pasta da Transparência, Fiscalização e Controle, pediu demissão do cargo pelo mesmo motivo. Dias após, Henrique Eduardo Alves, ministro do Turismo, fora exonerado sob suspeita de recebimento propina durante sua campanha para o governo do Rio Grande do Norte em 2014. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

A delação premiada de Sergio Machado, levou as investigações da Operação Lava Jato para o interior do então governo Temer, segundo ele, o agora Presidente teria solicitado recursos ilícitos para a campanha do também peemedebista Gabriel Chalita para a prefeitura de São Paulo em 2012, para além do Presidente, foram citados outros 20 políticos que teriam se beneficiados com a corrupção na Petrobras. Em 15 de janeiro temer apresentou uma PEC que limitaria o aumento dos gastos públicos, apelidada de “*PEC do Teto dos Gastos*”, com a proposta, que começaria a valer a partir de 2017, aos gastos ficariam limitados por 20 anos, sendo as despesas corrigidas pela inflação do ano anterior. Tais medidas serviam para todos setores do funcionalismo, exceto para saúde e educação, que só começariam no esquema do teto em 2018. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Com a finalização do julgamento do impedimento e a cassação de Rousseff pelo Senado em 31 de agosto de 2016, Temer assumiu de fato o cargo de Presidente da República, tendo seu mandato assegurado até 31 de dezembro de 2018. Tentado revitalizar a economia, liberou uma

linha de crédito de R\$ 30 bilhões de Reais para micro e pequenas empresa pelo Banco do Brasil e Pela Caixa Econômica Federal. Anunciou um pacto nacional para o equilíbrio de contas públicas, no qual o governo federal daria aos estados uma fatia dos recursos arrecadados com a repatriação de bens mantidos no exterior que não foram declarados ao imposto de renda, pedindo em troca, dos governadores, um forte ajuste fiscal e aumento das contribuições previdenciárias pelos servidores.

O governo Temer, a bem da verdade, já nasceu dentro de uma crise e ceceado de protestos, culminando nas manifestações de 22 de setembro, no Dia Nacional da Paralisação e Mobilização das Categorias, convocado pelas centrais sindicais ocorrendo em 23 estados e no Distrito Federal. Nesta ocasião, milhares de pessoas foram às ruas contra as perdas de direitos trabalhistas e a reforma previdenciária, que constavam na agenda do governo. Novos protestos eclodiram em novembro contra a PEC do Teto dos Gastos, porém sem sucesso, uma que a Lei fora aprovada pelo Senado Federal em 13 de dezembro respaldada por ampla maioria dos votantes. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em novembro de 2016, o então ministro da Cultura, Marcelo Calero, solicitou sua saída da pasta devido à pressão sofrida pelo secretário de governo, Geddel Vieira Lima, para que o ministro emitisse um parecer técnico, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), condizente com seus interesses pessoais, no intuito de legalizar uma área protegida pelo órgão para a construção de um apartamento de alto padrão, no qual Vieira moraria. Com a crise, além de Calero, Geddel também pediu demissão do governo. Devido os acontecimentos, representantes de movimentos sociais do PCdoB e do PT, protocolaram um pedido de *Impeachment* na Câmara dos Deputados contra o Presidente, alegando sua participação nos fatos demonstrados. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

No fim de 2016 o governo apresentava baixos índices de popularidade devido a lenta retomada da economia e da impopularidade de suas medidas, destacavam-se também o crescimento do desemprego e escândalos do alto escalão do governo em Delações Premiadas da Lava Jato. Para amenizar a situação em 15 de dezembro, o Planalto anunciou um pacote de medidas para estimular o crescimento e diminuir o desemprego, facilitando o acesso ao crédito e diminuindo a burocracia no mundo dos negócios; destacam-se a criação de um programa de recuperação de débitos fiscais para empresas, incentivos ao setor imobiliário, reduções de juros no cartão de crédito e uma série de novos benefícios no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Em sua vida civil, Temer foi professor de Direito Constitucional na PUC-SP e dos cursos de pós-graduação em Direito na mesma instituição. Fora também professor da Faculdade

de Direito de ITU (SP) e autor da lei dos tribunais de pequenas causas e das delegacias dos crimes contra mulher, direitos autorais e raciais. Casou-se, primeiramente, com Neusa Aparecida Popinigis, tendo com ela três filhas, no seu segundo casamento com Marcela Tedeschi Araújo, teve um filho. (ROBERTI, E., *et al, Idem*)

Embora tenha exercido um papel importante na vida política pós a Presidência, no que concerne à articulação interpartidária, acabam-se aqui, no período presidencial, às análises de sua biografia. Restando agora enquadrá-lo na taxonomia de (BARBER, 1972) “Categoria I” sob a égide das métricas da tomada de decisão de José Sarney. A classificação dos valores se dá de acordo com a frequência dos acontecimentos dispostos em sua biografia, atribui-se “0” à ausência total da variável pesquisada, “0,25” à pouca presença da variável, “0,5” como presença parcial, “0,75” à quase totalidade da variável analisada e “1” para sua totalidade.

Tabela 9 - Michel Temer : Métricas da Tomada de Decisões.

TIPO	Valores (0/0,25/ 0,5/0,75/ 1)	JUSTIFICATIVA
Tipo de Regime.	1	Período de plena democracia, com votação direta para cargos políticos.
Interesse em Política Externa.	0,50	Embora não tenha tido tempo suficiente para desenvolver uma Política Externa de fato em seu mandato, enquanto vice, participara de diversas comitivas incentivando a venda de produtos nacionais
Atitude em Caráter de Crises.	1	Bem articulado, com boa capacidade de diálogo e barganha, sempre resolveu as crises da melhor maneira e a seu favor.
Capacidade de Liderança.	1	Um líder nato, reeleito por diversas vezes presidente da Câmara e do PMDB
Capacidade de se Impor ao Gabinete.	1	Embora fosse adepto ao diálogo, sempre comandou bem suas equipes e correligionários.
Capacidade em Seguir Recomendações.	1	Do diálogo e da barganha com todo o Congresso o Presidente se baseava por tendências, quase sempre assertivas.
Capacidade de Delegar Tarefas.	0,75	Embora tenha sido um bom líder e articulador Temer algumas vezes não conseguiu controlar seu alto escalão.

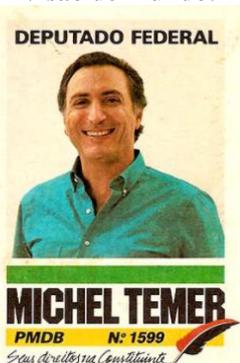
Fonte: Elaboração do autor de acordo com Barber (1972)

Score Michel Temer : 6,25

As métricas da tomada de decisão, dispostas na tabela acima, servirão para classificar o Caráter Presidencial de Michel Temer no capítulo posterior “Categoria I”, entretanto por hora,

assim como sugerido por Barber (Idem), de acordo com a análise de sua biografia, pode atribuir-se sua Visão de Mundo e seu Estilo Presidencial “*Categoria II*”, respaldados de acordo com o quadro abaixo:

Figura 12.-Michel Temer : Visão de Mundo e Estilo Presidencial

Classificação de acordo com os critérios elencados a luz de (Barber, 1972)	Michel Temer
<p>Visão de Mundo:</p> 	<p>Michel Temer, embora sempre muito sério e dedicado aos estudos, sempre fora um otimista e perseverante em relação a seu futuro, exercendo características de lideranças, fato que foi exponenciado em sua formação universitária. Conhecedor pleno do constitucionalismo brasileiro e dono de uma inteligência social e emocional de grande proporção, sempre soube esperar sua vez, preferido os caminhos mais longos, porém traçados com perfeição, em sua trajetória política e de vida. Nada ficava sob o tapete em relação a sua vida pessoal e profissional, Temer sempre dialogava, expunha suas ideias e convicções, mais do que isso, as defendia ferrenhamente. Fator que lhe tornou um líder natural nas diversas searas de sua vida, rendendo-lhe prestígio por onde passara.</p>
<p>Estilo Presidencial:</p> 	<p>Michel Temer adotara um Estilo Presidencial ligado a sua longa experiência parlamentar na Câmara dos Deputados, sendo por diversas vezes líder do PMDB e presidente da Câmara por diversos mandatos. Temer conheceu bem a composição do Congresso Nacional, sempre bem articulado e engajado nas aprovações de suas pautas. Em sua imagem como Presidente, trouxe uma conotação de seriedade e erudição ao cargo, destacando-se por sua retórica e gesticulação. Como Presidente, soubera conduzir sua base aliada, ao mesmo passo em que barganhava com a oposição a aprovação de seus projetos. Durante seus anos de mandato, governou com baixíssimos índices de aprovação, entretanto, por seu personalismo, conseguiu permanecer no cargo, visto que soubera controlar de maneira bastante prudente seu ministério e base aliada.</p>

Fonte: Elaboração do autor de acordo com a biografia do Presidente. Imagem 01 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel_Temer. Acesso em 17 de Set. de 2020. Imagem 02 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/planalto-divulga-foto-oficial-do-presidente-michel-temer.ghtml> . Acesso em: 19 de Set. de 2020.

5 OS CARACTERES DOS PRESIDENTES DA NOVA REPÚBLICA. AVANÇO QUANTITATIVO DA CLASSIFICAÇÃO DE BARBER (1972)

Uma vez analisados todos os Presidentes, com os devidos mandatos encerrados da Nova República, classificados assim como feito Barber (1972) suas Visões de mundo e Estilos Presidenciais (Categoria I) , restando-nos agora demonstrar os tipos de Caracteres dos Presidentes Brasileiros da Nova República. A comparação entre os Caracteres fora realizada através da mensuração, com base nas biografias presidenciais, de acordo com as variáveis contidas na *tabela 02 – Categoria II: Métricas da análise biográfica segundo Barber (1972)*, assim cada Presidente obteve seu *score*, podendo obter de 0 a 7 pontos em suas performances presidenciais, disponíveis nas tabelas *Métricas da Tomada de Decisões* elaborada para Cada Presidente, expostas acima, temos os seguintes *scores* presidenciais:

Tabela 10 - Presidentes da Nova República e Suas Performances Agenciais.

PRESIDENTE	SCORE
SARNEY (1985-1990)	5,25
COLLOR (1990-1992)	2,5
ITAMAR (1992-1995)	4,5
FHC (1995-2003)	6,25
LULA (2003-2011)	7
DILMA (2011- 2016)	3,75
TEMER (2016-2019)	6,25

Fonte. Elaboração do Autor.

Diferentemente da situação Americana, na qual não houvera períodos de governo não democráticos, país no qual o estudo de Barber (1972) fora realizado, retira-se neste trabalho a pontuação obtida por cada Presidente na variável “*Tipo de Regime*”, uma vez que a Nova República fora eclodida depois de um período de instabilidade do Sistema Presidencial brasileiro, pós Ditadura Militar, deste modo é criado um segundo *score*, (SCORE 2), através da subtração dos pontos de cada presidente nesta variável. Assim temos o seguinte índice:

Tabela 11 – Índice: Presidentes da Nova República e suas Performances Agenciais no Estado Democrático de Direito Brasileiro.

PRESIDENTE	SCORE2
SARNEY (1985-1990)	4,75
COLLOR (1990-1992)	1,5
ITAMAR (1992-1995)	3,5
FHC (1995-2003)	5,25
LULA (2003-2011)	6
DILMA (2011- 2016)	2,75
TEMER (2016-2019)	5,25

Fonte. Elaboração do Autor.

Para classificar os tipos de Caracteres Presidenciais, esta dissertação usou os seguintes critérios: Presidentes com (SCORE2) ente “0” a “1,49” pontos detêm características *Passivas Negativas*, sendo estes Presidentes detentores de Caráter *Retraído*. Presidentes com (SCORE2) ente “1,5” a “2,9” pontos detêm características *Ativas Negativas*, sendo estes Presidentes detentores de Caráter *Compulsivo*. Presidentes com (SCORE2) ente “3” a “4,4” pontos detêm características *Passivas Positivas*, sendo estes Presidentes detentores de Caráter *Complacente* e por fim, Presidentes com (SCORE2) ente “4,5” a “6” pontos detêm características *Ativas Positivas*, sendo estes Presidentes detentores de Caráter *Adaptativo*. Esta sistematização ocorreu através da divisão dos número total de variáveis, 06, mensuradas por Barber (1972), pelos 04 categorias de Caráter Presidencial elencadas pelo autor. Assim, como uma divisão simples, de 6/4, seguindo a lógica valorativa do autor replicado, considero o tipo menos valoroso de Caráter aqueles que detêm características *Passivas Negativas* com a menor pontuação, indo de 0 a 1,49, sendo assim, os detentores de características *Ativas Positivas*, indo de 4,5 a 6 como pontuação obtida. Assim têm-se, por presidente, as respectivas caraterísticas:

Tabela 12 - Características Valorativas dos Presidentes Analisados.

Presidente	Caraterística Ativas ou Passivas	Características Positivas ou Negativas
SARNEY (1985-1990)	ATIVO	POSITIVO
COLLOR (1990-1992)	ATIVO	NEGATIVO
ITAMAR (1992-1995)	PASSSIVO	POSITIVO
FHC (1995-2003)	ATIVO	POSITIVO
LULA (2003-2011)	ATIVO	POSITIVO
DILMA (2011- 2016)	ATIVA	NEGATIVA
TEMER (2016-2019)	ATIVO	POSITIVO

Fonte: Elaboração do autor.

Outrossim, com a sistematização das características elencadas na *Tabela 12*, Torna-se possível mensurar, à luz de Barber (*Idem*) os Caracteres presidenciais dos Presidentes da Nova República.

Tabela 13- Presidentes e Seus Respectivos Caracteres Presidenciais.

PRESIDENTE	CARATÉR
SARNEY (1985-1990)	ADPTATIVO
COLLOR (1990-1992)	COMPULSIVO
ITAMAR (1992-1995)	COMPLACENTE
FHC (1995-2003)	ADPTATIVO
LULA (2003-2011)	ADPTATIVO
DILMA (2011- 2016)	COMPULSIVA
TEMER (2016-2019)	ADPTATIVO

Fonte. Elaboração do Autor.

Outrossim, uma vez que foram atribuídos os Caracteres para cada Presidente, nos resta agora comparar o índice criado neste trabalho com os critérios descritivos atribuídos a cada Presidente por Barber (*Idem*) em suas definições dos tipos de Caracteres Presidenciais, - de acordo com a *Figura 1 - Categoria II. A taxonomia Barberiana: 04 Tipos de Caracteres Presidencial:*

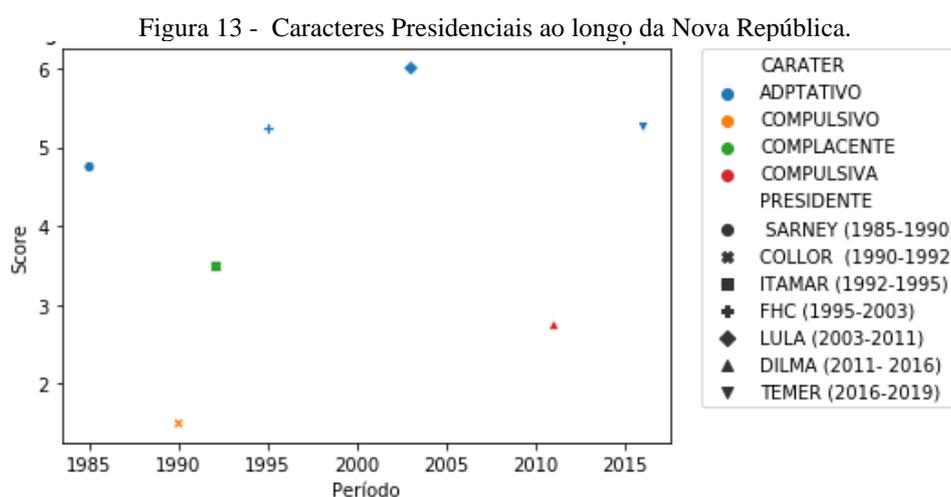
Tabela 14 - Presidentes Analisados e descrição de seu Caráter Presidencial.

PRESIDENTES	DESCRIÇÃO DO CARATÉR POR BARBER (1972)
Caso não encontrado na Nova República.	Retraído: Responde a um senso de dever; evita centralização e excesso de poder; Baixa autoestima compensada pelo serviço prestado a terceiros; Se antecipa aos questionamentos; Evita conflitos e incertezas; enfatiza seus princípios e procedimentos; apresenta aversão à politicagem.
COLLOR (1990-1992), DILMA (2011- 2016).	Compulsivo: Poder como meio de autorrealização; gasta grande energia ao realizar tarefas do mandato, mas obtém pouca alegria; preocupado com o fato de fracassar ou ser bem-sucedido; baixa autoestima, inclinada à rigidez e ao pessimismo; altamente dirigível.
ITAMAR (1992-1995).	Complacente: procura ser amado; facilmente manipulável, a baixa autoestima é superada por sua personalidade cativante, reage mais do que toma iniciativa; otimista superficialmente.
SARNEY (1985-1990), FHC (1995-2003), LULA (2003-2011), TEMER (2016-2019).	Adaptativo: Autoconfiante; flexível, cria oportunidades de ação; goza do exercício do poder, não se leva muito a sério, otimista; enfatiza o "domínio racional" de seu ambiente; O poder é usado como meio para obter resultados benéficos.

Fonte: Elaboração de acordo com o índice do autor.

Nos chama a atenção duas regularidades empíricas encontradas na elaboração do “*índice Presidentes da Nova República e suas Performances Agenciais no Estado Democrático de Direito Brasileiro.*”. Os dois Presidentes analisados que sofreram *Impeachment* em seus respectivos governos, Fernando Collor e Dilma Rousseff, detêm caráter do tipo *Compulsivo*. Os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, ambos reeleitos e com mandatos finalizados, são detentores, em seus respectivos governos, de Caráter do tipo *Adaptativo*. O Presidente José Sarney e Michel Temer também foram classificados como Presidentes adaptativos, entretanto ambos não foram reeleitos, no caso de Sarney a possibilidade de reeleição ainda não existia e no caso de Temer, seu governo fora tido no momento de *Impeachment* de Dilma. Contudo, ambos logram êxito em terminar seus mandatos. Itamar fora classificado como Presidente complacente, uma vez que preparou terreno para a vitória de Fernando Henrique Cardoso com a implementação do Plano Real, haja vista que seu governo fora iniciado após o processo de impedimento de Collor.

Destarte, temos a seguinte classificação de Caracteres Presidenciais para os Presidentes da Nova República em seus respectivos mandatos, distribuídos ao longo do tempo da Nova República, de (1985 a 2018). Para facilitar a replicabilidade desta dissertação, estão disponibilizados, nas referências da *Figura 13*, os *hiperlinks*, nos quais estão disponibilizados as bases e análises dos dados.



Fonte. Elaboração do Autor, Código e Base Fonte Disponíveis em <https://colab.research.google.com/drive/15i8Va6NAsoqbEuL4w6XGMqCIkhgoZdF1?usp=sharing> e em <https://drive.google.com/drive/folders/1Ghp51EFcu6CSejszZaCJ2cta9Ct3DKkB>.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO.

Não obstante ao que vem acontecendo no cenário geopolítico global, não importando qual o tipo de Sistema Político adotado, ou se quer o tipo de Regime, é notório o grau cada vez mais elevado de personalismo dos líderes mundiais em suas respectivas nações. Com o uso maciço da Internet, reverberados na utilização contínua da população conquanto às redes sociais, está cada vez mais facilitado o acompanhamento da vida dos chefes do Executivo ao redor de um mundo globalizado em plena quarta revolução industrial, a revolução dos códigos, robôes e da inteligência artificial.

Deste modo, o alcance destes líderes consegue romper qualquer tipo de fronteira física e elevar seu personalismo, através de seus atributos pessoais e cognitivos ao redor do planeta. Desta maneira, esta dissertação sustenta o argumento de que as distinções entre Política Externa e Interna estão cada vez mais voláteis, estando estas no limiar de uma única política, em um único plano. Assim, revisitando a classificação feita por Putnam, (1988) de “Jogos de dois níveis” se vem a sugerir uma nova maneira de se pensar a o jogo político, assim como já antecipado previamente pela literatura de Processos Integração Regional, o Jogo de Único Nível.

O novo conceito, postulado neste trabalho, versa sugerir que os chefes dos mais distintos Executivos, através de seu processo de cognição, têm a noção de que seus atributos pessoais, tais quais Caráter, Visão de Mundo e Estilo Presidencial, elencados por Barber. (1972), logram chegar a uma gama cada vez maior de pessoas, postulando-os aos diversos matizes globais quando estes apelam pelo uso excessivo de sua personalidade, uma vez que, quanto maior o número de “*intimidade*” destes atores políticos nas plataformas on-line, maior será o engajamento alcançado em um único Nível, o Digital. Fenômenos estes que não conseguem serem respondidos de maneira factível pela Ciência Política, apelando para o uso da Análise de Política Externa, como subdisciplina das Relações Internacionais, que em sua literatura consegue incluir a cognição dos atores no jogo político.

Prega-se aqui, a união das duas disciplinas, em torno de um projeto catedrático que logre diagnosticar esse novo desafio empírico. O mundo social está agora camuflado sob algarismos binários, imperceptíveis aos olhos desatentos de pesquisadores que insistem no não enfrentamento desse fenômeno. Tal argumento não é o mesmo que afirmar que a Ciência Social

precisa ser o mais naturalista possível, muito pelo o contrário, refere-se neste trabalho que existe um Mundo Social, novo, debaixo da naturalidade das Ciências Exatas.

Deste modo, revisitando também a obra do Weber, (2011), sintetizada na distinção entre *viver da e para a política*, sugere-se neste trabalho uma nova classificação, o *Viver na Política*. Aos olhares mais desatentos, pode-se perecer um mero mecanismo casuístico para a criação de um novo conceito. Entretanto a política se molda ao mundo social, assim como as raízes de uma árvore se moldam na busca pela água necessária para a sua subsistência. Viver na Política, no mundo factível atual, nada mais é do que a disseminação artificial, por meio das novas tecnologias, de características latentes apenas no nível da subjetividade, entendidos notoriamente pela Psicologia como Ciência. A sensação de estar o tempo todo perto de seus familiares e amigos através de aparelhos tecnológicos, se refletem também como fenômeno político, criando a sensação, a título de exemplo, que os sujeitos saibam mais informações sobre a vida cotidiana do Presidente que governa sua nação, do que se seus parentes que frequentam o mesmo ciclo social no mundo tangível. Não sendo possível distinguir as proporções reais do personalismo destes líderes enquanto sujeitos em um mundo digital.

Assim, essa dissertação, demonstra de forma exploratória, que os atributos psicológicos dos Presidentes importam. Aprofundando-se em um Estudo de Caso Múltiplo, permeando o modelo exploratório de pesquisa, da Nova República, tendo como foco 08 distintas unidades de análise (Presidentes), das quais, fora possível diagnosticar que as Instituições são moldadas pelos sujeitos, neste estudo, os Presidentes, distanciando-se da corrente institucionalista da Ciência Política de que as instituições moldam sujeitos. O papel que o Estado exerce nas Democracias Representativas, sejam elas a nível Interno ou Externo está cada vez mais randômico, a deprender do ocupante que navegará “o barco” presidencial

De modo mais contundente, responde-se a pergunta de pesquisa deste trabalho: “*Como as características agenciais dos Presidentes afetam o Executivo do Brasil?*”. Sendo ela respondida pelo o mapeamento da Visão de Mundo, do Estilo Presidencial e dos Caracteres dos Presidentes da Nova República. Desta forma, sustenta-se a hipótese exploratória desta pesquisa de que “*as características agenciais, vislumbradas no processo de Tomada de Decisão, dos Presidentes brasileiros afetam o Executivo Brasileiro*”. Uma vez que, com estes 03 conceitos propostos por Barber (1972), sob a ótica da Teoria do Ator Específico, Hudson (2005), é possível mensurar como aspectos cognitivos, nomeados nesta dissertação como *Características Agenciais*, afetam a Instituição República, haja vista que, são utilizados como métricas para aferir as respectivas subjetividades dos Presidentes analisados.

Assim, abre-se uma nova agenda de pesquisa, pautada na implementação da Análise de Política Externa para o caso brasileiro, uma vez que, a Nova República Brasileira é a República das instituições informais, do personalismo e da globalização. A Presidência, na Nova República brasileira, vem sendo compreendida como uma grande corporação empresarial, na qual o Presidente, Pessoa Física, a coordena como Pessoa Jurídica. Em última instância, esta dissertação trará ao povo brasileiro e à comunidade acadêmica um entendimento maior do seu sistema político e dos atores decisivos no arcabouço presidencial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriel Tadeu Lucas de. **As relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985)**. 2008.

AURÉLIO PIMENTA DE FARIA, Carlos. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenação dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes Societários. **Contexto internacional**, v. 34, n. 1, 2012.

BARBER, James David. **The presidential character**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1972.

BARDARÓ, M, PINHEIRO, L., LULA, **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, FGV CPDOC, Rio de Janeiro, [S.I.], Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>. Acesso em: 23 Maio. 2020.

BARNABÉ, Israel Roberto. O Itamaraty e a Diplomacia Presidencial nos governos FHC e Lula. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 29-45, 2013.

BARNES, Kevin. Gronlandic Edit *In: MONTREAL, OF. Hissing Fauna, Are You the Destroyer?*. Illinois,: Polyvinyl Record Co., 2007. Faixa 5. CD.

BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 127-155, 2016.

BRASIL, Senado Federal. **Ato Institucional nº 1, de 9 de Abril de 1964**. Rio de Janeiro, 1964.

BRASIL, Senado Federal. **Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965**. Brasília: Presidente da República, 1965.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. 1968.

CARDOSO, Fernando Henrique. A Política Externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 1, p. 5-12, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas**. Paz e Terra, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. **Difusão Européia do Livro**, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. Formação e Desintegração da Sociedade de Castas: o Negro na Ordem Escravocrata do Rio Grande do Sul. 1961, **Tese de Doutorado**, Localização CAPH.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 2, p. 495-519, 2000.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil** (2011-2014). 2014.

CHAISTY, Paul; CHEESEMAN, Nic; POWER, Timothy. **Rethinking the 'presidentialism debate'**: conceptualizing coalitional politics in cross-regional perspective. *Democratization*, v. 21, n. 1, p. 72-94, 2014.

DANESE, Sergio França. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Topbooks, 1999.

DE OLIVEIRA NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Zahar, 1997.

DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. Política Externa brasileira. **Saraiva Educação SA**, 2017.

DE PIERI, Vitor Stuart Gabriel. **Geopolítica de los conflictos intermésticos en Sudamérica**. *Revista de Geopolítica*, v. 2, n. 2, p. 28-48, 2016.

DIAS, S., LEMOS, R., CARNEIRO, A. JOSE RIBAMAR FERREIRA DE ARAUJO COSTA. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** FGV CPDOC, Rio de Janeiro, 2015, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>. Acesso em: 21 Fev. 2020.

DO PRADO, Débora Figueiredo Barros; MIYAMOTO, Shiguenoli. **A Política Externa do governo José Sarney (1985-1990)**. volume 8/número 16/janeiro 2010 ISSN 1677-4973, p. 67, 2010.

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; MEDEIROS, Janann Joslin. Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de Políticas Públicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 3, p. 776-793, 2016.

GAMSON, William A. A theory of coalition formation. *American sociological review*, p. 373-382, 1961.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in the social sciences**. mit Press, 2005.

GERNER, Deborah J. **The evolution of the study of foreign policy. Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**, p. 17-32, 1995.

GERRING, John. Mere description. **British Journal of Political Science**, p. 721-746, 2012.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. **Informal institutions and comparative politics: A research agenda. Perspectives on politics**, v. 2, n. 4, p. 725-740, 2004.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. Palgrave Macmillan, 2003.

HIRST, Mônica. O pragmatismo impossível: a Política Externa do segundo Governo Vargas, 1951-1954. **Fundação Getúlio Vargas**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.

HUDSON, Valerie M. **Foreign policy analysis: Actor-specific theory and the ground of international relations. Foreign policy analysis**, p. 1-30, 2005.

HUDSON, Valerie M.; DAY, Benjamin S. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. Rowman & Littlefield, 2019.

HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher S. **Foreign policy analysis yesterday, today, and tomorrow. Mershon International Studies Review**, v. 39, n. Supplement_2, p. 209-238, 1995.

HURRELL, Andrew. Brazil: **What kind of rising state in what kind of institutional order. Rising states, rising institutions: Challenges for global governance**, p. 128-150, 2010.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula. 2016. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

JUAN, Linz. Los peligros del presidencialismo. El resurgimiento Global de la democracia, Diamond Larry y Marc F. Plattener (compiladores). **Instituto de Investigaciones Sociales. UNAM**. México, 1996.

LAFER, Celso. **Partidarização da Política Externa**. O Estado de S. Paulo, v. 20, n. 12, p. 2009, 2009.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (Ed.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Paz e Terra, 1975.

LEMOS, R., CARNEIRO, A., Fernando Henrique Cardoso, **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, FGV CPDOC, Rio de Janeiro, [S.I.], Disponível em:<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>. Acesso em: 12 Maio. 2020.

LEMOS, R., CARNEIRO, A., FRANCO, Itamar **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, FGV CPDOC, Rio de Janeiro, [S.I.], Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/itamar-augusto-cautiero-franco>. Acesso em: 04 Mar. 2020.

LEMOS, R., COLLOR, FERNANDO, **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, FGV CPDOC, Rio de Janeiro, [S.I.], Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 11 Jan. 2020.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**. Planeta, 2003.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova: **revista de cultura e política**, n. 44, p. 81-106, 1998.

LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho; OLIVEIRA, Vanessa Elias. **Burocratas de médio escalão**: novos olhares sobre velhos atores da produção de Políticas Públicas. 2014.

MALINI, Fabio; CIARELLI, Patrick; MEDEIROS, Jean. **O sentimento político em redes sociais**: big data, algoritmos e as emoções nos tweets sobre o impeachment de Dilma Rousseff | Political sentiment in social networks: big data, algorithms and emotions in tweets about the impeachment of Dilma Rousseff. Liinc em Revista, v. 13, n. 2, 2017.

MARTINS, Carlos Estevam. **A evolução da Política Externa brasileira na década 64/74**. Estudos Cebrap, v. 12, p. 54-98, 1975

MEERNIK, James; KRUEGER, Eric L.; POE, Steven C. Testing models of US foreign policy: Foreign aid during and after the Cold War. **The journal of Politics**, v. 60, n. 1, p. 63-85, 1998

MENDES, Pedro Emanuel. A decisão em Política Externa: propostas para um modelo de análise. **CEPESE Working Paper**, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 25-38, 2005.

MINTZ, Alex; DEROUEN JR, Karl. Understanding foreign policy decision making. **Cambridge University Press**, 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Política Externa brasileira: 1964-1985. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 03-19, 2013.

MONTENEGRO, D, HIPPOLITO, R., ROUSSEFF, Dilma, **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, FGV CPDOC, Rio de Janeiro, [S.I.], Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>. Acesso em: 13 Jun. 2020.

MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa**: a Política Externa do governo Dutra. 1990.

NOGUEIRA, João Pontes & Messari, Nizar. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE JR, Joseph S. Soft power: The means to success in world politics. **Public affairs**, 2004.

PAIXÃO, Guilherme Stolle et al. O Papel do Itamaraty na definição da Política Externa do governo Collor de Mello. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 1, p. 135-153, 2012.

PINHEIRO, Leticia Abreu. **Política Externa brasileira**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and domestic politics**: the logic of two-level games. *International organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

RAMOS, P. L., CAMPOS, P. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, FGV CPDOC, Rio de Janeiro, [S.I.], Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tancredo-de-almeida-neves> . Acesso em: 03 Fev. 2020.

ROBERTI, E., COSTA, M., MATTOS, M. A. V. L., HIPOLITO, R. TEMER, Michel, **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, FGV CPDOC, Rio de Janeiro, [S.I.], Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/michel-miguel-elias-temer-lulia>. Acesso em: 13 Nov. 2020.

ROSA, Cláudio Humberto et al. **Mil Dias de Solidão**: Collor bateu e levou. Geração Editorial, 1993.

ROSENAU, James N. **Pre-theories and theories of foreign policy**. Approaches to comparative and international politics, v. 27, 1966.

RYNNING, Sten; GUZZINI, Stefano. **Realism and foreign policy analysis**. 2001.

SABINO, Fernando Tavares, **Zélia, uma paixão**. Editora Record, 1991.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Leticia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013.

SARNEY, José. **Norte das águas**. Presidencia de la República, 1989.

SCHENONI, Luis L.; FERRANDI AZTIRIA, Alejo M. Actores domésticos y política exterior en Argentina y Brasil. **CONfines de relaciones internacionales y ciencia política**, v. 10, n. 19, p. 113-142, 2014.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Para uma nova Política Externa brasileira**. Livraria Do Advogado Editora, 1994.

SHUGART, Matthew Soberg et al. Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics. **Cambridge University Press**, 1992.

SILVA, Alexandra de Mello. **A Política Externa de JK**: a Operação Pan-Americana. 1992.

SMOUTS, Marie-Claude (org.). **Les nouvelles relations internationales: pratiques et théories**. Paris: Sciences Po, 1998

SNYDER, Richard C.; BRUCK, Henry W.; SAPIN, Burton. Decision-making as an approach to the study of international politics. (**Foreign Policy Analysis Series No. 3.**). 1954.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a Política Externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 1, p. 117-145, 2002.

SPOSITO, Ítalo Beltrão. Mudança de Política Externa: Proposta de um modelo. **III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa" San Tiago Dantas"**(UNESP, UNICAMP e PUC/SP), v. 8. 2011.

TSEBELIS, George. **Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas**. Editora FGV, 2014.

VALENZUELA, Sebastián. **Analisando o uso de redes sociais para o comportamento de protesto: o papel da informação, da expressão de opiniões e do ativismo**. 2013.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional**. Editora Companhia das Letras, 2018.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto internacional, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; DE OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. A Política Externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 2, n. 1, p. 1-44, 2005.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a Política Externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1994.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Editora Cultrix, 2004.

WEBER, Max. **Economy and society**. Berkeley. 1978.